

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

GRABOIS, Victória Lavínia. Victória Lavínia Graboïs (depoimento, 2015). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 49min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS FILHO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FAPERJ) e FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS FILHO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FAPERJ). É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Victória Lavínia Graboïs
(depoimento, 2015)**

Rio de Janeiro

2020

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Angela Moreira Domingues da Silva; Dulce Chaves Pandolfi;

Técnico de gravação: Ninna Carneiro;

Local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

Data: 10/03/2015 a 06/05/2015

Duração: 8h 49min

Arquivo digital - áudio: 10; Arquivo digital - vídeo: 10; MiniDV: 10;

Entrevista realizada no contexto do projeto “Arqueologia da reconciliação: formulação, aplicação e recepção de políticas públicas relativas à violação de direitos humanos durante a ditadura militar”, desenvolvido pelo CPDOC em convênio com a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e parceria com a Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, entre maio de 2014 e setembro de 2015. O projeto visa, a partir das entrevistas cedidas, a criação de um banco de entrevistas com responsáveis por políticas públicas relativas à violação de direitos humanos durante a ditadura militar.

Temas: Anistia política; Arquivos públicos; Atividade profissional; Brasília; Casamento; Chico Buarque de Hollanda; China; Clandestinidade; Constituição federal (1988); Direito; Direitos humanos; Ditadura; Ensino fundamental; Ensino secundário; Ensino superior; Europa; Família; Forças Armadas; Golpe de 1964; Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998); Governo Fernando Henrique Cardoso (1999-2002); Guerrilha rural; Justiça; Letras; Luís Carlos Prestes; Militância política; Ministério da Defesa; Ministério Público Federal; Movimento estudantil; Niterói; Pacificação política; Partido Comunista Brasileiro - PCB; Partido Comunista do Brasil - PCdoB; Perseguição política; Política; Repressão política; Rio de Janeiro (cidade); São Paulo; Tortura; União Soviética;

Sumário

1º Entrevista: 10.03.2015

Arquivo 1: Origens familiares; a entrada do pai da entrevistada no Partido Comunista Brasileiro (PCB); a educação da mãe da entrevistada e a entrada na Faculdade de Direito de Niterói; a eleição do pai da entrevistada para deputado constituinte pelo Partido Comunista Brasileiro, em 1946; a cassação do mandato do pai, em 1948, sua posterior prisão e a entrada na clandestinidade; a ida da entrevistada e seu irmão para morar com a tia materna; a noção, na infância, da vida política dos pais e os encontros com eles nas férias; a ida do pai à União Soviética e a saída da clandestinidade; o envolvimento da entrevistada com a Federação de Mulheres; a relação do pai com Luís Carlos Prestes; a importância e a grande presença do Partido Comunista na vida de seus militantes; a politização na família da entrevistada; os anos de estudo na Escola Pública Pedro Ernesto; a volta do pai da entrevistada, em 1958; a ida da entrevistada para a colônia de férias Kinderland e a aproximação com a Associação Sholem Aleichem (ASA); a importância da tia materna no sustento da família; a mudança do Rio de Janeiro para Niterói e a continuação dos estudos no Liceu Nilo Peçanha; as dificuldades no início da vida em Niterói; as reorganizações dentro do Partido Comunista e o início da participação partidária; o ingresso na Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil, atualmente Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1963; o cursinho preparatório para o vestibular, a entrada na Faculdade, as amizades e a participação nas atividades estudantis; as tensões nas assembleias estudantis e a identificação da entrevistada com o recente Partido Comunista do Brasil (PCdoB); o trabalho do pai na direção do jornal A Classe Operária e sua aproximação com a juventude a partir de um curso sobre marxismo; a suspensão da Faculdade, a aproximação de alunos ligados ao PCB e o início do trabalho no diretório estudantil; o retorno à Universidade, a relação com Marina São Paulo Vasconcelos e o interesse por antropologia física; a difícil relação com alguns professores e professoras da Universidade, apesar das boas notas; comentários sobre o golpe militar; o fechamento da Universidade.

Arquivo 2: Comentários sobre o dia do golpe militar; o ataque militar à Faculdade de Direito, onde se reuniam estudantes e lideranças do PCB; as dificuldades de voltar para casa no dia do golpe; a incredulidade diante da confirmação do golpe; a fuga de casa dos pais na véspera do golpe e a fuga da entrevistada para a casa de uma tia materna na Tijuca no dia seguinte ao golpe; a expulsão da entrevistada da Universidade; a ida para São Paulo, ainda na clandestinidade; a ida de Gilberto Olímpio Maria, namorado da entrevistada, à China; o casamento com Gilberto, em dezembro de 1964; o início do trabalho de mapeamento para uma possível guerrilha; a não participação em células do PC e o trabalho de logística e apoio ao marido; comentários sobre a expulsão da faculdade e o seu dossiê feito pelo Dops; a ida para Guiratinga, Mato Grosso; comentários sobre a ida à Porto Alegre, logo após o golpe, para entregar documentos do PCdoB a uma intermediária que os levariam a Leonel Brizola; a aquisição de documentos falsos em Porto Alegre, adquirindo a alcunha de Teresa da Rosa Freitas; a ida para o Mato Grosso e trabalho como professora particular; a visita do pai à Guiratinga, o desmanche das operações naquela cidade e a volta a São Paulo; a recusa em se mudar para o Rio Grande do Sul e ser enfermeira e a gravidez; o nascimento do filho no Rio de Janeiro; a decisão do Partido de mandar a entrevistada para a Europa e a tentativa de aquisição de um passaporte; comentários sobre a escolha da entrevistada para a ida a Europa; o rompimento do pai da entrevistada com o governo chinês pós-Revolução

Cultural; comentário sobre as quatro viagens à Europa; o aprendizado de francês e inglês; comentários sobre a viagem à Roma, onde ficou por três semanas aguardando o pai retornar da China; o registro de nascimento do filho; as mudanças de casa ao longo da clandestinidade e as dificuldades envolvidas; a descoberta de um delegado de polícia ligado ao esquadrão da morte que morava no mesmo prédio que a entrevistada e sua família.

Arquivo 3: A mudança para um cortiço no bairro do Jabaquara, em São Paulo; a parceria de Maurício Grabois e João Amazonas na escrita dos documentos do PCdoB; a ida do irmão da entrevistada, André Grabois, para a China; comentários sobre a última vez que a entrevistada viu o irmão, André, e o marido, Gilberto; a ida para Buenos Aires; os sofrimentos e as dificuldades da vida na clandestinidade; comentário sobre os questionamentos de gênero nesse período; o culto à personalidade e a relação com o pai; a recusa em ir para a guerrilha e o desejo de criar o filho; o rompimento com o marido e a última vez que o vê; a pouca informação sobre a situação da guerrilha do Araguaia e o trabalho de suporte na compra de roupas e medicamentos; a notícia do fim da guerrilha do Araguaia, através de João Amazonas, e a nova mudança de endereço; comentários sobre o retorno aos estudos e o vestibular para Letras; a mudança de nome do filho e a sua matrícula na escola; as primeiras amizades nos anos de clandestinidade; o início do curso de Letras em uma faculdade em Moema; o início do trabalho como professora; comentários sobre a notícia da morte do irmão; a importância de João Amazonas.

2º Entrevista: 13.03.2015

Arquivo 1 A falta de notícias sobre o pai e o marido da entrevistada; o nascimento do sobrinho; a manutenção do endereço da entrevistada; o fechamento do cerco aos militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) próximos da família; o término da ligação com o Partido; o restabelecimento do contato com João Amazonas; o retorno de alguns líderes do PCdoB ao Brasil pós-Lei da Anistia e o medo ainda presente de perseguição por parte da entrevistada e sua mãe; a volta da mãe para o Rio de Janeiro e o reencontro com a família; as tratativas para a saída da clandestinidade; a descoberta da mãe da entrevistada de que o filho havia morrido; a impossibilidade de chorar a morte do irmão; a decisão de sair da clandestinidade, o contato com o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, a confirmação da morte de Gilberto, seu marido, e as tratativas para retomar a identidade de Victoria Grabois; o retorno ao Rio de Janeiro; a despedida e a revelação da identidade para a amiga Liana Maria Casarolli, que a ajudou nos tempos de clandestinidade; a busca por emprego no Rio de Janeiro; o reencontro com a cunhada, Criméia, e o sobrinho, Joca; a descoberta por Igor, filho da entrevistada, de que o pai, Gilberto, havia morrido; comentários sobre o reencontro com João Amazonas; o ingresso no curso de direito na Faculdade Cândido Mendes. Arquivo 2: O encontro com Elza Monnerat e a participação no Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), em 1980; comentários sobre o processo de angariamento de recursos para a caravana ao Araguaia; a ajuda de artistas com verbas, como Chico Buarque; longo comentário sobre a viagem à região do Araguaia para localização e contato com a população; a ida para Marabá, Pará, e a relação da população local com os guerrilheiros; o trabalho feito pelos guerrilheiros e o legado deixado por eles na região; a viagem pelas localidades onde a guerrilha organizou destacamentos; o relato da morte do pai, Maurício Grabois; o aliciamento de moradores com ameaças e dinheiro e a difamação da guerrilha por parte do Exército nas comunidades ao longo do rio Araguaia; o acolhimento nas cidades visitadas; a ida para a cidade de Xambioá e os indícios de que os guerrilheiros pudessem estar

enterrados na localidade; a descoberta de alguns sepultamentos e a posterior Operação Limpeza do Exército; breve menção a Valquíria, última guerrilheira morta pelo Exército que se tem notícia; comentários sobre o roteiro e a organização da viagem; a ida a Brasília e a visita ao Congresso Nacional; o fim do CBA e a fundação do grupo Tortura Nunca Mais. Arquivo 3: A recepção do grupo Tortura Nunca Mais por políticos em Brasília; a entrada do filho da entrevistada, Igor Graboys, no PCdoB; a entrada no PCdoB, em 1981, o trabalho na empresa de cosméticos Ana Pegova e a continuação das tratativas para a normalização dos documentos; a finalização da ação de justificação e a regularização dos documentos; o trabalho de gerente na Ana Pegova e a militância no PCdoB; a participação no Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres do Rio de Janeiro; o início dos atritos com o PCdoB; a fundação da Associação Liberdade Mulher; a saída do PCdoB; o casamento e o nascimento do segundo filho; a entrada na Associação de Moradores do Flamengo e a atuação como representante no Comitê das Diretas Já do Rio de Janeiro; comentários sobre o trabalho da Associação Liberdade Mulher e o seu fechamento, em 1989; a maior participação dentro do grupo Tortura Nunca Mais e o convite para a vice-presidência; comentários sobre a organização dos familiares do Araguaia e a entrada de uma ação na Justiça Federal, em 1982, para saber a localização dos corpos e a identificação de vinte e cinco guerrilheiros; o não reconhecimento dos desaparecidos e da guerrilha do Araguaia pela justiça brasileira; a ida de uma caravana dos familiares ao Araguaia, para ir no cemitério de Xambioá, na tentativa de localizar os desaparecidos. Arquivo 4: A tentativa de localizar os desaparecidos da guerrilha do Araguaia, a partir da exumação de possíveis corpos; o reconhecimento de Maria Lúcia Petit, que é a primeira identificada como guerrilheira do Araguaia; comentários sobre as outras idas à região do Araguaia e as tentativas de identificação dos guerrilheiros; comentários sobre a aprovação da Lei 9.140, que reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação ou acusação de participação em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988; a luta pelo reconhecimento dos mortos pela ditadura; comentários sobre a criação e o trabalho da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos; comentários sobre o andamento da ação judicial; comentários sobre a criação da Comissão da Verdade; a criação do Grupo de Trabalho Araguaia, com a participação do Exército, Secretaria de Direitos Humanos, Ministério da Justiça e familiares e a recusa da entrevistada em participar; críticas às mudanças e interrupções dos trabalhos nas mudanças de governo; a relação com as Comissões da Verdade; a importância do grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro e de São Paulo; o problema de grupos receberem financiamento do governo, uma vez que entram em conflito com o Estado; a difícil relação dos familiares com o Estado brasileiro; comentários sobre a necessidade de abertura dos arquivos da ditadura; a dificuldade de acesso aos arquivos dos órgãos públicos, compartilhados à conta-gotas; comentários sobre as recomendações da Comissão da Verdade.

3º Entrevista: 06.05.2015

Arquivo 1: Comentários sobre o relatório acerca da guerrilha do Araguaia produzido pelas Forças Armadas, em 1993; a não presença dos camponeses mortos no Araguaia no relatório das Forças Armadas; comentários sobre a Lei 9.140 e a luta do grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro e da Comissão de São Paulo pela inclusão dos mortos na Lei; a luta para que os cartórios emitissem certidões de óbito a partir da Lei 9.140; a criação da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, em 1994, e a escolha de um familiar para compor a

comissão; a crítica ao fato de que o ônus da prova de que um militante havia morrido coubesse aos familiares; comentário sobre a indenização paga pelo governo Fernando Henrique Cardoso aos familiares; a elaboração de um dossiê pelo grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro, entregue ao Ministério Público Federal; a ida do de representantes do Ministério Público à região do Araguaia; comentários sobre as duas idas da entrevistada ao Araguaia, em 1980 e 1992; a primeira pessoa identificada da guerrilha do Araguaia, Maria Lucia Petit; a ida ao Araguaia, em 1996, organizada pela Secretaria de Direitos Humanos e a identificação do segundo guerrilheiro, Bergson Farias; comentários sobre a informação de que após 1973 as Forças Armadas não enterravam mais os guerrilheiros, os decapitavam e mandavam para Brasília; a retirada dos corpos na Operação Limpeza, após a visita dos familiares à região do Araguaia; comentários sobre as informações colhidas pelo Ministério Público na ida à Araguaia e a descoberta de uma casa de espionagem ainda mantida pela Abin; comentários sobre a Comissão de Anistia e o processo de anistia da entrevistada, que se inicia em 1994. Arquivo 2: O processo de anistia da entrevistada, facilitado pelo trabalho como supervisora no Programa Nacional de Alfabetização (PNA); a lotação na Delegacia Regional do Ministério da Educação (Demec) e a opção por seguir trabalhando; comentários sobre os processos de anistia pós Constituição de 1988, antes do regime do anistiado político em 2002; a anistia do filho e do sobrinho; a organização dos familiares e companheiros de mortos e desaparecidos para a elaboração e envio de um carta ao então presidente Luís Inácio Lula da Silva, para que não recorresse da sentença judicial que pede a identificação e a circunstância das mortes dos guerrilheiros do Araguaia; comentários sobre a atuação da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos; a não esperança de que os corpos do Araguaia sejam encontrados e a necessidade de se abrir os arquivos da Ditadura; comentários sobre a criação de um grupo de trabalho, em 2009, para realizar atividades de localização, recolhimento e identificação dos corpos dos guerrilheiros, de iniciativa do Ministério da Defesa; os resultados das idas à região do Araguaia e do trabalho do grupo criado pelo Ministério da Defesa, Grupo Araguaia; as informações desencontradas e não oficiais e o mal-estar que elas podem causar aos familiares; o diário de Maurício Grabois, pai da entrevistada; crítica aos livros escritos sobre a guerrilha do Araguaia; comentários sobre os escritos do pai; a importância do pai dentro do PCdoB e sua proeminência como teórico marxista-leninista; o aprendizado e a lembrança dos pais; comentários sobre o caráter conservador da sociedade brasileira; o atraso brasileiro em relação aos direitos humanos em comparação com outros países da América Latina; os resquícios da ditadura militar na sociedade brasileira; a falta de uma política de direitos humanos mais eficaz e os problemas que decorrem disso. Arquivo 3: Longo comentário sobre os princípios de Reconciliação e Pacificação; comentários sobre as dificuldades enfrentadas pela sociedade brasileira; comentários sobre o movimento dos escrachos; a necessidade de uma outra interpretação da Lei da Anistia, para que seja possível punir torturadores da ditadura.

1ª Entrevista: 10/03/2015

Dulce Chaves Pandolfi – Victoria, vamos começar pelo começo da sua vida. Nós queríamos que você falasse um pouco os seus dados: onde você nasceu, data de nascimento, sua origem familiar, sua primeira infância, seus estudos, até chegarmos na questão que diz respeito ao projeto exatamente, que é a questão da Lei da Anistia, até os dias de hoje. Mas você podia contar um pouco essa história para a gente.

Victoria Grabois – Meu nome é Victoria Lavinia Grabois. Nasci no dia 1º de novembro de 1943, no então Distrito Federal, hoje Rio de Janeiro, na Pró-Matre. Sou filha de pai e mãe comunistas. Sou filha de Mauricio Grabois, que era dirigente do Partido Comunista *do Brasil*, porque vocês sabem que, Partido Comunista do Brasil. Meu pai é judeu, quer dizer, meus avós paternos, meu avô era de Kiev e minha avó, da Criméia. Minha avó foi entregue ao meu avô aos dezesseis anos de idade, na... lá na aldeia onde eles moravam, que eles eram. Meu avô, em 1905, com a guerra russo-japonesa, (ele já tinha uma filha, minha tia Helena, que nasceu em 1904) eles fugiram para a Argentina. Foram morar na Argentina. Inclusive, toda a aldeia acabou fugindo para a Argentina. Na Argentina, nasceram meus tios: Bernardo, acho que nasceu em 1906, (deve ter sido), meu tio Jaime, que nasceu em 1908, minha tia Maria, que nasceu em 1910. Meu avô tinha um espírito aventureiro; segundo meu pai, ele era... um aventureiro. Saiu da Argentina, foi para... veio para o Brasil. Minha tia Maria tinha seis meses de idade. Chegaram em Santos. Moraram em Santos. De Santos foram para São Paulo. Meu pai nasceu em São Paulo. Apesar de dizerem... Vou contar a história depois. Meu pai é considerado baiano, mas na realidade meu pai nasceu em São Paulo. Depois, ele foi para Campinas, nasceu o último irmão, José. Aqui no Brasil, ele era camponês, ele se tornou mascate. Ele vendia roupa, de porta em porta; pegava um menino daqueles e botava aquela mala na cabeça, ia vendendo tecidos, linha e tal. Como ele tinha esse espírito aventureiro, de Campinas ele foi para Belém; de Belém ele foi para Recife; de Recife ele foi para Salvador. Isso aí já devia de ser em... Meu pai nasceu em 12 (1912). Isso aí já devia de ser... Não era 20, ainda, porque... 1922, já estavam no Rio. Devia ser 16, 17 ou 18, eu não sei bem. Bom. Aí... porque vem a história que meu pai se tornou baiano. Um dia, ele mandou que minha avó queimasse uns papéis, e minha avó pegou, queimou a certidão dos filhos brasileiros e chamuscou as certidões dos filhos argentinos. Aí ele foi... Não tinha mais certidão nem do meu pai nem do meu tio José, e aí ele foi no cartório de Nazaré e registrou meu pai e meu tio como

baianos. Por isso que eles são considerados baianos. E aí o meu tio – era dois anos mais moço que meu pai –, ele também adulterou a data de nascimento: aumentou um ano, para os dois entrarem juntos no ginásio; meu pai com doze anos e meu tio com dez. Bom. Mas meu pai estudou no ginásio...no colégio estadual... colégio... como é que chama? – geral da Bahia. Tem um nome assim. Ele era da turma do Marighella. E lá, ele sempre dizia isso, a cabeça dele foi... ele começou a tomar contato com as questões nacionalistas, questões do Brasil, a libertação do povo... Nesse ginásio da Bahia é que tinha professores que não eram conservadores, que tinham uma cabeça já assim... voltada, vamos dizer, para o social. Nesse meio tempo, minha tia Helena tinha dezesseis anos, casou com... um rapaz, Nathan Fidelman, que era da colônia judaica lá de Salvador, e aí ela ficou morando lá, e meu... e os dois, o Jaime, o Bernardo e a Maria já faziam medicina na Faculdade de Medicina da Bahia. Aí ele veio para o Rio, com esse espírito aventureiro dele. Aqui no Rio, os dois entraram na faculdade... na Universidade do Brasil, hoje UFRJ, fizeram a transferência, e meu pai foi para a Escola [Militar] de Realengo. Na Escola de Realengo tinha um exercício, que era o tal tiro de guerra lá, que eles tinham que fazer, e os exercícios eram muito puxados – como sempre, até hoje, que a gente, lá no grupo Tortura Nunca Mais, toda hora recebe reclamação, denúncias de...dos maus-tratos que acontecem dentro da AMAN, [Academia Militar das Agulhas Negras] principalmente na AMAN, em Rezende. E... Aí eles se revoltaram contra aquele... Porque vinham alunos que eram da Escola Militar e vinham alunos que eram da escola pública, ou particular, quer dizer, a escola civil. E eles se revoltaram. Aí o diretor, o comandante de Realengo expulsou todo mundo. Depois, ele voltou atrás, que, quem pedisse desculpas continuaria na escola, e quem não pedisse desculpas ia virar soldado raso. O meu pai não pediu desculpas para o comandante. Todos voltaram, todos os colegas dele voltaram para a Escola de Realengo, e ele se tornou soldado raso. Como soldado raso ele conheceu os sargentos e cabos, e aí conheceu o Partido. Então ele entrou, em 1932 – então, ele nasceu em 12, ele tinha vinte anos, ele entrou para o Partido. Aí começou... Sendo do Partido, trabalhou na Panair, teve lá uma vida assim... Ele era da Juventude. Depois, mandaram ele para Belo Horizonte, ele era da...o responsável pelo setor, vamos dizer, da Juventude do Partido. Bom. Nesse meio tempo, ele conhecia muito o Amarílio Vasconcelos, que foi um dos fundadores do Partido, e minha mãe era aluna do Pedro II, do Centro, e ela era irmã da Dinorá Vasconcelos, irmã do Amarílio. E, na casa da Dinorá, minha mãe conheceu meu pai. Primeira namorada do meu pai foi minha... primeira e única, meu pai só namorou uma

pessoa na vida, que foi minha mãe. Agora minha mãe era namoradeira. [riso] Mas o meu pai não. Primeira namorada.

Angela Moreira – Qual o nome de sua mãe?

V.G. – Minha mãe, Alzira. Era Alzira da Costa Reis. Minha mãe, de uma família... Minha avó Lavínia, (eu tenho o nome de Lavínia por causa de minha avó) era professora primária em Campos, e meu pai... meu pai – e meu avô era funcionário da Rede Ferroviária Nacional, se chamava? Da Rede Ferroviária, que tinha à época, que chamava Rede Ferroviária. Eles já tinham... Minha mãe é a oitava filha. Quando minha mãe tinha um ano e três meses, minha avó morreu de tifo, aí meu avô distribuiu todos os filhos para os padrinhos. Naquele tempo era moda você distribuir. Como minha mãe era afilhada do usineiro... Minha mãe nasceu em Quissamã. Foi bom dizer. Quissamã, que na época, desde que eu me entedia por gente, só ouvia isso: Quissamã, distrito de Macaé. Hoje, com o petróleo, Quissamã virou uma cidade. E tem uma rua lá com o nome da minha avó. É Lavínia Dias da Costa Reis. E minha mãe foi entregue ao padrinho dela que era um usineiro de Campos. E, esse tempo, a minha mãe não gostava de falar, muito pouco ela falava desse tempo que ela viveu na casa desse usineiro; quer dizer, a infância dela toda, praticamente. Toda a infância. Porque quando ela tinha doze anos é que ela veio para o Rio. E a minha mãe teve uma educação, como as filhas do usineiro: minha mãe falava francês, minha mãe ia ao teatro, quer dizer, ela foi... assim, teve uma educação diferente das irmãs. Porque as irmãs foram para a casa de pessoas... Tem uma, a penúltima, era até afilhada de um cara chamado Janot¹ —, não sei se você lembra, que fazia chover? Um cara maluco, que fazia chover? E chovia. Ele ia para o Nordeste... Essa daí também foi para uma casa melhorzinha. Mas as outras se tornaram verdadeiras escravas dos lugares que elas moravam. Aí meu avô melhorou de vida, tal, veio morar no Rio; e quando ele veio morar no Rio, ele trouxe todas as filhas e os filhos para morar, e foram morar no centro da cidade, na rua... morava ali na rua Teófilo Otoni, que minha tia mais velha tinha... que, quando minha avó morreu, a mais velha tinha treze anos e a minha mãe, um ano e três meses. E aí a minha mãe foi para o Pedro II. Então minha mãe era criada pelas irmãs. Assim, diferença de três anos, dez anos, como a única que estudou. E naquele tempo, você imagina, minha mãe nasceu em 17,

¹ Refere-se provavelmente ao engenheiro Janot Pacheco, “o homem que fazia chover”.

[1917] você estar no Pedro II era um acontecimento histórico. E minha mãe era uma mulher muito inteligente. Aliás, era uma família de mulheres inteligentes. É que não tiveram assim oportunidade de estudar. E guerreiras. Isso aí eu acho que eu herdei delas. Eu fui criada com elas, aprendi isso. E minha mãe era... se orgulhava de [ter] sido. E minha mãe entrou na escola de... entrou na Faculdade de Direito de Niterói. Hoje é UFF. Então, uma coisa mais histórica ainda. E minha mãe começou a viver com meu pai acho que a partir de 1938, 39, escondido do meu avô, porque meu pai disse que não podia casar, pela segurança e tal... os papos lá de velho comunista. E meu pai foi preso em 41. Não. Em 40. Meu pai foi preso em 40. E aí ela foi morar com os irmãos... com o irmão dele, o Jaime, médico, tal. Meu pai saiu da cadeia em 1942, já com a reconstituição da Mantiqueira, ele organizou a conferência da Mantiqueira, e aí passaram a morar juntos. A minha tia mais velha, que era meio... era autoritária – bastante –, que mandava na família, decidia... Aí, naquela época, eles moravam no Leblon, porque Leblon, ninguém queria morar no Leblon, porque o Leblon era longe, o bonde, tinha que pegar só um bonde para chegar, então todo mundo morava no Leblon. E eles foram morar no Jardim de Alá, meu pai e minha mãe. Depois se mudaram para a rua Dias Ferreira. E aí a minha mãe, nesse tempo, em 45 [?], engravida de mim, fica grávida; e não conta para o meu avô, porque o meu avô não sabia que a minha mãe vivia com meu pai. Então ela... Ela morava... A gente morava... Elas moravam embaixo, no prédio, na rua, 72, e a minha tia morava no quarto andar. E toda vez que meu avô vinha, ela saía. Sempre tinha uma desculpa. Eu acho que um dia lá, meu avô desconfiou e não avisou que ia, e bate na porta. Eu nasci no dia 1º de novembro. Isso era outubro. Quando a minha mãe abre a porta, ele vê minha mãe com uma barriga *desse* tamanho, quase que ele teve um ataque. Não. Ele teve um ataque. Não sei como é que não... Aí, tal. Bom. Aí meu pai, em 1946, é eleito deputado constituinte, pelo PC. Foi o deputado mais votado do Rio de Janeiro, teve acho que treze mil votos, uma coisa assim. A colônia judaica inteira votou nele. Fim da guerra... E aí, ao contrário, ele virou grande ídolo da família. Tanto que a minha outra tia, uma das mais velhas [irmãs] da minha mãe, a segunda mais velha, ela, nessa história dessa pensão, a pensão era em cima, embaixo tinha uma loja de cofre, e ela conheceu um outro judeu, que era meu tio [Otto Wotzasek]. Então ela também casou... essa minha tia, também, casou com judeu então. E ele já tinha dois filhos. E a filha dele, a gente considerava prima, se casou – e eu nunca fui batizada, eu nunca fui na igreja, eu nunca tinha entrado numa igreja –, e aí eu sou convidada, aos cinco anos de idade, para ser a dama de honra. Ele não convidou as minhas outras primas, convidou a mim, porque eu era filha do deputado. Isso aí tem... Tanto

que eu entrei na igreja, assim quando eu vi aqueles santos, que fiquei apavorada – “eu quero a minha mãe” – comecei a chorar. Para você vê como a família era, a questão do cara ser deputado e tal. Bom. Aí vem a cassação dos mandatos. Meu pai foge. Tem todo um... Meu pai tem mononucleose, é preso novamente, aí minha mãe faz um estardalhaço pelos...

D.P. – Em 1948, ele é preso.

V.G. – É, 48, ele é preso. 47...

D.P. – Em 47, o Partido é cassado. Em 48, os parlamentares são cassados.

V.G. – Cassado. Em 48, os parlamentares são cassados. Aí ele é preso. Ele estava com mononucleose. Eu tenho essa imagem até hoje, as pessoas não acreditam muito, mas eu vejo, nesse apartamento do Leblon, ele ser carregado, descalço – isso está na minha cabeça – uma calça cinza e uma camisa branca...

D.P. – Você devia ter...

V.G. – Cinco anos. Segurando assim, dois *tiras*, pelos braços e dois pelas pernas... Mas a minha mãe fez um carnaval. Mobilizou todo o Rio de Janeiro, os militares que eram amigos, e meu pai é solto. Aí eles vão para a clandestinidade. E eu e o André, meu irmão, fomos morar com a minha tia mais velha, que nessa altura já morava na Lagoa, na rua Resedá. E aí a gente começa... eu começo... Ficamos longe deles nós dois. Mas até que... E minha mãe vinha nos visitar. E nós...

A.M. – Eles saíram do Rio de Janeiro?

V.G. – Não. Morava tudo no subúrbio. Era assim. Eu conheço, eu sou... Eu era o contrário das outras pessoas. Eu morava na Lagoa e passava minhas férias... eu conheci Cachambi, São Cristovão, Jacarepaguá, todos os bairros... Agora ficava por aqui. Porque as coisas, antigamente, antes da ditadura, eram difíceis, mas não eram como na ditadura. O próprio meu pai e a minha mãe diziam isso. Eu era muito criança, para poder avaliar. Mas a gente avaliando a história hoje, não saíram do Rio, é porque não era tão difícil assim. E lá um belo dia, o meu irmão André, que nasceu em 46, vê a minha mãe se levantando, (ela botava ele para dormir, depois, só saía quando ele estava dormindo) ele levanta e diz assim: “Você vai embora, ficar

com ele, e vai me abandonar?”. Aí a minha mãe não aguentou, pegou o André e levou o André para morar nos aparelhos do Partido. Tanto que o André só entrou na escola na terceira série. O André fez a primeira série e a segunda série com a minha mãe e meu pai.

D.P. – Eram só vocês dois.

V.G. – Só nós dois. Victória e André. Bom. Aí a gente fica nessa clandestinidade, vai e volta, e tal, até que em 19... já aí Juscelino, 56, meu pai é designado para o...

D.P. – Quer dizer, até 56, você não morava exatamente com eles, você ia, vinha, ia, vinha, nas férias...

V.G. – Não. É. Ia, vinha nas férias, só. Fora de férias, eu não ia.

D.P. – E você tinha alguma noção da militância? Sabia que seu pai tinha sido preso?

V.G. – Tinha. Sabia. Sabia tudo. Tudo. Sabia tudo. Porque – aí vou voltar. Porque com dois anos, meu pai ia para a Praia do Pinto fazer, e disse que eu... minha mãe que contava – coisa de criança, que agora eu faço com os netos – que eu dizia assim: “Povo da Praia do Pinto, agora, vocês vão ter mais uma bica d’água!”. Eu sabia de tudo. Porque eu tinha uma bá, a babá, que era uma pessoa como se fosse da família e que me amedrontava, a mim e ao André. Eu tenho horror... Agora, depois de velha, que toca a sirene da rádio patrulha, que eu fico sossegada. Porque ela botava, e ela dizia... Eu ia nas festas de criança, eu não comia nem um doce. Eu ficava assim, não comia nada. Porque ela dizia que eu era filha de comunista e que podiam botar veneno naquele doce, eu podia morrer. Então, eu e o André tínhamos verdadeiro... Imagina, uma criança ir a uma festa e não comer um docinho? Não comia doce nenhum, porque eu achava que eu ia morrer. Eu me lembro que a minha tia Maria, era uma médica conceituadíssima no Rio de Janeiro, uma ginecologista obstetra de toda a esquerda do Rio de Janeiro, e carregava a gente para todas as festas... Porque naquele tempo não tinha essa história de escola ir na festa, não. Tem a escola, ia embora para casa, e acabava. Mas ia nas festas dos judeus, toda, aquela judeusada toda, e eu não comia. “Você não vai comer?” Não. Não comia *nada*. Porque a bá botou medo. Então eu sabia que meu pai era deputado, tinha sido... Eu sabia tudo, tinha noção, tanto eu como André. E tanto que a gente ia para os aparelhos, dentro do carro, e mandavam a gente se abaixar e fechar os olhos; mas de vez em

quando, a gente fazia *assim*... aí eu escutava o barulho do trem, e eu sabia que era no subúrbio; e o André sabia mais, porque o companheiro, o companheiro que era o responsável pela casa que tinha, ele era o motorista, ele levava muito o André para passear; e quando André ia passear, o André ia normalmente, ele não fechava os olhos – e o André se alfabetizou com dois anos de idade, porque a bá... Eu comecei a ir para o maternal muito cedo. Eu fui para o maternal com três anos, lá no Leblon. E a bá dizia assim: “Essa menina vai tanto para a escola, não sabe ler nem escrever?” Então ela comprou uma cartilha, para me alfabetizar. O André se alfabetizou antes de mim, você acredita? Mais esperto do que eu. Aí o André se alfabetizou, e o André lia, e ele, quando ele chegava...

D.P. – Te contava.

V.G. – Me contava. Eu perguntava: “Onde é a casa?” – “Ah. Agora, não é mais Jacarepaguá, agora a gente está no Cachambi. Sabe que tem umas patas...” Meu pai criava patas. Aquelas patas. Bom. Aí, 56, com a eleição do Juscelino, as coisas começaram... Até eu escrevo isso no meu livro – *sopros da democracia*, que é meu capítulo lá do... sopros da democracia – meu pai é designado para ir para o vigésimo congresso do PCUS, na União Soviética, chefiando a delegação do Partido. E aí nós... Minha mãe tinha um irmão que era doente mental. Ele teve sífilis. E ele era internado... Ah. E outra coisa, também da minha infância. Que a minha tia mais velha, que se sentia responsável por toda a família, ele era internado, não tinha com quem deixar, e me carregava para todos os hospícios do Rio de Janeiro. Eu conheço tudo. Engenho de Dentro, Juliano Moreira, Pinel... Pinel, coisas assim, também, que eu me lembro, de eu chegar no Pinel, ir na enfermaria, ele amarrado. Isso para uma criança... Isso, aqui na minha cabeça... Então tive, assim, uns traumas assim violentos. Porque era um absurdo, pegar uma...

A.M. – Quantos anos você tinha?

V.G. – Ah. Devia ter oito, nove. Até os dez anos, frequentava isso. Até 56. Em 56, eu estava – porque eu sou de novembro, então tinha doze anos, em 56. Era uma barra muito pesada. Aí ele, nessas coisas, ele foi para Barbacena, ele fugia, ele ia... Bom. Eu sei que, quando meu pai foi para a União Soviética acabaram... não precisava mais ir para aqueles aparelhos. Aí foi todo mundo morar na casa da minha tia, na Lagoa. E minha tia tinha um filho, que é mais velho do que eu treze anos. Aí morava todo mundo naquela casa: minha mãe, minha tia, eu e o André e meu primo, que já era um homem. O André, um menino, eu, uma pré-adolescente, e as duas.

E ele tinha surtos psicóticos. E ele detestava judeu, então ele implicava com a minha mãe, porque era casada com judeu, implicava com a minha outra tia, também, minha tia Zilá, e a minha tia, porque tomava conta dele, ele tinha horror a ela. E ele era reacionário. “Esses comunistas!” E ele atacava e tal. Aí a minha mãe... A gente estava sem condições de morar naquela casa. Então minha mãe... Nós tivemos que sair. O Partido teve que ajudar. Nós fomos morar na Gávea, na rua dos Oitis. E aí fomos morar com mais duas companheiras. Porque você não ia morar sozinho, porque o Partido não tinha dinheiro para botar tanta gente. Então, morava na casa minha mãe, eu e o André e as duas companheiras. Uma é a Neusa Campos, que era diretora d’ *O Momento Feminino*, a revista...

D.P. – Movimento.

V.G. – É. Movimento feminino. Que é a revista do movimento feminino. E uma operária de São Paulo... Ai! Sempre esqueço o nome dela. Agora, o Igor, meu filho, encontrou até com o filho dela. Agora, no momento, esqueci o nome dela. E aí o André não quis ficar lá, porque era uma casa só de mulheres. Nesse ponto aí, meu tio já tinha sido internado novamente em Barbacena. E... E aí eu fui para o... Aí nós fomos... Aí ficamos lá um ano. A operária voltou para São Paulo, a Neusa Campos arranhou um namorado que era um capitão... Aí eu frequentava *O Momento Feminino*, frequentava a Federação de Mulheres, que aí a minha mãe, também, me carregava para a Federação de Mulheres, elas me carregavam, então lá, junto com dona Branca Fialho, a dona Eni, do... Ah. Até, hoje, eu falei no nome desse homem. Osny Duarte Pereira, que era... A dona Branca era a presidente, a dona Eni Duarte Pereira era a vice...

D.P. – Era a mulher do Osny Duarte Pereira?

V.G. – Era mulher do Osny Duarte Pereira. Arcelina Mochel, que foi vereadora do Rio, a mais votada, que era uma promotora no Maranhão. Minha mãe admirava muitíssimo Arcelina, era uma mulher inteligentíssima. Minha tia Anita era a tesoureira. Então eu vivia... toda tarde, lá ia eu para a Federação de Mulheres. E aí tinha festa, aí fre[quentei], aí comecei a conhecer, a tomar parte do movimento feminino. Porque as feministas não consideram a Federação como feministas. Eu acho que elas eram mulheres revolucionárias, porque elas abriram o caminho para nós, e nós abrimos caminho para vocês. Uma vai abrindo caminho para a outra, porque é... é a dialética histórica. Bom. E aí...

D.P. – E seu pai demorou quanto tempo lá no congresso?

V.G. – Meu pai ficou dois anos na União Soviética. Porque depois do congresso... Não. Ele fez um curso de marxismo. Lá, ele ficou sabendo o que tinha acontecido, as coisas de Stalin, mas ninguém... Você imagina. Minha mãe, minha mãe era... Não sei se vocês viram o filme *Bye, Bye Lenin*. Você viu o filme? Aquela mulher? A minha mãe é aquela mulher. Minha mãe é uma... morreu stalinista. O grande ídolo da minha mãe era Stalin. Que os artigos de Stalin eram os melhores.

A.M. – E ela quando soube... não... não acreditava.

V.G. – Imagina. Não acreditava. Claro que não.

D.P. – E nesses dois anos que seu pai estava lá, vinham notícias?

V.G. – Não tinha notícia nenhuma.

A.M. – Carta? Nada.

V.G. – Nada. Não sabia de nada.

D.P. – Vocês não sabiam nada dele.

V.G. – Nada dele. Sabia que ele tinha ido para lá e lá ele ficou.

D.P. – E o Partido não dava notícia dele?

V.G. – Não. Se dava, para minha mãe. Mas eu acho que eu também, nessa época, eu estava entrando na adolescência, eu acho que eu não me preocupei... foi uma época que eu acho que eu não me preocupei muito com meu pai, e talvez, eu não soubesse, e a minha mãe soubesse, e não contasse, ou talvez...

D.P. – Vocês sabiam que ele estava lá. Isso vocês sabiam.

V.G. – Sabia que estava lá, então ficava sossegada. Porque era assim – o Partido. Era Deus no céu, máximo, e o Partido aqui. Eu fui criada...

D.P. – União Soviética.

V.G. – É, União Soviética. Eu fui criada assim. Porque assim... Arruda! Ah!!! – Marighella eu não conheci. Não lembro de Marighella. Aliás, eu só fui lembrar de Marighella (depois eu vou contar) mais tarde. Mas aí eu não... O Arruda frequentava muito a minha casa. Prestes. Meu pai e Prestes. Uma vez, também, a polícia foi lá... A gente morava na Dias Ferreira; como era térreo o nosso apartamento, tinha um quintal, no fundo, que dava para a rua Ataulfo de Paiva. Prestes e meu pai fugiram da polícia pulando aquele muro. Até um dia, a Anita Leocádia, num evento que teve lá no IFCS, relatou essa história, que Prestes e meu pai fugiram. Então era Prestes, tem histórias de Prestes. Eu posso contar uma história engraçadinha de Prestes. Minha mãe disse que eu estava com dois anos. Ele chega nesse apartamento do Leblon, de branco, e fala: “Vamos para a casa do Jararaca”. É Jararaca e Ratinho, que era do Partido. Aí... “Leva a menina”. Aí Prestes me coloca no colo dele. Aí disse que eu dei a maior mijada da vida no Prestes, de terno branco, ele ficou todo mijado. [risos] Fui para a casa do Jararaca, lá em Jacarepaguá, ele era místico, disse que eu quebrei o são Jorge do Jararaca. Isso aí eu não lembro. Minha mãe que contava essa história. Também, de fazer xixi no Prestes, também não lembro. Eu só lembro... Não lembro nada disso. E aí minha mãe disse que o Jararaca mandou ir embora, tiveram que ir embora, porque eu quebrei – eu era terrível – que eu quebrei o são Jorge do Jararaca, que aquilo ia dar azar. Então era assim. Prestes... Anita Leocádia. Uma coisa que eu lembro. Quando a Anita Leocádia chegou da União Soviética, a primeira vez, com sete, oito anos de idade, eu tinha... Não. Não sete. Doze. Morava na Gago Coutinho. Então tinha que ir para a festa da Anita Leocádia. Tinha que levar um presente. O marido da minha tia, essa minha... a minha tia do... que morava... que eu morava com ela, na Lagoa, ele tinha uma ótica, na rua Senador Dantas. Você acredita que o meu tio foi lá na ótica, domingo, abriu a ótica, pegou uma máquina fotográfica, para eu levar de presente para Anita Leocádia? Quando chegou lá, ela tinha ganho mais de sete. [risos] Era assim o Partido. Lembro que meu pai, deputado, foi para o Nordeste, ele trouxe uma mala, que mandaram para mim e para o André, para os dois, cheia de brinquedos. Mas era brinquedo assim... Era tudo assim. Agora apesar disso tudo, da coisa do Partido –, isso eu conto aonde eu vou, que eu faço questão – meu pai entregava, como deputado federal, líder da bancada do PCB na Constituinte de 1946, ele entregava todo o dinheiro para o Partido. Ele ficava com dez por cento do que ele ganhava. Quem sustentava a casa era minha mãe. Porque a minha mãe era advogada, mas ela não advogava, ela dava aula. Ela, junto com as amigas dela, elas fundaram, em Ipanema, o Colégio Vitória, e ela dava aula nesse Colégio Vitória. E mais tarde, acho que através do Partido, ela

foi trabalhar no Jardim Botânico. Aí sim que eu conheci o Fiúza, que, também, ela conta. Fiúza era candidato, pelo...

D.P. – Iedo Fiúza.

V.G. – Iedo Fiúza é candidato à presidência da República, pelo Partido, e eu lá – e a minha mãe mesmo conta – porque aí as minhas tias... a minha tia, irmã do meu tio Jaime... a irmã... a mulher do meu Jaime – costurava muito bem, então fazia, para mim, vestidos de *laise* maravilhosos, e aí a bá me vestia, toda bonitinha, para eu ir para lá, sábado, trabalhar... quer dizer, não trabalhavam nada, ficavam lá, e eu ficava – e aí, que eu cheguei para o Fiúza, chamei... Você tinha perguntado se eu tinha noção. Cheguei e falei assim: “Você é um reacionário, quinta coluna”. Porque eu escutava isso toda hora, dentro de casa, o cara fazendo política... Minha mãe disse que quis morrer. Porque o cara era o candidato do Partido, eu chamei ele de quinta coluna. Bom. Então, por isso, era uma família muito politizada. Os meus primos, a Silvia e o Leonardo, que eram filhos do meu tio Jaime, que é médico, eles também... eles foram da Juventude. O Jaime, meu tio, a minha tia Maria, a mulher do meu tio Jaime, a Golda, todos eram do Partido.

D.P. – Victoria, e no colégio? Você destoava das meninas? Você se enturmava, você discutia política? Como era, nessa infância, nesse início da adolescência?

V.G. – Bom. Eu estudava na Escola Pública Pedro Ernesto. Discutir política, não. O que eu discutia era religião. Porque as senhoras dadivosas da igreja Santa Margarida Maria iam dar aula de religião para as crianças. Que era uma escola laica e tal. Então quem não tinha religião ficava do lado de fora. Mas quem não tinha religião era protestante, sei lá o que é que era. E eu começava a fazer discussão política. Eu repetia. Eu era uma macaquinha. O que me minha falava eu repetia. Deus não existe. Isso tudo é besteira, esses santos... A minha discussão era essa. Mas não se discutia... Naquele tempo, as crianças eram mais... eram bem crianças. A gente era muito criança. Apesar de que, na minha sala, tinha filho de comu... Vamos lá. O Aluísio Teixeira, reitor da UFRJ, era da minha turma, no Pedro Ernesto. A tia dele, Luiza Teixeira,, Luzia, Luzia Teixeira, foi nossa professora na quarta série. Tinha mais. O Mauro Lobo, que era filho do Demóstenes Lobo e da Raquel Casoy, que foi... Eles eram do Partido. Depois, a Raquel casou com Amarílio. Então tinha filhos de comunistas na minha turma. Eles sabiam. A gente era muito conhecido. Apesar de que morar na Lagoa... só morava reacionário,

era uma coisa impressionante, mas a gente... Ah. E também tinha gente mais ou menos, na própria... Eu morava na rua Resedá; e na rua Carvalho Azevedo, de um lado, morava o Nei... como era o sobrenome? Nei... Como era o nome? Reinaldo Nery. Ele era Nei não, ele era Nery Gonçalves. Que ele era da Fiocruz. Morava o Dante Costa, que era do Partido Socialista, que fundou, junto com o Mangabeira, o Partido Socialista. A filha dele, Flávia... Flávia Dante Costa... Eles eram tão esnobes que o nome da filha tinha o nome do pai. Não era Flávia Costa, era Flávia Dante Costa, porque ele era Dante Costa. Ligado, também, ao cara da tevê... Continental – como é? – Berardo, Rubens Berardo. Então tinha assim um núcleo mais ou menos de esquerda, na Lagoa. E tinha super reacionarismo. Chagas Freitas. Eu era amiga da filha do Chagas Freitas, brincava na rua. Porque naquele tempo... A rua Resedá é uma rua que não tem saída. A gente brincava na rua. Parecia subúrbio. Hoje em dia não, porque - eu já fui lá - só tem carro estacionado. E aí não tinha... Eu não... Eu era assim. Mas aí eu fui... Bom. Aí vou para o ginásio, no Pedro II. Meu pai volta em 58, da União Soviética...

D.P. – Quando ele volta...

V.G. – Quando ele volta...

D.P. – Vocês ficavam sabendo que ele vai chegar? Ou ele chegou de surpresa? Você lembra disso?

V.G. – Ah. Isso eu não lembro. Eu sei que ele chegou.

D.P. – Chegou em casa.

V.G. – Chegou, lá na Lagoa. Chegou em casa. E aí eu fiquei sabendo que as divergências, que já vinham desde 1950, com o manifesto de 1950, tinham vindo à tona, por causa do vigésimo congresso. Meu pai, que era do Secretariado do Partido, foi ser só do Comitê Central. E aí determinaram que ele ia dirigir o Partido no estado do Rio. Porque aqui era Guanabara, Estado do Rio e Niterói. Nesse tempo, eu já estava com quatorze anos, no último ano do ginásio, na quarta série ginasial, eu fui para a colônia de férias Kinderland, que é dos judeus progressistas e os judeus comunistas. Tem muito judeu comunista. Judeu comunista e progressista. E eu fui para a Kinderland. E aí eu me aproximei do grupo da ASA, Associação Sholem Aleichem. E fiquei amiga das meninas. Aí eu comecei a frequentar a sociedade de esquerda judaica. Aí eles

queriam que eu saísse da escola pública. Olha como era o Partido. E tinha o colégio... que tem, agora, aqui em Botafogo, como é o nome? É...

D.P. – Colégio judeu?

V.G. – É. Como é o nome do colégio que tem na rua São Clemente? Liessen. O Liessen era na Tijuca. Aí eles queriam que eu e o André fôssemos para lá, porque era dos judeus comunistas. Mas a minha mãe não deixou, porque eu morava na Lagoa, e como é que ia para a Tijuca? Naquele tempo tinha o loteação Lins – Lagoa, mas, na Tijuca, era uma confusão. Não é como hoje, que tinha... E aí a gente continuou na escola pública, que tinha que ser na escola pública. E aí eu frequentava os judeus. Aí eu comecei a me entrosar e... Mas eles eram judeus... progressistas, comunistas, mas tinham um certo... eram classe média. Eram intelectuais. Tinham um certo nível de vida. E eu, filha... E a gente vivia num miserê danado. Quem sustentava a gente... O Partido dava, mas o que o Partido dava não era suficiente. Quem nos sustentava mesmo era tia Maria. Ela, como médica, aliás, ela sustentou todos os irmãos. Que ela dizia que ela era a burra da família. Eu falei: mais inteligente que os outros. Porque o meu tio Jaime, uma sumidade, psiquiatra, que depois se tornou psicanalista, falava nove idiomas, traduzia, mas não tinha dinheiro. Sim. Porque vivia estudando. Não ligava para dinheiro. Mas tinha que sobreviver. Então, quem comprava o apartamento dele era ela. Ela era... Eles eram os teóricos, ela era a empírica, que ia lá e... Ela dizia: “eu sou a burra da família”. Mas a burra da família comprou dezesseis apartamentos, com o dinheiro da medicina. Naquele tempo. Hoje em dia, acho que não compraria nem um. E aí meu pai... E aí eu fico sabendo, vem a notícia, que a gente vai ter que morar em Niterói. Aí, para mim, foi o desespero. Morar em Niterói?! Então eu já conhecia todo mundo aqui, as minhas amigas, as minhas amigas moravam em Copacabana, toda assim...

A.M. – Isso, você tinha quinze, dezesseis anos.

V.G. – É. Quatorze, quinze anos. É. Quatorze. Quinze anos. Porque eu sou de novembro, foi [com] quinze anos, mesmo, que eu fui para Niterói. Eu terminei... Eu já podia ter ido para Niterói com quatorze anos. Mas nem eu nem o André fomos, porque nós terminamos... eu terminei a oitava série e o André... Que oitava série? Quarto ano ginasial. Eu estou... [riso] E o André, o segundo. Para poder ir. Aí, fizemos prova lá, entramos no Liceu Nilo Peçanha. Aí me aproximei dos judeus progressistas de Niterói. E fomos morar num quarto e sala, ao pé do

morro do Cavalão. Eu dormia com André na sala e meu pai e minha mãe dormiam no quarto. E a situação já estava feia ali, porque o Partido já estava meio que isolando meu pai. Eu nunca tomei conhecimento. Aí eu dizia... Aí eu fui para o Liceu. E lá tinha um grêmio muito ativo. O Liceu Nilo Peçanha tinha um grêmio. E que eu me lembro de ser... o Rubem César Fernandes era o presidente do grêmio. Mas eu não passava nem na porta. Porque eu disse que eu ia ser uma burguesa, que eu não ia ser comunista, porque eu detestava a casa, eu deixava a minha casa, eu tinha vergonha da casa que eu morava. Mas de um jeito... Eu não tinha quarto. Isso, para adolescente, é a pior coisa do mundo: você não ter um quarto. As minhas amigas tinham quarto bonitinho. Eram classe... Naquela época, eu achava que... Devia ser gente da classe média, professor, assim, tinha uma casa decente. A minha casa... E quando chegava o pessoal do Partido, quando já estava a divisão, eu, já com dezoito, dezessete anos, ia dormir com meu pai e minha mãe, no chão, para dar minha cama... Tinha a cama Drago, você lembra? Era um sofá. Minha mãe, para o André, comprou um sofá-cama, e eu tinha uma cama Drago, que era uma poltrona que abria. Elas nem sabem o que é isso. [referindo-se às mais jovens ali] Era uma cama assim, que abria. Chamava Drago, na época. A minha mãe, que nunca tinha exercido a profissão de advogada, quando começou essa confusão toda, passou a exercer a profissão nos sindicatos de olaria, do estado do Rio de Janeiro. Itaboraí, Itaguaí, bababá, bababá. E aí eu dizia que eu não ia ser comunista, que eu ia [ser no Partido], que eu ia ser uma burguesa, que eu não queria saber... Aí eu não ia... Eu ia no grêmio, o Rubem César chamava, eu não ia. Eu tenho minhas três amigas, a gente tem até uma foto, “as três patetas” do Liceu. Minhas três amigas. Aí, um dia lá, o Liceu fez uma Semana de 45. Chamar os... Aí eu já... aí, nessa hora, eu quis me exibir, “está bom; então eu trago Jorge Amado”. Aí chamei minha tia, essa minha tia da Lagoa, que era amiga da Zélia Gattai, vim para Copacabana, para chamar Jorge Amado. Olha minha... Tinha quinze anos. Chamar Jorge Amado, fazer palestra no Liceu Nilo Peçanha. Você acha que Jorge Amado ia fazer palestra no Liceu Nilo Peçanha? [riso] Aí ele tinha acabado de escrever *Quincas Berro D'Água*. Eu tinha esse livro, que o exército levou. Então estava lá: “para Victoria, uma lembrança de um amigo de seu pai”. Foi o que eu consegui. Jorge Amado não foi. Fiquei muito decepcionada e tal. Aí chegou a época do vestibular. Aí veio... o Partido, 62, que veio a reorganização do PCdoB; que eles diziam que eles que eram o verdadeiro Partido, o resto era revisionista. Tem episódio. Em 1963, o Partido, o PCB, fez a conferência de solidariedade a Cuba, em Niterói, porque ia ser aqui no Rio, o Lacerda não deixou. E aí... Menina, a minha mãe era terrível. Nesse congresso, a luta interna do Partido... Porque o meu

pai ficou no estado do Rio e o Amazonas foi para o Rio Grande do Sul. E lá, no Rio Grande do Sul, tinha um PCdoB começando, muito forte, quer dizer, muito forte... mais forte de todos. Tinha mais gente. Tinha muita juventude, muitos jovens. Tanto que vieram muitos jovens de lá, para esse congresso. Menina... Aí eu comecei a me inteirar, comecei a participar. E aí eu era meio “o que a minha mãe falava”, eu ia na onda da minha mãe. Minha mãe brigou com Marighella. Marighella falou assim: “Saia daqui, Alzira!” Ela disse: “Eu não saio”. “Então você vai sair...” Marighella tinha uma arma dentro da pasta. “Você vai sair agora, ou não vai sair?” Aí minha mãe saiu. Minha mãe só saiu porque Marighella ameaçou ela. Brigaram terrivelmente –, imagina que coisa horrorosa –, dentro do congresso. E, nesse dia, eu também fiquei com vergonha. Sabia? Porque aí a minha mãe já tinha extrapolado. Era traidor, revisionista... Gente! A briga era uma coisa que você não pode imaginar. Era uma coisa. Aí eu já estava... Bom. Aí eu passei na Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil, hoje UFRJ, hoje o IFCS...

D.P. – Fnfi, na época.

V.G. – É. Fnfi. Sou da Fnfi.

A.M. – Em 1962?

V.G. – 1963. Eu fiquei um ano... Aí tem uma história. Nesse meio tempo, eu namorei um judeu... Eu só namorava judeu, porque eu ia casar, ia me converter, eu ia ser uma judia de dez costados. Um judeu argentino. E ele morava lá e cá, ficava indo e voltando. E até que ele veio, e aí ele fez aquelas provas de adaptação, para entrar, e eu estava no terceiro ano, ele estava no segundo. Aí ele chega para mim e fala assim: “Ah. Mas fica feio, você na faculdade, eu ainda – olha só – eu ainda... Você na faculdade e eu ainda fazendo o científico. Você faz vestibular no ano que vem?” Aí a idiota aqui, “está bom, faço no ano que vem”. Mas aí, nesse tempo, em Niterói, não tinha professor, faltava professor - do Instituto de Educação, porque antigamente, é assim: as meninas do Instituto... minha prima é professora pelo Instituto de Educação –, você era do Instituto de Educação, você se formava, você tinha emprego no estado do Rio, da Guanabara. Você já saía com emprego. E Niterói, era a mesma coisa. Mas aí não tinha professores suficientes, então eles começaram a contratar as alunas do Liceu. Aí eu passei a ser professora primária do estado do Rio de Janeiro, com Badger da Silveira sendo governador; que até hoje eu não recebi. Trabalhei um ano, sem receber um tostão. [riso] Devia ter pedido

isso na Comissão de Anistia. Mas tudo bem. E aí eu fui para a faculdade. Quando eu botei o pé naquela Fnfi... Jango. Ou eu... como é que se diz? – aderiu ao movimento que a faculdade fazia, me aderiu ao movimento estudantil –, porque o PCB era muito forte, tinha setenta militantes no PCB –, ou eu aderiu ou eu ia ser marginalizada. E como era um ano, que eu digo que, para mim, foi o ano mais bonito da minha vida, eu acho que o ano mais bonito que o Brasil teve: você acordava com a democracia, dormia com a democracia, jantava e almoçava com a democracia; era uma efervescência a Faculdade Nacional de Filosofia, as assembleias eram feitas no salão nobre, dos alunos, o PCB dominava. E eu tinha duas amigas. Porque aí, como eu não entrei na faculdade em 62... Depois, eu acabei com esse namorado. Meu pai não suportava ele, eu percebia que meu pai não suportava. Quando eu entrei na faculdade, eu vi que ele não tinha nada a ver comigo, aí acabei. Perdi, assim, um ano... Sei lá se eu perdi. Hoje, não considero. Porque eu era tão jovem. E aí eu fazia o cursinho, fui fazer cursinho, na Filosofia, para estudar, para não ficar... Flora Abreu foi minha professora. A Flora Abreu me dava aula de história medieval. E Wilson Nascimento, que hoje é professor na Unicamp, me dava aula de Brasil... de República.

D.P. – Isso, no cursinho.

V.G. – Isso, no cursinho. Joel, Joelzinho, Joelzinho Santos, Joel me dava aula de Brasil Colônia. Olha os meus professores. A Irene, que era uma judia também, dava aula de francês e português. Eu tive professores... Tanto eu brinco com a filha da Flora, falo: “A sua avó foi minha professora”. Ela fica assim... me olhando. Quando era pequena assim, a minha professora. Porque os melhores alunos, que eram do diretório, participavam do cursinho. E aí eu comecei. Com esse nome que eu carregou, eu não tinha jeito. E nesse cursinho, eu conheci uma menina, também judia – olha só, eu só pensava em judeu –, Tamara Bronstein... Bom. E depois, lá na faculdade, quando começaram as aulas...

D.P. – E Rubem César estava lá na Fnfi.

V.G. – Rubem César estava lá. Só que Rubem César fazia história, e eu fui fazer ciências sociais. E aí, Rubem César estava lá; Enilton Sá Rego, que também era do Liceu, estava lá; Maria Célia, que foi mulher dele, que era mais velha do que eu; a irmã dele, Marília, que é da minha... ela é um pouco mais velha do que eu – Bandeira -, ela era da minha turma; o Rangel Bandeira era da turma do André, Tanto que no livro do Rangel Bandeira, ele fala no André. O

André era amigo dele. E aí eu comecei a participar. E aí eu fiquei amiga, também, da Maísa, e ela era...

D.P. – O Pedro Uchoa, também, estava lá.

V.G. – Também estava lá. Todo mundo. Cecília. Todo mundo estava lá.

D.P. – Maurício.

V.G. – Ah. Maurício, da física. Ah. Eu era apaixonada. Sérgio Campos, que era o presidente do diretório. Aliás, eu e todas... Outro dia, a gente foi num jantar, ele começou... Eu falei assim, no almoço, “Só tem velho – eu falei – aqui, maior quantidade de velho por metro quadrado”. Aí ele brincou comigo, eu falei: “Sabia que eu fui apaixonada por você?” Eu era apaixonadíssima pelo Sérgio Campos. Ele nem olhava para a minha cara. Porque ele era apaixonado pela Iedinha. Ah. Todo mundo, todo mundo era da Fnfi. Toda assim. E aí você vai... Eu era amiga da Tamara, eu conheci a Maísa, por acaso... aí eu vim morar com a minha... A gente morava em Niterói. Tinha que entrar na faculdade sete horas da manhã...

D.P. – Aí você veio morar no Rio.

V.G. – Vim morar no Rio, em Botafogo, com a minha tia Maria, na rua São Clemente. Tem um prédio na frente, tem uma vila atrás, a Maísa morava na vila de trás. Maior coincidência. A Maísa, também, era muito amiga da Maria Helena, aí ficamos as quatro. Aí nós éramos chamado “o bando das quatro”. E todo mundo... Nós éramos PCdoB. Eu não sabia. Eu nunca tinha entrado. Não sabia nem que eu era Partido, para te falar a verdade. Então, um dia, está lá uma assembleia...

D.P. – Mas vocês eram identificadas como PCdoB, já? Por causa do sobrenome Grabois.

V.G. – É. E as três andavam comigo, eles também já botavam tudo na mesma... Aí eu nem sabia que... Aí um dia... Isso eu conto. A Cecília, outro dia, até contou isso para o Wilson. Aí nós estávamos lá numa assembleia, daquelas pesadíssimas, e cheio de reacionário – tinha o Jorge Facit, hoje, ele é promotor, já é procurador do Ministério Público do estado, um cara reacionaríssimo – e tinha um cara lá que... Aí Wilson, Wilson Nascimento fala assim... O cara falou: “Isso aqui está infestado de comunista, aqui só tem comunista!”. Aí Wilson, que falava

muito bem, ele era um grande orador, ele pediu a palavra e falou assim: “Aqui tem comunista, sim. E tem dois partidos”. Aí eu fui lá, falei: “ah, eu sou do PCdoB”. [riso] Eu falei, quem me disse que eu era do PCdoB foi ele.

A.M. – Mas existia algum tipo de tensão, durante essas assembleias? Porque o Partido está passando por esse processo de reformulação.

V.G. – Não. Entre... Reformulação. Tinha, porque o Partido já estava numa divisão. Ali, já estava começando a dissidência Guanabara. Já estava começando. E eles se aproximaram muito de mim. E meu pai, sabedor disso, macaca velha, começou a dar curso de marxismo. Porque ele aí reeditou [o jornal] *A Classe Operária*. Ele passou a ser diretor. Meu pai, mesmo no Secretariado do Partido, ele dirigiu os jornais do Partido. Tinha o Pedro Motta Lima, que dirigia *A Imprensa Popular*, mas o meu pai era o secretário de Agitação e Propaganda. Prestes era o secretário-geral, meu pai, de Agitação e Propaganda, (hoje seria de comunicação, sei lá.) o Amazonas... negócio interno – como é que se chama? responsável... – não – pelo movimento sindical, e o Arruda era o homem de dentro do Partido, lá o nome que eles deram, agora já estou esquecendo – tem lá umas nomenclaturas. Então eram os quatro. Era Prestes, meu pai, o Amazonas e Arruda. Eram os quatro. Meu pai, afastado e tal. Mas com esse pessoal da Fnfi não tinha, ao contrário, tinha aproximação, porque já estava havendo a dissidência, era o início da dissidência Guanabara. E a AP, também, estava se aproximando. E aí meu pai deu curso, n’*A Classe Operária*, que ele [ergueu] Então, esse pessoal todo, todo mundo ia para os cursos de marxismo. E *A Classe* tinha um... Aí começamos a fazer uma parte estudantil. Eu mandava as noticiinhas todas que sabia e meu pai escrevia os artigos e botava assim: Vic Reis. Porque o sobrenome da minha mãe é da Costa Reis. Para todo mundo saber que era eu. E eu não escrevia nada daquilo, porque eu não tinha nem condição de escrever, porque era tanta agitação, que eu não parava. Bom. E aí começou uma movimentação dentro da Fnfi, já no segundo semestre, para tirar o Eremildo, Eremildo Viana.

D.P. – Mas a base lá era do PCB.

V.G. – PCB. Só tinha eu lá, com as minhas três amigas.

D.P. – Pois é. Ainda não tinha rebatido. Era o início do...

V.G. – Era o início do PCdoB. Eles disseram que eu era...

D.P. – O pessoal controlava o...

V.G. – Eles que controlavam o movimento estudantil, com a AP. Mas nós éramos... sei lá – apêndice. Mas a gente... Eu fechava com eles. Ali dentro, eu fechava. Sei lá. A gente não era nada. Ele é que dizia, para poder aterrorizar. E depois, ainda vinha aqueles artigos na *Classe*, escrito Vic Reis. Que eu nem... Porque como eu não participei do movimento estudantil da época da – vamos dizer, secundarista, eu não era entrosada. Meu negócio era outro. Ali é que eu estava começando a tomar pé do que estava acontecendo. Eu não tinha, ainda, uma noção. O negócio meu era... Sei lá o quê. Aí começou o movimento para tirar o Eremildo. Veio. E aí culmina, lá um dia, que o conselho universitário se reúne e suspende, por tempo indeterminado, quinze alunos, entre os quais euzinha aqui, que não era nem... Todo mundo do PCB, eu, que era filha de Mauricio Grabois, vamos assim dizer, com esse nome que carregava. A professora de matemática disse que escutou que eu falei assim: “Ah. Não querem abrir auditório para nossa assembleia” – aí, que eu falei assim: “Vamos lá e arrombamos a porta”. Eu acredito que eu tenha falado isso. Claro que eu não ia dizer lá para eles. Mas era bem... Eu era doidinha. Era bem meu isso. E aí nós fomos suspensos por tempo indeterminado. Sérgio Campos era o presidente do diretório, a Raquel Teixeira, que é prima do Aluísio Teixeira, que foi do...

D.P. – Reitor da UFRJ.

V.G. – É, reitor da UFRJ, e a Raquel, que foi da Casa de Rui Barbosa, (agora, eu não sei onde é que ela está) era secretária-geral e tal, aí eu... Eu não podia entrar na sala de aula. Aliás, nenhum de nós podia entrar na sala de aula. Então eu fui para o diretório. Aí eu me aproximei muito do pessoal do PCB. Aí eu comecei a trabalhar. Eu tinha que fazer alguma coisa. Ia ficar em casa? Aí eu comecei a trabalhar com o diretório e tal. Tanto que no dia que o Kennedy morreu, Sérgio Campos... ah. – Sérgio Salomé da Silva –, (também, ele era da minha turma, fazia ciências sociais; hoje ele é da Unicamp. Ele já se aposentou.) – fomos ao Palácio das Laranjeiras, falar com Jango, porque em pleno governo João Goulart, quinze alunos suspensos por tempo indeterminado, não dava. Quando nós estamos lá, vem o chefe lá de gabinete do Jango e diz assim: “Olha. O Jango, agora, não vai poder receber vocês hoje, porque acabou de vir um telefonema de Washington: mataram o Kennedy”. Aí voltamos para a faculdade. O

Sérgio Campos é mais velho do que eu. O Sérgio, todos eles. Mas eu era meio deslumbrada. Mas nesse dia, todos ficaram deslumbrados.

D.P. – Isso foi no Palácio Guanabara?

V.G. – É, no Palácio Guana... Não. No Palácio das Laranjeiras. Aí quando chega lá, os três, chegamos, demos a notícia. Agora você vê. O Jango recebia alunos de uma facul... de uma universidade, porque... Universidade do Brasil. Você saber que o Kennedy tinha sido morto, ali. Isso para mim foi a glória. [risos] Aí...Foi até uma... Bom. No início do ano de 64, o Jango revoga a nossa suspensão e manda que a gente volte a fazer prova. E naquele tempo – acho que você não pegou isso, você entrou na faculdade em 68, você já entrou, já...

D.P. – 67.

V.G. – Ah. 67. Você já estava. Você... Era assim. Era por ano. Era modelito francês, não era modelito americano. Então você fazia prova escrita, se você tivesse sete, você não fazia; se você tivesse até seis, você ia para a oral, e se você tivesse não sei quanto, você fazia... coisa vago... tirava um ponto lá para falar, e se você não passasse, você ia para segunda época. Então nós íamos fazer isso tudo num dia só. E eu era uma... Eu estava... A Marina São Paulo Vasconcelos, que era prima do Amarílio Vasconcelos, onde a minha mãe conheceu meu pai, ela era professora de antropologia, ela era catedrática; e durante toda a ditadura, na minha cabeça o catedrático era o Darcy Ribeiro, e ela era assistente dele. Eu só fui descobrir que ela era a catedrática no dia que nós fizemos uma homenagem, no IFICS, para ela. Você vê o que é o poder. Na minha cabeça, o Darcy não podia ser assistente da Marina São Paulo Vasconcelos. Olha que coisa. E ela gostava muito de mim. E eu tirei... Ela me deu nota... Eu me lembro que a primeira prova que eu fiz, eu tirei nove, e ela disse: “Ano que vem, quando você já tiver mais embasamento teórico, você vai ser minha assistente”. Aí eu já ia... já estava me vendo uma antropóloga física. Porque ela era de antropologia física. Então eu já estava me vendo no meio dos índios... Aí já comecei a sonhar alto. Imagina. Marina São Paulo Vasconcelos, assistente dela... Você já imaginou. Aí vem, começamos, eu e Sérgio Salomé, os dois, sozinhos assim, fazendo a nossa provinha lá. Professores reacionaríssimos!

D.P. – Isso é 64.

V.G. – 64. Início de 64. Março de 64. Essa época agora. Cinquenta e um anos depois. Num dia assim como hoje, eu estava lá fazendo prova, eu e ele, fazendo as provas. E a gente tirando boa nota. Porque aí a minha amiga Maísa que morava na vila, eu estudava com ela, e ela botava eu para estudar, porque... Tanto que essa Wanda [Toro] – era uma reacionária de marca –, e ela passou um trabalho para a gente fazer – [inaudível] da região Nordeste, e nós fomos para o museu do Folclore; que não era aqui no... não era aqui no Catete, era na cidade, e o diretor, que era o Edson Carneiro, ele era primo da mulher do Amazonas, ele era irmão do Nelson Carneiro, o deputado, e nós fizemos toda a pesquisa lá. Fizemos um trabalho interessantíssimo. Aquele trabalho podia até ter sido publicado, de tão... Eu e as minhas quatro amigas. Aí a Wanda [inaudível] começou, disse: “Aqui apareceu o melhor trabalho da turma. O melhor trabalho, não é trabalho desses subversivos, desses terroristas...” - aí a turma toda já ficava *assim*, todo mundo... Elas que me contaram, porque eu não podia entrar na sala. E aí ela começou a ler o nome. É pelo nome de ordem. É assim: Maria Helena, Maísa, Tamara... aí ela para – Vi... Ela parou. Aí a turma toda caiu na gargalhada e vaiaram a professora. Mas nós tiramos dez. Ela não podia ser contra mim. Ela já tinha dado a nota. E não podia, também, prejudicar as outras por minha causa. Para você vê o... Nós íamos, os dois, assim... mas sabe? - numa tensão. A gente sabia. Nós éramos bons alunos. O único problema é que a gente achava que o professor podia nos sacanear, a gente não passava de ano; aí repetia ano. É como se fosse colégio, naquele tempo, a faculdade era como colégio. Quando a gente ia fazer prova, no dia primeiro de abril, de introdução à filosofia, veio o golpe. Aí eu estava já... Eu estava em Botafogo, na São Clemente, na casa da minha tia, eu já namorava o Gilberto... Porque aí eu fui n’ *A Classe*, um dia lá, n’ *A Classe*, tinha um rapaz, que tinha vindo da Tchecoslováquia, que morava em São Paulo, e aí eu conheci. Fui lá... Primeiro... Não. Alguém me disse. Ah! O André. Porque o André...

D.P. – André é seu irmão.

V.G. – André é meu irmão. André era terrível. Não queria estudar, aí meu pai: “então vai trabalhar”. Então aí tinha a livraria Futuro, que ficava no Avenida Central, e meu pai colocou o André de gerente. Gerente e tudo. Gerente, vendedor. Ficava lá, vendendo livro. Aí o André chega para mim... Porque aí, no fim de semana, eu ia para Niterói. Disse assim: “Olha. N’ *A Classe* tem dois caras novos. Tem um jovem e tem um velho” – que era um cara que veio do Rio Grande do Sul. Até esqueci o nome dele. Falei: “Ah. Eu vou lá”. Fui lá, olhei, vi aquele

cara lá, olhei para ele... Aí eu comecei... Ele deu umas olhadas assim para mim... Aquelas coisas. Aí eu comecei a ir, a ir, a ir... Aí quando chega no dia 30 de dezembro, eu falei: “Coitado, esse cara mora em São Paulo, ele vai ficar sozinho no Rio...”, aí eu já convidei ele. Falei: “Você não... Você quer passar o réveillon aqui no Rio? Porque eu vou para a Hebraica – olha eu – eu vou para a Hebraica e tal...” Ele falou: “Não, eu vou para São Paulo, com a minha família”. Aí meu facho quebrou, e aí eu fui com a Tamara para a Hebraica. Tanto que eu apresentei o marido dela, que eu conhecia lá de Niterói, para ela, e comecei a namorar um judeu que tinha vinte e cinco – para mim era a glória. Eu estava com dezenove anos, vinte... vinte, e o cara tinha vinte e cinco. Aí comecei a namorar um judeu, lindo, que morava lá no Méier. Aí eu em vez de dar o telefone da minha casa, eu dei o telefone da faculdade, porque eu não saía lá de dentro, estava no diretório. E aí... A faculdade fechada, porque... Fecharam a faculdade, porque no dia 30 de dezembro de 63, o Lacerda foi convidado para ser o paraninfo da turma de jornalismo, aí nós não deixamos o Lacerda entrar. Aí gritava: “Corvo! Corvo!” Pusemos ele para fora. Foi um escândalo no Rio de Janeiro. Foi um escândalo. Aí fecharam a faculdade. E aí a Polícia... acho que era a Polícia Militar, não sei, ou o Exército, não lembro bem, tomou conta da faculdade. E aí estava o guarda. Eu falei: “Com quem eu estou falando? *Seu* guarda. meu nome é Victória. Olha. Se ligar um rapaz assim – nem lembro mais o nome dele – fulano de tal, você dá meu telefone”. Você acha que o guarda ia fazer isso? Só na minha cabeça. Eu era muito infantil. Bom. Eu perdi esse namorado judeu. Mas o outro também já estava assim meio engatilhado, e aí eu achei – não, é melhor ficar com o comunista, porque o meu pai vai aceitar melhor. Olha só.

A.M. – A gente precisa interromper.

V.G. – Ah, tá. Eu e as minhas histórias.

A.M. – Muito boas.

V.G. – Mas a anistia não chegou ainda.

[FINAL DO ARQUIVO pho 2217 – Victoria Grabois – 2015-03-10 – 01]

A.M. – Você estava mencionando que passou seu ano novo na Hebraica.

V.G. – Na Hebraica e tal.

D.P. – É. Mas aí já teve... É véspera do golpe.

V.G. – É. Já chega o golpe. Bom. Eu fiz a prova... Aí fui fazer prova. Já acabou isso. Aí já estava fazendo prova. E aí, eu estava na casa da minha tia, em Botafogo. Ninguém acreditava... Ah, não. Aí tem a história principal. É. E aí de manhã do dia primeiro, já tinha... já se escutava os rumores de que ia ter golpe. Tinha o programa de alfabetização do método Paulo Freire. E eu... A gente já tinha veio prova, no Maracanã, e eu fui ser supervisora desse projeto, da qual eu achava que eu era só alfabetizadora; mas eu só descobri que eu era supervisora quando... na hora da anistia, de eu pedir a minha anistia. Eu não sabia que eu era supervisora. E lá, eu me lembro, o Alcir, marido da Flora, [debaixo, falou] assim: “Victoria, está chegando...” Assim. Mas eu não acreditava. Aí de manhã...

D.P. – Mas você já estava trabalhando no negócio do Paulo Freire?

V.G. – Estava no coisa, já estava trabalhando no Paulo Freire. Eu estava começando. A assistente do Paulo Freire estava no Rio, fazendo a capacitação dos supervisores. Eu ainda estava na ca...[pacitação]. Já tinham pessoas que já estavam... que tinham entrado primeiro, que já estavam indo para Nilópolis...

D.P. – Certo. E você já retomado a faculdade também? Você passou nas provas, mas não tinha...

V.G. – Não. Eu estava... Não. Eu não cheguei a passar nas provas. Eu estava fazendo prova. Então no dia primeiro de abril...

A.M. – Ainda estava suspensa. Não podia frequentar a sala de aula.

V.G. – Estava... Não. Quando... Não. Eu podia, sim. Mas o Jango suspendeu a suspensão.

A.M. – Ah. Está.

D.P. – Estava fazendo provas para...

V.G. – Estava fazendo prova. Fazendo prova, eu podia ir na faculdade. Mas o negócio estava... Já aí eu frequentava a faculdade, as pessoas já estavam lá, no segundo ano, nas suas aulas, e nós lá, fazendo provas, numa sala especial, sei lá como é que era. No dia primeiro, ia fazer

prova de filosofia, introdução aos estudos da Filosofia, uma coisa assim, e... e tal. E aí a ordem... Aí eu fui para a faculdade, no dia primeiro, de manhã. Fui a pé. Fui a pé, de Botafogo até a Presidente Antonio Carlos, porque já não tinha... Estava em greve. Aí a ordem do PCB foi que todo mundo saísse de lá e fosse... todos se concentrassem no Caco.

D.P. – Porque a Fnfi...

V.G. – É Presidente Antonio Carlos, onde é hoje o consulado da Itália. Já tinha sido consulado da Itália antes, antes da guerra; o Getúlio tomou, então a Universidade do Brasil foi ali, ali ficavam os principais cursos. E aonde é a ABL, aonde tem aquele prédio enorme –, que ali tinha um prédio muito bonito, colonial, que quebraram –, ali ficava a biblioteca da Fnfi, que é a biblioteca do IFICS, hoje; aquela biblioteca ficava ali, e ficava a Letras, que Raquel fazia letras, a Raquel Teixeira, e jornalismo. E o resto, assim química, física, ciências sociais, história, geografia, pedagogia, ficava todo mundo naquele prédio onde é o consulado da Itália, junto da Maison de France. Aí a ordem do PCB é que todos os estudantes fossem para a Faculdade de Direito, para o Caco. E eu fui com a Raquel Teixeira, que eu fiquei muito amiga da Raquel Teixeira; porque nós éramos as únicas... ela era a secretária do diretório, eu fui para lá trabalhar com ela, então ficamos amigas. E me lembro que fomos a pé. E ficamos todos concentrados. Tinham trezentos estudantes, dentro da Faculdade Nacional de Direito. E a gente ouvindo a Rádio Legalidade, porque o Brizola... a Rádio Mayrink Veiga virou a Rádio Legalidade, daonde ele conclamava o povo a lutar com Jango, pegar em armas e bababá. De repente a Rádio da Legalidade sai do ar. Lá pelas três, quatro horas da tarde, começam a jogar bomba de gás lacrimogêneo lá dentro. Então, as pessoas estavam espalhadas, assim por baixo, sei lá por onde, as pessoas começaram a subir.

D.P. – O prédio da Faculdade de Direito ficava lá no...

V.G. – É. Foi. No largo do Caco. Onde é hoje, até hoje, a Faculdade Nacional de Direito. Lá para umas cinco, seis horas da tarde, bate na porta – fechada –, eles abrem a porta. Acho que foi o Enildo que abriu, porque aquilo tinha... a direção do Partido estava lá dentro. Toda a direção do PCB, lá dentro. A direção abre a porta...

D.P. – A direção estudantil.

V.G. – Estudantil. E tinha os que eram os assistentes, também devia estar lá. Aquele Givaldo. E...

D.P. – Gilvaldo Siqueira.

V.G. – É. Siqueira. E aí, tem um comando, o cara: “Sou capitão do Exército, o meu nome é Ivan Proença...” E vocês têm que chamar também o Ivan Proença para vir aqui dar o depoimento; importantíssimo, Ivan Proença. E ele diz o seguinte: “Eu sou do comando lá do Palácio Guanabara, onde fica o presidente, recebi ordens, aqui, agora, do Ministério da Guerra, para colocar fogo – a ordem era para colocar fogo com todo mundo lá dentro –, mas eu não vou. Vocês vão sair. Vamos abrir”. Isso nunca... Isso também ficou na minha memória. Quando eu vou no Caco, eu vejo aquilo: eu lá no alto, aqueles homens de capacete do Exército... A nossa sorte é que tinha esse capitão. Se fosse outro, eu não estava aqui hoje, conversando com vocês. Aí ele falou: “Vão sair”. Aí ele, muito machista, “Os rapazes protegem as moças. Quem é que é voluntário?” Aí eu levantei o braço, e o René, filho do Apolônio de Carvalho, René Carvalho, também, e saímos os dois. Saiu outra garota, que eu não sei quem era. Mas como nós morávamos na Zona Sul, eu ia para Botafogo, ele ia para o Jardim Botânico, e aí nós saímos, os dois. Quando a gente chega em frente ao Comando Militar do Leste hoje, que era Ministério da Guerra, o ministério todo cercado, soldados assim, empinando as armas, e eu assim: “O que é que aconteceu, hein, cara?” Olha como eu era doida. – “Nada”. Eu falei: “Fala. Você é povo, você tem que falar”. Olha a minha maluquice. E ele... Aí o René me puxava, entramos na rua Marechal Floriano; ali tem uma delegacia de polícia, eu falei: “René, vamos sair daqui. Delegacia de polícia”. Aí nós saímos. Voltamos para a Presidente Vargas. E a gente, para poder vir para a Zona Sul, a gente tinha que atravessar a rua para o outro lado. E nós saímos assim os dois abraçados. Sabe que as balas atravessavam a Presidente Vargas? Tinha gente atirando, porque teve gente que reagiu. Tinham lá. No largo do Caco, morreram três ou quatro pessoas. Está no nosso dossiê. Não sei se eles morreram antes da gente sair ou depois. Porque... São três pessoas. Um chama... É uma mulher, que eu achava que era homem, porque o nome era. Depois, eu até posso passar esses nomes. Aliás, é muito simples: é só entrar no site do grupo, ver os que morreram em 64, que vocês veem. A biografia deles está lá, que estavam no largo do Caco, que eles mataram essas pessoas, que não... Esses daí não são... Bom. Isso aí a gente computa como morto. E aí nós corremos. Quando nós chegamos na esquina da Presidente Vargas com a Rio Branco, vinha um carro azul, o cara falou assim: “Vocês são

estudantes?” A gente não ia dizer não. Era. “Olha só. Não tem mais condução. Colocaram fogo na Une. E vocês querem carona? Vão para a Zona Sul? Porque eu vou para Copacabana”. Olha a maluquice. A gente não devia ter entrado naquele carro. Mas eu... sabe, ingenuidade nossa, entramos no carro. E eu não acreditava que tinham posto fogo na Une. Quando a gente passou na Praia do Flamengo, a Une em chamas. Aí, chegou aqui na Praia de Botafogo, ele nos deixou, porque ele ia para Copacabana; eu fui para a casa da minha tia, na rua São Clemente, e o René foi a pé até o Jardim Botânico, que Apolônio morava lá no Jardim Botânico.

A.M. – E vocês já sabiam o que tinha acontecido?

V.G. – Aí disseram. Aí disseram que já tinha tido o golpe, que o Jango já tinha sido deposto, que o Jango já tinha fugido para o Uruguai. Mas eu não acreditava a mínima. A gente não acreditava. Era uma coisa inacreditável. Não podia ter golpe, na nossa cabeça, aliás, de ninguém da esquerda. Ainda mais quem era jovem. A gente com vinte anos, a gente não acreditava num negócio desse. Era impossível. Aí a minha tia... Quase ninguém tinha televisão, minha tia não tinha televisão, mas a minha outra tia, que morava na rua Bambina, tinha, nós fomos para lá e começamos a ver o que tinha acontecido. Aí no dia seguinte, o Gilberto aparece. Aí eu já estava namorando o Gilberto. Comecei a namorar ele lá pelo dia 7 de janeiro. E ele falou: “Você não pode ficar aqui. Sua mãe já saiu de casa, com André, seu pai já saiu há muito tempo, você tem que arranjar um lugar para ir, porque aqui, a casa...” Aí eu fui para a casa da irmã da minha mãe que morava na Tijuca, no dia 2 de abril. Depois, eu fiquei sabendo que eles entraram na minha casa, em Niterói, no dia 2 de abril. Levaram tudo. Minha mãe saiu, com André, e foi dormir numa... A gente morava na rua do Afonsinho, que foi deputado pelo PDT. Dormiram na sala. Quando é de madrugada, o Afonsinho recebe um telefonema, dizendo que ele pode ser preso, que o Exército vai entrar na casa dele, que ele saia de lá. Ele acorda minha mãe e o André. Aí eles foram embora. Meu pai e o Amazonas foram para uma casa no interior lá de Niterói, lá em Alcântara, não sei aonde, tal. E aí os helicópteros começaram a sobrevoar a casa em que eles estavam. Meu pai era muito engraçado. Meu pai andava... naquele tempo tinha tamanco, não tinha sandália havaiana. Meu pai saiu, de calça e coisa, de tamanco, e o Amazonas era mais prevenido... os homens, antigamente, só andavam de paletó e gravata – e o Amazonas, de paletó e gravata. Foram bater na casa a minha tia. Dali, não sei a confusão. Aí depois o meu primo, que é filho... morava no Grajaú, levou eles para São Paulo. E eu fiquei

um bom tempo lá na Tijuca. Isso era abril. Eu acho que até julho, eu fiquei na Tijuca, na casa da minha tia. Aí eu fiquei sabendo, aí saiu no jornal...

D.P. – Mas você saia?

V.G. – Saia. Andava na rua. A minha prima me pintou de louro, toda de louro, fiquei oxigenada, loiríssima...

D.P. – É mesmo?

V.G. – É. Devia estar linda... [riso] Saia na rua, encontrava um monte de gente. A Filosofia inteira sabia que eu estava na Tijuca. Só não me pegaram porque não quiseram. Porque não interessava a eles. E aí, claro, no dia...

D.P. – Mas você não ia para a aula não. Estava suspensa.

V.G. – Não. Suspensa e tal. Aquilo. Mas aí, quando foi no dia 17 de abril, saiu a relação, no *Estadão* de São Paulo, que os quinze que tinham sido suspensos por tempo indeterminado e mais quatro... Aí eles pegaram o pessoal da Química e da Física, porque disseram que eles eram... eles que faziam as bombas, que como eles eram químicos, eles que faziam as bombas Molotov. Porque a gente fazia mesmo lá. Teve um que morreu, no dia do golpe, preparando bomba. Ele morreu lá dentro da Filosofia. Levaram ele para o Souza Aguiar, mas ele não resistiu e morreu. Aí saiu que eu tinha sido expulsa. Na relação, todo mundo brinca comigo, porque eu sou a décima oitava na relação (não era por ordem alfabética não, o negócio era alienado) e o décimo nono era o Elio Gaspari. Por isso que o Elio Gaspari escreve na coluna dele: *Eremildo, o idiota*. Foram quatro mulheres expulsas: eu, a Raquel Teixeira, a Iedinha...

D.P. – Iedinha, como é o nome dela?

V.G. – Ieda Salles. Maria Ieda Salles. E... quem é a quarta, Victoria? São quatro mulheres. Ah! Regina Prado. Regina Prado, que morreu. Sumiu. Aí... Bom. Em julho, a gente vai para São Paulo. Minha mãe já tinha ido para São Paulo. O André ficou na casa do meu primo, em Copacabana. Minha mãe, com a minha tia, meu pai em São Paulo. E vão para São Paulo. Minha mãe já... Aí o Gilberto já apresentou... não para a casa dele, porque os pais deles também eram comunistas, de origem operária; a minha sogra era da indústria têxtil e o pai dele, ele era

coureiro, da indústria de curtume. Ele foi para a Juventude. Ele foi para a Tchecoslováquia. Ele estudava engenharia na Tchecoslováquia. E quando ele estava lá, em 73, o Pomar, que tinha ido para a China, na volta – porque o filho do Pomar era muito amigo dele, Eduardo Pomar –, voltou, e disse que já estava uma preparação de uma guerrilha no Brasil. Então aí eles acharam que o lugar deles não era na Tchecoslováquia, era no Brasil. Por isso que eles voltaram. Então voltou o Gilberto, o Eduardo e o Osvaldão, que é o grande líder da guerrilha, o Osvaldão, negro, de dois metros de altura. E aí a gente não podia ir para a casa deles, porque eles também... podiam procurar a gente lá. Então nós fomos para a casa da tia do Gilberto. E começamos a procurar casa. Porque a minha mãe –, a sorte da minha mãe não ser casada com meu pai é que ela não tinha esse nome Grabois, porque isso chama uma atenção danada, é a única família do Brasil, não tem outra – ela era da Costa Reis, com a carteirinha dela da... E tudo, naquele tempo, era muito mais fácil do que agora. As coisas eram muito mais fáceis. Hoje em dia, você não vive mais na clandestinidade, é impossível. Com a informática, é uma coisa que não dá. Ela apresentava aquela carteira dela, vermelha, da Ordem dos Advogados do Brasil, qualquer um alugava uma casa para ela. Uma doutora, assim, era facilidade. Aí alugamos a primeira casa, que era no bairro do Ipiranga. E fomos para lá. Aí o André veio, veio o André, eu, meu pai e minha mãe, tal; o Amazonas também morava lá, mas o Amazonas ia e voltava. Quando chegou assim mais ou menos em setembro... E aí eu... Aí começou meu desespero. Porque eu era universitária, tinha uma vida intensa lá, fiquei dentro de casa, virei... sei lá o quê – dona de casa eu não era, porque não era nem dona da casa, a dona da casa era minha mãe – minha mãe como dona da casa, eu lá, só fazendo comida, engordando. Aquilo já começou a me dar um desespero.

D.P. – E o Gilberto? Você estava namorando com ele, mas ele aonde?

V.G. – Gilberto... Namorando... Não. Ele ia lá também, mas cada um... Não... Ele dormia...

D.P. – Na sua casa.

V.G. – É. Ele morava lá. Mas só que eu dormia num quarto, ele dormia no outro. Porque comunista, minha filha, era assim, mas você... Claro que tinha lá. Quando não tinha ninguém em casa... Mas a gente não consumiu os fatos. Era... se namorava, mas ninguém dormia junto. Não podia dormir junto. Imagina. Tinha que casar. Aí ele vai para China, em setembro, porque... E aí fiquei sabendo. Os primeiros que foram para a China saíram daqui no dia 31 de março, saíram, para ir para a China, fazer curso de guerrilha na China. E eles não sabiam que

tinha começado o golpe! Os chineses só foram tomar conhecimento muito tempo depois. E o Gilberto foi para lá para organizar a vinda deles. Porque eles saíram daqui via Galeão, e eles não podiam mais voltar via Galeão, porque quando eles passaram... Porque para você ir para a China, naquele tempo, você passava pelo Paquistão. E todos ficaram fichados no Paquistão. E aí eles não podiam vir direto para o Brasil. Eles tinham que fazer... Então, um grupo veio pelo Peru, outro veio pela Bolívia... Aí começaram aquelas coisas... Aí Gilberto vai, em setembro, e volta no início de dezembro. Aí meu pai baixa o decreto – que tem que casar; o que ia dizer a família, o que ia dizer a tia Maria? Tia Maria era a pessoa – a médica –, era a pessoa mais liberal, mais avançada de toda a família. Ela não dava... Era médica, médica de mulher, de jovem, ela não estava nem aí. Mas ele que era o preconceituoso. E aí eu reclamava com a minha mãe, falava: “Vem cá. Você nunca casou com meu pai, e está me obrigando a casar?” – “Ah. Mas o seu pai...” Entendeu? Era Deus no céu e meu pai na terra. E eu era meio boboca, eu... “está bom”. Porque nós, a nossa geração não é como vocês. Quer dizer, tinha um monte de avanço: apareceu a minissaia, todo mundo usava minissaia, todos... Simone de Beauvoir, tinha cursos de Simone de Beauvoir dentro da Filosofia, a gente fazia cursos, tinha cursos, a gente se achava avançadíssima. Mas perto de vocês hoje... Claro, nós abrimos o caminho. Tinha a pílula, mas eu não tomava pílula, porque eu ia perguntar como é que toma pílula? Não tinha coragem. Porque ser filha de comunista é uma barra, é muito difícil. É tudo ortodoxo. Tanto que eu brinquei, eu cheguei na hora, você vê? Eu jamais chego atrasada. E não admito que ninguém chegue atrasada. [riso] Tem uns negócios... feito militar. Tanto que eu trabalhei lá na pesquisa, havia uma menina filha de um milico... Eu fiquei horrorizada, quando eu vi. A menina passou, era filha de um milico que morava no Forte São João. Eu tive um ataque. Vai trabalhar numa pesquisa de direitos humanos, junto comigo? Falei... Sabe. Fiquei... E eu e ela éramos as únicas. Falei: “ah, a filha do comunista e a filha do milico, as duas ali”. Porque as outras, era assim, chegava a hora que bem entendia. Um dia [inaudível] Era assim, você tinha que dar... ordens. E nós não precisamos. E aí eu... Aí meu pai obriga a casar. E nós vamos para Araraquara, na casa dos primos do pai do Gilberto, que é uma cidadezinha do interior, para correr os proclamas, que levava dezoito dias, [que não era na capital]. Casei com o meu nome, Victória, e Gilberto. Tudo bonitinho. Casamos no dia 30 de dezembro de 1964. Aí voltamos. Aí fomos designados para ir começar a fazer o trabalho de campo, que a gente não sabia se era guerrilha, o que é que era... É, era guerrilha, mas não sabia que ia ser a guerrilha do Araguaia. E estava fazendo a preparação. Fazer a...

D.P. – Mapeamento...

V.G. – Mapeamento, saber onde que era, se aquela região era propícia, se a região não era propícia. Nós fomos para Guiratinga, uma cidade no oeste de Mato Grosso. *A princesinha*. Que tinha Rondonópolis, que Rondonópolis era lugar só de garimpeiro, então as pessoas de Guiratinga falavam... Hoje, Rondonópolis é a segunda cidade do Mato Grosso, desenvolveu de uma forma tal, o agronegócio entrou lá.

D.P. – Mas me diz uma coisa. Você lia os documentos do Partido, ou era tudo por osmose?

V.G. – Não. Não lia nada.

D.P. – Tudo por contato com seu pai, porque seu pai estava... Gilberto. Mas você não tinha conhecimento da...

V.G. – Não. O que eu aprendi foi na faculdade. Os textos que eu li... Simone de Beauvoir...

D.P. – Você não militava em nenhuma célula do Partido. Nada disso.

V.G. – Nada disso. Não. Eu era filha de Maurício Grabois. Eu era o apoio. Eu dava a... Como é que se diz?

D.P. – A logística.

V.G. – A logística e a... a aparência: ali mora uma família que tem pai e mãe e filho. Então, acima de qualquer suspeita. E aparecia o Gilberto, a vizinha perguntava quem era, disse: “meu noivo”. E eu tinha aliança – essa aliança aqui, olha, já tinha essa aliança. [riso] Isso aqui foi feito com minha tia Anita, que vendia jóias; pegou o ouro de toda a família, de tudo, até daquele negócio... meu pai tinha rôti, aquele troço, que fazia com ouro, meu pai quebrava aquilo, porque cada dia fazia... mês, é um – juntou tudo, fez uma aliança para mim e para o Gilberto. Isso aqui é a aliança do meu casamento. Essa aliança tem uns cinquenta e dois anos, sei lá quantos anos. Aí dava aquela aparência. Aí nós fomos para Guiratinga.

D.P. – Outra coisa. Seu pai estava lá na casa, fazendo as tarefas do Partido. E fisicamente, ele mudou alguma coisa.

V.G. – Não. A mesma coisa. Judeuzão...

D.P. – Não estava disfarçado.

V.G. – Não. Judeuzão, careca, narigudo...

A.M. – Antes de você continuar essa parte. Quando vocês foram expulsos da faculdade, foi aberto algum inquérito policial militar, alguma coisa assim?

V.G. – Foi. IPM. Eu nunca...

A.M. – Como é que foi?

V.G. – Não sei. Porque eu não fui lá responder.

A.M. – Mas você soube como, que você tinha sido indiciada?

V.G. – Pelos jornais.

A.M. – Pelos jornais.

V.G. – Pelos jornais. Tudo pelos jornais. A maioria não foi lá responder. Mas alguns foram. Se você fosse ia preso. E não foi só... IPM só para os dezenove. Muita gente... Mas esses aí não foram expulsos.

A.M. – E qual era a justificativa? Era subversão?

V.G. – Ah. Isso, você me pe... É, subversão. Até, quando eu voltei na UFRJ, a funcionária me perguntou. Eu falei: “Eu não sei. Pergunte a Eremildo”. Porque até hoje eu não sei por que é que eu fui expulsa. Ah. Depois veio... Quando eu peguei minha documentação aqui no arquivo, eu era uma pessoa muito perigosa, chegando à beira do histerismo. Porque todas as mulheres eram histéricas, que eles colocavam no nosso dossiê; se não eram histéricas, eram prostitutas. Eram prostitutas, porque namoravam fulano, namoravam sicrano. E quando não eram prostitutas, eram histéricas.

A.M. – No arquivo do Dops.

V.G. – No arquivo do Dops. Então eu era uma pessoa altamente perigosa... ah! - e alta dirigente do Partido Comunista. Está lá. Só sabia... Sim. E os documentos, todos, do PCdoB eram escritos na minha casa. Eram ali escritos. Bom. Aí eu caso no dia 30 de dezembro e vou para Guiratinga. Aí tem um grupo de quatro: eu, Gilberto, Paulo Rodrigues, que era um economista do Rio Grande do Sul, e o Osvaldão. Aí, Osvaldão é negro, então, um negro, vai para o garimpo, porque não pode chamar atenção. Depois, um negro de dois metros de altura, no Mato Grosso... Mato Grosso... No Nordeste brasileiro e no Centro-Oeste não tem negro. Negro é para o Sudeste. Em São Paulo. Máximo, no Nordeste, é Bahia. Aquele negão de dois metros de altura, garimpeiro. Eu morava na rua João Pessoa. Quando eu descia a rua, cansei de ver Osvaldão. A gente só se olhava. Se eu desse... Ia ser um escândalo, se eu falasse com ele. E o Paulo Rodrigues então. Aí tinha um jipe...

D.P. – Vocês alugaram? Era o quê?

V.G. – Alugamos uma casa. A melhor... Alugamos a melhor casa da cidade, que era do dono... Foi assim. Aí fomos. Assim, a saída de São Paulo. Um trem até Bauru, em Bauru pegava aquele *trem da morte*, que vai para Corumbá, aí descia em Campo Grande; em Campo Grande, pegamos um ônibus, que foi até Rondonópolis. Eu e Gilberto chegamos às quatro horas da manhã em Rondonópolis. Era uma corrutela de... Os caras me fuzilaram, porque era uma coisa... mulher não tinha ali, mulher, só prostituta. Aí Gilberto falou: “Estou apavorado. Os homens todos estão te olhando”. Uma coisa assim. Aí ficamos lá, assim num canto; e, felizmente, o tal ônibus que ia para Guiratinga apareceu. Então eram três horas, naquele tempo, levava o ônibus. Quando eu cheguei na cidade, que... Ele já tinha ido antes. Já tinha visto a casa lá, com o... o cara lá, que era um... um árabe, que tinha armarinho, para variar... A primeira casa que ele morou foi essa. Era a casa dele. Era a melhor casa. Ficava no alto a casa. Assim. Era uma casa... chamava uma atenção danada essa casa. E quando eu vi aquele silêncio... Eu nunca vi um silêncio igual àquele, na minha vida. Aquele silêncio, eu falei “Gente... Isso é um silêncio...” Isso que era silêncio. Porque você vai para Petrópolis... Todo mundo fala: “ah, Petrópolis, Teresópolis é silêncio”. É nada. Petrópolis, Teresópolis, perto daquilo, era Rio de Janeiro. Pelo barulho. Aí eu falei assim: “como é que eu vou aguentar ficar aqui?”

D.P. – E qual era a desculpa de vocês? Vocês iam fazer lá o quê?

V.G. – Não. Desculpa não. É. Aí vem. Aí o grupo. O menino, como é? O Osvaldão, garimpeiro...

D.P. – Ele trabalhava no garimpo.

V.G. – Já estava trabalhando. Trabalhava. Já tinha chegado antes, já estava trabalhando no garimpo. O Gilberto e o Paulo, caixeiro-viajante. Acho que *você* não sabe o que é que é caixeiro-viajante. Chamava, antigamente, caixeiro... Saíam pelas cidades, vendendo roupa. E eu, professora. Mas como é que eu ia, se eu não tinha documentação? Isso tudo, para contar para vocês que eu viajei sem nenhuma documentação. E para contar para vocês que logo após o golpe, ainda nessa casa lá no Ipiranga, em São Paulo, (voltando) uma vez, eu fui para Porto Alegre... Ah, esqueci desse pedaço. Fui para Porto Alegre, levar uma documentação para o Brizola; até Porto Alegre, e a outra companheira ia de Porto Alegre para Montevidéu. Documento do PCdoB, para o Brizola. Eu viajei sem nenhum *documento*.

D.P. – Isso é logo depois do golpe?

V.G. – Logo depois do golpe. A gente foi morar na casa em julho, eu devo... Ah. Isso foi outubro de 64. Que eu passei... eu fiz vinte e um anos em Porto Alegre.

A.M. – Você saiu de São Paulo para Porto Alegre, de ônibus.

V.G. – Para Porto Alegre, de ônibus, sem nenhum *documento*.

D.P. – E de Porto Alegre você foi para Montevidéu?

V.G. – Não, eu não fui. Passei...

D.P. – Mandando o documento.

V.G. - Mandando o documento, esperando a resposta do Brizola. Aí, quando eu cheguei lá em Porto Alegre, meu pai falou: “Chega lá para o pessoal e diz que você quer uma... você precisa de um documento fal... – uma identidade, para eles arranjam”. Então eu fiquei esperando. Enquanto a companheira ia para Montevidéu para trazer a resposta do Brizola, eles trataram de arranjar um documento para mim. Aí eu...

D.P. – Isso, a turma do PCdoB, lá.

V.G. – É, PCdoB.

D.P. - Mas como era o seu contato lá? Seu pai disse para procurar por...

V.G. – Não. Aí dizia... Não. Você vai chegar, você vai nessa casa, nesse endereço. Aí cheguei lá, a pessoa já sabia. A você dava uma no... Aí tinha assim... Parecia filme. Eu achava aquilo lindo, na hora de fazer. Olha só. Tem uma nota de dois reais, partida... De dois não tinha. Não tinha dois reais naquele tempo. Dois cruzeiros. Aí ela estava com uma nota, eu estava com a outra, juntava a nota, era eu. E logo viu que era eu, porque eu peguei uns papéis e rasguei, na frente dela. Isso, depois, me chamou atenção. Jamais eu deveria ter feito isso. Devia de rasgar o papel no banheiro, ou no quarto onde fosse dormir. Ela era do Rio. Ela era de Campos, ela tinha três filhos. Até o filho dela, hoje, é um jornalista famoso. E aí ela foi para Porto Alegre... para Porto Alegre... para Montevideu, eu fiquei. E aí o companheiro, que era o secretário-geral do Partido lá em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, mandou o companheiro operário ir para Uruguaiana, trazer certidão de nascimento das sobrinhas deles, que eram de origem operária. Aí o companheiro vem com duas certidões de nascimento. Uma, que era da minha idade. Ela era só mais velha do que eu porque eu sou de novembro, ela é de julho. Então, não tinha diferença. E a outra era sete anos mais velha do que eu. Ela é de 27 de janeiro de 1937. Aí eu falei: “Então eu vou ficar com a da minha idade”. “Não. A da sua idade não dá, porque ela ainda mora lá em Uruguaiana – de Uruguaiana – ela mora lá em Uruguaiana, e ela deve ter carteira de identidade, porque ela atravessa a fronteira. Então você fica com a da mais velha, porque a mais velha casou e já mudou de nome”. Então eu tive... Eu tinha vinte e um anos, que eu fiz lá, eu tinha... eu, assim, eu não tinha cara... Tanto que na faculdade, eu tinha dezoito, eu me lembro que a bibliotecária dizia assim: “Você tem cara de dezesseis. A gente só acha que você tem dezoito porque você está na faculdade”. Isso, eu cansei de ouvir isso da bibliotecária lá. Aí eu já tinha mudado de casa. Já fui para a casa de uma outra companheira, que era uma engenheira. A mulher me foi no cabe... Aí meu cabelo tinha assim muitas cores, porque eu tinha sido loira, depois, eu não podia ficar... Era uma coisa horrorosa, quando eu me olhava no espelho, com aquela lourice. Então comprava esses xampus, que você lava, assim ia mudando de cor, então tinha várias cores. Aí me levou lá no cabeleireiro dela. Porque as gaúchas naquele tempo, você lembra? Usavam aqueles cabelos assim, botava bom-bril

embaixo, puxava, e a mulher eriçava meu cabelo, fiquei com cabelo *desse* tamanho, para eu ficar mais velha. Mas essa carteira de Porto Alegre eu tenho até hoje. Se você olhar para minha cara, você olha, “essa aqui tem dezesseis anos”. Aí eu já tinha... 1937 – 64 – eu tinha vinte e sete anos. Mas eu não... E depois, naquele tempo, de vinte para vinte e sete é uma diferença brutal. Hoje não é tanto. Mas naquela época era. E eu, uma mulher de vinte e sete anos, com vinte. Era uma coisa assim... Bom. Aí...

D.P. – Com essa certidão, fez a carteira de identidade. Conseguiu fazer.

V.G. – Isso. Aí me botam... Conseguiu fazer. Foi a única vez na minha vida que eu senti medo. Dessa vez, eu senti medo.

D.P. – Então você tinha esse documento.

V.G. – Tinha uma certidão de nascimento. Documento da Teresa. Teresa da Rosa Freitas.

D.P. – Mas era só a certidão, ou foi fazer a carteira de identidade?

V.G. – Não. Eu fui fazer a carteira. Ele era legal. Fui fazer a carteira de identidade. Aí entrei lá no despachante, que era uma...

D.P. – Tudo lá.

V.G. – Tudo em Porto Alegre. Vai fazer a carteira, aí eu fiz a carteira. Entrei no despachante... Naquele tempo você não precisava mostrar título de eleitor. Hoje você tem que mostrar título de eleitor, CPF, papapá. Naquele tempo, não precisava nada, bastava só a certidão de nascimento. Está bom. Ele falou assim – isso era meio-dia – “quatro horas sua carteira está pronta”. Aí eu: “está bom”. Aí eu comecei a dar volta na rua da praia. Comecei a passear. O que é que eu ia fazer? Voltar para a casa da companheira, não dava. Fiquei ali, zanzando. Falei: “Vou na Loja Americana fazer um lanche”. Aí pedi lá aquele lanche na Loja Americana. Eu sempre fui gulosa. Foi duas vezes, na minha vida, que eu recusei comida. Aí, veio a comida, eu empurrei aquela comida. Não consegui. Fui, assim tremendo de medo... Custou dez cruzeiros. Não me pergunta o que é dez cruzeiros hoje, que eu não sei. Mas era muito barato. Era uma fajutagem muito baratíssima. Aí ele vai...Ele me deu a carteira. Eu tremia nas bases, mas não podia demonstrar que eu tremia. Não sei como. Aí, peguei aquela carteira, voltei para

a casa da companheira. Aí deu... deu também... a companheira ficou apavorada e falou: “Você vai embora hoje. Vamos sair daqui”. Ela tinha... O marido dela saiu lá, foi na rodoviária, comprou uma passagem; eu entrei no ônibus, eles ficaram lá na...

D.P. – E a resposta do Brizola não veio? Não lembra.

V.G. – Veio. Só para te contar uma coisa. Essa aí foi a segunda vez. A resposta do Brizola veio, da primeira, que eu fiquei na casa da carioca. Carioca não. Campista.

D.P. – Quer dizer, foi duas vezes para lá. Fez duas viagens.

V.G. – Fui duas vezes. Na segunda vez, que me pai falou, eu fui mais no meio do ano; então eu fui para Porto Alegre e voltei duas vezes. Na primeira vez, tudo sem documento. Na segunda vez, eu fui sem documento, e voltei com documento. Aí eu já era Teresa da Rosa Freitas, filha de Abrilina Lopes de Freitas e Antonio da Rosa Freitas, nascida no dia 27 de janeiro de 1937. Aí... Bom. Eu volto para São Paulo. Com esse documento, eu vou para o Mato Grosso, (só tinha isso) como professora. Mas como eu ia trabalhar de professora? Não tinha, não tinha documento, não tinha nada. Então eu comecei a dar aula em casa, para as crianças. Então fiquei... Vinha aquela criançada inteira. Eu comecei, vamos dizer, professora de reforço. E eu dando aula para as crianças. Porque eles viajavam, o Gilberto viajava muito com o Paulo, porque eles tinham que fazer o reconhecimento geográfico da área, viviam viajando por toda aquela zona, e eu em casa.

A.M. – Moravam os quatro na mesma casa? Não.

V.G. – Não! Não podia.

A.M. – Eram só vocês dois.

V.G. – Era só eu e Gilberto. Não podia. O Osvaldão morava não sei aonde, e o Paulo, quando vinha, o Paulo dormia no hotel. E o Paulo é que fazia a ligação entre nós e São Paulo. Quem ia para São Paulo era ele. Então ele... Como ele era só, ele viajava muito. E aí, o que eu fiz também? Fui na biblioteca da cidade, li tudo outra vez: Graciliano, li Jorge Amado; ganhei um diploma de a pessoa... de a maior leitora da biblioteca, de todos os tempos, de Guiratinga, porque não tinha o que fazer. E do lado da nossa casa tinha uma casa de sapê, que morava um

peçoal paupérrimo, então a dona da casa dizia: “Mulher sozinha... Tem que dormir com uma menina. A senhora não pode ficar sozinha, senão a senhora vai ser malvista”. A menina dormia na cama comigo, quando Gilberto não estava. E tinha um menino. Que tinha um outro quarto, que chama rede, e o menino, ele se adotou meu filho. O menino... Porque se comia... A gente comia o normal, mas para eles era uma comida maravilhosa. Aprendi. E aí ele dormia no...

D.P. – Você que cozinhava?

V.G. – Eu que cozinho, é. Eu não sabia cozinhar, aprendi. Fogão... Aprendi tudo. [Aprendi] a dar aula e sair com as crianças, a nadar no rio. Aí eles ficavam espantados, que eu nadava igual homem. Porque mulher lá só nadava *assim*, e eu nadava normal. Bom. Quando é um belo dia... Uma vez foi meu pai. Meu pai chegou. Eu sou parecidíssima com meu pai, e era mais ainda, naquela época. E aí entra meu pai. Aquele cara claro. E a vizinha falou: “Quem é esse homem?!” Todo mundo viu ele chegar. “Esse homem, que homem bonito! E ele é parecido com você. O que é que ele é seu?” Aí não tinha como negar, falei: “Meu tio. Ele é um rico fazendeiro da região”. Aí veio meu pai a segunda vez. Aí meu pai vem com a seguinte pérola: mulher não ia... o Comitê Central do PCdoB decretou que mulher não ia participar da guerrilha, só ia ter guerrilheiro homem, não ia ter guerrilheira mulher; e que aquele núcleo estava desfeito; e que ali, o Mato Grosso, não era o melhor lugar para iniciar a guerrilha. Então tinha que ir para outro lugar, e o lugar teria que ser mais acima.

A.M. – Em que ano foi isso?

V.G. – 64. Não. 65. 65. Já estou em 65, finalmente. Aí volta para São Paulo. E eu vou na frente. Gilberto fica, para depois vender toda aquelas tranqueiras.

D.P. – Tralhas.

V.G. – É. Tudo tralha. Era tudo tralha. Compramos do gerente do Banco do Brasil, que foi embora não sei para onde. Então as tralhas, lá, eram vendidas assim. Não tinha geladeira, não tinha nada. Vende as tralhas. Aí eu decretei o seguinte... Eu fiquei pensando, falei: olha só, esse troço vai começar, eu quero ter um filho; eu vou ficar grávida; eu não vou tomar pílula e eu vou ter um filho. E aí a ordem era a seguinte: que eu iria para o Rio Grande do Sul, (tudo era Rio Grande do Sul, porque o Partido lá era forte) fazer um curso de enfermagem. Eu falei: eu,

enfermeira? Eu posso ser tudo na vida, menos... Eu não... Não dava. Aí já comecei... Também acho que eu engravidei, também, para não virar enfermeira. Porque é mulher vai ser enfermeira? Mulher vai ser professora e... Aí já começou a minha revolta ali, já comecei a me rebelar. E aí eu... não dá outra, eu fico grávida. Aí vem a ordem: para ficar, ou faz um aborto ou não vai mais para a zona da guerrilha. Então não vou. Eu vou ter meu filho e eu vou assumir meu filho. Aí o Gilberto, o sonho dele era ser guerrilheiro, transformar o Brasil e tal, ele disse: “Mas eu não vou ficar com você”. Aquela história. Ou eu ou a guerrilha. A guerrilha em primeiro lugar. Então você vai. Mas eu vou assumir meu filho. Aí eu tive o Igor, que nasceu na clandestinidade, em 09 de junho de 1966.

A.M. – Em São Paulo?

V.G. – Não. Aqui no Rio. Eu fiquei sete meses, que eu era... Não fiz pré-natal, porque não tinha documento... a Teresa, sei lá, não fazia pré-natal, não tinha médico, não tinha nada, você não conhecia ninguém. Eu tinha uma tia obstetra, aqui no Rio de Janeiro. Uma tia obstetra. Vim para o Rio. Claro, ela me indicou para os colegas dela, que eram até do Partido, do PCB, e eu fui fazer meu pré-natal aos sete meses. Aí fiquei aqui. O Igor nasceu na...

D.P. – Quem fez seu parto?

V.G. – Meu parto? Foi o Afrânio. Afrânio... Ele era baiano. A gente chamava ele de Afrânio.

D.P. – Porque tem uma pessoa na Santa Casa, que agora eu não...

V.G. – Não. Mas ele nasceu na Casa de Saúde Arnaldo de Moraes. Hoje é o São Lucas. Arnaldo de Moraes, porque minha tia era médica na Arnaldo de Moraes. E aí o Igor nasce, em junho. Com um mês, a gente... Aí ficamos... Eu fiquei aqui um mês. Voltei, com ele... Quando ele tinha um mês, voltamos para São Paulo; quando ele tinha dois meses, veio a ordem do Partido, que eu tinha que ir para a Europa. Aí eu lar... Quer dizer, para Europa, ser pombo-correio. Aí eu largo o Igor. Aí eu comecei a minha... tirar documento. Porque aí precisava de mais documento. E aí eu fui tirar mais documento. E aí eu tinha que tirar passaporte. E naquele tempo, não tinha CPF, você tinha que ir no Ministério da Fazenda tirar uma certidão negativa que você não devia imposto de renda. Era meio complicado. Era meio arriscado fazer isso. E aí alguém do Partido conhecia um cara lá na Vila Maria, que ele fazia isso. Aí eu fui lá para a

Vila Maria, com Gilberto, naquele jeep com chapa de Anápolis. Chegou o cara, ele falou assim para mim: "A senhora vai para o DEI" – que lá chama DEI, que é Departamento de... de Investigação, lá de... Isso que a gente vê agora na televisão. Quando você olhar na televisão assim, aparece coisa de homicídio, que mata, não sei que, os caras... um quartel lá na... coisa, que tem um pé-direito de sete metros, uma coisa assim. Aí ele me botou lá. Ele era policial. Ele ficava no guichê de carteira de identidade. Aí ele chamava o guarda, dizia assim: "Guarda. Leva a mocinha ali; leva a mocinha não sei lá..." Porque paulista chama gente jovem de mocinha. Agora, acho que não chama mais. Mas naquele tempo era. Aí ele me vem e...

D.P. – E você com aquele nome, ainda? Ou era já Victoria?

V.G. – Não. Era Teresa. A Teresa, com a carteira de Porto Alegre. Ele falou: "Olha. Então vamos tirar, agora, uma carteira de São Paulo? Porque você vai tirar passaporte, não é?" Falei: "É". E essa fajutagem era cem cruzeiros. Era mais caro já e tal. Aí ele diz assim para mim: "Você quer o passaporte hoje?" Isso, eu já estava sem medo. Porque eu já tinha tirado o outro, então já... Já tinha tirado o título de eleitor. Fui lá na zona eleitoral, inventei um endereço – Brigadeiro Luis Antonio, sei lá que número – e tirei aquele coisa. Eu falei: "Ah. Mas eu não tenho..." "O que é que você vai fazer?" Eu falei: "Vou estudar. Eu vou estudar em Roma", porque eu ia para Roma. O ponto final era Roma. Não. Mentira. Eu ia para Roma, mas eu disse que eu ia estudar na Sorbonne. "Vou estudar na Sorbonne. Sou estudante e tal". Aí ele... Eu tiro, ele falou assim: "Você quer o documento para hoje?" Eu falei: "Quero". Aí eu fui para a praça da República comprar...

D.P. – Isso não tinha nenhum contato do Partido, era pelas vias, digamos, "legais". Ou esse pessoal tinha?...

V.G. – Não. Era, era legal. Não, não tinha nada.

D.P. – Não tinha nenhum contatinho lá.

V.G. – Não. O que o Partido... O Partido, alguém do... Isso eu...na minha cabeça. Nunca ninguém me falou isso, mas... Não. Eu acho que me falaram, sim. Alguém do Partido descobriu esse *seu*... o nome dele era Amorim. Nunca mais vou esquecer o Amorim. O Amorim, que trabalhava numa autoescola na Vila Maria, e que esse Amorim resolvia os galhos para quem

não tinha, vamos dizer, o CPF. Era só para isso. Mas esse Amorim, quando eu descobri, ele não era só funcionário da autoescola, ele era policial, ele era *tira*. Ele era *tira*. Então ele... “Quanto que o senhor cobra?” – “Cem cruzeiros”. Aí ele falou assim: “Seis horas, você vem aqui. Se já estiver fechado, você fala para o guarda que você veio falar com Amorim, que ele vai deixar você entrar”. Aí eu fui para a praça da República comprar roupa. Sempre fazia as minhas... Para não voltar em casa, porque não... Eu tinha que comprar uma roupa, porque eu ia para Paris, de Paris eu ia para Roma, já comecei a ficar toda meio que empolgadinha. Aí quando dá seis horas, eu volto lá na... na zona brava de São Paulo, ali na Luz... Quando vocês olharem assim... Os caras sempre... Vejo sempre na televisão aquele prédio. Quando eu cheguei na porta, que eu vejo o guarda, aquele pé-direito de sete metros, eu falei assim: “Eu vim encontrar com Amorim”, ele: “Já estou sabendo”. Aí eu falei assim: nossa, isso aqui é uma loucura. Eu vou ser estuprada por esses caras. Meu medo era o estupro. Eu não tinha medo de nada, de apanhar... Mas eu tinha medo... Eu falei: eu sozinha aqui, só esses homens... Aí, outra vez, eu senti medo. Mas eu aguentei firme. E fui até lá, numa salinha, que tinha um pé-direito que quase batia na minha cabeça. Aí ele chegou para mim, disse assim: “Olha. Foi difícil tirar seu passaporte para hoje. Eu quero mais cem cruzeiros. Então você leva, amanhã, lá naquele lugar que você foi, da Vila Maria, que eu estou lá, esperando o dinheiro”. Aí peguei aquilo. Quando eu estou chegando em casa vejo o Gilberto, já andando pela rua, me procurando, meu pai já arrumando as malas para ir para outro... outro aparelho do Partido, (que aquele era um aparelho) achando que eu estivesse presa. Não. Eu cheguei, todo mundo respirou fundo. Larguei o Igor, pequenininho, fui para a Europa. Aquilo, para uma mãe... Para mim aquilo... Mesmo assim...

A.M. – E ele ficou com quem?

V.G. – Com a minha mãe. Aí ele desmamou. Aí desmama, porque aí...

D.P. – Ele estava com quantos meses?

V.G. – Dois. Desmamou. E aquilo, você vai porque – seguinte: tem cara de classe média, tinha que ser, aparência... Primeiro tem que ser de confiança. Depois de confiança, tem que ser... Depois da confiança, tem que ter uma cara de classe média. Então eu tinha todos esses requisitos. E a minha documentação era legal. Apesar de ser tudo ilegal, mas era tudo legal. Não era feito a do meu pai, que tinha um passaporte falsificado do Chile. Aí eu volto. Eu fui lá, voltei, bababá. Bom. Nessa história, eu fui quatro vezes à Europa, como pombo-correio,

durante a ditadura. Sendo que uma vez eu fui para buscar meu pai, que meu pai tinha ido para a China, falar com Mao-Tsé-tung, e nunca que Mao-Tsé-tung falava com meu pai, na época da Revolução Cultural. E eu fiquei sabendo da Revolução Cultural pelo meu pai. E eu vi meu pai, pela primeira... Meu pai era um tímulo, que não falava nada, a gente não sabia o que é que acontecia. Encontrei com ele em Roma. Ele chegou três semanas depois que tinha marcado comigo. Ele ia para o mesmo hotel que eu. Chegou lá, não tinha vaga no hotel. O cara botou ele lá na casa de uma mulher, que era perto do meu hotel, uma mulher que alugava quartos. E aí eu, sentada com meu pai, em Roma, meu pai me... aí que meu pai me contou sobre a Revolução Cultural. E disse assim... Meu pai veio revoltado com a Revolução. A primeira vez. Eu fiquei até assim – olha – espantada, do meu pai. Porque meu pai não falava nada. “Nós lutamos que o povo do Brasil ande como esse povo aqui de Roma...”. Porque, antigamente, o povo brasileiro era muito mal vestido. Hoje as pessoas... Hoje está tudo... A TV Globo uniformizou todo mundo. Todo mundo anda de calça jeans, calça... Seja classe média, seja A, B, C, todo mundo é igual. Mas naquele tempo, a classe média andava toda de linho, de seda, e as meninas pobres andavam de chita. Então, meu pai dizia assim: “A gente luta para um povo bonito desse, bem nutrido, tirar aquele uniforme, porque aquele uniforme...” Meu pai resolveu... Meu pai veio rompido com o governo chinês. Foi aí que eu fiquei sabendo. E aí... volta, e meu pai...

D.P. – Essas quatro vezes que você foi para a Europa nessa missão foi 66...

V.G. – 66, 68, 70 e 72. Até que começou a guerrilha. Quando começou a guerrilha, eu já não fui mais.

D.P. – E você ia nessas missões, você demorava quanto tempo?

V.G. – Bom. A que eu mais demorei foi essa que meu pai... Eu passei um mês na Europa. Três semanas em Roma, esperando por ele. Foi a que mais demorou. As outras eram mais rápidas. No máximo, quinze dias.

D.P. – E você encontrava com as pessoas?

V.G. – Não. Encontrava com os chineses, com os albaneses...

D.P. – Mas você encontrava para entregar documento, ou para conversar e dialogar sobre...

V.G. – Não. Nada.

D.P. – Você era um pombo-correio de material. É isso?

V.G. – Não. Era para pegar... Não sei se vou contar isso aí. Se pode ser. Não vou dizer, não.

D.P. – Não, não.

V.G. – É uma coisa muito... Depois, eu conto para vocês, em *off*.

D.P. – Não. Mas essas missões...

V.G. – Essas missões, eu só...

D.P. – Você tinha medo, Victória, dessas viagens? Não.

V.G. – Não. Não. É uma coisa incrível. Não.

D.P. – E você falava...

V.G. – Eu falava francês. Aí foi a seguinte coisa. Nesse tempo todo aí, eu não podia ser só dona de casa, não é isso? – então eu estudei francês. Eu sou Nancy 1. A Teresa é. A Victoria não. Mas a Teresa é. É uma coisa de doido. Aí vou chegar lá. Nancy 1. Fiz Cultura Inglesa...

D.P. – Quer dizer, Nancy 1, você fez a prova de Nancy na Aliança Francesa.

V.G. – Nancy, na Aliança Francesa.

D.P. – Primeira etapa.

V.G. – Primeira etapa. Depois ia para dois. Aí fui trabalhar, não deu mais tempo. Eu fiz francês, eu fiz inglês. Porque como...

D.P. – Isso tudo, depois de 64?

V.G. – É, depois de 64, com o Igor já grandinho, eu não aguentava ficar em casa, então, segunda, quarta e sexta, eu ia para a Aliança, terça e quinta, ia para a Cultura. Eu tinha que fazer alguma coisa. Eu não...

A.M. – E a sua documentação é toda da Teresa.

V.G. – Toda a Teresa. A Teresa tem a Cultura Inglesa, tal. A primeira vez que eu fui à França, eu não sabia falar francês. Não sabia. Eu não tinha feito francês ainda. Então o Amazonas me ensinou – a primeira vez, que o Igor tinha nascido – que chegava no Invalides, que eu chegasse lá, falasse assim: “Je voudrais... qualquer coisa, porque *je veux é pour le chien*, então você tem que falar *je voudrais*. *Je voudrais un hôtel pas cher*. Nunca mais eu esqueci isso. Então, eu decorei a frase, cheguei lá, *je voudrais un hôtel pas cher*. E me virei lá. Porque eu sou... Falava francês e... Na Itália, você fala português e... Tanto que o cara perguntou: “A menina é do Lácio?” Achou que eu estava falando um dialeto. Quando eu voltei da França, dessa vez que eu fui, em 66, eu fui para a Aliança. Aí eu fui para a Aliança e tal. Eu entrei no terceiro ano da Aliança, porque eu tinha *madame* Jacobina como minha professora. Claro que eu aprendi *mon, ton, son, leur...* lá. Eu sabia gramática, então fui para o terceiro ano da Aliança Francesa. Eu não fiz nem primeiro nem segundo, eu entrei direto no terceiro. E aí, quando eu estou no terceiro ano... já no quarto ano da Aliança, eu vou... Ainda fazia curso de conversação. E aí eu vou para a França outra vez, achando que eu sabia falar francês. Aí quando eu chego no... quando eu saio do aeroporto Le Bourget... [Le Bourget] Não. Aquele era Charles De Gaulle. Não, Charles De Gaulle é agora. Já esqueci o aeroporto. Não. Era.... Como é? Bom. Eu chego no aeroporto, eu perguntava para ele assim: “*Combien?*” – O cara assim: “*Soixante, soixante trente...*” Eu não entendi nada. Eu peguei uma nota de vinte francos, dei para o cara. O cara queria me matar, porque aquilo era centavos. Mas aí, à medida que eu fui ficando lá, naqueles dias, o francês veio na minha frente. E tem um fato interessante. Que quando eu cheguei... Eu já era conhecida do cara do hotel de Roma. O cara já me conhecia. *Pensione* [Ader]. Quando eu voltei lá a segunda vez – dessa segunda vez era para pegar meu pai, para trazer meu pai para o Brasil. Meu pai com passaporte falso –, esse, falso mesmo, feito por ele, dentro de casa –, chileno. Meu pai não falava nem espanhol. Era muito tímido meu pai, por incrível que pareça. E aí ele disse assim: “Olha, tem que fazer sempre uma refeição, agora, aqui na *pensione*”. Ah, - falei - então vou escolher o jantar, porque de manhã eu estou na rua, batendo perna. Aí ele me botou do lado de uma francesa, que era uma menina que trabalhava na Radio Difusão Francesa. E aí a gente começou... A gente ficou amiga ali, começamos a passear. Mas ela estava passando as férias dela, de um mês, só em Roma, então ela fazia programas de europeu. Não era meu programa. Então ela ia para o Museu Etrusco... No começo, eu estava achando ótimo,

porque eu tinha uma companhia, e comecei a ver coisas que, da outra vez, eu não havia visto. Mas aí acontece que começou a bater o desespero, porque eu só tinha cem dólares. Não tinha dinheiro nem para pagar o hotel. Falei: se meu pai não aparece, o que é que eu faço? Eu tinha a passagem de volta para o Brasil. Eu largo tudo que eu tenho aqui dentro e eu vou me embora. Vou embora. Já estava no desespero. Eu me lembro que ela chegava para mim, dizia assim: “*Terèse, regarde, il manque un mosaïque bleu en [haut], il manque un mosaïque blanc en bas*”. Eu não via mais *mosaïque*. Ela via que faltava um negocinho em cada lugar. [risos] Eu já não enxergava mais nada, tudo já estava me baratinando, porque a minha cabeça... Eu já estava ficando meio que no desespero. Até que um dia...

D.P. – Você não tinha... Quer dizer, lá, você tinha aqueles contatos só...

V.G. – Não. Eu tinha endereço da embaixada da Albânia. Eu falei: vou procurar a embaixada da Albânia. Vou procurar a embaixada da Albânia, porque... Abri lá o livro... Aí, eu estou assim, entrando no hotel... Porque todo dia, às quatro horas da tarde, eu tinha que me *desvendar* dela e ir para frente da Air France, que era o ponto com meu pai. E nada de meu pai aparecer. Eu voltando da Air France, (não sei como eu me desvencilhava dela) – aí eu chego, vejo aquele “psiu, psiu”. Quando eu olho, era meu pai. Quase que eu desmaiei. Aí o cara do hotel achou que meu pai era meu amante. Aí meu pai já começou a ficar nervoso. Falei: “Deixa ele pensar”. Ah, eu não me preocupo com essas coisas. Então meu pai... e tal. Aí meu pai... Aí eu coloquei meu pai no aeroporto, para vir embora. Aí me deu dinheiro, claro, para pagar o hotel. Ele tinha dinheiro...

D.P. – Mas você não voltou com ele.

V.G. – Não. Porque eu voltava via... Eu voltava via Viracopos. E ele voltava via... Ele ia para Buenos Aires, e de Buenos Aires ele ia para Foz do Iguaçu, e de Foz do Iguaçu ia para São Paulo. Era mão de obra. Tanto que ele saiu dois dias antes de mim, eu cheguei antes dele. Isso era 69. E aí... E meu pai foi embora. Deu o dinheiro, aí eu criei alma nova e fui... Eu cheguei, eu cheguei dois dias antes, ele chegou. Depois que eu voltei à Europa...

D.P. – Só um negócio. E você quando chegou da Europa, essa coisa assim maravilhosa do brasileiro conhecer a Europa, conhecer os pontos turísticos, isso você... Ou você estava tão

imbuída da coisa da missão que nem te tocava muito? Conhecer o Coliseu, conhecer a Fontana di Trevi...

V.G. – Não. Isso me tocava. Não. Isso me tocava. Tanto que, quando eu cheguei, que eu vi o Coliseu, eu achava que eu tinha saído de um livro de história. Eu falei: eu saí do livro de história, porque eu estou vendo a história antiga. Me tocava. Eu fiquei, só nessa vez, 60 e... Depois que já... Primeira semana, eu estava curtindo com a francesa. Imagina. Eu fui para a Via Appia, eu via as catacumbas e tal. E ela fazia uma coisa de francês pobre. Eu adorei aquilo. Eu falei: ai, se a minha mãe me visse aqui agora... Sentava no meio-fio e comprava pão italiano com presunto, e a gente almoçava aquele pão italianão com presunto dentro, os operários todos da Via Appia ali, sentado do lado. Eu falei: ah, se a minha mãe visse isso aqui agora! Ela comprava aquele... como é? – caroço de abóbora, para comer assado, na Europa. E ela aprendeu a falar... Ela dizia assim: “*Terèse, Terèse, demandez à quelqu’un, demandez à quelqu’un...*”. Eu estava vendo: Via Veneto. Eu estou vendo. Aí ela aprendeu a falar assim para mim: “Um momento, e obrigada”. Ela falava as duas palavras que ela aprendeu comigo. Que eu dizia: “um momento...” Ela queria que eu perguntasse para as pessoas aonde era a rua. Eu falei: “Mas estou vendo. É feito português. Veneto”. Aí eu explicava para ela: “ocupado, em italiano é occupato”, e tal. Bom. Meu francês de falar eu devo a essa moça, que foram três semanas de um curso intensivo, que foi maravilhoso. Aí depois vem uma... Não. Tinha umas coisas divertidas. Aí, meu pai já tinha aparecido, eu já estava mais... eu já estava solta e tranquila, e... E veio uma sueca, que o Armand, que era o dono da pensão, estava dando em cima da sueca, e a sueca estava apavorada com ele. Por que é que ela... Tanto ela como a francesa se apaixonaram pelo Armand, porque ele disse que eram os olhos mais bonitos que tinham chegado naquela pensão. Ele também disse isso para mim. Mas para mim, entrou por um ouvido, saiu pelo outro, porque eu sou... Aí eu expliquei para ela. “No Brasil, a gente não dá a mínima bola para isso, porque os caras falam essas coisas”. Mas aí, tal... Isso aí era 69. Bom. Aí voltei para a Aliança, comecei a estudar francês e tudo. Aí já tínhamos mudado... Em 69, já não morávamos mais no Ipiranga, já fomos morar no Paraíso, num apartamento...

D.P. – Gilberto com você?

V.G. – Não. Gilberto ia e voltava. Gilberto ia e aparecia.

D.P. – Mas vocês casados.

V.G. – Casados, de papel e tudo, até hoje. Por isso até... Até que valeu, porque, hoje, eu tenho anistia.

A.M. – Mas aí é você, o Igor, a sua mãe...

V.G. – Ah. Eu, a minha mãe, o Igor e ele. E o meu pai, também, ia e voltava. Ficavam os dois indo e voltando.

D.P. – E o Igor a essa altura, crescendo.

V.G. – Crescendo, com o nome de Igor. Nessa casa do Paraíso, era Igor. Bom. Aí eu...

D.P. – Mas Igor Grabois? O Igor... o seu sobrenome?

V.G. – Não. Igor Freitas. Igor Freitas. Com meu nome. Igor Freitas. Ele era Igor.

D.P. – Ele tem a certidão com o seu nome de Teresa, então.

V.G. – Depois. Calma. Aí vai chegar lá. Eu dizia Freitas. Aliás, não era nem Freitas. Eu tenho... Aí depois, uma vez lá, eu fui para o Paraná... isso aí... meu pai...

D.P. – Mas quando ele nasceu? Você registrou ele...

V.G. – Não. Ele foi... Quem registrou ele foi minha tia, como Igor Grabois.

D.P. – Ah. Igor Grabois. E filho de quem?

V.G. - Ele é filho de Victoria Lavínia Grabois e de Gilberto... Ele é Igor Grabois Olimpico. Filho de Gilberto Olímpio e Victoria Grabois. Registrado pela tia. Padrinho foi o meu obstetra. Ele foi o padrinho, quer dizer, a testemunha, aquela ali, e a outra lá, sei lá quem é, que pegaram no cartório. Mas até então, ele era muito pequeno, ele foi para uma escola – montessoriana -, que não pedia nem certidão de nascimento. E ele foi para lá, para a escola, para o jardim de infância, porque ele tinha que ver criança. O Igor era uma criança que precisava ver criança, porque ele só via adulto, e clandestino. A vida dele era complicadíssima. E aí eu já estava começando a ficar de saco cheio, porque o Gilberto ia e voltava, e eu disse... Isso devia de ser o ano 70... Isso era... A gente morou... Espera aí. 64... Eu tenho que contar isso, que eu já vou começar a esquecer. Eu sabia isso tudo de cor. 64 até... até 67, nós ficamos no Ipiranga; em 67 até 69...

Nós ficamos até 68 no Ipiranga. 69, eu fui para a França, a gente ainda estava no... coisa. Ficamos 70... É. 68... Eu fiquei no Ipiranga 64, 65 e 67; 68 e 69, no Paraíso, até 70. Aí um dia lá, eu dei uma crise, que eu queria voltar. “Eu vou para o Rio. Eu não quero viver nessa clandestinidade. Eu sou jovem, eu não estou estudando, eu só sei falar francês e, mal e porcamente, inglês, o que é que adianta isso para mim? Eu quero ter minha vida, eu quero ser...” Aí comecei dar um piti. E me lembro que meu pai estava aparafusando o berço do Igor, que o berço tinha desmontado – aquela coisa que a gente monta – aí... meu pai era hipertenso – aí meu pai começou a tremer. Acho que a pressão dele... Porque eu dei um show. Aquele dia, eu resolvi... Sabe aquele dia que você dá aquele show? Que você não quer nada? Aí quando eu vi meu pai, aquilo... A pressão dele deve ter ido para 23, 24, sei lá quanto. Aí me baixou um negócio, eu falei assim: “eu não posso matar Maria... Maurício Graboís. Que a repressão mate ele... Mas eu não posso”. Aí eu volto para trás. Volto para trás, e aí eu descobro... Porque eu levava o Igor para brincar no pátio. Que [em] São Paulo chama pátio. Tudo engraçado. A gente morava no quarto andar, de escada. E o Amazonas também ia. E um dia, eu estou no pátio, brincando com Igor, e tem lá... Lá tem zeladora. São Paulo é assim. Você já morou em São Paulo? Não? Tem a zeladora. Aí eu vejo um carro. Eu olho para dentro do carro, o carro, coalhado de algemas. Eu falei para a zeladora: “De quem é esse carro?” Era do cara que... Porque lá é um, dois, três. São Paulo não é assim, é um, dois, três, quatro. – “O [morador] do um. Ele é delegado de polícia”. Falei: “puta merda!” E aí... Do esquadrão da morte. Porque aí eu vi o...

D.P. – Scuderie Le Cocq.

V.G. – O Escuderia Le Cocq lá atrás. Aí... Tem que mudar. Não. Foi aí que eu dei... Não. Tem que mudar. Foi aí que eu dei o ataque. Falei: “Já que vai mudar, eu volto para o Rio, e vocês se viram”. Aí que foi... É. Eu dei meu ataque porque tinha que mudar. A minha mãe já tinha visto uma casa no Jabaquara. E eu não queria ir lá ver. “Vai com a sua mãe”. Aí, me obrigando a ver a casa. Aí quando eu vi meu pai ter aquele piti, eu falei: “Está bom. Eu vou ver a casa”. Gente, quando eu vou ver a casa, eu tive uma... Porque tinha que sair dali *logo*! Não podia mais ficar ali. Porque o Amazonas e meu pai subiam aquelas escadas, e o cara morava no primeiro. A gente ficou lá dois anos. Só fomos descobrir isso dois anos depois. Se eu não desço com Igor, você não está sabendo o que está acontecendo. Aí vai ver a casa. Era um cortiço, no bairro do Jabaquara, que era assim: que tinha duas casas, o dono da casa morava numa, alugava a

outra; você descia uma escada, embaixo tinha porão; ele alugava uma casa, aqui, outra casa, aí tinha uma casa maior, que a gente morava, embaixo tinha um porão; *aqui* tinha um monte de casa. Quando eu olhei aquilo, aquelas roupas todas penduradas na porta, eu dei... Porque eu faço caras e bocas. Não sei se vocês já notaram que eu faço caras e bocas. E aí eu fiz caras e bocas, sem querer. E aí o português, que era o dono, virou-se para minha mãe e falou assim: “Se a menina não quiser a casa...” Porque a minha mãe já tinha se apalavrado com ele. A história de se apalavrar. Português tem isso, naquele tempo. Aí a minha mãe... Vai trocar?

[FINAL DO ARQUIVO pho 2217 – Victoria Grabois – 2015-03-10 – 02]

V.G. – Já me esqueci.

A.M. – Chegando na nova casa, e o português...

V.G. – Ah. Chegando à casa, o português...

D.P. – Fazendo caras e bocas.

V.G. – Caras e bocas, e o português... “se eu não quisesse a casa...” Aí eu vi que não tinha jeito, falei: “está bom, vamos ficar na casa”. Moramos lá de 71 até abril de 72. Não. De 71, ficaria... Não. De 70. É. Foi um ano e onze meses. Eu contei. Então foi de 70. Se saímos em abril, fomos para lá em... mais ou menos. Aí fomos para a casa. Gente, aquilo ali foi o horror da minha vida. Não é que eu... Sabe. Eu... Morar num cortiço... A gente se trancava dentro da casa, mas era um cortiço, assim, um pessoal muito pobre, muito... classe média... A gente... Aí tinha a japonesinha, que era uma operária... Não. E tinha um pessoal *legal*. A japonesa que morava no porão em frente, aí a minha mãe tomava conta da japo... Menina! Olha como era arriscado. Minha mãe tomava conta da garotinha, para a mãe poder sair. Às vezes, quando a mãe... a menina estava doente, ficava na casa da gente. Pobre tem essas coisas boas. Você é muito... Apesar de a gente viver com a classe... Minha mãe era muito... Claro. Porque minha mãe vem de uma família de operários, praticamente, então minha mãe era muito, assim, ligada à classe operária. Eu já era mais burguesinha assim. E, para mim, aquilo era meio... chocante. Aí, nesse... Num tempo aí, eu acho que... Já não lembro. Eu também fui para o Paraná...

D.P. – E essa casa era também visitada por...

V.G. – Pelo Gilberto? Não. Gilberto, um dia, apareceu. Era visitada pelo meu pai, só, e pelo Amazonas.

D.P. – Amazonas ia lá?

V.G. – Ia lá também. Porque essa casa... Depois que a minha cabeça...

D.P. – Mas não faziam reunião do Partido com outras pessoas. Não.

V.G. - Não. Fa... Nada. Não! Não! Não podia nem saber. Só quem sabia onde a gente morava éramos nós e o Amazonas, fora. Ninguém sabia onde nós morávamos. Ninguém sabia.

A.M. – O André... O André...

D.P. – Mas por que o Amazonas?

V.G. – Ah. O André. Tem que voltar à história do André. André, eu esqueci do André. Tem que voltar ao André.

D.P. – Sim. Mas só para entender. E o Amazonas... Porque o Amazonas, também, procuradíssimo. Por que botaram seu pai e Amazonas juntos?

V.G. – Ah. Porque o Amazonas... Depois eu cheguei à conclusão, isso ninguém nunca me contou, mas com as minhas... comecei a raciocinar, refletir. O Amazonas morava na casa que era a casa da Lapa. Tem a famosa casa da Lapa. Tiveram várias casas. Que não foi só... Eu já fui numa daquelas casas uma vez, que me levaram para uma reunião do Partido; que depois meu pai fez um escândalo lá, com quem levou, que foi o Carlos Danielli. Aí a casa... O Amazonas morava na casa da Lapa. Mas o meu pai e o Amazonas se reuniam na nossa... na minha... na casa nossa, no nosso aparelho, assim vamos dizer. E os documentos do Partido saiam dele. Quem escrevia os documentos do Partido eram os dois. Porque Amazonas era muito bom na máquina de escrever, mas o cérebro era meu pai. [Isso sempre ele me disse.] Meu pai, assim, meu pai ia falando, e ele ia... [escrevendo]

D.P. – Então tinha uma máquina de escrever.

V.G. – Tinha uma máquina de escrever.

D.P. – E tinha mimeógrafo na sua casa?

V.G. – Não. Só tinha uma máquina de escrever – Olivetti, amarela.

A.M. – E livros? Tinha alguns livros?

V.G. – Tinha muitos livros.

A.M. – Vocês mudavam de residência e levavam junto.

V.G. – E levava os livros. Aí eu lia aquilo tudo. *A doença infantil do esquerdismo; Dois passos à frente e dois atrás*. Eu lia aquilo tudo. Ficava lendo. Aí discutia um pouco com a minha mãe; quando Gilberto vinha, eu discutia um pouco de política, porque aquilo... eu precisava discutir, eu já tinha estudado.

D.P. – E seu pai ficava em casa? Ou ele saía, passava um tempo na rua?

V.G. – Não. Só saía... Não. Só saía à noite. Isso, quando vinha, porque também já estava lá no Araguaia. Essa casa aí, eles já estavam no Araguaia. Então vou voltar ao André. O André, quando chegou em... Teve esse grupo que foi para a China, em 64. Esse grupo voltou no final de 64. E aí teve um novo grupo, que foi para a China em 66. 65? Se o Igor nasceu... Se ele voltou com o Igor com seis meses... Que ele conheceu Igor com seis meses. No final de 65, por aí, foi um outro grupo para a China. E aí o André também... O desespero que eu tinha, o André também tinha. E o André vinha muito para o Rio e voltava. Aí, aquilo, - vai fazer curso de técnico em rádio. Que antigamente os rádios eram à válvula, então você tinha técnico para abrir, etc.. As coisas assim, que inventavam: vai fazer enfermagem, vai fazer técnico – para dar a conotação legal. E o André, também, foi lá, fez curso. Mas aquilo, para a gente, não dava. Aí aconteceu o seguinte. Tinha uma vaga para a China. Aí o Gilberto falou para o meu pai o seguinte: “O André está aqui, sem fazer nada. Vai e volta...” Aí o André vai... Minha prima morava em Copacabana, ele não saía...Ele começou a namorar a babá do filho da minha prima. Minha prima ficou danada da vida, botou André para fora. Minha prima que... Ela era minha prima porque ela era casada com meu primo. E a babá era até bonitinha. Claro. Aí ela ficou preocupada. Tem a razão dela. Chegar lá, ficar namorando a babá do filho? Aí o André, no desespero... já começava. Aí o André... Aí o André também, nessa altura do campeonato... a minha mãe, além de ter o nome dela com aquela carteira, já estava com nome falso; e o André,

com outro nome falso, também. Assim. Aí vou contar. Esse companheiro nosso de Porto Alegre que me deu a certidão, ele era advogado. Então o Partido dizia assim para ele: “eu quero uma certidão de uma mulher...” Minha mãe tinha quarenta e poucos anos. “Eu quero uma certidão de uma mulher de quarenta e poucos anos e de um menino de dezoito”. Aí ele ia no cartório, em Porto Alegre, falava assim: “Olha só. Eu tenho um cliente que é – o nome mais comum, homem, José, e mulher, Maria – que nasceu entre 1946 e 1948 – podia aumentar – 1944 e 48, eu posso ver o livro?” Aí o cara do cartório dava o livro para ele, ele abria aquilo... “Ah! Aqui, olha”. Aí o André era José Ferreira da Silva... Não. André era José... José Carlos Vieira da Silva e a minha mãe era Maria Ferreira da Silva. Então pelo menos, o meu pai... a minha mãe e o André tinham o mesmo nome, porque o meu era totalmente diferente. E quando eu fui, uma vez, ao Paraná, aquela que tinha seis meses antes que eu, falaram assim: “Vai lá e tira uma carteira com o nome dessa, porque você está muito... ela está muito velha para você. Para ficar uma coisa...dar uma coisa mais legal”. Aí eu tirei outra carteira, no Paraná, tirei título de eleitor no Paraná. Fiquei lá na casa de uns companheiros bem operários, lá na periferia de Curitiba. Tirei aquela carteira. Essa eu não digo, porque essa está guardada. Se acontecer alguma coisa... Agora é difícil. [riso] Mas pelo menos para eu chegar ali na rua, passar na barreira -, como a gente passava nas barreiras -, eu tenho uma carteira. Então essa daí ainda é secreta.

D.P. – E você não tirou passaporte com essa carteira não.

V.G. – Não. É tudo da Teresa. A Teresa é a grande tchan da pessoa. Aí o André foi para a China, fez curso na China. Aí tem que contar uma coisa do meu irmão. Quando ele chega na China, ele era filho de Maurício Graboys, dirigente do PCdoB. Aí os chineses queriam dar para ele um tratamento diferenciado. “Você não vai...” Aí o André falou: “Não. Eu vou ficar com meus companheiros. Eu não vou ficar com... separado; meus companheiros e tal”. Aí o André fez o curso. Quando você me pergunta “você aproveitava?”, eu aproveitei. Agora o André, o Paulo – eu conversei com ele, que também foi, veio da... O Paulo foi na primeira turma. Ele ficava horrorizado comigo, porque eu disse que eu tinha... Que eu encontrei o Paulo depois, assim, ainda encontrei o Paulo Rodrigues, antes da guerrilha começar, em São Paulo, que ele veio, o Gilberto não veio, então, ele veio, trouxe carta do Gilberto para mim. E aí eu contando que eu tinha ido à Europa e tal, e ele ficou horrorizado, que eu fui à Tour Eiffel, que eu fui ao Coliseu, que eu fiz passeio turístico. E ele não. Ele ficava dentro do quarto do hotel. Falei: “Ah. Isso também é ser muito sectário”. E o André, com Líbero Giancarlo Castiglia, que era um

italiano que o pai era do Partido lá na Itália, do Partido Comunista Italiano – um dia, andando na rua, ele viu *A Classe Operária* e falou: “Isso que é...isso que é jornal comunista!” Aí pegou os filhos e levou lá para *A Classe Operária* e tal –, eles ficaram amigos, frequentavam... o André adorava a casa, a mãe dele fazia cada macarrão... como uma boa italiana, o André vivia lá na casa deles, era amicíssimo deles, e os dois foram juntos para a China. Aí, como é que o André ia para a China? Porque o André tinha dezoito anos, e o André foi lá, tirou serviço militar, também legal, mas maioridade no Brasil, naquela época, era 21 anos, então minha mãe que ligava para o despachante, (porque arranjou lá um despachante) como tia do André e tal, para poder... É assim. Aí, “o pai dele tem que...” Disse assim: “Não. Mas o meu irmão, ele está doente, ele não pode”. – “Ah, tá bom”. Aí ela trouxe a documentação, meu pai assinou como o pai do André – sei lá o nome do pai do André – *seu* fulano Ferreira da Silva, que era o sobrenome. E assim o André foi para a China. O Líbero, eu não sei como. Também deve ter sido nessas condições. Aí quando o André volta da China, o Igor tinha seis meses, então o André volta da China em dezembro de 66, porque o Igor nasceu em junho. E aí o André fica encantado de ver um bebê. Porque como eu era a mais velha, e nós somos os caçulas, tanto da família do meu pai como a da minha mãe, a gente não via muito bebê. Então o Igor... o Igor... o André ficou encantado com o Igor. Quer ver um bebê, pegava... E aí, em seguida, mandam o André para um lugar –, que eu não sabia que era, que agora eu sei, que até eu fui lá, quando eu fui em Imperatriz, eu visitei –, que é Porto Franco. Então vai o... Agora eu fiquei sabendo depois, aí é criado um grupo, em Porto Franco, com André, Gilberto, meu pai, que aparecia lá, (meu pai não era...) e o médico João Carlos Haas Sobrinho. Eu até tenho essas fotos no meu computador. Então tem a casa em que eles moravam. E o João Carlos morava numa casa separada, porque não podia morar junto, que ele era um médico. Hoje, onde é o fórum de Porto Franco, era o hospital dele. O prefeito de Porto Franco deu um hospital para o João Carlos. João Carlos era cardiologista, com mestrado na Inglaterra, e lá fez tudo, minha filha, até... operava, fazia miséria. E agora eu conheci o cara, que o pai dele era o farmacêutico que acolheu ele lá, que disse: quando a coisa era muito complicada, aí ele levava para Tocantinópolis. Ele contou: e naquele dia, o João Carlos ficou muito nervoso, porque ele ficou com medo da mulher morrer. E ele salvou a vida... Ele falou: “Aqui, não dá, não tem condições. Então, vou para Tocantinópolis”. Ele foi para Tocantinópolis. Ele é um verdadeiro herói. O campo de futebol de Porto Franco chama Centro Esportivo João Carlos Haas Sobrinho. Verdadeiro herói da guerrilha. Outro herói da guerrilha, junto com o Osvaldão. Aí eu só fiquei sabendo depois que

o André tinha morado nessa cidade. André volta, eu acho que em 68, porque o André pegou malária. Quando pegava malária, mandavam... Porque o André pegou, como meu pai, a *falciparum*. O André volta. E foi a última vez que eu vi o André, foi em 1968. E aí o Igor já tinha dois anos. Ainda na casa do Paraíso, o André veio. O André não conheceu a casa do Jabaquara. Gilberto conheceu a casa do Jabaquara. E aí... Bom. André já está lá. E nós estamos na casa do Jabaquara, em 1972 –, o Gilberto veio em 71; a última vez que eu vi o Gilberto foi 1971 –, me mandam para Buenos... Bom. Para a Europa, eu fui, durante a ditadura, quatro vezes, para Buenos Aires, eu fui oito. Me mandam... O Gilberto veio, eu fiquei muito danada da minha vida, porque eu não via o Gilberto há muito tempo, aí eu tinha que encontrar com um companheiro em Buenos Aires, que ele ia me passar algumas coisas, então eram muito endereços que eu tinha que passar para o cara, e tudo na minha... Por isso que eu tenho uma memória de cão. A Cecília fica assim: “como é que você começa a guardar tudo?” Eu não tenho agenda. Até hoje, eu não tenho agenda. Eu não consigo ter agenda.

D.P. – É mesmo?

V.G. – É. Eu não tenho agenda. Eu sei tudo o que eu vou fazer amanhã; dia 25, tem médico... Vejo a Cecília abrindo aquilo... Ah, eu não posso... Às vezes, agora, eu vou falar a verdade – agora, eu me trumbico. Já marquei duas coisas para o mesmo dia. Mas também, agora, tem que dar um tempo. Então aquilo, o cara tinha que fazer um tour pela América Latina, então levei endereço para o cara, na minha cabeça, da Bolívia, do Peru, do Chile... Eu me lembro que eu sentei com ele numa praça, em Buenos Aires, lá – assim – tinha um monumento, nós dois sentados lá em cima, e eu passando para ele, e ele memorizando; ele também não podia escrever. E ele era mais velho do que eu. E eu memorizando aquilo. Eu fiquei meio danada da vida, porque... pô, eu não via o Gilberto... me mandam... E depois, é aquilo, ele não chegou no dia marcado. É aquilo. Ele vem... O avião que vinha para Buenos Aires, que saía de Paris, chegava quarta ou domingo. Aí, eu cheguei lá na terça, quarta... toda feliz: vou embora na *terça*. Quem disse que eu fui embora na *terça*? Eu só fui embora... Não, não *terça* não. Na quinta, porque eu cheguei na terça, encontrava com ele na quarta, ia embora na quinta. Quem disse que ele chegou? Chegou na outra quarta. Quer dizer, eu fiquei lá dez dias, no desespero. Fiquei muito danada da minha vida. Foram assim dias de muito sofrimento. Aliás, eu sofri muito. Ainda não cheguei no sofrimento. Porque isso é sofrimento... Só falando aqui, já que estamos falando de sofrimento, eu nunca fui presa, eu nunca fui torturada fisicamente, mas as

minhas companheiras que já foram torturadas e que foram presas e que viveram na clandestinidade dizem o seguinte... Claro que a tortura é inominável, não tem nome. Não dá para falar. É uma coisa que... Mas quando você saía da tortura, se você sobreviver à tortura, você ficava com os seus ali, você ficava com os seus companheiros assim, mesmo quem era da outra organização, todo mundo era unido. E eu vivia na clandestinidade, eu não tinha ninguém. A vida da clandestinidade... Você não é nada. Você não tem identidade. Quem você é? Teresa? Quem é Teresa? Qual é a história da Teresa? Você não tem ninguém. Você ver seu filho... Por exemplo, eu dizia que eu era separada do marido. Você é separada do marido, mas esse marido aparece um dia. A família, uma avó, sei lá. Uma família. Não tem família. Você ter um filho que vive na clandestinidade é inominável, não dá para falar. É assim, quer dizer, é tudo sofrimento. Não é a tortura física, mas é a tortura psicologia e a tortura emocional, que é uma coisa... Eu não suportava sábado e domingo. Eu tinha horror a sábado e domingo, porque é o dia da família. E eu sou uma pessoa... dá para notar que eu sou extrovertida. Agora se eu não fosse, eu acho que eu sucumbiria, eu não estaria aqui hoje. É muito duro. E aí chega o ano de 72...

D.P. – Você não tinha amigo nenhum.

V.G. – Não tinha amigo nenhum. Sem amigo, sem nada. Viver para minha mãe. Eu, jovem... Porque os anos de crescimento do ser humano é dos vinte anos aos [quarenta]. Agora é até mais, porque agora o mundo mudou muito. Mas na nossa época, era até os quarenta anos. Depois de quarenta anos você é um... era uma mulher já considerada idosa. Mulher de quarenta anos... Hoje em dia... [meu pai tinha quarenta anos] – aos quarenta anos, é uma mulher super jovem. Até eu digo que tem que ter a terceira idade e a quarta idade. A terceira idade deve ser dos sessenta aos oitenta... Que você vê... Eu faço ginástica com mulher de oitenta e cinco, oitenta e seis anos. Sou uma menina, perto daquelas mulheres. E as mulheres fazem coisas assim, que você... Imagina. Uma mulher de quarenta anos ia fazer ginástica, nos anos 70? Nem passava na cabeça.

A.M. – Victoria, tocando um pouco nesse tema. Havia espaço, ou havia clima, nesse momento, para questionamento de gênero, por exemplo? Ou não...

V.G. – Não, não chegava... Quer dizer, eu fazia meus questionamentos individuais, porque eu ia questionar com quem? A minha mãe era uma stalinista de... Minha mãe era stalinista mesmo.

O que o Partido... Se o Partido dizia: tem que ficar aqui, ficava. Minha mãe jamais questionava meu pai. Quer dizer, uma mulher guerreira, uma mulher revolucionária, uma mulher que fez direito nos anos... fins dos anos... início dos anos 40, uma mulher que começou a fumar aos vinte anos de idade, nos anos 40, não era uma mulher qualquer. Ela fazia direito, e naquele tempo, na faculdade de direito, você tinha exame de... era... como é? Esse negócio de... Instituto Médico Legal... Você via o corpo do cadáver. Que agora tiraram isso da faculdade de direito. O advogado... Então, ela disse que vomitava, e os colegas [inaudível] fumar. Uma mulher que fumava...

D.P. – Devia ser uma das raras alunas da faculdade de direito. Devia ter pouquíssimas alunas.

V.G. – Alunas desse... É. Porque ela é da turma do Badger da Silveira. Ela ia no almoço com Badger da Silveira. Ela fumava, ela foi viver com um homem comunista, ela rompeu todos os grilhões da casa dela... Você vê. Ela era uma mulher... Ela fundou escola, ela foi da Federação de Mulheres do Brasil, ela foi assim... ela... Mas tinha... Ela tinha uma adoração pelo meu pai, mas aquilo era... era a conjuntura daquele momento, que o Partido... o culto à personalidade. E claro que eu fui criada, também, com o culto da personalidade, assim. Tanto que quando a gente estava em Niterói, nessa história lá, uma vez, o Marighella foi dar aula. Agora aquela aula que o Marighella deu, eu já assisti aquela aula dada pelo Marighella, pelo meu pai, pelo Gorender, todos eles davam aquela aula da Revolução Industrial. Eu conhecia aquela aula de trás para frente. A Revolução Industrial... Acho que você assistiu a essas aulas. Tudo igual. A aula... Tinha um modelito dentro do Partido, todos eles davam aquela aula. Aí o Marighella... Sabe? Marighella vem dar aula, então... [entusiasmo], vem a Clara Charf, aí você fica... Ah. Esse aqui é o filho do Arruda. Sabe, aquelas coisas assim? Eu fui criada assim, com aquelas... Ah. Essa aqui é a filha do Graboís. Aqueles mitos. E a minha mãe era assim. A minha mãe não... No dia que eu... Foi um único embate que eu tive, na minha vida, com meu pai. Eu acho que aí eu já estava me libertando. Porque eu falei: “A gente vai mudar daqui, vai para aquela casa daquele cortiço, eu não quero viver num cortiço! É claro que eu luto pelo povo, bababá, bababá e tal, mas...” Até meu filho Igor disse: “Naquele momento, vocês tinham que ter voltado”. Igor disse que foi a maior [besteira], que a gente não devia ter continuado lá. Mas tudo bem, continuamos. Minha mãe não...

D.P. – Já que a gente está nessa coisa mais pessoal... E a relação do seu pai com você tinha alguma coisa de carinho, ou era só uma coisa distante, ele era seu ídolo? Ou ele botava você no colo...Era aquele tipo de pai...

V.G. – Não. Meu pai, ele era meu ídolo... Não. Eu era ídolo dele. Ele me achava o máximo. Ele era durão, ele me achava o máximo. Quando Elis Regina começou a aparecer – até eu me lembro disso, o Igor pequeno, uma televisão horrorosa que gente tinha, Semp, eu, com Igor no colo, vendo aqueles festivais da canção, vendo Elis Regina, Chico e tudo; me lembro que o Igor não dormia, eu ficava lá e tal –, ele me achava parecidíssima com a Elis Regina; o jeito da Elis Regina. Ele me achava o máximo. Depois ele... me achava... Minha mãe era assim, o amor da vida da minha mãe era o André. Tanto que ela pegou André, levou André para a clandestinidade, quando... Eu contei lá embaixo. E eu era a paixão do meu pai. Não. Aí tem que contar uma história desse trinta e... Voltando lá. Desse...

D.P. – Mas ele conseguia externar?

V.G. – Não. Ele não era beijoqueiro. Ele não era amoroso, assim, de ficar beijando, essas coisas, não. Mas ele exteriorizava, ele me respeitava. E para contar um fato. Quando eu fui morar em Niterói, que eu fui para o Liceu, (voltando à minha juventude) eu almoçava com ele, porque eu estudava de manhã, ele vinha lá da sede do Partido, e minha mãe, como trabalhava... a minha mãe saía cedo, minha mãe ia lá pros... para Itaboraí, Itaguaí, não sei que, e o André ia para a escola de tarde, e eu passei a conversar muito... Eu só conheci meu pai aos quinze anos de idade, porque eu era muito criança quando teve a cassação dos mandatos. Então conheci meu pai aos quinze anos. Então, eu começava a contar as minhas histórias amorosas, que eu gostava do fulano, do sicrano, mas eu não dizia que era eu, era minha amiga. Eu inventava. Eu tinha minhas... É a Raquel, é a Ruth. Claro que meu pai... [riso] claro que ele via. E ele ficava lá, ele dava uns palpites. E esse tal namorado, quando eu falei que ele não gostava, eu percebi nessas conversas. Então, ele se tornou meu amigo com quinze anos. Mas a família Grabois não é uma família... assim afetiva... É afetiva... É uma família unida, faz tudo por todos. Tanto a família da minha mãe como a do meu pai são de mulheres generosíssimas. Você vê. A tia Maria sustentava todo mundo; não só sustentava financeiramente, como também dava o apoio. Era assim. Você tem uma dor de cabeça, tinha que ligar para Maria; você quer ir no pediatra, era o médico que a Maria indicava; você tem dor... você torceu o pé, vai no ortopedista que a Maria...

A Maria, ela é a matriarca da família, com os irmãos. E ela era generosa com todo mundo. Ela era muito generosa. E as irmãs da minha mãe, também, eram generosas, porque nos aceitaram, nos criaram. Elas não tinham dinheiro, mas elas eram assim. E a tia Maria... Assim, a família Graboys [chama] assim. A minha prima Silvia era... ela e Leonardo não podiam tocar em nada e ninguém, porque pegava micróbios. Tinha, toda hora, que lavar a mão. Minha tia lavava tomate com sapólio. Foi assim. Então minha prima andava *assim*, na rua, porque ela não podia encostar em ninguém. Tanto que eu não podia beijar o Igor, porque era porcaria, porque mãe não beija filho. Era isso que eu escutava, que era falta de higiene, que eu podia passar meus micróbios para o Igor. Quando eu tive o Maurício... Porque eu fui mãe do Igor aos 22 anos de idade, e aos quarenta eu tive o Maurício. E o Maurício foi super beijado e abraçado. Coisa que eu não fiz com Igor, eu fiz com Maurício, e agora faço com meus netos. Porque eu acho que... carinho é carinho, e você tem que dar. Você vê que a coisa... Quer dizer, claro que eu beijava e abraçava; mas não era na... E fazia isso escondida. Porque se a minha mãe visse eu beijando o Igor, ela dizia que era falta de higiene, que eu ia transmitir todas as doenças possíveis e imaginárias para ele. Olha só. Umas mentalidades... Porque ela seguia o que a tia Maria mandava. Porque não pode, a higiene, papapá. Era tudo assim. Então... Onde eu vi que meu pai era uma pessoa... Quando Gilberto chegou, nesse abril... maio... Porque... primeiro de maio... ele foi embora no dia dois. Então ele chegou em abril de 71. Quando ele abriu a porta... eu abri a porta para ele, que ele chegou nessa casa do cortiço de Jabaquara, eu percebi que tinha algo errado aqui. E nesse dia, o Igor ficou excitadíssimo, porque o pai chegou, e o Igor pulava; eu doida para conversar com ele, e não tinha... Eu queria conversar com ele. E aí eu comecei dar... Bom. Quando o Igor vai dormir, duas horas da manhã, nós vamos para a sala, para conversar, e ele me diz que ele se apaixonou por uma guerrilheira. Eu tive que ouvir isso. E disse assim para mim... Sempre ele pedia para eu ir. “Você vai comigo”. Aí ele disse: “Você não vai, para salvar esse casamento?” Falei: “Não vou. Eu não vou abandonar meu filho. Meu filho já não tem mãe... já não tem pai, e ele não vai deixar de ter mãe, porque ele não pediu para nascer. Eu não vou deixar o meu filho com seu pai e com a sua mãe”. Porque o meu sogro e a minha sogra eram do Partido, mas eles eram espíritas, e abandonaram um pouco o centro espírita, e depois... Depois, com a história do golpe, o meu sogro se tornou até reacionário, e aí viraram espírita de ter até centro espírita. Eu falei: “Eu não vou criar meu filho no espiritismo. Eu sinto muito, mas filho não é para ser criado por avô e por avó. Ele já não tem pai, ele vai ser criado por mim”. Então ele insistiu que eu fosse. Eu falei: “Mas você acha que vai salvar?” Aí a gente tinha que

comunicar ao Partido. Eu falei: “Então vamos nos separar. Já que a gente não pode se desquiticar – (naquele tempo ainda não tinha divórcio) – já que a gente não pode se desquiticar, vamos fazer o coisa”. Aí chamamos meu pai. Teve uma reunião de Partido, no quarto do meu pai e da minha mãe, numa mesa lá, que meu pai trabalhava. Aí meu pai... já sabia. Meu pai virou-se para ele, disse: “Você pensa, cara, que alguém é bobo? Você chega lá...” E ele era dirigente. Ele era comissão militar da guerrilha. “Os companheiros deixam as mulheres, as mães, e você, o dirigente, tem mulher...” Meu pai esculhambou com ele. Ele era o pai. Depois, disse assim: “E a sua troca foi para pior”. Mas isso é coisa de pai. Um dia, eu comentei isso com Danielli, ele falou assim: “Victoria, vamos lá. A pessoa que ele [escolheu]...” De fato. Depois, ela foi a liderança da guerrilha, como mulher. Ela era uma mulher extraordinária. Claro, mas quando você... para outra, na hora, você fica... Agora meu pai dizia... Claro, ele era meu pai, ele achava eu melhor que a outra. Isso era o... Foi a única expressão... Meu pai ficou do meu lado, contra ele assim... Claro. Aí fiquei... E eu falo: “Porra!” Eu fiquei com muita raiva dele, falei assim: “Eu fico nessa clandestinidade fodida aqui. Você está lá...” e tal. Aí con... Aí... tal. Bom. Aí a gente vai... Isso tem no livro, isso eu contei no meu livro. Dentro de um táxi, para levar ele para a rodoviária e tal, o Igor no colo dele, ele chorava, eu chorava, e o Igor *assim*... Não sei. O Igor não chorava, que não estava [entendendo], [o que] será que passava na cabeça dele. E quando a gente chega, ele se despede de mim –, porque ele ia com outra pessoa, porque sempre eles levavam um, ou dois, sei lá, e eu não podia ver –, e aí eu tive certeza absoluta, falei: é a última vez que eu vou vê-lo. Eu não vou ver ele nunca mais. Bateu aquilo em mim... que foi verdade. Aí eu, continuando lá no meu inglês, no meu francês, morando lá no Jabaquara, e vem 72, o Amazonas apareceu... Não. Aí meu... Em 71, meu pai vem e passa o natal com a gente e o ano novo, de 71 para 72. E meu pai aí fez uma loucura. Que meu pai era muito... como é que se diz? Meu pai era muito disciplinado e... E ele era apaixonado pelo Igor. Era... Ele ficava *assim*, deslumbrado, com Igor. E o Igor... Depois, ele tinha sessenta anos nessa época, ou cinquenta e nove, ele dizia assim: “Eu fico cansado só em ver correndo”. Eu achava aquilo um absurdo. Eu tinha vinte e três, vinte quatro anos, falei: “como é que ele pode ver cansado uma criança correndo?”. E hoje, [riso] eu dou razão a ele, quando vejo meus netos, falei: ai... mando levar embora, que eu já estou cansada. Brigavam por causa de bombom. Minha [mãe] comprava... Meu pai vinha magérrimo lá do Araguaia, chegava em São Paulo, ele era muito guloso, ele engordava; e minha mãe comprava bombom Garoto, e o Igor... “não, mas eu gosto desse...”. Brigava com Igor por causa de bombom, brincando lá. Meu pai pega minha mãe e o

Igor e vão para o Jardim Zoológico de São Paulo. Essa a imagem... Foi até bom ele ter feito isso, essa loucura, porque a imagem que o Igor tem do avô é essa: andando de bon... Sabe aquele trenzinho do Zoológico? Tem aqui no Rio, também tem em São Paulo. Ele andando de trenzinho com o avô, no Jardim Zoológico, no Ano Novo. Vê se pode? Aí meu pai vai embora em janeiro. E o Amazonas aparece...

D.P. – Vocês faziam ceia de natal?

V.G. – Fazia. Fazia. Comprava peru. Fazia tudo. Até então. Meio assim...

D.P. – Só vocês.

V.G. – Só nós, sem ninguém.

A.M. – Mas entre essas idas e vindas dele, ele comentava com vocês como é que estava a situação no Araguaia? Nada.

V.G. – Nem sabia que era Araguaia. Quando eu encontrei com...

D.P. – Nem sabia que era Araguaia. Sabia... Você sabia...

V.G. – Nem sabia que era. Sabia que era para cima. Porque se eu tinha chegado em Mato Grosso, para onde ia? Para Goiás? Só podia subir. Eu achava que no Amazonas. Mas não era Amazonas. Era Pará. Porque quando você fala em selva amazônica, o que é que você imagina? Amazonas. E eu encontrei com Paulo Rodrigues uma dessas vezes. Ele falou assim: “Olha. Se a gente estava no inferno” – que era Guiratinga, que eu conhecia... Agora ele conheceu muito mais aquilo, porque ele andou toda aquela região. Eu só conheci Guiratinga e Rondonópolis. Mas Rondonópolis, eu passei por Rondonópolis. Eles conheceram Barra do Garça... Eles conheceram todo aquilo. Goiás, eles conheceram... Ele e o Gilberto conheceram tudo. Chegaram à conclusão que lá não era o lugar adequado para a guerrilha. Só que ele dizia: “Nós já estamos lá para cima. O inferno já está lá”. Ele até brincou isso comigo, falando assim. Sei lá se foi... Não é brincadeira, não. Isso foi muito sério, porque ele já estava achando. E aí o Amazonas vai... Quando vinha, a gente comprava roupa, para levar. Então, ia na rua 25 de Março, então comprava calça, cueca, calcinha... Você comprava tudo, para eles levarem. Ia lá no Veado de Ouro, que tem na rua Direita... na rua São Bento, comprava mercúrio... tudo para

a farmácia –, comprava remédio, uma porção de coisa. Então, eu comprei aquilo tudo, e o Amazonas levou. Não só eu comprava. O pessoal da casa da Lapa também comprava. Depois, eu fiquei sabendo. Porque era muita coisa. Acho que eles até despachavam. Eles levavam quantidades. Porque as pessoas precisavam se vestir. Já estavam se preparando para guardar, botas, o escambau. Nesse dia que o Gilberto ia, Gilberto levava, dentro da mala, uma arma. [inaudível] já levou uma arma dentro. E aí chega no dia 17... 17 de abril, de tarde, o Amazonas chega. Quando Amazonas chega de tarde –, que o Amazonas só vinha de noite –, alguém morreu. Porque um dia, ele disse: "Venho dia tal". Em 72... Não. Em 71. E aí ele chega... que não era o dia tal, ele chegou antes do que ele tinha [vindo/ dito], que é para anunciar que tinham pego o Danielli e o Lincoln Oest. E a minha mãe foi a última pessoa que viu Danielli, antes do Danielli ser preso e depois ser morto no Doi-Codi de São Paulo. E o Danielli conhecia, vamos dizer, a casa da Lapa. Podia não ser a casa da Lapa. Mas eu estou dando como referência a casa da Lapa porque era a casa... era o aparelho do Partido, principal. E aí ele ficou lá. Que ele falou: "Eu não posso ir para lá". E quando teve a certeza que o Danielli morreu, deu um tempo, não sei se... aí não sei, devem ter mudado – acabaram com a casa, ele esperou ter uma nova casa, para ele voltar, porque – sei lá se o Danielli falou? Tinha aquilo. Aí ele chega, cinco horas da tarde, com a roupa do corpo. Ele... "Mas o que é que aconteceu?" Ele disse assim: "Olha. Já nos pegaram. Começou tudo. Eu estava em Araguaína, para pegar um ônibus, [ele tinha ido a São Paulo] para ir para a região, e aí uma companheira... um companheiro (que depois eu fiquei sabendo que era a Elza Monnerat) fez assim, olha. Furou". Dali, ele comprou uma nova passagem. Tudo que ele tinha levado ele deixou... Porque ficavam mudando de ônibus, então ele deixou guardado na... aqueles troços lá da rodoviária, como é? – guarda-volume. E tal. E virou-se para mim... Isso aí era uma sexta-feira. "Seu pai e o Gilberto conhecem essa casa. Amanhã, tem que mudar daqui. E não pode mais ser o nome da tua mãe". Por quê? Porque a minha mãe, meu pai... O meu pai traduziu o livro... Meu pai traduziu o... o diário do Che, e fez o prefácio, e o livro foi editado em São Paulo, aí pegaram o livro... e esse livro foi achado na Central do Brasil, e vinha no nome da minha mãe, então o nome da minha mãe já estava conhecido, então tinha que ser no meu nome; a Teresa tinha que sair para alugar casa. Nessa hora, eu... [suspiro] eu até respirei; e falei assim: bom, pelo menos vamos sair desse... desse buraco.

D.P. – Mas você, nessa hora, teve medo de seu pai ter sido preso? Ou não?

V.G. – Não. Porque... Ah, não. Eu achava, até então, eu achava que não ia acontecer nada, que eles eram os tais, que eles... Porque como o Gilberto me pintava, eles iam... Gilberto botava assim, nas minhas cartas: “Sinto que o Brasil vai ser dividido em dois. Nós, aqui, seremos o Brasil libertário, e você vai ficar no Sul, junto da repressão”. Então ele tinha... Ele achava que eu ia ficar aqui, ia ser muito mais difícil, e que lá... Imaginava o Vietnã. Vietnã do Norte, Vietnã do Sul; Coréia do Norte e Coréia do Sul. O Norte ia ser a liberdade, a democracia, o socialismo; e aqui, ia ser muito difícil eles chegaram no Sul, até a gente se encontrar. Então eu começava também a... Eu acho que também, você fazia essas fantasias para poder sobreviver. E aí saí eu para procurar casa, no sábado. Nada, nada, nada. No domingo, outra vez. Aí tem uma casa... Cheguei no Brooklin, falei... Já tinha procurado, já estava de saco cheio de tanto procurar casa. Aí eu cheguei para um cara: “Onde que é o número 987 dessa rua?” Que era lá embaixo. Lá embaixo. Cheguei. Era de um português. Falei: “O senhor aceita depósito?” Ele falou assim: “Aceito”. Falei: “Olha só. Eu sou professora...” Porque São Paulo, é um nível... fala dois milhão, quatro milhão, é para nós, dois pão... é tudo assim, paulista. E quando você tem o português correto, você é professora. Você abriu a boca, você é professora. “Eu sou professora, minha mãe também é professora, somos do Espírito Santo, e a gente vem morar aqui em São Paulo agora. O senhor aceita depósito?” Aí foi mostrar a casa. Eu gostei da casa. Um sobradinho, típico de São Paulo. Foi o melhor lugar que nós moramos. Fora o... O apartamento também era bonitinho. O apartamento foi minha mãe que arranjou. E aí ele disse... e tal... 650 reais. 650 cruzeiros. E o Amazonas disse que era até seiscentos. Falei: “Mas o senhor não faz por seiscentos? O senhor tira cinquenta?” – “Ah. Mas a senhora está vendo, aqui tem um corredor largo e tem aí o quarto de empregada muito bom...”. “Está bom. Então vou trazer a minha mãe”. Aí eu voltei para casa, pegamos o dinheiro, nos arrumamos... Frio em São Paulo. Eu tinha comprado uma saia linda em Paris, de lã. Linda a minha saia. Era bonitinha. O cara... Depois, eles disseram: “Alugamos a casa para as senhoras porque as senhoras eram muito bem vestidas; eram professoras, falavam muito bem, tinham muito boas roupas”. O português disse isso. Na hora, o cara alugou a casa, no meu nome. A Teresa alugou uma casa. E aí volta e... E aí a gente se muda para... nos mudamos para lá no dia dois de maio de 72. Daqui a pouco vem o Amazonas e aparece na casa. Sim. Porque ele ainda não tinha ido... Eu acho que lá a casa da Lapa ainda não tinha aparecido. Ele vem junto, depois, chega de noite, aquela coisa toda, tal. Aí virou-se, falou o seguinte: “Agora, as coisas vão mudar, precisa dar uma conotação. Você precisa arranjar um emprego”. Que emprego? Então tem estudar, tem que ir para a faculdade.

Como é que a Teresa?... A Teresa não tinha... Até nisso o Amazonas era mais coisa que meu pai; na questão assim intelectual e acadêmica, o Amazonas tinha uma visão, mais que meu pai.

A.M. – Mais o quê?

V.G. – Mais acadêmica. Você tem que estudar, você não pode ficar parada, perder tempo, ficar nessa vidinha de fazer comida, de cuidar de filho, de ir para a pracinha levar filho, sem fazer nada. Ele tinha essa visão. Aí ele falou: “Olha. A minha sugestão é que você o curso supletivo”. Mas naquele tempo chamava Artigo 90... [99]

D.P. – Madureza.

V.G. – Madureza. Vai fazer o curso de Madureza. Mas antes disso, precisa dar uma conotação... E minha mãe tinha muito coisa com trabalhos manuais. Então, vão ser ceramistas. Eu falei: “Ah, mas...” E eu sou... puxei para a família do meu pai, não sei fazer nada. Aí a minha mãe pegou o curso de cerâmica, lá de umas grã-finas que tinham no Brooklin, minha mãe começou a fazer cerâmica. Também foi bom para ela, porque foi a hora que ela extravasou. Aí ela fez coisas... Ela, além dela usar o torno, ela usava muito as mãos. Ela fazia... As coisas que as mulheres faziam no torno, ela fazia na mão. Ela botou toda a criatividade dela para fora. Aquilo, para ela, foi bom. Mas aí... E abrimos uma firma com meu nome, da Teresa. Aí eu falei assim: gente, mas eu não estudo há tanto tempo. Eu tenho que fazer, pelo menos, matemática, química e física. Porque de humanas, eu tiro de letra. Aí eu fui para um curso, lá na avenida Santo Amaro... quer dizer, rua Santo... É. O Brooklin, depois vem Santo Amaro. Avenida Santo Amaro vem desde o Itaim. Aí entrei no curso de Madureza. Que o nível era assim: menos cinco mais três é igual?... Eu falava: menos dois. “Como é que você sabe isso?” Falei: “Ah. Porque eu fiz até o segundo ano científico, e depois eu tive que casar...”. Sim. Porque eu não aguentava, era... Mas eu aprendi uma coisa, que não tinha no meu tempo, que era função. Isso caía muito na prova. Eu fiz seis meses esse curso de Madureza, e só passei... e química e física era... só passei porque tinha uma menina que estudava comigo e que falou assim para mim: “Teresa, você não quer?...” Uma menina riquíssima, que morava numa mansão lá no Itaim, que é o bairro, que tinha um problema assim de... nas... como é que se diz?

D.P. – Nas juntas.

V.G. – Nas juntas não. Nos... Nas extremidades. Nas extremidades, que saía como uma caspa. Isso *aqui* dela, assim as caspas caíam do cabelo e das mãos também. E ela meio discriminada naquela sala. E ela me chamou para estudar física e química, que eram as duas coisas que eu não estava... Eu fui lá para estudar química e física, mas eu não estava indo naquele troço. Aí eu fui para a casa dela; três dias trancadas lá, numa varanda, negócio chiquérrimo, e estudei e fiz a prova. Não é que eu passei naquela química e física? Eu tirei nota baixa – sei lá, seis, não sei que –, mas passei. Passei em tudo. Passei em tudo. Aí foi um escândalo dentro do curso, que tinha assim as fofoqueiras, que tinham inveja – aquelas coisas de besteira: que você sabe, a outra não sabe... Eu nunca tive isso, mas... Sabe como é, a pessoa atrasada... Quem vai fazer Madureza é o atraso do atraso, ou se não, mulher muito mais velha, que vai estudar. A mulher não acreditou, foi lá olhar se eu tinha passado e tal. Aí eu faço vestibular. Aí eu fiz vestibular para a PUC, para a USP e para uma faculdade de Moema, que era uma faculdade de professores dissidentes da PUC de São Paulo. Aí eu passei para a USP...

A.M. – Para quê?

V.G. – Letras, português, em terceiro lugar. Na PUC, eu passei em décimo segundo; e, nessa de Moema, eu passei em segundo. Bom. Essa prova eu fiz...

D.P. – Tudo para letras, nas três?

V.G. – Tudo para letras. Porque aí eu cheguei... o seguinte. Tem que trabalhar... Não. Eu fiquei sabendo... Aí sim. No Brooklin, o Igor começou a ter amigos. E você tem que levar a criança para dentro de casa. Aí vou contar. Aí muda para o Brooklin. Vamos voltar. Eu já estou adiantando um pouco as coisas. Volta para o Brooklin. Muda para o Brooklin. Aí tem lá um menino, na rua, “ah, você não quer vir brincar aqui?” – aí você bota o menino. Aí fui procurar escola para o Igor. Cheguei na escola... Aí o Amazonas diz: “Ele não pode mais chamar Igor, porque todo mundo sabe que o teu pai tem um neto chamado Igor”. Porque todas as gracinhas que o Igor fazia meu pai contava no Partido. Como agora eu estou, dos meus netos. Estou igualzinha. Aí meu pai... Não pode. Então eu falei: bom... A minha ideia primeiro, em vez dele chamar Igor, ia ser Marcelo. Mas quando eu cheguei na maternidade, todas as crianças estavam chamando Marcelo: era o nome da época. Falei: “Gilberto, vamos mudar o nome dele para Igor? Você topa?”. “Tá. Topo”. Então virou Igor. Então ele vai ser... Aí eu, uma vez, comprando *Pais e Filhos*, eu vi que a tradução de Igor era Jorge. Aí disse: “Olha. Seu nome é

nome russo, e você vai mudar de escola, e no Brasil, não aceita nome russo nas escolas”. (Ele tinha cinco anos.) “Então você vai chamar Jorge. É o seu nome. Porque é a tradução...”. Ele já sabia. “Seu nome agora é Jorge”. Aí ele vai para a escola. Eu chego lá na escola – pequena, – “certidão de nascimento”. Falei: “Olha só. Está no Rio a certidão dele. Será... (Mudamos lá em maio) Em julho, eu vou para o Rio. Eu posso trazer a certidão em julho, que eu vou buscar a certidão lá?” Aí o cara falou: “Tá. Tudo bem”. Aí ele foi para a escola. Aí ele vai brincar com um menino da rua. São os momentos da minha vida assim que... Aí ele vira-se... O garoto fala assim para ele: “Como é seu nome?” Ele fala assim: “Na escola me chamam de Jorge”. Gente... E eu junto. Aquilo me deu uma dor no coração. Como quem diz assim: se chama Jorge, você chama Igor, qualquer coisa serve. Aquilo duro para você e tal. Aí o Jorge. E outro nome que eu não suportava. Achava Jorge assim... nome de... Sei lá. Não gostava. É São Jorge... Ligava assim. Eu não queria esse nome. Aí ele vai para a escola. Bom. Aí, na porta da escola, eu conheço uma moça, muito simpática, muito falastrona, muito... tal. Mas isso já foi em agosto. Aí eu venho, em julho, para o Rio. E aí o Danielli deu a dica, aonde que registrava crianças. Que era em Cascadura. Então, você ia em Cascadura, chegava lá: “Olha só. Eu sou mãe solteira, meu filho nasceu em tal lugar, eu quero registrar”. Tudo bem. Aí eu e meu primo, que morava no Leblon, aí nessa época... Quando eu vinha ao Rio ficava na casa desse meu primo, que é o filho da minha tia, esse que eu falei que era treze anos mais velho do que eu. E aí a gente olhou lá – rua Carolina Méier... Vimos na catálogo telefônico. Aí eu cheguei: “Olha. Meu filho nasceu em casa, na rua Carolina Méier número tal, apartamento tal”. – “Não. Tudo bem. A senhora entra na fila. Mas a senhora vai ser testemunha de quem está atrás. O da frente é sua testemunha”. Falei: “Tudo bem”. Aí eu registrei. Igor Freitas...

D.P. – Igor não. Jorge.

V.G. – Jorge Freitas, filho de Teresa da Rosa Freitas, sem pai. Aí a minha mãe já fica... 1972, ano do sesquicentenário da independência do Brasil. A certidão dele tem um verde e amarelo *aqui*. Aquilo guardava... Aquilo vai ter que ir para o museu. Verde e amarelo... Aí eu entrego lá. Ele é Jorge. Aí, no mês de agosto, era aniversário da escola, e eu conheci uma moça... na portaria... Aí comecei a conhecer as mães da escola. Então, que as mães iam fazer uma apresentação para os filhos. Iam se vestir. Então eu me vesti de... Eu fui galo, a outra era patinho... Umas besteirada daquela. E as mães começaram a sair, irem na casa do artista... Brooklin já um bairro de classe média, então... é meio assim... Aí tem uma moça assim e tal, o

nome dela é Liana, ela... Matarazzo, em solteira –, eu com essa voz de carioca... – porque paulista, naquela época, era... até hoje é – agora, com essa história de violência... mas naquela época... – apaixonadíssima pelo Rio de Janeiro, uma carioca, era o máximo. Aí se tornou minha amiga. Fui tomar cervejinha na casa dela, me chamou... Moral da história: foi minha primeira amiga, que eu tive, em todos esses anos de clandestinidade. Ela tinha três filhos. Aí, “eu sou separada...” Aí inventava. “Meu marido é engenheiro, trabalha fora, sou separada...” Mas esse marido nunca aparecia. No final, ela começou meio que desconfiar. Depois ela me contou que ela começou meio que desconfiar. E aí... E eu estava fazendo, nessa época, o tal supletivo. Mas, claro, eu não podia dizer. Aí eu vou para a faculdade... Aí o Amazonas vem e diz: “Olha. Na USP e na PUC, você não pode ficar, porque você vai começar a se meter lá na política, podem te conhecer...” Isso é verdade. Porque fervia. Então na USP, então, ali junto do Mackenzie, o Zé... Não. Eu já fiz prova lá na... Quando eu fui fazer prova, eu já fiz prova lá na Cidade Universitária. E aí... E por que... Ah. Isso é um negócio... é até engraçado. Por que eu tirei terceiro lugar? A história é a seguinte. Você fazia uma prova de exatas e uma prova de humanas; e a prova de física... Eu fiz prova de geografia e fiz prova de física. Quando eu olhei a prova de física, eu não sabia nada. Falei: ou entrego isso... Vou tirar zero. Mas eu não podia entregar. Vou fazer alguma coisa. Eu comecei a rir. Eu estava encostada assim na parede, eu comecei a ler aqueles problemas... Que a prova da USP é uma loucura! Até hoje. Meu neto fez e passou; o filho do Igor. Cada problema *desse* tamanho, de espelho, de não sei que, luz, tal... Eu não sabia nada. Aí eu comecei a ler, a corrigir o português. Você sabia? Tem erro de português. Eles fazem isso, para você botar vírgula... Aí eu comece a corrigir, rindo comigo mesma. Bom. Eu vou ser reprovada nesse troço. Sabe quanto que eu tirei? Isso é uma coisa que acontece... É uma loteria. Como [se] eu tivesse ganho na loteria. Nunca mais na vida vai acontecer. Eu tirei oito em física. Então... Quem faz letras não tira oito em física.

D.P. – Mas você corrigiu o português, e você acertou as respostas?

V.G. – Acertei a resposta que eu corrigi o português. Não sei como. Sei lá se foi aquilo. Eu sei que eu tirei oito em física. Eu fiquei corrigindo o português, aquilo... Eu lia aquilo e achava... Uma coisa lá, eu achava meio lógica, a outra não... Sei lá o que eu fiz. Como eu descontraí, eu devo ter feito algum raciocínio ali, corrigindo português. Não sei. Uma coisa que aconteceu. Quando eu fui ver minha nota, oito em física? – Não era possível. Mas... Aí vai para essa faculdade de letras de Moema. E aí o Amazonas dá umas dicas. “Diz lá que você quer

trabalhar”. Aí eu começava. Cheio de professora. Aí eu fui fazer francês, porque eu já tinha Nancy. Francês era à noite. Então eu precisava de francês só para ter a parte de didática. Mas eu fiz lá o curso também e tal. Na minha turma de francês, era pequena, só tinha a freira – freirinha mesmo, daquela de azul com aquele negócio branco – e seminarista. Eu tenho a foto até hoje. E umas meninas lá, tudo meio doidinha. E tal. Aí uma dessas minhas amigas de francês, professora, do interior, ia se operar, e falou assim: “Você vai lá na escola que eu trabalho, para eu te apresentar para a diretora”. Aí eu cheguei lá na escola... Jardim Santa Catarina. Hoje, barra pesadíssima de São Paulo. Aí cheguei, mal falei com a mulher... olha o ensino como é – ela chegou e falou assim: “Ah. Tem uma professora aqui, pediu licença hoje. Você vai... primeira série”. Eu falei: “O quê? Primeira série? É o pior. É alfabetização. Eu não sou professora”. Falei assim. “Mas eu sou aluno-mestre, eu faço faculdade, eu não fiz Normal”. – “Não, tem problema não. Você pega o caderninho lá das crianças, você lê, você faz”. A minha sorte é que era uma turma já alfabetizada. Nunca mais... Eu dei a mão, um menininho *desse* tamaninho assim, de seis, sete anos, moreninho – tão bonitinho – eu dei a mão para ele, o menino tremia tanto... que é a primeira professora; eu não sei quem mais tremia, se era eu ou o menino, porque eu... sabe, você tem uma responsabilidade enorme. Falei: gente, o que é que eu vou fazer nessa sala de primeira... Se ela me pusesse na segunda, terceira série, é mais fácil. Eu sei, vai ter lá... Mas alfabetização... Mas a minha sorte é que eles eram alfabetizados. Aí eu fiquei nessa turma, e fui aprendendo. Aí essa minha colega tirou a licença, fiquei na turma dela. Aí veio... [balbucia] Aí ela volta. E nisso, tinha uma menina que estudava comigo, que já sabia que eu estava dando aula, ela falou assim: “Olha só...” Ela era do Mobral, essa garota. “Olha só. Tem uma escola lá no Jardim Miriam, (vai vendo os lugares) no Jardim Miriam, que não tem professor. Oito professores saíram. Vocês... – falou para mim e para outra menina, chamada Rosana – Vocês vão lá, que vocês pegam... – porque a Rosana também... nunca mais esqueço a Rosana, era muito boa essa menina – que vocês pegam a... vocês podem dar aula lá, nesse lugar. Aí eu já sabia que quem chega primeiro pega a turma. Isso eu aprendi, no primeiro ano. Aí eu chego lá, tinha uma outra professora, uma lá, que tinha sido indicada pela Secretaria. Aí era primeira série e segunda. Falei: ah, minha mãe, tomara que essa mulher escolha a primeira, eu fico na segunda. Aí a mulher escolheu a primeira. Bom. Eu fui para a segunda. Moral da história: eu dei aula num curso primário sem ser professora. Fiquei amiga lá de professoras, que eu ia assistir aulas na turma delas – fui fazer estágio... Isso eu falava: olha, eu sou aluna... Porque em São Paulo tem a história de aluno-mestre, que aqui no Rio não tem. E

o salário de lá era melhor do que qualquer professor do Rio de Janeiro. Bom. Depois, aí eu virei aluno-mestre, dando aula de português, e depois eu virei professora substituta.

A.M. – E quanto tempo você ficou fazendo isso?

V.G. – Uns quatro anos. Então, eu digo, quem foi meus patrões? Laudo Natel, Paulo Egídio Martins e Paulo Maluf. Meu último patrão foi Paulo Maluf. Isso, no governo do estado de São Paulo. Eu participei de duas greves: de 78 e de 79. Sendo que 79, tinha reunião lá... – o PT já em efervescência, o PT...

D.P. – Surgindo.

V.G. – Surgindo e tal, aí eu fui lá na delegacia assim... Quando eu entro... Eu participei da greve, eu fazia piquete na porta da escola. Já estava assim. Mas não podia fazer nada disso. Isso, já tinha tido 76, já tinha tido a queda da Lapa, o Amazonas sumiu, nós ficamos sozinhas, eu, a minha mãe e o Igor... Aí que o Igor diz hoje: “Vocês tinham que ter vindo embora”. Mas o Amazonas mandou ficar, falou que não podia mudar, então tinha que ficar lá. Aí... Aí eu já estava meio leve e solta. 76. Aí tem um fato, que é o mais triste de todos. Que em 73, o Amazonas vai lá e me chama, no quarto, que era o quarto do Igor, (que ele dormia com o Igor quando ele ia) e me chama e diz que o André morreu. Aí, meu mundo caiu. Aí ele diz: “A gente vai falar para a sua mãe?” Eu falei: “Não”. Vem cá. Adiantava falar para minha mãe? Minha mãe, numa clandestinidade, saber que o filho dela tinha sido morto? Aí eu segurei. Eu segurei isso de 73 até 80.

D.P. – Nossa!

A.M. – Uau!...

V.G. – De 73 até 80. A Criméia apareceu com o Joca, mas não disseram para minha mãe. Eu acho que o Amazonas mandou avisar que não falasse que André tinha morrido. Ela só foi desconfiar no final de 79. Eu vim para o Rio. Quando eu voltei, minha mãe estava em desespero. Porque tinha tido o congresso, na Bahia, dos familiares, e lá dizia que o André era morto e que meu pai era desaparecido. Aí eu comecei, ainda, a enganá-la... “não sei; a gente não tem certeza; a gente vai para o Rio, vai fazer, vai acontecer...” E aí, quando é 80, o Genoíno dá uma entrevista no *Jornal da Tarde* e fala da morte do André. Aí ela vem me mostrar. Aí eu

– também, já estava em 80 –, falei... Aí eu tive que falar. É. Tive que falar para ela. Bom. Ela caiu num pranto...

D.P. – Você disse que já sabia desde 73?

V.G. – Falei [que] sabia. É. Ela ficou danada. “Porque você devia ter me dito, que eu ia procurar”. Eu falei: “Você ia procurar aonde?! Você ia para lá? Você não sabia nem onde era a região. Você ia procurar como?” Como todas as mães fizeram. A mãe da Jane... Todas as mães foram lá procurar seus filhos, nunca encontraram. E aí... Foi essa... Quer dizer, eu aguentei isso durante sete anos. Não contei isso para ninguém. Para ninguém! Era um sofrimento filha da mãe. Quando eu saía em São Paulo, que... Um dia assim, eu sai, vi um céu azul, na avenida Ibirapuera, ali perto, falei assim: meu irmão não pode mais ver esse céu azul. Um menino. Tinha vinte... Eu sinto a morte de todos. Mas como eu sou mais velha, para mim, a minha imagem é aquele menino pequenininho, um menino frágil, que era estrábico, que usava bota, que era muito engraçado, que contava piada... Como que esse menino podia... Sabe. Na minha coisa assim... é que foi... assim a parte mais dura. E aí o Amazonas volta. É 76. Ele vai lá e diz que ele vai para o Norte. Aí eu falei: vai para o Norte? Se ele vai para o Norte, ele não ia me dizer. Ele vai fazer o quê no Norte? Ele vai é para a Europa. Na minha cabeça, eu... Eu bati na hora. Bom. Aí, quando você fala assim: não tem discussão política – depois que a gente foi morar nessa casa do Brooklin, quando o Amazonas vinha, ele fazia discussões de conjuntura como a gente. Foi a única vez que alguém do Partido sentou comigo e com minha mãe para discutir a conjuntura. Porque até então era, como você, um papo familiar, aqui, sentado, sabe – que a Dilma é isso, que é aquilo, porque fala... impeachment... sabe? O Brasil... porque... Era um papo assim de comadres, assim de amigas de bar. Só que era na mesa da cozinha. Que sempre, São Paulo tem salas grandes, cozinhas enormes, tinha umas mesas redondas iguais a *essa*, (tudo comprado de segunda mão) e aí... É. O Amazonas fazia essa discussão de conjuntura. Olha. Eu acho que, agora, eu vou parar. Porque essa hora aqui é a hora mais terrível. Não chegamos na anistia. Não. Vamos rapidamente na anistia.

D.P. – O Amazonas foi uma pessoa chave na sua vida. Era uma espécie de tio, quase.

V.G. – Era tio.

D.P. – Independente da importância dele no Partido.

V.G. – É. O Igor chamava ele de tio José. Era a única pessoa que o Igor conhecia fora da família. E o Igor... Bom. Ai... Deixa eu só chegar... Depois, vamos voltar à Anistia. Quando o Igor fez doze anos, então foi em 76, porque o Igor nasceu... Não. Se ele nasceu em 66... 76... [É] 78. A gente...

A.M. – A gente precisa trocar [a fita].

V.G. – É, precisa trocar. Mas... para trocar, então, depois eu conto.

A.M. – É. Eu acho [inaudível]

V.G. – É. Para daí. Porque agora é a hora que eu comecei... Até você falar da infância, vai...

[FINAL DO ARQUIVO pho 2217 – Victoria Grabois – 2015-03-10 – 03]

2ª Entrevista: 1303/2015

Ângela Moreira – Victoria, em primeiro lugar, obrigada por nos conceder esse depoimento pela segunda vez. E nós terminamos a nossa primeira conversa falando sobre o ano de 1973, quando aconteceu o falecimento do seu irmão. E a gente gostaria de retomar a partir desse momento.

Victoria Grabois – Então 73, eu estava já na faculdade, já trabalhando no governo do estado de São Paulo, seguindo uma vidinha, até que no ano de 1976, acho que no meio do ano, o Amazonas chega na minha casa e diz que vai para o norte do Brasil.

Dulce Pandolfi – Em que ano?

V.G. – 1976. Porque de 73 até 76, aquela vida de clandestinidade...

D.P. – Só uma coisa. Você já sabia que seu irmão tinha morrido.

V.G. – É. Em outubro de 73.

D.P. – Pois é. Você contou isso para a gente. Mas sobre o seu pai e o Gilberto?

V.G. – Não. Sobre o meu pai e o Gilberto o Amazonas não falou mais nada, porque ele via a minha reação, viu que ia ser muito duro e resolveu não fazer. Eu também não perguntava. Você também não quer ouvir. Eu achava que um morria, mas os outros podiam ter escapado. Ficava sempre naquela dúvida. E a gente conversava, e claro que ele dava... Nós paramos de perguntar. Eu não quis perguntar, e ele também não vinha mais com tanta assiduidade; ele já começou ter assim um... Vir menos. Dar uns espaços maiores da ida dele lá. Então, assim, não perguntamos nada. E como é que estava, ele dizia que estava seguindo, que a luta... Aquela história que o PCdoB falava, que estava ganhando a luta... Já tinha até acabado, porque a guerrilha acabou em 74. Mas deles, “Não, não temos notícia...” Só dizia isso. “Não temos notícia, não temos notícia...” Porque a minha mãe perguntava muito. Eu é que não perguntava. Mas “não temos notícia, breve temos notícia”, e nunca que essas notícias chegavam. Então é nesse período, entre 73 e 76, ele não deu mais notícia deles, não falou mais o que era.

D.P. – E você desconfiava? Ou você procurava esquecer?

V.G. – Não. Eu procurava... Eu já sabia que o André tinha morrido, eu sofria muito com a morte do André, foi assim... Mas eu sozinha, não falando para ninguém. Nesse meio tempo a Criméia aparece. Minha mãe é levada numa casa, vamos dizer que é a Casa da Lapa –, mas a Criméia, orientada a não falar da morte do André –, para conhecer o Joca. Ah. Mas antes disso. O Joca nasceu em 73...

D.P. – Quem é o Joca?

V.G. – O Joca é o filho do André e da Criméia. João Carlos é o nome dele. Joca é o apelido. Quando chegou no final de 72, início de 73...

D.P. – O Joca nasce quando?

V.G. – Nasce no dia 13 de fevereiro de 1973.

D.P. – Um pouco antes da morte... Não. Já tinha morrido.

V.G. – Não. O André morreu em outubro de 73, dia 14. Segundo o Ministério Público Federal, é dia 13. No início...

D.P. – A Criméia estava lá no Araguaia.

V.G. – Criméia estava lá no Araguaia, conheceu o André, ficou grávida, e saiu do Araguaia com cinco meses [de gravidez].

D.P. – Por conta da gravidez, ela sai.

V.G. – Por conta da gravidez, ela sai, porque não tinha condições. Assim, ela sai, vai para São Paulo e continua sendo uma espécie de pombo correio entre o Comitê Central do PCdoB e a guerrilha. Porque, na guerrilha, você tinha os três destacamentos: destacamento A, B e C. O comandante do destacamento A era o André, o comandante do destacamento B era o Osvaldão, e o comandante do destacamento C era o Paulo Rodrigues, esse que eu falei para vocês que era o economista que era do meu grupo, quando a gente morava em Guiratinga. E tinha a comissão militar. A Comissão Militar era: meu pai, quando estava lá, acho que o Amazonas –, mas aí... eu já contei a história do Amazonas, que ele voltou – acho que o Amazonas também era, mas quando começou a guerrilha, mesmo, não era mais. Então, quando começou a guerrilha, a Comissão Militar era: meu pai, o Arroyo, o João Carlos Haas Sobrinho, o médico, e o Gilberto, e o Líbero Giancarlo Castiglia, que era italiano, era segurança deles. Então...

D.P. – Aí Criméia vem. E procura vocês logo?

V.G. – Não. Ela não sabia da gente. Ela não sabia nem que eu existia. Nada. Ela vai para a casa da Amelinha, que Amelinha é irmã da Criméia. Então a Criméia vai para a casa da Amelinha...

A.M. – Amelinha Teles. [Maria Amélia Teles]

V.G. – Amelinha Teles. Ela é Telles de casada, porque de solteira, ela é Schmidt de Almeida, igual a Criméia. Como ela casou, todo mundo agora chama Teles. E aí a Criméia vai... E eu não sei de nada. Nem sabia que existia a Criméia. Nada. Porque você não sabia nada. Então, nesse mês de fevereiro, início de 73, o Amazonas chega, dizendo assim: “Uma companheira nossa teve uma criança”. Ainda não tinha nascido. Foi final de 72. Devia ser em janeiro [73], alguma coisa assim. “E teve uma menina, (porque corria uma menina) e não tem com quem ficar. Vocês não querem ficar com essa menina?” Aí a minha mãe, mais do que de repente... porque a minha mãe era irmã Paula... irmã Dulce. Irmã Dulce. “Não. Pode trazer”. Eu falei: “Não, não traz. O Igor está com sete anos, a gente nessa vida difícil, eu e você sozinhas aqui, uma criança, chorando, mamadeira, fralda, levar ao médico... Agora que a nossa vida está se

assentando, eu estou trabalhando...” Aí cessa. Aí o Amazonas aparece outra vez lá. Aí o Amazonas chega, a minha mãe: “E a criança?” Aí, “a criança, a família da companheira resolveu ficar com a menina”. Aí nunca mais ninguém falou nisso. Passa-se um tempo, que eu já não lembro mais – quer dizer, entre 1973 e 1976, a Criméia aparece, já com o Joca, o Joca já grandinho, e aí o Amazonas acha que a minha mãe tem que conhecer o Joca, e leva a minha mãe à Casa da Lapa. Eu não sei. Eu estou falando Casa da Lapa, a referência, porque era a casa do Comitê Central. Mas aí, como era esse ano, eu acho que já era a Casa da Lapa, não sei. Podia ser na Lapa, podia ser... Então eu chamo, como referência, a Casa da Lapa.

D.P. – Você não foi. Foram só sua mãe e o Amazonas.

V.G. – Não, só foi minha mãe... é, e o Amazonas. E a minha conheceu o Joca. Levou brinquedo...

D.P. – Sabia que era o neto dela.

V.G. – Sabia que era filho do André. Conheceu a Criméia...

D.P. – Mas sem saber que ele está morto.

V.G. – Não. A Criméia, eles pediram para a Criméia que não comentasse, que a minha mãe não sabia, que não tinham contado; porque eu pedi para não contar, aquela coisa toda. E aí minha mãe foi, veio encantada. Ficou encantada, ficou emocionada, mexeu com ela, semanas e semanas e tal. Depois daí, nada mais. E aí passa um tempo. Em 76. Eu não lembro mais, acho que era meio do ano, o Amazonas chega e diz o seguinte: “Olha só. Eu vou para o Norte...” Foi aí que eu cheguei à conclusão que ele não ia nada para o Norte, falei, ele deve estar indo é para a Europa, deve estar indo para a China. Eu acertei em cheio. E aí, o seguinte, você não podia morar mais de dois anos numa casa. Mas aí as coisas estavam ficando difíceis, porque as pessoas eram presas e ficavam sabendo... Começou pelo Marighella. Porque o Marighella alugou uma casa, tendo um fiador que era o amigo dele. Inclusive, no filme do Marighella aparece esse fiador dele, que a filha... [Ele chamava de tia a menina]. Então já estava difícil alugar casa com depósito. Eles estavam exigindo fiador, e nós não tínhamos. E a gente não achava mais, porque estava difícil. E aí tinha aquele... procurava casa, deixava de procurar, depois, o Igor, também, estava bem na escola, ia mudar de escola... Aquelas coisas. Aí o

Amazonas chega, diz assim: “Olha. Eu estou indo para o Norte. Não procurem mais casa. Porque eu voltar, aqui tem que ser a minha referência, então vocês têm que ficar aqui. Porque eu sei onde é, e não dá para vocês mudarem”. Aí o contato da minha mãe – nosso – porque quem ia era minha mãe aos pontos, nessa época. Ponto é o encontro, chamava ponto, casa era aparelho. Quem ia nos pontos era minha mãe. Aí, quem ela encontrava? Com Pomar, Pedro Pomar, e com a Elza Monnerat. No dia 16 de dezembro de tarde, às quatro horas da tarde, a minha mãe...

D.P. – De que ano?

V.G. - 1976. Nesse ano, a minha mãe encontra com a Elza Monnerat, de tarde, quatro horas da tarde, na Vila Mariana, e... faz as coisas que tinha que fazer, e a gente volta para casa. Quando é no dia seguinte, dia 17, no jornal Nacional, dá... Não. Isso à noite, fala o seguinte: “foi pego um grupo – mas não disse quem era – mataram, entraram numa casa na Lapa, tem dois, três mortos, tem não sei quantos presos...” Eu falei assim para minha mãe: “isso está chiando... está parecendo coisa do PCdoB. Minha intuição”. De manhã, acordei cedíssimo, corri na banca do jornal. Quando eu dou de cara assim, no *Estadão* e na *Folha*, está Pomar e o Arroyo, mortos. Aquilo... Eu sozinha, sete horas da manhã. Essa época era a época de... como é que chama? Estou esquecendo a palavra. Na escola, quando a criança não passa a primeira vez...

A.M. – Recuperação.

V.G. – Recuperação. Então eu tinha que ir para a escola trabalhar. Aí eu volto com aquilo, a gente tinha que se segurar, e a minha mãe começa a picar toda a papelada que a gente tinha. A gente não punha fogo, não. Minha mãe tinha uma técnica. Tinha uns baldes, então você punha água sanitária dentro do balde, e você vai picando aquilo, porque se eles chegassem... “eu sou ceramista, eu faço boneco de...”

D.P. – Papel machê.

V.G. – Papel machê. Então... é aqui, tal... E é mais fácil, para não chamar atenção dos vizinhos. E aí, nessa... o que é que a gente faz? A minha mãe... Aí a minha esteve com a Elza às quatro horas da tarde. “Se a Elza falou? Se me seguiram?” Aí fica naquele negócio. Vamos embora? Não vamos embora? O que é que a gente faz? Aí a minha mãe disse assim: “Vida normal”. Eu

falei: “E o Igor aqui?” Então, o que é que eu fiz? Falei: O Igor... “Se chegarem aqui, pegarem eu e você, muito que bem. Mas se pegar o Igor? O Igor é uma criança”. Era um pré-adolescente, doze anos, Aí eu peguei o Igor, levei na casa da minha amiga, da Liana –, essa que eu conheci, que eu já contei que conheci na porta da escola – porque eu estava amicíssima dela já, nessa época –, falei assim: “Liana, eu vou deixar o Jorgito aqui com você, porque eu tenho uma tia minha no Rio, que está passando muito mal, e eu vou com a minha mãe para o Rio. Então você fica aqui com ele”. Aí falei: “Igor, você vai para a casa da Liana, ficar lá, porque nós vamos para o Rio. A sua tia está muito mal, a gente tem que visitar...”

D.P. – Você levou a roupa dele? Fez a malinha?

V.G. – Tudo. Mala. Tudo. Mas é assim. Vamos supor, eu morava aqui, vamos dizer, na Marquês de Olinda, e a Liana morava na Senador Vergueiro. Era perto. Então eu não podia nem passar por ali. Eu tinha que dar volta, para a Liana não me ver. E vendo... E a minha mãe: “Vai embora, vai trabalhar”. Aí eu fui. Mas olha, a minha cabeça... Eu não sei como é que eu trabalhei aquele dia. Foi assim uma... uma coisa. E a minha mãe, em casa, só picando aquele papel e tal... E aí a gente volta... um dia, dois dias, três dias, quatro dias... No quinto dia, se eles não vieram agora, eles não vêm mais. Já era muito tempo passado. Aí vem a notícia que a Elza foi presa. Começaram a falar tudo. Não vêm mais. Mas podia vir. Se a Elza... Mas é que a Elza não sabia onde a gente morava. Porque o problema não é que a Elza fosse falar. O problema é que eles tivessem visto a Elza e tivessem seguido a minha mãe. Mas se eles tivessem seguido a minha mãe, eles não iam esperar cinco dias. Então, não dava para esperar cinco dias, aí a gente volta, traz o Igor de volta para casa e tal. Aí fomos tendo a vida mais ou menos assim. Aí, quando chega em 79... Aí não teve mais ligação com o Partido. Acabou a ligação com o Partido.

D.P. – Ninguém.

V.G. – Ninguém. Porque a ligação era...

D.P. – Nem a Criméia vocês encontravam?

V.G. – Não. A gente não sabia nem que a Criméia... A minha mãe nem sabia que ela chamava Criméia. O nome que apresentou lá foi outro.

D.P. – Sei. E não viu mais essa criança, nada.

V.G. – A criança era vista via Partido. Onde é que você ia achar a Criméia? Você não sabia onde a Criméia morava, você não sabia nada. Então a ligação com o Partido acabou ali. E se sustentar sozinha, com meu dinheiro de professora do governo do estado de São Paulo, que por sinal, para a época, era um senhor salário. Eu ganhava dezenove mil cruzeiros –, olha só –, em São Paulo, como professora nível um, que lá nível um é quem tem licenciatura plena, e minha prima, aqui no Rio, como professora do ensino fundamental, já efetiva, que era do Instituto de Educação, ganhava dois mil e poucos *reais*. Era uma diferença de dezessete mil cruzeiros. Era muito dinheiro. Professor, em São Paulo, ganhava... Ao invés dos outros estados se equipararem a São Paulo, São Paulo foi caindo, se equiparou ao resto. É claro que lá, hoje, ainda seria mais que no Rio. E aí eu dizia para minha mãe: “Vamos embora daqui. Vamos voltar para o Rio”. Aí a minha mãe: “Não. Porque o Amazonas... porque o Amazonas... que o Amazonas...” Minha mãe é o culto à personalidade ao Amazonas. Aí um belo chega uma carta para mim, batida à máquina, e a assinatura, escrito Rose. Eu conhecia a letra do Amazonas. Eu conheci a letra do Amazonas. Rose. E, na carta, ele dizia assim: “Aqui é sua amiga...” Veio da Bélgica a carta. “Estou aqui na Bélgica. É muito bonito...” Aí começa a contar que a Bélgica é maravilhosa e tal. “Você sabe...”

D.P. – E o seu nome ali não era Victoria.

V.G. – Não. Era Teresa. Veio para mim. Teresa da Rosa Freitas, rua tal, número tal. Veio tudo assim.

D.P. – Assinado Rose.

V.G. – Assinado Rose. Mas eu conheci a assinatura. Claro, estava na cara. Então ele dizia assim: “Mande notícias para aquele endereço dos amigos que nós conhecemos”. Quem era o endereço? Era o endereço dos albaneses. Mas aí, quem disse que eu lembrava o endereço dos albaneses? Porque é aquela história: não tem agenda, decora tudo e... claro, quanto menos informação... Vamos supor que eu era [fosse] presa. Lá na hora da pancadaria, “Fala o nome da rua dos albaneses”, podia me matar, que eu não ia saber o nome da rua. Então aquilo... era uma memória seletiva, que eu apaguei da minha memória. Aí levei dias, eu descobri o nome da rua. E o número? Esse número ficou entre 92 e 96. Que eu me lembro que eram três prédios

– isso estava na minha memória – eram três prédios iguais: 92, 94 e 96. Isso eu nunca mais esqueci. Foi a única coisa que...

D.P. – E era onde?

V.G. – Era em Roma. E o andar? E o apartamento? Isso nunca veio. Nunca mais eu lembro disso, qual era o apartamento dos albaneses. Aí eu falei para minha mãe: “Vamos mandar uma carta para a embaixada?” Vamos lá. Aí eu fui para o consulado italiano em São Paulo, abri lá – embaixada da Albânia em Roma e tal. Achei. Isso também eu nunca mais esqueci. 9, Asmara. Falei: “Vamos mandar uma carta com o envelope do Brasil”. Porque quando teve a guerrilha, das vezes que eu fui a Buenos Aires, lá na guerrilha, eles não sabiam o que estava acontecendo; então eu tive que, também, mandar... Assim não. Ele sabe que teve a guerrilha. Eu fui para Buenos Aires para mandar uma carta para várias pessoas que moravam em Paris e em Santiago. Então eu viajei uma noite inteira, cheguei lá em Buenos Aires, peguei, escrevi a carta com a minha letra, fui no correio, botei no correio... Eu botei três... Eu fui no correio três ou quatro vezes. E tudo com envelope do Brasil, porque a senha era o envelope do Brasil. Sendo que a última vez, era um sábado à tarde, o correio estava vazio, e aí o cara resolveu falar para mim: “Hum... Envelope do Brasil? Bem brasileira, não é?” Falei: “É.” Aí eu disse para ele: “Claro, é minha pátria, eu gosto de usar o meu envelope.” Fiquei até meio desconfiada de o cara abrir aquele envelope. Mas aquele foi a terceira carta que eu mandei. Mandei para o Chile, mandei para Paris. Aí, eu lembrava disso, falei para minha mãe: “Vamos mandar a carta com o envelope do Brasil. Claro, eles vão saber que somos nós”. –Ah. Mas aí... pode ter isso, pode ter... Minha mãe tinha medo e tal. E aí passam-se uns seis meses...

D.P. – E você não mandou carta nenhuma.

V.G. – Não mandei carta nenhuma, porque a minha mãe morria de medo; e eu tinha medo, se acontecesse alguma coisa... Eu obedecia... Eu... Sei lá. Minha mãe ficava com medo, eu ia naquela. Meses depois, chega uma carta, outra. “Você não lembra? Fiquei esperando a sua carta. Nunca chegou...” Aí a carta vinha de Amsterdã. E aí era escrita a mão. Eu conheci a letra dele. E assinada. “Aqui, em Amsterdã... Rose”. Foi posta em Amsterdã a segunda carta. Aí eu falei para minha mãe: “Segunda carta. Vamos na...” – “Não. Porque não, porque não...”

D.P. – Por que não mandava para o endereço da carta? Porque devia ter um remetente.

V.G. – Ah. Inventado. Amsterdã...

D.P. – Você achava que não valia a pena.

V.G. – Não. Ele mandava... para a Albânia. Tinha que mandar para os albaneses. Ele inventava um endereço lá qualquer. Aí nada. Bom. Aí a gente fica. Vem a queda da... Isso aí foi depois da queda da Lapa. Essa história da carta foi depois da queda da Lapa, foi entre 76 e 79. Isso deve ter sido já 1979. Aí vem a anistia. Vem a anistia, e a gente acompanha o que está se passando o quê? Pelos jornais. Nós não tínhamos contato com o Partido. Perdemos todo o contato com o Partido. Total. Anistia. Chega o Arruda.

D.P. – Chega o Arruda na sua casa?

V.G. – Não. Na minha casa não. Chega no Brasil. O Arruda vem ao Brasil. Aí eu falei assim para minha mãe: “O Arruda...”

A.M. – Após a anistia? Antes da anistia?

V.G. – Depois da anistia. Depois de 79. Entre setembro e...

D.P. – É. Em 79 chega o Arruda. Diógenes Arruda. Era da direção do PCdoB.

V.G. – Diógenes Arruda. É. Chega o Arruda, aí eu digo assim... ele não ia um militante qualquer bater na nossa porta, mas o Arruda é o Arruda. Ele ia mandar. E nada do Arruda aparecer. Aí em dezembro, dezembro de 79, chega o Amazonas. Nada. Aí o Igor...

D.P. – E você viu pelos jornais que chegou o Amazonas.

V.G. – Tudo pelos jornais, pela televisão. Não tinha contato mais com nada. Levamos três anos levando a nossa vida de clan... {clandestinas}. Isso o Igor, meu filho, hoje acha que isso foi o maior absurdo do mundo. Que a gente tinha que ter voltado para o Rio, constituído a vida aqui. E ficamos esperando isso.

D.P. – Esperando o contato do Amazonas.

V.G. – Esperando o contato do Amazonas, porque... Aí eu e Igor, escondido da minha mãe, fomos para o aeroporto. A minha mãe não queria que fosse. Aí eu falei: “Ah. A gente vai a um

cinema”. Aí vai no cinema. Quando a gente chega [no aeroporto], assim, parado aquilo, aquele monte... aí gritavam assim: “Comandante Amazonas! Comandante Amazonas!...” Eu fiquei longe do PCdoB, fiquei mais para cá, no aeroporto de Congonhas. Aí uma senhora falou assim para mim: “Quem é esse comandante Amazonas?” Falei: “Ah. Deve ser algum comandante da Varig”. Aí o Amazonas desce, com o Arruda e a Elza. Aí o Igor... Quando o Amazonas foi, o Igor não usava óculos. E o Igor, foi a professora da terceira série que descobriu que o Igor precisava usar óculos. O Igor era míope em último grau. Ele tinha uma miopia lá em cima. A professora que percebeu. Aí, o Igor de óculos, aí o Igor chega, o Igor tira o óculos, ele na frente, falou assim: “Tio, tio, sou eu, Igor.” O Amazonas não percebeu, não viu. Sim. Porque a agitação em cima era uma coisa. Aí eu vejo a Elza. Eu cheguei a pegar no cotovelo da Elza, mas ao mesmo tempo eu tirei, porque... sei lá – porque a minha mãe disse que a gente ia ser seguido... Sabe? O medão era enorme. Aí a gente volta para casa...

D.P. – Você não falou com nenhum deles?

V.G. – Nenhum deles.

D.P. – Meu Deus! Que frustração! Eu estou impressionada.

V.G. – É. Você vê o que era a frustração. Impressionante.

D.P. – E o Igor?

V.G. – E o Igor lá. Mas o Igor tira os óculos e fala assim: “Tio. Sou eu, Igor.” E ele não viu! Você acredita?

D.P. – Muita gente, o pessoal gritando, nervoso...

V.G. – O pessoal gritando, “Amazonas! Amazonas!” Aí vi o Arruda, grandão, com um bigodão e tal. Vou para casa. Aí a gente não pode mais esconder da minha mãe isso. Aí chega: “Vocês não deviam ter vindo! Porque pode...” Falei: “Mas já teve a anistia”. – “Sei lá...” Aí a minha mãe, minha era medrosíssima. Aí a gente liga o Fantástico, para assistir. Quando você está vendo o Fantástico vem a notícia da morte do Arruda. O Arruda teve um infarto entre o aeroporto e o Sindicato dos Metalúrgicos, que ia ter uma homenagem para o Amazonas. O Arruda morre no meio do caminho. Aí é um desespero. Aí a minha mãe chega... Porque o

Arruda era queridinho dela. Era um desespero. O cara chega... De tanta emoção, da chegada do Amazonas...

D.P. – Ela gostava do Arruda?

V.G. – Gostava. Ela gostava de todos eles. Só não gostava do Prestes. [riso] Até hoje é assim. E aí e tal... Bom. Isso era dezembro. Falei: “Olha só...” Aí eu comecei a botar pé firme. Falei: “Olha só. É dezembro de 1979, teve a anistia, o Arruda voltou, o Amazonas voltou, e nós vamos ficar aqui? A gente vai viver a vida inteira na clandestinidade? Eu vou viver a vida inteira com esse nome? E o Igor vai viver a vida inteira com esse nome? E você? Nós vamos ficar aqui a vida inteira? Não pode. Você vai para o Rio e vê o que é que aconteceu lá. Que a gente, agora, tem que acabar com essa casa, porque nós temos que voltar”. Aí ela vem para o Rio. Chegando aqui, minha tia...

D.P. – Você ficou lá em São Paulo.

V.G. – Eu fiquei lá, porque eu tinha que trabalhar. Era época de recuperação. Tudo isso acontece sempre em época de recuperação, então você não pode faltar, você tem aquele compromisso... Não. E também, era melhor ela. Como eu trabalhava, então eu tinha mais uma vida. Ela vivia naquela vidinha... Ah. Ela também dava muita aula. Porque a minha mãe foi aluna do Pedro II e a minha mãe sabia muita... apesar de ela ser advogada, ela sabia muita matemática. Então ela dava aula. Tinha um quarto, o tal quarto que o cara cobrou mais cinquenta reais, que eu contei a história, lá no fundo, ela dava aula de matemática para toda a criançada do Brooklin. Então ela se divertia com as aulas dela. E todo mundo passava em matemática e tal. Aí ela veio para o Rio. Aí ficou sabendo: a Elza Monnerat procurou minha tia Maria, para o Amazonas ficar na casa dela. Aí minha tia Maria disse: “Não. Um homem numa casa de...” Minha tia Maria era tão avançada, mas tia Maria não quis ele lá. Também, tia Maria não tinha infraestrutura. Ele foi para a casa do meu tio Jaime, que era também médico, que ele era casado, tinha minha tia Diná, tinha uma vida... Ele ficou lá. Aí a minha tia Maria vira-se e fala assim: “E elas, as duas, o que é que a gente vai fazer com elas?” Disse que o Amazonas não respondeu *nada*, ficou quieto. Não deu nenhuma resposta. “Elas não vão voltar? Vão ficar a vida inteira morando...” Aí ela já sabia. Tia Maria já sabia que era São Paulo. “Vão ficar a vida inteira lá, só com o menino?” Disse que ele não falou nada e tal. Aí a minha mãe vai, falou: “A gente tem que sair da clandestinidade”. Aí tia Maria começou a mexer os

pauzinhos dela. Procurou dr. Osny Duarte Pereira, para saber quem ia procurar. O dr. Osny mandou procurar o Dalmo Dallari e tal. Aí minha mãe chega em São Paulo e fala: “Vai procurar o Dalmo Dallari”. Aí eu, no dia seguinte, já saí para a rua. Isso já era janeiro. Já era janeiro de 80. Aí eu vou lá no escritório do Dalmo Dallari, na praça da Sé, o cara fala assim: “Ele não tem mais escritório aqui. Agora, ele é advogado da Light. A senhora quer o endereço?” Aí eu pensei assim: Dalmo Dallari na Light, eu vou chegar lá, contar esse drama dentro da Light? Um negócio chato. E aí eu conheci o Luiz Eduardo. Tudo você conhece pela televisão e pelos jornais. Luiz Eduardo Greenhalgh. Ele era um grande advogado, que aparecia em todas. Eu achava que o Luiz Eduardo Greenhalgh era advogado da Elza Monnerat, mas não era, era outro lá. E eu já tinha combinado com a minha mãe que se eu não achasse nada, eu ia ligar para o Luiz Eduardo Greenhalgh. E nós não tínhamos telefone. Então, a nossa vizinha do lado –, que eu contei a história que... que quando ela chegou... pelos jornais, a minha mãe ficou descobrindo, através do Genoíno, que o André tinha morrido –, ela tinha telefone...

D.P. – Você contou isso acho que em *off*. Está gravado?

A.M. – Não.

V.G. – Ah. Foi em *off*? Não. Então eu vou voltar lá. Então, nesse início de janeiro... Até então eu já tinha escondido da minha mãe que o André tinha morrido. Quando eu voltei... Em 79, já estava abrindo mais, eu estive no Rio, no meu aniversário; meu aniversário é em novembro, então, em novembro, eu estive aqui. Que é sempre feriado. É primeiro de novembro, junta com o dois, tem um feriadão, eu vim para o Rio. Quando eu voltei, que eu cheguei em casa, a minha mãe estava arrasada. Eu conhecia a minha mãe. Só em olhar para a minha mãe eu já sabia. Eu falei: “Mas o que é que aconteceu?” Ela disse assim: “Teve um congresso em Salvador, dos familiares, e lá diz que o André é morto e seu pai, desaparecido”. Do Gilberto não falava nada. Aí eu falei: “Não... Você não sabe...” “Ainda enganei ela, no mês de dezembro. Quando chegou no início de janeiro, o Genoíno dá uma entrevista para o *Jornal da Tarde* e fala que o André é morto. Ai não dava mais. Já tinha tido a anistia, o Amazonas já tinha chegado, já estava assim... Eu falei: “Olha. Era verdade. Eu escondi de você”. Ela ficou uma fera comigo. Chorava, assim em prantos. Nisso –, a casa era aberta, entrava a criançada toda pela casa e tal –, essa vizinha, que era uma moça jovem, tinha um filhinho pequeno, morava lá com a sogra, aquelas coisas, e adorava viver junto dos garotos, gostava da minha casa, aquelas coisas todas – e aí ela disse:

“Por que ela está chorando?” Eu falei: “Porque eu briguei com ela”. Quer dizer, aí... Sempre o que eu digo, [que] a ditadura não me deixou nem chorar a morte do meu irmão. Nem a minha mãe chorar. Porque teve que enganar para a vizinha que ela estava chorando porque tinha brigado comigo. Nem isso a minha mãe pôde chorar. Isso é uma mágoa que eu carrego. Não da ditadura, que a ditadura é..., mas eu carrego dos companheiros, que até hoje não resolveram essa questão, que levam tudo em banho-maria, quando a gente chega lá. Então, essa também, além da questão política, que eu sou um ser político – acima de tudo, para mim, está a questão política, [acima] da pessoal; mas a pessoal também pesa muito. Então nessa hora, eu... Eu tenho mágoa dos companheiros que dirigem esse país e que dirigiram antes de não resolverem essa questão. Não só a minha, mas de todos. Quem convive com familiar sabe disso, que é uma coisa dura. Nem chorar a gente pôde chorar. E ter que enganar. E aí vai... Aí que eu falei para minha mãe: “Não dá mais. Meu pai também deve ter morrido, ninguém fala no Gilberto, Gilberto também deve ter morrido, e nós? Nós vamos ficar aqui? Eu vou ser a vida inteira Teresa da Rosa Freitas? Eu não vou ter identidade? E meu lugar é o Rio, onde está a família. Nós vamos viver aqui? Não tem como”. E aí vem essa história. E aí vou procurar o Dalmo Dallari. O Dalmo Dallari não está. Aí vou na Companhia Telefônica, procuro o telefone do Luiz Eduardo Greenhalgh. Mas antes, eu ligo para a minha mãe e pergunto: “Olha só. Aquele doutor que a gente combinou não está mais lá. O escritório está fechado. Eu vou procurar o outro, tá? Porque já estou aqui, já peguei o catálogo, eu sei onde ele é. Está bom?” Aí ela, pela primeira vez, ela concordou comigo. “Está bom”. Aí eu vou, ligo, “quero falar com dr. Luiz Eduardo Greenhalgh”. Aí a secretária falou assim: “Olha. Você vem hoje, porque, amanhã, ele está indo para a Nicarágua”. “Aonde é?” Rua... Aí lá fui eu. Chego lá às quatro, cinco horas da tarde, sei lá. Falei assim: “Eu quero ver o dr. Luiz Eduardo Greenhalgh”. “Então, a senhora senta e espera”. Sentei, fiquei esperando. Aí vejo o Airton Soares. Tudo que eu já conhecia pela televisão. Aí ele começa a reclamar – eu tive vontade até de rir – reclamar sobre o jornal *A Hora do Povo*, que tinha... Eu nem sabia que existia esse jornal. “Eu não quero esse jornal aqui nessa mesa!” Eu falei: “Gente!...”

D.P. – O jornal do MR-8.

V.G. – É, do MR-8. Passaram-se vinte anos, vinte anos, e não mudou nada, é tudo igual? Eu pensando comigo. Dezesesseis anos tinham passado. Eu falei: é tudo igual. Toda a esquerda... Eu ali sentada...

D.P. – Você pegou o jornal para ler?

V.G. – Não. Estava no meio da... Não. Disfarçada, não podia. Lá pelas seis horas da tarde, seis e meia, entra Luiz Eduardo. Eu conheci, porque ele não sai da televisão, aquele bigodão dele. Entra. Ele fala: “Boa tarde”. Eu dei boa tarde. Ele vai para a sala dele. E ele chama a secretária. E eu escutei ele perguntar para ela: “Quem é ela?” Ela disse assim: “Ela não quis dizer o nome”. E a secretária, também, era instruída – se não falasse o nome, que ficasse calada. Só pode ser. Eu imagino. Eu nem perguntei. Tanta coisa... Aí ela falou assim: “Ela não quis dizer o nome”. Está bom. Às oito horas da noite... Isso ele fazia muito. Isso é típico do Luiz Eduardo. Às oito horas da noite, ele manda eu entrar no escritório dele, fala: “Boa noite”. Falei: “Boa noite. Eu sou Victoria Grabois”. Quando eu disse isso, esse homem deu pulos assim! Parecia um louco desvairado. Pulava dentro do escritório, porque eu fui procurá-lo. Ele achou aquilo uma honra dele. Honra porque é a última coisa e tal. Aí eu falei para ele, ele falou assim: “Eu vou te dar aqui...” Pegou, me entrega o relatório Arroyo para eu ler. Ele lá sentado, eu lendo aquele... Aí que eu vi que o Gilberto tinha morrido. E eu ouvindo aquilo... Eu tinha que me segurar, porque a coisa estava braba. Aí eu contei tudo: “Olha. Eu vivo com nome falso, meu nome é esse, eu trabalho no governo do estado de São Paulo, tenho uma casa no meu nome, eu tenho um carro, tenho um Chevete 1974 no meu nome, e eu...” Aí ele fala assim: “Então você vai fazer o seguinte...” Ah. “Eu tenho uma empresa...” – que era no meu nome, a tal empresa de cerâmica. Todo mês, eu tinha que pagar aquele ISS. Eu não fechava aquilo. Então ele falou: “Fecha a empresa. Vai tirar documento. Para tirar documento, você precisa de título de eleitor...” Eu falei: “Vou tirar título de eleitor aonde?” Ele falou assim: “Próximo da sua casa”. Eu falei: “Próximo da minha casa?!” Ele falou: “É. Sabe, Victoria, já teve a anistia. Você vai lá...” – “E que endereço que eu vou dar?” – “O endereço de onde você mora. Você vai lá. Eu vou para a Nicarágua. Você faz tudo isso. Quando eu chegar, a gente vai ver o que vai fazer”. Está bom. Aí eu fui. A primeira...

A.M. – E era para você tirar o documento como Victoria Grabois.

V.G. – Virar Victoria. Tirar a carteira. Victoria Grabois.

D.P. – E você tinha documento guardado como Victoria Grabois?

V.G. – Tinha a certidão... Aí acho que veio buscar no Rio... Aí sim. Aí começou o seguinte. O Igor... tal. Aí eu vim para o Rio...

D.P. – Pegar sua certidão de nascimento.

V.G. – Pegar minha certidão de nascimento, é. Não. Que nascimento. Eu fui para Araraquara. Porque eu era casada. Aí eu fui para Araraquara buscar minha certidão de casamento. Porque eu era casada. Então, fui para Araraquara, peguei minha certidão de casamento. Com a certidão de casamento, eu fui na minha zona eleitoral – 36 anos – tirar título de eleitor. Aí o cara fala assim: “É segunda via?” Falei: “Não, é a primeira vez”. A senhora, aos 36 anos, não tem título de eleitor?”. Eu falei: “Não”. “A senhora sabia que a senhora pode ter um processo?” Aí eu, cá comigo: um processo a mais, um processo a menos não vai fazer diferença. Assim mesmo ainda deixei o carro – eu fui de carro – deixei o carro lá embaixo e fui a pé, para o cara não ver meu carro. Olha só. Olha as maluquices. Aí fui na polícia, no Deic... Ah. Tirei CPF, porque já tinha CPF. Enquanto Luiz Eduardo está lá na Nicarágua, eu estou tratando dos meus documentos e voltando para o Rio...

D.P. – Carteira de identidade você tirou?

V.G. – Tirei. Tudo. Tudo em São Paulo.

A.M. – Só você? Ou mudou a documentação da sua mãe também?

D.P. – Sua mãe também? Joca?

V.G. – Não. Minha mãe, não. Não. Joca, até então, não sabia nem de Joca mais. Não. Minha mãe...

D.P. – Joca não. O Igor.

V.G. – O Igor. O Igor tinha certidão de nascimento. E naquele tempo, 1980... hoje em dia... O Igor não tinha problema, porque ele tinha a certidão de nascimento.

D.P. – Ele tinha duas, uma verdadeira e outra falsa.

V.G. – Duas. Do Jorge, é, e tinha de Igor. Nesse tempo que Luiz Eduardo está lá... Então eu falei: “Vou para o Rio”. Ele falou: “Não. Você tem que ir embora mesmo para o Rio, você tem que ficar junto da sua família”. Ele mesmo me... E eu falei: “Porque eu quero ir...” e tal. Eu já vim para cá, para arranjar escola para o Igor. Mas o Igor não podia ir para a escola com o nome de Igor, porque o Igor não tinha escolaridade, quem tinha escolaridade era o Jorge. Aí ele falou assim: “A gente vai entrar com uma representação que Teresa é Victoria e Jorge é Igor, para poder ter a documentação dele legal na escola. Ele vai voltar a ser Igor”. Até se chamou uma...

D.P. – Você chamava ele de Jorge?

V.G. – Chamava... Eu achava tão feio. Eu chamava de Jorgito. Para poder sair, era Jorgito. Mas chamava. Não tinha jeito. No colégio, não dava.

A.M. – Essa representação era na Justiça comum?

V.G. – Não. Era na Justiça federal. Não é bem representação. Tem outro nome. Representação não. Eu estou esquecendo a... É uma espécie de uma legalização. Não tem réu, não tem nada. É só uma questão que você passa... Que você é você. Aquela história é...

A.M. – Esclarecimento.

V.G. – Esclarecimento de crime conexo da anistia. Esse que é o crime conexo da anistia. Eu cometi crime de falsidade ideológica. Não são os militares. Porque eles se dizem. O meu crime foi conexo à anistia, para salvar minha vida, a do meu filho e da minha mãe. Então o meu crime é conexo da anistia. Aí eu vim para o Rio e já... procurar uma escola para o Igor. Fui procurar uma escola pública. O Igor foi para a escola, estava na oitava série, e saiu. O Igor sabia tudo. Ah. Depois eu vou voltar lá no fato. É. No José de Alencar, aqui na rua das Laranjeiras. O Igor foi para essa escola com nome de Jorge. Ele já sabia, mas ele estava na dele, já estava com treze anos.

D.P. – Com o nome de Jorge.

V.G. – Com o nome de Jorge, porque não tinha jeito. Aí já se chamava de Igor em casa. Mas na escola, ele era Jorge. Não tinha jeito, porque ele não tinha documentação. E nesse meio tempo, que chega o Arruda, veio uma reportagem da *Época*, da *Época* ou da *Veja*, sei lá.

D.P. – Mas ele não tinha documentação escolar.

V.G. – Não. Só tinha documentação de Igor. Escolar, era Jorge. Por isso que quando eu fui lá na escola em que ele estudava, ele também estudava numa escola pública de alta qualidade, que era o Mario de Andrade, no Brooklin, eu fiz toda a transferência para cá, da sétima série para a oitava série. Entre a chegada...

D.P. – E tudo filho de Teresinha. Teresa.

V.G. – É. Tudo filho da Teresa. Entre a chegada do Arruda e a chegada do Amazonas, tinha uma *Veja*, e na *Veja* fala da chegada deles e fala o nome do meu pai. E o Igor leu essa reportagem. Aí o Igor diz assim: “Esse Mauricio Grabois que está aqui é meu avô. Porque vocês dizem que eu vou na casa da minha madrinha, e eu fui na casa dela e ela tem uma mesa, em cima da mesa, ela tem um negócio de madeira (foi a cliente dela que fez) esculpida na madeira o nome dela: Maria Grabois. Ela não é minha madrinha. Ela pode até ser minha madrinha, mas ela é minha tia. Ela é irmã do meu avô”. Aí você ia dizer?...É, Igor. Já tinha tido a anistia, eu falei é, tia Maria. Quando ele veio no Rio, quando a gente veio dessa vez, que eu voltei, ele já sabia que ele era Igor, que eu era Victoria. Já tinha tudo esclarecido para ele.

D.P. – E a cabeça dele nessa altura?

V.G. – Ah... Não. A cabeça dele, nesse ponto, é boa até, porque... Ah. Ele achava isso o máximo. Ele achava o máximo.

D.P. – Porque você falou sua mãe não chama Teresa.

V.G. – É. Ele sabia. Aí eu contei toda a história. Você tem que chamar, porque veio a guerrilha... Já contei isso para vocês aqui. Que Igor era um nome... Toda a história ele já sabia. Aí eu venho para o Rio. E tem que acabar com a casa. E pega aquela cacarecada toda e joga aquele cacareco todo fora, entrega a casa; fomos morar com a tia Maria.

A.M. – Aí você fechou a empresa...

V.G. – Ah. Primeira coisa. Fecha a empresa. Vai lá, não quer mais a empresa. Fechei a empresa. Fui para Araraquara pegar minha certidão de casamento...

A.M. – E seu vínculo com o estado de São Paulo/

V.G. – Ah. Eu era professora substituta, então eu não renovei. E, naquele ano, o Maluf abriu concurso para professor efetivo. Aí as minhas colegas começaram a ligar para mim, se eu ia fazer. Eu falei: “Ah. Mas eu estou voltando para o Rio”. Quer dizer, como é que eu ia me efetivar como Teresa da Rosa Freitas. Vai vendo. Vai vendo a... Até podia. Mas... Eu estava doida para voltar. Já não estava mais nem pensando naquilo. A minha volta. Eu ia voltar a ser eu. A mesma uma coisa assim. E a entrega... E aí eu ainda fiquei segurando... A minha coisa que eu não queria entregar era o carro. Falei: vou ficar sem carro. Carro é uma coisa boa. Aí eu falei: “Luiz Eduardo, e o meu carro?” – “Ah. Você vai lá num amigo meu, (tudo fajuto, sabe, os amigos advogado, aqueles caras...) você vende o carro”. Isso eu nunca mais esqueço. Eu fui lá vender. “Eu sou amiga do dr. Luiz Eduardo. Vim aqui vender meu carro”. Nessa altura a Teresa tinha quarenta e dois anos, e a Vctoria tinha trinta e seis. Aí o cara fala assim: “Nossa. Você tem quarenta e dois anos? Você não parece. Você parece uma mulher de trinta”. Claro, eu fiquei contente, que eu tinha trinta e seis. Bem. Isso eu me arrependi. Porque eu devia ter vendido meu carro para minha mãe, minha mãe vendia esse carro, com o dinheiro desse carro eu comprava outro. Se tem uma coisa que eu me arrependi foi essa. Mas... Aí eu segui as orientações de Luiz Eduardo. Eu não estava nem mais pensando em carro.

D.P. – Mas vendeu por um precinho razoável?

V.G. – Que nada. Preço lá de banana, que eu vendi para me livrar. Porque o cara era um... quando eu cheguei lá, vi que o cara era um negócio meio esquisito. Aí vendi o carro. Fechamos a casa, entregamos a casa...

D.P. – Falou com as vizinhas?

V.G. – Ah. Vamos embora. Todo mundo sabia que eu era do Rio. Com essa voz, não tinha como. Vamos embora, tchau. E para a Liana... Bom. Aí a Liana, tinha que contar para Liana quem eu era. No dia que eu...

D.P. – Liana quem era?

V.G. – A minha amiga, que era mais...

D.P. – Essa moça que tomou conta do Igor.

V.G. – Tomou conta do Igor. A minha amiga.

D.P. – Você resolveu contar para ela por quê?

V.G. – Ah. Tinha que contar. Tinha que contar, porque ela me ajudou muito sem saber. Ela ficava com... Ela tomou conta do Igor no período mais difícil, em 76, na queda da Lapa. Ela fazia umas coisas assim, que eu ficava nervosa. A gente saia muito, e ela me levava, assim, para jantar fora e... A irmã dela namorava uma pessoa que era conhecidíssima, e quando chegava no restaurante, as pessoas paparicavam aquela pessoa, e eu ficava verde. Eu falei: “Gente, agora... E agora, como é que vai ser? Se alguém vem aqui...” Mas eu sempre preocupada. Porque uma pessoa clandestina vivendo com uma pessoa pública e notória, que não sai da televisão, estava nos jornais assim... Que era uma pessoa meio de esquerda.

D.P. – Era o quê? Um artista?

V.G. – Não. Era uma pessoa no nosso meio assim. Aí... Aquelas coisas assim. Então eu ficava... Aí o que ela fazia? Deixava as crianças na minha casa, com a minha mãe, e a gente ia. Aí, quando eu voltava, dormia na casa dela. Eu falei: “Gente, se acontece uma coisa?!” Tanto que uma vez, a minha mãe dormia com as meninas no meu quarto e o Igor dormia com o César, que era o filho dela, no quarto; um dia, minha mãe acorda e não vê as meninas; minha mãe falou: essas meninas fugiram. Que nada. Elas levantaram, foram todas dormir no quarto dos meninos, fazendo farra, aquelas coisas de criança. Mas eu sempre ficava preocupada. Quer dizer, ela me ajudou *muito*, me ajudou muito, sem saber. A pessoa que mais me ajudou... E me ajudou também emocionalmente, porque eu tinha uma pessoa da minha idade; apesar de ela ser mais jovem do que eu dois anos, mas isso não é nada. Ela é da idade do André. E eu devo a ela assim, pelo menos eu tinha uma pessoa para conversar. Claro que eu não podia falar tudo. Falei: “Não. Ela tem que saber quem eu sou”. Quando eu fui lá buscar minha carteira de identidade, que eu voltei, a gente foi no shopping Ibirapuera. Quando a gente volta, ela dirigindo, em São Paulo, chovendo, (eu nunca...) falei assim: “Liana, eu queria te falar uma coisa. O meu nome não é Teresa. Eu tenho outro nome”. Para que eu fui dizer esse nome? Quase que a mulher bate. Iam morrer as duas. A mulher dá uma freada daquelas. Aí ela falou assim: “Mas como é seu nome?” Eu falei: “Bom. O nome eu não tenho coragem de te falar.

Quando a gente chegar na porta da sua casa, eu te mostro”. Aí, quando a gente chegou na porta da casa, eu abri minha bolsa, peguei minha carteira de identidade e entreguei. Aí ela falou: “Bem que eu sabia que tinha Lavínia nesse nome. Eu já estava super desconfiada”. Ela era inteligentíssima. Aí... Por que ela sabia que era Lavínia? Porque no início do ano, eu falei assim: para ela não levar um choque, ela vai ter que saber quem eu sou, então eu vou aos poucos. Aí, no início de janeiro de 80, já com Igor matriculado, (já era fevereiro, no carnaval) eu vim para o Rio outra vez, e a minha prima tinha uma casa em Cabo Frio, aí eu fui para a casa da minha prima. Eu disse: “Ah. Eu vou para casa da minha prima Lavínia”. – “Você me leva?” – “Então. Eu vou ver como é a casa e, no ano que vem, eu levo você – ou, sei lá, na Semana Santa, eu te levo”. Comecei assim. Aí comecei a dizer que a minha prima chamava Lavínia. Já comecei a abrir um pouco. Que a filha da minha prima era Ludmila, a outra é não sei que... Aí já comecei a falar os nomes da família para ela. Quando ela viu, ela disse: “Eu sabia que tinha Lavínia nesse nome”. Olha que danada. “Agora, vamos falar para o Gelson”, que era o marido.

D.P. – Mas ela perguntou por quê?

V.G. – Não. Aí ela já sabia. Aí ela já estava começando a saber. Eu já ia contando um pouquinho. Eu disse que meu pai era um perseguido político... Já tinha... Aí eu fui contando tudo. Aí falei da guerrilha... Aí eu abri tudo para ela. Isso tudo, no carro. A gente ficou parada na porta, uma chuva que não tinha tamanho, contei tudo para ela. Que tinha tido a guerrilha, por que o Jorgito chamava Jorge, porque ela chamava ele, também, de Jorgito. E que ele chamava Igor. Isso que eu já contei. Por que ele não podia chamar Igor, porque todo mundo sabia, que me pai dizia... Aí contei toda a história para ela. E a gente não entrava em casa. Depois de mais de duas horas de conversa dentro desse carro, nós entramos em casa. Aí falou: “Agora, tem que falar para o Gelson”. Aí ela vai, conta para o Gelson. Aí eu falei: “Mas... Olha uma coisa...” Eu estava dormindo lá na casa dela, porque aí eu não tinha mais a casa, já tinha entregue a casa, eu já não tinha mais o carro nem nada, então, eu ia para São Paulo para resolver meus problemas...

D.P. – E sua mãe já tinha vindo para o Rio.

V.G. – Minha mãe já estava no Rio, aqui, com minha tia Maria e o Igor. ... Já estava resolvendo os problemas, eu ficava na casa dela. Aí está na hora de... Aí eu digo para o Luiz Eduardo. Luiz Eduardo começa a ver... Aí eu falo: “Luiz Eduardo, eu preciso trabalhar”.

D.P. – Sim. Mas o Gelson, ela contou?

V.G. – Contou.

D.P. – E o Gelson, tudo bem?

V.G. – É. Tudo bem. O Gelson era meio... meio bobinho. Ih! Eu não posso falar isso. Tem umas coisas que depois tem que apagar. Ele era... Quem domina o casamento é a mulher. Então ele não... Ele era assim. Mas ele aceitou. Como dizia... Luiz Eduardo disse para mim uma coisa muito interessante, que eu carrego isso até hoje. Eu falei: “Mas como que eu vou dizer para as pessoas, minhas amigas...” Aí eu lembrei dela. “Eu tenho uma amiga...” Conte a história. Ele falou: “Victoria, nome é adjetivo. Tanto faz você chamar Teresa, Marcela, Ester, qualquer nome, o nome é adjetivo. Então você não... Não se preocupe com isso”. E o Gelson aceitou. O Gelson aceitou, E aí eu chego para o Luiz Eduardo, falo assim: “Luiz Eduardo, eu preciso trabalhar. Eu não tenho documento...” Eu não tinha documento, eu não tinha nada. Era tudo Teresa. [Ele] falou assim: “Então você vai procurar o Eudes...”

D.P. – José Eudes, deputado.

V.G. – José Eudes, deputado estadual pelo Rio de Janeiro. “Você conhece?” Falei: “Nem nunca ouvi falar”. Nem sabia que existia Eudes. Como é que eu ia saber que existia Eudes? “Você vai lá e pede para ele um trabalho”. Aí estava o Cunca. [Pedro Claudio Cunca Bocayuva] O Cunca era chefe de gabinete do Eudes. Aí eu peço um emprego. Ele disse: “Olha, Victoria, eu não tenho poder. O que eu posso fazer é o seguinte. A minha cunhada, que é Dodora Santa Cruz, vai fazer o doutorado de nutrição para a UFF. Como você é professora de francês, ela precisa de fazer prova de francês, então você vai lá”. Aí o meu primeiro emprego no Rio de Janeiro foi com a Dodora Santa Cruz. Aí fui para...

D.P. – Que é irmã de um desaparecido político, que é o Fernando Santa Cruz.

V.G. – O Fernando Santa Cruz, é. Que é o pai do Felipe Santa Cruz, que é o presidente da OAB hoje. Aí lá vou eu para a Morada do Sol. Dodora com quatro filhos...

D.P. – Porque Eudes é casado com uma das irmãs de Dodora.

V.G. – Era casado com uma das irmãs. Márcia Santa Cruz, que morreu de câncer há pouco tempo. A caçula, a penúltima da... E aí vou lá eu, dar aula de francês. Ainda ficava o filho da Márcia lá, para Dodora tomar... coisa. A Dodora me passou na prova com nove. Eu falei: olha só, ou a professora é muito boa ou o aluno é excepcional, porque não era possível... A Dodora nunca tinha visto francês na vida, tirar nove? E dando aula com cinco crianças chorando? Gente! Era um desespero! E aí eu... claro, contei para Dodora a minha história, igual essa que eu estou contando aqui agora. Falo do Joca, ela diz: “A minha irmã, Rosalina Santa Cruz, conhece a Criméia”. Bom. Até então, o Partido também não apareceu. Isso era... Isso já devia ser março. Porque no começo...

A.M. – O Amazonas não procurou vocês.

V.G. – Não, não. Não deu as caras, nada. A gente morando aqui no Rio e tal, e não tinha Partido, e não sabia do Joca, e não sabia da Criméia, não sabia nada. Nem sabia que Criméia chamava Criméia. Foi a Dodora que me disse. Eu falei: “Como é o nome dela?” – “Criméia”. Diz assim: “Olha, a minha irmã mora em São Paulo, a Rosalina Santa Cruz, e...”

D.P. – É amiga dela.

V.G. – É amiga.. É. Conhece ela e tal. Aí a Dodora, junto com a irmã, descobriu o endereço. Eu fui para São Paulo, fiquei na casa da Liana e contei: “Liana...” Fui eu e Liana lá para a casa da Criméia... da Amelinha. Fomos as duas. Eu falei: “Liana, vai comigo, porque eu não vou ter – sei lá, estrutura de olhar...”

D.P. – Liana, a sua amiga?

V.G. – Era. Chamava Liana. Liana Maria Casarolli.

D.P. – Ela topou ir com você?

V.G. – Topou. Ah. Ela era muito minha amiga. Era uma irmã. Que coisa assim... Uma irmã. Aí fomos as duas assim, batemos na porta, vem um... lá a Janaina, ou o Edson, sei lá, e o Joca, os três, e abrem a porta, aí vem o *Edson* [César], que é o marido da Amelinha. Falei: “Eu sou a Victoria”. Aí eles correram. Coisa de criança. O Joca...

A.M. – Você tinha entrado em contato por telefone?

V.G. – Eu acho que a... Eu não. Acho que eles nem tinham telefone. A Rosalina que falou que eu ia. Então, já estavam mais ou menos sabendo.

A.M. – Já sabiam.

V.G. – Já sabiam. A Rosalina que fez a ponte entre mim e eles. Aí eu lembro que o César fala assim: “Joca, olha a sua tia! Sua tia.” E o Joca assim, escondidinho e tal. Aí daqui a pouco chega Amelinha. Super afetuosa. Vocês vão ver como Amelinha é muito afetuosa assim. Ela é muito... Depois chega a Criméia e tal. Aí eu marco – “Está bom. Amanhã, eu vou trazer o Igor aqui, para você conhecer o Igor”. O Igor estava na casa da avó, da Rosinha, da mãe do Gilberto, e eu estava na casa da Liana. Aí, no dia seguinte, eu vou buscar o Igor e falo: “Você vai conhecer seu primo e tal e coisa”. Até então, (aí tem uma coisa) eu não tinha dito para o Igor que o pai dele tinha morrido. Eu não tinha dado essa notícia. Eu ia dar... sei lá como, mas ele ia saber um dia. Mas a forma que ele soube... Foi a pior coisa que já... Todas as coisas são as piores, quando eu conto o que aconteceu na minha vida. Aí eu entro na casa da Criméia. A casa da Criméia, da Amelinha e do César era uma verdadeira... vamos dizer, uma sede do PCdoB. Era assim de gente. Gente com criança pequena... Tanto que ela tinha amigos lá, companheiros do Partido, um chamava Maurício, outro chamava André. Era tudo assim. Então tinha muita... Aí, eu sei que, avisou que eu ia, virou uma festa, foi todo mundo... Eu fui na casa dela num sábado, e no domingo a casa estava cheia de PCdoB, para me conhecer e para ver o Igor. Aí alguém lá pergunta, (eu nunca mais vou...) assim, no corredor, pergunta assim: “Quem é ele?” Aí Amelinha falou assim: “Ele é o primo do Joca, filho da Victoria. O pai dele, também, morreu na guerrilha”. Assim. O Igor... Gente! No meio daquela gente toda. Assim que o Igor soube, no supetão. Quer dizer, Amelinha não sabia. Aí outro drama e tal. Igor, e tal...

D.P. – E ele teve uma crise de choro?

V.G. – Ali, não. Ele se conteve, se conteve. Só foi falar...

D.P. – Nossa.

V.G. – É. Tudo assim, tudo contido. E aí ele vai e... Ele vai e... No caminho, e tal. Bom. Nesse meio tempo, ele já estava na casa da avó, e aí, quando a gente começou a terminar a casa...

D.P. – Ele estava com que idade? Uns quatorze?

V.G. – Não. Doze. Ele fez treze... Porque ele é de junho, então ele estava com doze anos e meio para treze. Não. Ele tinha treze. É ele de 66, - 80 – treze. Ele estava com treze e meio para quatorze. Ele fazia quatorze... É, praticamente, quase quatorze. Mas um menino de quatorze anos nos anos 80 não é um menino de quatorze anos hoje. Era bem menino ainda.

A.M. – Ainda que fosse.

V.G. – Ainda que fosse. É muito... É uma carga muito grande. E aí... Bom. Aí ele... A gente sai lá, eu continuo... Aí eu faço...

D.P. – Você, ainda sem ver o Amazonas.

V.G. – Ah. Sem ver o Amazonas. Aí o Edson... O Edson não, o César, marido da Amelinha, fala o seguinte: “Você precisa ver o Amazonas. Eu vou marcar um encontro”. Aí o César marca o encontro do Amazonas lá na casa deles. Aí vem o Amazonas, junto com Renato Rabelo, que hoje é o secretário-geral do PCdoB. Quando eu vi o Amazonas, foi a primeira vez que eu chorei, depois de todo esse tempo. Quando eu vi o Amazonas, eu caí num choro compulsivo, mas muito compulsivo mesmo, que foi assim uma coisa. Aí eu fiz as minhas queixas. “Por que você não nos procurou?” Aí contei toda essa história. Ele disse para mim: “Olha. É que eu pensei que vocês tivessem morrido, porque vocês não responderam”. É. Mas como estive com a tia Maria, ele via que a gente não tinha morrido. Aí começou a vir a mágoa dele, minha, da minha... a minha mãe, mais do que eu. E... “Eu pensei que vocês tivessem morrido. Vocês tinham saído da casa...” e tal, aí falou: “Eu quero ver sua mãe”. Marcou. Aí ele marcou com a minha mãe na casa dele.

D.P. – Mas ele foi afetuoso com você.

V.G. – Afetuoso não, porque ele não era afetuoso. Era o temperamento. Não. Ele foi assim... meio... Eu achei que meio que indiferente. Eu achei meio que indiferente, porque quando... Voltando atrás. Também, uma coisa que eu fiquei chocada com ele. Foi que quando o Danielli morreu, em 72, (até eu conto que ele bateu que morreu Danielli e o Lincoln Oest) o Danielli tinha três filhos pequenos. E eu falei assim para ele: “O que vai ser da mulher do Danielli?” Porque a mulher do Danielli era uma operária, era uma mulher do povo. Ele falou assim: “Ah. Ela vai embora para o Rio, (porque eles eram de São Gonçalo) e lá a família do Danielli acolhe ela”. Mas não é assim. Uma coisa é a família Grabois ter nos acolhido, que era uma família de classe média e tinha um lado assim muito afetuoso e que tinha condições materiais para nos acolher. Agora o cara que é operário, às vezes ele quer, até, afetosamente, ele que acolher, mas ele não tem condições materiais de acolher uma mulher com três filhos. Como é que ele ia viver com o irmão do Danielli, que era motorista de ônibus em Niterói, uma mulher com três filhos, e que ele já tinha não sei quantos filhos? Não é que a pessoa não queira acolher. Até quer. Mas não tem condições. E aquilo me chocou. Porque eu achei que quem tinha que sustentar os três filhos da Danielli era o Partido; tinha que dar um dinheiro para essa mulher. Isso também já começou a me chocar, porque eu achei que aí não tinha emoção, assim, não tinha... faltava aquela fraternidade. Eu fiquei muito chocada. E aí eu fui tocando a minha...

D.P. – E sua mãe encontrou com ele.

V.G. – A minha mãe encontrou com ele. Aí depois, acho que encontrei com ele uma vez, também...

A.M. – Ele veio ao Rio encontrar?

V.G. – Não. Minha mãe é que foi para São Paulo. Imagina que ele vinha ao Rio. Minha mãe é que foi para São Paulo, para a casa dele, encontrar com ele. Aí... eu... Aproximação... Aí, acho que o Joca já começou a vir para o Rio, a Criméia trouxe o Joca, já começou a ter coisa de família... Ah! E aí a Elza Monnerat aparece na minha casa. Isso...

D.P. – Vocês alugaram a casa onde?

V.G. – Não. Com a tia Maria.

D.P. – Você morava com a sua tia Maria.

V.G. – Com a tia Maria. O sonho da tia Maria...

D.P. – Você dando aula de francês para Dodora...

V.G. – Não. Eu dando aula de francês para Dodora. Tia Maria, chega no meio do ano, vai para o CBA, Comitê Brasileiro pela Anistia, porque vai ter uma caravana de familiares ao Araguaia. Vamos organizar essa caravana.

A.M. – A sua tia é que falou isso?

V.G. – Não. A Elza Monnerat. Aí eu vou para... Isso já era segundo semestre. Bom. Aí nesse meio tempo, no segundo semestre, em julho, eu não fazendo aula, só dando aula para Dodora, indo à praia, já de saco cheio, porque as minhas amigas trabalhavam, estudavam, e eu ali, dando uma aulinha particular? Isso, para mim, era pouco. Então eu vi [que tinha] vestibular para direito na Faculdade Cândido Mendes. Fui lá. Outra vez, sempre sem estudar, fui lá, fiz a prova, passei, entrei na Cândido Mendes de Ipanema. Eu falei: vou me formar em direito. E aí eu, num dia lá de aula, eu cheguei atrasada... Não. Porque aí teve lá uma aula com o professor de sociologia, e ele manda cada uma conversar com a outra, e depois você tem que relatar para a turma o que é que a outra falou para você. Então, era uma mulher que tinha se separado, uma mulher desquitada, naquele tempo, acho que ainda não tinha divórcio... Vai trocar a fita.

[FINAL DO ARQUIVO pho_2217_victoria_grabois_2015-03-13_01]

Ângela Moreira – Bom. Você estava mencionando o seu reencontro com Amazonas e o reencontro dele com a sua mãe.

Victoria Grabois. – É. E aí o Amazonas manda da Elza se aproximar da gente, a Elza Monnerat, que era uma velha comunista que foi presa na queda da Lapa. Ela foi presa, escapou. Torturadíssima, barbaramente torturada, como todas as mulheres, todo mundo que era preso. Mas ela saiu com vida. E ela nos procura e diz que já está se organizando, no CBA, uma caravana, para eu começar a me entrosar e a participar. Aí eu já tinha passado na faculdade, eu já estava fazendo direito na Cândido Mendes de Ipanema e começando a frequentar o CBA. Aí conheci os familiares, conheci todos os familiares do Rio que estavam preparando a caravana. Bom. Aí a caravana sai daqui em outubro de 80, para o Araguaia... Bom. Mas antes disso, estava se passando um livro de ouro para angariar dinheiro para a gente poder comprar as

passagens e viajar. Aí me mandam... A Elza tem ideia, para eu ir para Brasília... Aliás, todo mundo lá do CBA, os familiares. *Seu* Edgar, que era... A grande liderança dos familiares do Rio era *seu* Edgar, que era pai da Maria Célia Correia, que era do IFCS, e do Elmo Correia, que era – hoje da UniRio, mas naquele tempo era Faculdade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, e a mulher dele. Ele era casado, o Elmo, com a Telma, que fazia geografia na UFF. Ele era o grande líder, junto com a dona Cyrene, dona Cyrene Moroni Barroso, mãe da Jana Moroni Barroso, que era da Biologia da UFRJ. Dona Cyrene [é] que articulava com o pessoal lá do Pará, do movimento de anistia do Pará, nossa ida e tal. E um livro de ouro que foi aberto pela Heloisa Buarque de Holanda, que deu, na época, quinze mil cruzeiros. Aí nisso, eu vou para Brasília, encontrar com a Malena, que era assessora do Genoíno, para me apresentar... Naquela época, ela não era assessora do Genoíno, não, ela era assessora daquele...que era o cara do PMDB, que era o líder do PMDB... um baixinho, que morreu. Esqueci o nome dele. Aí eu, assim loucamente, comecei a ir então... Eu conheci mais os senadores. Os senadores apareciam mais na televisão, eu sabia quem era senador. Aí eu abria a porta e dizia assim... Franco Montoro. “Senador. Meu nome... [contava a história]” Aí davam o dinheiro lá, cada um deu. Começou com Teotônio Vilela, abrindo a lista, claro, o primeiro, senador Teotônio Vilela, e abrindo todas as portas; também, quem me ajudou lá foi a Maria Luiza Fontenelle, que na época era deputada estadual pelo Ceará, que tinha ido para Brasília. Mas eu fiz... Eu, sozinha, arranquei fundos lá dos deputados e dos senadores. Depois, através do Aquiles do MPB4, que o Aquiles era muito amigo do André, porque o pai do Aquiles e a mãe do Aquiles eram do Partido, (tanto que hoje, em Niterói, tem até um Ciep com o nome do pai dele, Geraldo Reis)...

Dulce Panfolfi – Era amigo do André, seu irmão.

V.G. – Amigos, é. Do André, meu irmão. Lá em Niterói, quando a gente morava em Niterói. E aí o MPB4 também deu lá uma quantia e, através dele, nós entramos em contato com o Chico Buarque. [risos] Foi a grande coisa da minha vida. [risos] E aí, eu ligo para ele, ele marca: “Olha. Eu quero um lugar perto da minha casa”. Ele morava na Gávea. Falei: “Então você vai na casa da minha prima, no Leblon”. Aí marquei com Chico duas e meia. A empregada falou assim: “O Chico chegou. O que é que eu faço?” Falei: “Abre a porta. Você vai fazer o quê?” Eu sei que eu...

D.P. – Isso é na casa da sua prima?

V.G. – Da minha prima.

D.P. – Que emocionante.

V.G. – Muito emocionante. Eu fiquei com Chico de duas e meia até cinco e meia da tarde. Tinha horas que eu fazia assim: será que estou viva? Será que isso é verdade? Eu me beliscava. Porque... com Chico Buarque... Mas ele é uma gracinha. Conversou à beça. E a Linda [falou fofoca...] Quando ele acabou, foi lá... Deu dicas, mandou que eu fosse lá no... chamava acho que... tinha um nome. Era uma organização que funcionava no mesmo prédio do escritório do Niemeyer, era um *prédio* [andar] abaixo, que os artistas...

D.P. – Casa do artista?

V.G. – Não. Uma coisa assim, Sebrae... Não, não era Sebrae. Um nome assim, que tinha... que tinha outros artistas, para procurar. Aí você falava – fulano, ele disse: “Não, esse aí não vai dar dinheiro, não adianta”. E aí, quando ele saiu, ele foi no corredor, a Linda tinha ficado no quarto, ele falou: “Linda, eu vou me despedir de você”, a minha prima. “Olha. Quando você tiver fofocas, você liga para mim, que eu adoro uma fofoca”. Assim. Então...

D.P. – Mas a Linda conhecia ele?

V.G. – Não. Conheceu ali, naquela hora. Mas parecíamos, assim, amigos desde criancinha. Ele é uma gracinha. Uma hora ele falou: “Eu ainda vou ao banco”. Eu falei: “Mas o banco está fechado essa hora, Chico”. “Mas para mim, ainda tem o gerente lá, cinco e meia, (porque o pessoal sai às seis horas) para mim eles abrem”. Eu ri.

A.M. – Isso era 1980.

V.G. – É, isso era 80. É. Aquilo era um deslumbramento, ficar com Chico Buarque, aqueles olhos te olhando. Gente! Aí, no dia lá marcado, lá fui eu com a Júlia, Júlia Gomes Lund, que dá até nome...

D.P. – Julia o quê?

V.G. – Gomes Lund, que dá nome ao processo. Que é Júlia Gomes Lund e...

A.M. – Caso Gomes Lund.

V.G. – É. Caso Gomes Lund e outros. O Luiz Eduardo botou o nome dela em primeiro lugar porque é um nome assim, forte, Lund. Aí fomos lá, entramos lá, reunimos... Aí disse assim: “Agora, vamos tomar um chopp aí embaixo”.

D.P. – Isso, de novo, com Chico. Aí você foi na casa dele?

V.G. – Não. Isso foi nesse escritório que o Niemeyer dava ao pessoal de esquerda, aos artistas. Aí estava Maurício Tapajós... Tinha um monte de artista.

D.P. – Isso é em Copacabana?

V.G. – Em Copacabana, no Posto 6. Ali embaixo, ali não tem?... Descemos, entrou Chico Buarque com aquela *entourage*. Era uma *entourage*, assim, umas dez, quinze pessoas. O restaurante parou. Eu me senti... Aliás, eu e todo mundo, não era só eu. Você entrar com Chico Buarque no restaurante, todo mundo te olhando...

D.P. – Nos anos 80.

V.G. – Nos anos 80. A grande... Aí, outro dia, eu falei assim para uma amiga minha... Porque o meu marido atual, ele tem ciúme do Chico.

D.P. – E o meu também.

V.G. – Aí minha amiga falou assim... É. O seu também tem. Ela falou: “todos os homens da nossa geração têm ciúme do Chico, porque é a nossa grande paixão”.

D.P. – Eu tenho uma história genial para contar.

V.G. – É. Depois você conta. Aí fizemos esse livro de ouro. Eu fui para Brasília... Ah. E nesse meio tempo, (eu tenho que voltar) o meu processo correndo, e Luiz Eduardo não fazia nada. Aí o Lula é preso. Aí eu ligava...

D.P. – Quem é preso?

V.G. – Lula.

A.M. – O seu processo de esclarecimento de crime conexo.

V.G. – Para voltar de Victoria... Sim. De esclarecimento. Para Teresa ser Victoria e Jorge ser Igor. Aí eu ligo para o Luiz Eduardo. “Luiz Eduardo, eu já estive aí em janeiro, fevereiro, já estamos... agora já está junho...” Já não estava aguentando aquela situação. Ele falou assim: “O Lula foi preso. Agora, eu estou vendo o Lula”. Eu até fiz uma reportagem –, tem um livro... uma revista, *Brasil*... não sei que – falei: o Lula me deve essa. Eu demorei a virar Victoria por causa do Lula. Ele me deve essa. Até a menina fala: “A Victoria, brincando, diz isso: *Lula me deve essa*”. Aí eu fui lá. E aí ele: “Você espera, porque já teve a anistia, você já é Victoria. Isso é uma questão de tempo...” Porque era o problema do Igor. Aí tal, tudo bem... Vamos para o Araguaia. Aí fomos...

A.M. – Só para deixar registrado. Nesse período, na década de 70 ainda, quando começa a se organizar o CBA, o Comitê Brasileiro pela Anistia, vocês não se envolviam com essas instituições porque...

V.G. – Não. A gente vivia na clandestinidade. Nem sair da casa... A coisa era tão fechada que nem sair da casa de São Paulo e vir para o Rio, a gente não... Começamos a discussão quando vem para o Rio e que vai para o CBA. Aí começa. Agora quem vai mais ao CBA... Minha mãe também ia. Mas quem ia mais era eu. Como eu estava meio solta, só fazendo faculdade, eu também comecei a ajudar dona Cyrene...

D.P. – Quer dizer, você só entra em contato com o CBA depois da anistia.

V.G. – Só depois da anistia. 80. Só em 80, já na preparação da caravana ao Araguaia. E o meu papel principal nessa caravana foi ir a... foi contatar os artistas, Chico Buarque, MPB4 e outros artistas que o Chico indicou, para eles darem dinheiro para gente poder comprar as passagens, para poder ir. E aí me mandam para Brasília. Os familiares...

D.P. – E essa comissão, era só você, ou tinha mais gente?

V.G. – Não. Tinha...

D.P. – Para os artistas, era só você.

V.G. – Não. Para os artistas, só eu, só uma vez lá do... para... Porque primeiro eu conversei com Aquiles e o Aquiles disse: “Eu, tudo bem. Eu não tenho problema. Mas tem os outros”; o que encrocava mais era o outro que saiu do grupo, o mais velho. Porque tem o Magro, que morreu, tem o Miltinho e o outro, que era mais velho, agora esqueci o nome. [Rui] O Aquiles e o outro, que agora substituiu. Ele falou: “O problema é o fulano”. Aí ele falou: “A gente está dando um show lá em Niterói, você vai lá”. Aí fui para o show dele, com a Júlia. Fomos para o show, assistir um show do MPB4 lá no... em São Francisco, na praia. Aí o MPB, no intervalo, ele deu dinheiro. Mas... Assinou o livro de ouro. Tem lá o livro de ouro. Mas só... Quer dizer, a Júlia me ajudou nessa hora. E depois, também, a Júlia ajudou, porque a gente ia aqui na Assembleia Legislativa, também pedir dinheiro para os deputados estaduais do Rio. Porque dona Cyrene era uma grande liderança, mas ela morava em Petrópolis, então, para ela, era muito difícil. Ficava eu e a Júlia nessas... Tanto que quando eu fui no tal... no restaurante, a Júlia estava junto comigo. E a Júlia assim... Júlia já é uma senhora. Hoje, já tinha [teria] noventa e tantos anos, se fosse viva.

A.M. – E a demanda de vocês era pela localização, pelo paradeiro? Como era?

V.G. – Localização, é, pela identificação. Não. Primeiro era para fazer contato. A gente ainda não pensava em... Era localização, e não identificação. Isso não... Naquela época, não passava na cabeça identificação. Localização e contato com a população, e mostrar quem nós éramos.

D.P. – E para saber quem estava vivo.

V.G. – E para saber quem estava vivo. Porque familiar, pai e mãe, sempre acha que o filho está vivo. Foi muito difícil. Tem a história do Ciro Flávio, que era estudante da Arquitetura, que a mãe dele colocava à mesa, todo dia, o prato dele, esperando ele para o almoço e para o jantar. Quando ela viu que ele não vinha para o almoço e para o jantar, mas esse prato era colocado nos dias especiais: no dia do aniversário dele, aniversário dela, do pai, no ano novo e no natal. Então nesses dias... Para você ver a esperança. Quando eu fui para São Paulo e eu disse para o meu sogro que Gilberto tinha morrido, ele falou: “Ah. Mas será que ele não está em Cuba? Será que ele não está na União Soviética, não está na China?” Falei: “Não”. Eu dei essa notícia no início de 80. Em novembro, em novembro de 80, ele morreu de aneurisma cerebral, em consequência... Só pode ser. E a minha sogra é mais forte. Tanto que ela tem 91 anos, vive até

hoje; e vive bem, com a cabeça ótima. E aí eu comecei a trabalhar no CBA, pela organização da caravana. Aí nós vamos para... Conseguimos um dinheiro...

D.P. – Passagem.

V.G. – Passagem...

D.P. – Quantos foram? Quantas pessoas? Mais ou menos.

V.G. – Quantas pessoas foram? Mais ou menos. Vamos contar. Comissão da Verdade rouba, botou um número pequeno. Tem um número maior, que eu contei. Isso eu já fiquei... Por que é que não pergunta para a gente as coisas? Se já tem um erro no relatório... Tudo bem. Número, isso detalhe. Mas para mostrar, na época, em plena ditadura militar, o número de pessoas que foram. Acho que isso é importante, um número maior. Do Rio foram: minha mãe, eu, dois, seu Edgar e dona Irene, quatro, dona Cyrene, cinco, Júlia, seis, Djalma... só do Rio – sete, duas da Bahia, nove, Iramaya e... e Biga...

D.P. – Iramaya Benjamin e Biga... Abigail Paranhos, que eram da direção do CBA.

V.G. – Abigail Paranhos, onze... Do CBA, é. Da direção do CBA. Onze. E a Maria Luiza Fontenelle e o Roberto Valadão, que é irmão do Arildo Valadão, que era desaparecido, treze, e o pessoal lá do... duas assessoras da Maria Luiza, quinze, e mais dois do Pará, da Comissão Pastoral da Terra e da Comissão... Quanto que eu contei? Dezesete. Será que eu não estou esquecendo ninguém? Ah. E dona... Esqueci! Dona Helena e Consueto Calado. Dezenove. Foram dezenove pessoas.

D.P. – Vocês saíram de onde?

V.G. – Saímos... quer dizer, um grupo saiu do Rio, outro grupo saiu de São Paulo, mas a gente foi no mesmo avião. Chegamos em Belém. A Júlia já tinha ido na frente e tal. Aí o comitê lá, de... da Pessoa Humana, nos recebeu. Fomos para a casa do... Ah. Dezenove não. Vinte. Que tem o Paulo Fonteles, que também era da caravana. Então foram vinte pessoas na caravana. A Comissão da Verdade colocou dez. Foi o dobro. E aí ficamos hospedados na casa das freiras e fizemos aquele... aquele tour. Fomos à OAB, a OAB designou o Paulo Fonteles como representante da OAB nacional junto da caravana, fomos à Assembleia Legislativa, à Câmara

dos Vereadores... Fizemos aquele tour por Belém, nas entidades. De lá íamos partir... se ia para Marabá. E aí... O deputado, que era o Roberto Valadão, deputado estadual pelo Espírito Santo, e a Maria Luiza Fontenelle, pelo Ceará, chegaram depois. Então, duas pessoas tinham que abrir mão de ir naquele ônibus que já tinham comprado as passagens, para irem sozinhas e mais as duas assessoras da Maria Luiza Fontenelle, sendo uma, que era PCdoB, e ela tinha sido o apoio na guerrilha. Porque a guerrilha tinha os três destacamentos e, em volta, tinha os apoios. Essa moça era um dos apoios. E ela era assessora da Maria Luiza. E aí, quem é que sobra para ir sozinha? A Biga e eu, só podia ser, porque eram as politizadas ali; ninguém queria se separar, e fomos as duas junto com as meninas assessoras. Eles chegaram num dia, nós chegamos no outro dia, seguinte, sei lá que horas, e fomos para a casa do bispo, dom Alano. A gente já tinha entrado em contato com o bispo aqui, no colégio... esse colégio que tem na rua São Clemente, de freiras. Esqueci o nome. Já quase no Humaitá. Dom Alano nos recebeu na casa paroquial. Ficamos hospedados lá, dormindo em rede. Ficamos lá. E aí começamos a fazer assim, a receber a população, e a população a dar depoimento, como vocês estão fazendo aqui agora. Só que, claro, para o cara da população era muito difícil. Completamente... E não eram duas pessoas. Era... Fazia aquela roda, e as pessoas foram... E foi tudo gravado. Nós entrevistamos e pudemos constatar como os guerrilheiros eram queridos pela população local. Eles adoravam eles. Porque era um lugar paupérrimo, chega lá, você ter médico, você ter enfermeira, você trabalha no campo como... trabalhar junto, ensinar a eles as técnicas de plantio, porque tinha geólogo, tinha médico, tinha enfermeira, tinha engenheiro... Tinha tudo. E aquilo. Por exemplo, o André era queridíssimo. Teve um menino, Lauro, que no dia que o exército chegou, da guerrilha, ele foi atravessar a cerca de uma casa para outra, a cerca estava eletrificada, ele...pegou o braço; ele não tem braço. Ele que ensinou o André a montar cavalo sem rédea. Porque lá não usa rédea. Você monta cavalo no...

D.P. – Vocês levaram fotografia do pessoal?

V.G. – Levamos.

D.P. – Porque os nomes eram outros. Como é que vocês fizeram?

V.G. – Aí o que é que aconteceu? Nós fizemos o seguinte. Aí foi... Aí é assim. No CBA, tinha um militante, que por sinal, hoje, ele é meu marido...

D.P. – Como é o nome dele?

V.G. – Fernando Meyer. Fernando José. Que era o cartazista do CBA. Aí dona Cyrene, todo mundo queria pregar, e Fernando deu a ideia de fazer o cartaz do Araguaia. Esse cartaz está aqui no livro. Tem um cartaz. Eu já conheci ele assim de vista. Aí... Quer dizer... Todo esse namoro começou assim. Dona Cyrene foi, fomos a casa dele, e “queremos isso”, e levamos as fotos e tal. Aí tinha que ia lá no cara para... Na gráfica. Aí já começou assim umas paquerinhas, eu e ele já começamos a paquerar, tal e coisa, por causa da história do Araguaia, que ia lá, que voltava...

D.P. – E ele tinha familiar?

V.G. – Não. Ele veio da luta armada, aí de um grupo.

D.P. – Ele tinha sido preso?

V.G. – Não. Ele nunca foi preso. Ele participou de algumas ações, mas... E trabalhava em empresa de publicidade, empresa famosa do Rio de Janeiro, e fazia ações de paletó e gravata. Então ele era assim de qualquer suspeita. Depois, ele tem uma cara seriíssima assim e tal. E aí a gente levava os cartazes. Fizemos um debate no PMDB de Marabá. Ainda não era PMDB, era MDB. Falamos lá. Fomos às assembleias, e começamos a fazer as procuras. Com todo apoio da igreja. Aí chegou lá um dia que teve uma missa na catedral de Marabá em homenagem aos guerrilheiros. A igreja superlotou. Você vê. Superlotou. E aí ficou demonstrado... Ah. Tinha mais de vinte. Vinte e um. Luiz Maklouf acompanhando. Aí o Luiz Maklouf...

D.P. – O jornalista.

V.G. – Jornalista –, atravessando a balsa, ele chegou para mim, falou assim: “Victoria. Eu tinha o conceito que guerrilha era um foco. Mas a guerrilha não foi um foco. Eles estavam lá. Para eles serem adorados pela população, é porque eles fizeram trabalho de massa”. Se você não faz trabalho de massa você não é adorado pela população. Aí a igreja superlotou. E fora as namoradinhas que andaram tendo, que a gente percebia que eram namoradinhas porque elas vinham nos abraçar e choravam muito. Ali tinha coisa diferente. Ah, sim. Ainda tinha isso, as histórias todas assim.

D.P. – Mas vocês mostraram o retrato. Como é que eles sabiam quem era o André?

V.G. – José Carlos. A gente sabia. Aqui é o André. Sabia que o José Carlos chamava André? Sabia que a Jana é Cristina?

D.P. – Vocês mostrando o retrato para eles.

V.G. – Mostrando o retrato para eles. Aquele cartaz. Tanto que a dona Cyrene já... Como é que foi isso? Antes, não sei se foi em 80... foi 79, a dona Cyrene foi lá antes. A dona Cyrene, quando a filha dela sumiu, ela pegou a Lorena, que é a filha dela que tinha quinze anos, e foi embora para Europa, procurar a filha. Aí a Lorena diz assim... A Lorena conta. Que eu trabalhei numa pesquisa, lá na UFRJ, sobre isso, isso eu já sei, e a Lorena fala isso na entrevista. Naquele tempo, quase ninguém viajava, então uma menina de quinze anos ir para a Europa era um acontecimento. Quando ela chegou na escola, todo mundo: “Ah. A Lorena foi para a Europa”... Ela disse: “Mas o que é que eu vi na Europa? Minha mãe me pegava pela mão, entrava na Cáritas, saía da Cáritas, sentava na igreja presbiteriana, saía da igreja presbiteriana, entrava na metodista...” Foi procurar a filha na Europa. O desespero dessa mãe. E aí, assim, um dia, nós estávamos lá em Marabá, na região da Palestina, dona Cyrene sumiu. Aí foi o desespero; “Cadê dona Cyrene, cadê dona Cyrene?...” Daqui a pouco aparece a dona Cyrene. Por quê? A gente andava na rua, e a gente fazendo cartaz, a gente fazia... também tinha panfleto, e a gente mostrava quem nós éramos. E aí uma... as mulheres estavam numa igreja, dessas pentecostais, quando a dona Cyrene passou, ela puxou a dona Cyrene para falar da Cristina. Que a Cristina era a Jana, e a Maria Célia, filha do *seu* Edgar, que era Rosinha. Porque elas conheceram. Toda aquela região da Palestina... Porque elas foram uma das últimas a serem assassinadas. Eles desfilaram com as duas de mãos amarradas em corda, pela cidade, e dizendo: “elas são comunistas, elas são terroristas”. E a Jana, a Jana era professora, dava aula para as crianças. Ela alfabetizou muitas crianças. É arrepiante. A Criméia tinha feito enfermagem e a Criméia era parteira. Porque quem fazia os partos primeiro era o João Carlos, mas aí, era tanta demanda em cima do João Carlos que ele falou: não dá mais. Ele começou a preparar... Por exemplo, a Dina era geóloga, virou parteira. Além dela ser geóloga, ela virou parteira. E a Criméia já era, porque tinha feito faculdade de enfermagem. Mas isso antes da guerrilha. E aí chamava a Criméia para fazer parto, porque não tinha mais. Aí a Criméia quando chegou lá, o feto estava sentado, aí a Criméia: e agora? Aí a Criméia pegou o livro lá de obstetrícia, botou em cima da

barriga da mulher... Primeiro assim: “todo mundo lava as mãos, ferve a água...” aquela história. E o André foi junto com ela. E ela chegou para o André falou assim: “Olha, a coisa está feia. A criança está sentada. Eu não sei se eu vou salvar essa criança”. Aí disse que o André ficou num nervoso... lá fora, com os homens, bebendo cachaça e comendo farinha, para o tempo passar. Aí a Criméia bota o livro e faz todo o passo a passo que o livro manda; e a criança nasce inteira, perfeita. Aí a Crimeia virou a parteira mais famosa ali da região do destacamento A, que era Marabá. Destacamento A era Marabá; o C era Xambioá; e o B era no meio, que era a serra das Andorinhas, que era o mais deserto de todos, que era longe da cidade. Aí a Criméia virou tão famosa que...”aquela médica, ela é tão boa, tão boa, que ela até tem livrinho”. Aqui, se você vai a um médico, ele abre um livro da tua frente, você fala: “eu não volto mais aqui”. Mas lá, a Criméia virou uma grande parteira, porque ela era tão boa, tão boa, que ela tinha até livro. Que ela botou o livro em cima da barriga da mulher para poder ver o que é que ela ia fazer. Você vê o ponto. Eles mataram o João Carlos e puseram o João Carlos... costuraram o João Carlos todo de corda, foi costurado de corda, e puseram ele na delegacia e mostraram: “Está vendo? Esse aqui é terrorista”. Teve romaria, chora... Rodavam as pessoas, para ver o João Carlos. Aí eles suspenderam o velório, porque foi inverso. Ele é a grande liderança, um médico, um médico com doutorado em Londres, você imagina, lá? Ele era cardiologista. Quando meu pai chegava, nessas idas e vindas, “você compra esse remédio aqui, que meu médico mandou”. Ficava olhando para ele. O médico do meu achou que... Claro. Ele era mestre em cardiologia. Mas lá, ele se virou, ele fazia até cirurgia. Quando eu estive agora lá, que eu fui em Imperatriz, eu visitei Porto Franco. E até hoje ele é adorado em Porto Franco. Imagina. A guerrilha já acabou há quarenta... mais de quarenta anos. Quarenta e um anos, a guerrilha já acabou. E o cara é adorado até hoje. Ele é lembrado. Até as novas gerações sabem, porque aquilo vai passando de uma geração para geração. Então a grande importância que eu acho, primeiro, para mostrar para os companheiros que vieram da luta armada que aquilo não foi uma aventura, foi um trabalho de massa que eles fizeram. Eles foram descobertos antes, tiveram erros, que as pessoas saíram, você... Aconteceu. Mas não era um trabalho assim... E nós percorremos toda aquela região. Nós íamos... Alugávamos carro, C14 –, naquele tempo, C14, vamos dizer, é uma Blazer hoje – e a gente ia pelas OPPs. OPP um, OPP dois, que eram estradas vicinais que o exército abriu para a guerrilha. E quando nós... Em plena ditadura militar. Quando nós passávamos, assim escondidos, no meio da mata, você via os carros do exército. Nós éramos seguidos pelo exército, os familiares. E *seu* Edgar era um homem alto, ele era alto,

e aí diziam assim... Porque sabiam que tinha um deputado na caravana, que era o Roberto Valadão. Aí um dia, nós passamos, falaram... a gente escutou, o pessoal do povo falou assim: “Aquele ali é o deputado. E o mais velho é o senador”. Eles achavam importante aquilo. E aí nós fizemos... Nós saímos de Marabá até Xambioá. Aí fomos de caminhão, aí fomos pela transamazônica. E eu, na minha cabeça, eu achava que a transamazônica era uma estrada. Não sei se você... Era uma estrada, eu achava... na minha cabeça, tinha até asfalto. Que nada. O que é que era a transamazônica? Era uma... Tinha a mata, eles derrubaram a mata. Como é que se chama, que se abre um caminho na mata? Era uma...

A.M. – Uma trilha.

V.G. – Uma trilha. Isso. Era uma trilha dentro da mata. Então os mais complicados, que tinham problema de saúde, iam na frente com o motorista, que eram: Consueto Calado, que é o pai do Daniel Calado, que tinha uma perna mecânica; a Julia, que tinha problema de coluna, ia com colete de coluna; e a dona Helena, que era a mãe do... o nome dele era Cazuzza... é Miguel dos Santos, que era o filho dela, que era do destacamento C. A dona Helena, ela tinha artrose pelo corpo todo, então ela era toda tortinha. E ela ia na frente. E nós íamos atrás. Aí quando vinham aquelas árvores assim colossais da transamazônica – e a dona Cyrene, ela era muito branquinha, - a gente dizia: “Dona Cyrene...” Porque ela era gordinha, para ela se abaixar era difícilimo. “Dona Cyrene, se abaixa”. Aí a gente tinha que abaixar dona Cyrene. E ela ficava toda lanhada daqueles troncos. Ela veio toda... Porque ela era muito branca... Então nós fizemos essa... Nós levamos quinze dias na região. Nós fomos de Marabá até Xambioá. Porque Xambioá... Até São Geraldo. Porque Xambioá já é Tocantins, e na época era Goiás. Mas nós dormimos em São Geraldo. Ficamos em São Geraldo. E aí, onde a gente ia, nós éramos recebidos assim... E aí no meio do caminho, nós fomos de barco, pelo rio Araguaia, e chegamos num lugar chamado Perdidos, que é entre aonde o Paulo Rodrigues fundou um acampa... fundou uma aldeia, vamos dizer... é, aldeia... uma cidadezinha. Quando nós descemos dos barcos, eles foram nos buscar em carroças. Chovia, mas chovia muito! E nós fomos de carroça para a localidade lá, o povoado... vamos dizer povoado, a palavra é povoado –, povoado que o Paulo Rodrigues fundou. Quando nós estávamos chegando, nós fomos recebidos com foguetes, a população soltou foguete. Era de manhã. Eles fizeram uma mesa no meio do povoado assim, vamos dizer, toda essa frente da Fundação, da calçada, aquilo tinha comida de tudo quanto você podia imaginar: batata doce cozida, abóbora, mataram porco, galinha, tudo que você possa imaginar.

Foi assim um banquete, debaixo de uma árvore. A coisa mais... Isso me... A coisa mais linda do mundo. Depois teve reunião com os camponeses... É claro que ali, o PCdoB lá do Pará já tinha feito uma certa... já tinha...

D.P. – Preparado.

V.G. – É, preparado o pessoal e tal. Mas... Uma coisa impressionante. Aquilo era espontâneo. Nós dormíamos nas casas das famílias. As famílias nos deram... A gente dormia na rede. Eles saíam... Porque às vezes eles não tinham rede para todo mundo. Eles foram dormir no chão, para que nós dormíssemos nas redes.

A.M. – E vocês, eles os identificavam como? Os familiares dos guerrilheiros?

V.G. – Ah. Familiares dos guerrilheiros. Aí eles conheciam. Aí, quando a gente conversava, um dizia assim: “Eu conheço... Eu conheço o... o Elmo Correia, que tinha lá um nome, sei lá o nome dele, o nome de guerra. Lá em Marabá, conheciam o André. O André era conhecidíssimo em Marabá. A pessoa mais conhecida de Marabá era o André. Quando você ia para a Palestina, que já chegava perto, todo mundo conhecia Osvaldão. Todo mundo conhecia, essa região também, onde conheciam o André, tanto a Cristina quanto a Rosinha, que era a Jana e a Maria Rosa, elas eram conhecidíssimas, porque elas eram professoras das crianças. E eles conheciam todos. Conheciam até meu pai, o velho Mário. E aí a gente ia nas casas. Até que um dia, a gente vai numa casa, o cara chamava João Pernambuco, e o cara descreve a morte do meu pai. Porque o meu pai era o mais velho da guerrilha. Aí ele disse que meu pai estava sentado debaixo de uma árvore, comendo um naco de carne – que ele que levou -, ele era o bate-pau...

D.P. – Ele era o quê?

V.G. – Ele era o... chama bate-pau, o cara que levava... [debaixo de uma árvore], comendo um naco, aí chegou uma unidade do Exército. Que meu pai ainda deu um tiro. Como meu pai estava sentado e o cara estava em pé, o tiro pegou no capacete do capitão. Que deve ser o Lício ou o Curió.

D.P. – Deve ser o quê?

V.G. – O Lício. E aí o cara mata meu pai. E, como recompensa, ele tirou o relógio... Ele tinha um relógio Seiko, parecido com esse, desse treco aqui... de metal. Ele disse: “Aí ele tirou do velho Mário o relógio e deu para mim, o relógio de ouro”. Claro que não era relógio de ouro. Era um relógio Seiko, que quem comprava aquele relógio era eu, lá na 25 de Março, que era um relógio à prova d’água, que eles iam... porque eles iam no rio e tal. Imagina. Relógio de... Ele nem tinha. Aí o cara falou assim: “Agora eu vou servir um cafezinho”. Mandou a mulher: “Fulana, faz um cafezinho aqui para o pessoal”. Aí eu saí. Eu não ia tomar o café do cara. E a minha mãe ficou. Quando a minha mãe saiu, eu falei assim: “Vem cá. Você foi tomar café nesse cara, apesar dele ser o bate-pau?” Eu até entendo, porque as famílias eram ameaçadas. Às vezes eu entendo de muitos que entregaram. Bom. Se os nossos companheiros...

D.P. – Mas você ficou sabendo que ele era bate-pau pela história que ele contou?

V.G. – Pela história que ele contou.

D.P. – Ele assumiu.

V.G. – Ele assumiu que ele levou a unidade do Exército até onde estava meu pai.

A.M. – E ele sabia que você era filha do seu pai?

V.G. – Sabia... Não sabia nada. A gente não se apresentou ali. Eu resolvi ficar quieta.

D.P. – Mas qual a justificativa? Por que ele fez isso?

V.G. – Não. Eles sempre dizem que eles eram obrigados pelo Exército. E é verdade. Ameaçavam estuprar as filhas... Tinham uns que iam porque pagavam, também, eles davam dinheiro. Esse daí... Tinha uns que a gente sabia que foram porque ameaçavam de... Eles colocavam fogo na terra do cara, eles queimavam, eles queimavam as pequenas fazendinhas, que nem é fazenda, sítios, que eles tinham, ameaçavam estuprar as mulheres, ameaçavam a estuprar as filhas... Aí eles iam. Agora outros iam pelo dinheiro. Esse foi pelo dinheiro. Tanto que eu saí...

D.P. – Mas esse tinha simpatia por vocês?

V.G. – Não. Não achei, simpatia nenhuma.

D.P. – Esse não fez parte da recepção.

V.G. – Não. Ele foi lá porque alguém... Alguém disse “vai lá no João Pernambuco...” Porque um ia indicando o outro. “Você vai lá no João Pernambuco, que ele sabe muita coisa”. Ele contou da Elenira, que a Elenira ficou morta sete dias, o cadáver dela fedia, quem levou o cadáver da Elenira, não sei lá para onde, para enterrar foi ele, ele que enterrou o cadáver da Elenira, porque o cadáver da Elenira já estava há sete dias na casa dele... olha só – já estava com mau-cheiro... Então ele contou a história da Elenira e contou a história do meu pai.

D.P. – Então seu pai... ele matou, e aí? Ficou ali?

V.G. – Aí, matou, ele ficou ali, tal, tal. Aí ele foi mandar servir um cafezinho. Eu saí da sala, quando ele fez isso. Aí a minha mãe ficou lá e tomou café. Aí eu falei assim para minha mãe: “Você ficou, ainda aceitar café desse cara, que esse bate-pau aí foi pelo dinheiro, e ele foi réu confesso de dizer que ele foi pelo dinheiro, que matou meu pai?” A minha mãe falou assim: “Eu não ouvi nada”. Nesse dia, eu vi que a minha mãe ficou surda. A minha mãe ficou surda ainda lá em Marabá, quando começaram a contar da morte do André, que o Lauro começou a contar da morte do André. Eu acho que aí ela fez... uma questão seletiva, ela ficou surda! Daí, a minha mãe nunca mais... quer dizer, ela ouvia mas com dificuldade. E ela não ouviu o cara descrever. Ela escutou... Sei lá. Eu não sei o que passou na cabeça dela, mas ela escutou o cara falar que matou, mas ela não ouviu que era meu pai, ela achou que era outra pessoa. Olha que coisa! Minha mãe ficou surda aí. Bom. Aí a gente vai...

D.P. – Essa recepção que você falou, eles sabiam da guerrilha? Eles falavam “a guerrilha”?

V.G. – Falava. Eles não falavam a palavra guerrilha.

D.P. – O que eles falavam?

V.G. – A guerra. Eles usavam a palavra guerra. “O Exército chegou aqui e disse que eles eram terroristas, que eles iam nos matar. Mas eles eram pessoas muito boas”. E, no começo, eles disseram... Antes, eles já sabiam que nós íamos para lá, porque dona Cyrene tratava toda a nossa logística através do telefone, os telefones do pessoal do Pará e o da dona Cyrene eram grampeados, e aí eles foram lá na região e começaram: “olha, os familiares dos paulistas – que eles chamavam de paulista, todos eram paulistas – dos paulistas vêm aqui para vingar a morte

dos filhos”. Nós ainda tínhamos que fazer um discurso para dizer não, que nós não vingávamos, que nós entendíamos eles, que nós estávamos lá para saber dos nossos familiares, como é que foi que eles morreram; que eles contassem a história, para a gente ouvir aquilo que nós estávamos ouvindo... Então nós desmitificamos que nós íamos lá... E aí eles viram –, cheio de mulher de cabeça branca, gente, de senhora, eles viram que aquelas mulheres não eram terroristas, não iam matar ninguém. Jovem eram... Jovem, na faixa... Bom. Paulo Fonteles, muitos deles conheciam; os meninos da CPT, eles também conheciam; então sobrava o Djalma, o Roberto Valadão e o pessoal da CPT que veio do Pará, que não sei... Então sobravam dois homens; o resto todo eram mulheres. Aquela coisa. Mulher, na cabeça deles, mulher não ia matar. Eles tinham isso. Então desmistificou essa coisa, que eles eram terroristas. Eles sabiam. Eles vieram aqui fazer o bem. Eles sabiam disso. É a mesma coisa hoje. Eu trabalhei no Centro de Referência de Mulheres da Maré. Um dia, furou lá o carro da... o pneu da assistente social, os traficantes vieram trocar o pneu do carro dela. E nós ficamos nervosos. Ele falou assim: “Fiquem calmas, que com vocês a gente não faz nada. Vocês vêm aqui fazer o bem, nos ajudar”. É uma coisa assim. Eu fiz esse paralelo, na hora que o traficante falou isso. Eu e elas duas, assim, morrendo de medo, e eles perceberam que a gente estava com medo, eles falam: “Fiquem calmas. Fiquem calmas. Eu sei que vocês vieram aqui fazer o bem”.

A.M. – E vocês encontraram algum tipo de resistência, quando chegaram lá?

V.G. – Nenhuma. Nenhuma. Muito pelo contrário. Não teve resistência nenhuma. Foi assim um acolhimento total e absoluto. Fomos recebidos até... o prefeito de Marabá. E quando nós chegamos... Em São Geraldo. Quando nós chegamos em Xambioá, o prefeito de Xambioá, também, nos recebeu. Nós fomos recebidas pelos prefeitos.

A.M. – E os militares, que você mencionou que acompanhavam vocês...

V.G. – Não. Os militares não [apareciam]... Acompanhavam, mas de longe.

A.M. – Não fizeram nenhum tipo de aproximação mais direta.

V.G. – Não. Faziam essas ameaças, de ficarem escondidos, quando a gente ia na vicinal, na OPP. Lá, a vicinal chamava OP1, OP2, OP3, e a transamazônica. Depois, acho que, quando nós saímos de Marabá para Xambioá, nós atravessamos toda a transamazônica. Porque

Perdidos estava no meio da transamazônica. A gente vinha pelo rio, mas você tinha que pegar a transamazônica para chegar em São Geraldo, porque São Geraldo ainda é... São Geraldo ainda é... é Pará. E você atravessa o rio Tocantins, aí já não é mais o rio Araguaia, você atravessa de *voadora*, (*voadora* é barco a motor) você atravessa lá para Xambioá. É em frente. Mas a distância... o em frente assim, a distância é como daqui a Niterói. Tanto que, quando eu encontrei com meu pai em Roma, meu pai diz assim: “Esses riosinhos... esse rio Tâmis, esse Sena, isso aqui é um esgoto, isso parece um mangue. Você precisa ver lá como é que é. Você precisa ver a vegetação. O que é rio”. Porque é uma coisa assim... É do outro lado, é ver Niterói. Você olha, do Rio – Niterói, a distância de uma cidade para outra é Niterói. Nós ficamos em São Geraldo, ficamos lá num hotel. Esse hotel não tinha lugar nem para a gente dormir. Dona Cyrene, dona Helena e minha mãe – sabe aquelas cadeiras de praia de plástico? – Dormiram naquela cadeira. E aí o *seu* Edgar e dona Irene arranjaram lá uma cama de casal no hotel, e a Júlia, com aquelas dores, ela não podia, ela tinha que deitar. Eu falei: “Aqui não tem esse negócio de casal, não. *Seu* Edgar chega para lá, que a dona Júlia vai dormir aqui, e eu vou dormir do outro lado”. Aí dormiu *seu* Edgar, dona Irene, a mulher [dele], dona Júlia, e eu na outra ponta. Dormimos os quatro. Porque a gente não tinha onde dormir. As três dormiram na cadeira! Na cadeira. Não sei como elas aguentaram aquilo. E elas já eram mulheres de cinquenta e tantos anos. Minha mãe tinha sessenta e um anos. Mas não aparentava. E as outras tinham cinquenta e oito, cinquenta e nove. Mulheres de quase sessenta anos, dormindo naquela cadeira, assim. Aí nós fomos para o cemitério de Xambioá. Era dia 02 de... Meu aniversário, 01 de novembro, foi passado em São Geraldo. Aí eu fiz trinta e sete anos, em São Geraldo. Aí atravessamos para o outro lado do rio e chegamos em Xambioá. E, no Xambioá, nós fomos... Xambioá já é uma cidadezinha melhor, de todas. E fomos para o cemitério. Nisso, o Paulo Fonteles tinha saído da caravana e tinha ido... porque ele tinha... Como ele era advogado, ele tinha coisas para ver em Belém. Aí ele falou assim para mim: “Você faz o relatório dessa parte agora, para ser publicado na revista da OAB”. Aí quando a gente chegou em Xambioá, tinha uma mulher na frente de um túmulo, e a mulher chorava, chorava. Aí nós nos aproximamos dela. Ela falou: “Meu irmão morreu faz uma semana. Aqui, nesse lugar, está enterrado meu irmão, que morreu na semana passada, meu pai, que morreu... não sei quando, e embaixo está o dr. Juca”. Dr. Juca era o João Carlos. O médico. Ela apontou onde era. Aí tivemos... primeira vez que nós tivemos um indício. O outro indício, quando nós estávamos ainda em Marabá, nós

fomos na Bacaba², e a Bacaba foi um quartel do Exército. E só tinha um cara tomando conta. E nós conseguimos entrar na Bacaba. E a Bacaba era cheia de quartinhos assim. Aí a dona Cyrene assim: “Minha filha foi torturada e morta aqui”. É verdade. Você sabe que mãe tem um pressentimento. Uma coisa impressionante. E no fundo tinha uma horta. E aí nós dissemos: “Tem gente enterrada aqui. E vamos...” Aí que começou: “O senhor tem uma pá? O senhor tem isso?...” Ah. Foi aí. Nessa hora, veio um cara – claro que era do Exército – à paisana e mandou que nós saíssemos, porque nós íamos escavar aquele lugar. Aí nós falamos: nós devíamos ter cavado com as mãos. Ali, nós bobeamos. Mas ninguém teve... Sei lá. Mas também, como é que ia cavar com a mão? A gente não tinha... Depois, assim, você também vai abrir, vai aparecer o esqueleto, e aí? Como é que você vai levar? Você tinha que pedir ordem do juiz. É complicado. Então a coisa ia complicar. E alguém lá deve ter pedido calma. Porque a dona Cyrene falou que a filha dela estava ali. E eu acho, tenho quase certeza que a filha dela estava ali. Não posso falar isso. Tanto que depois, nas outras visitas ao Araguaia, não tem mais a Bacaba, eles acabaram com a Bacaba. A tal *Operação Limpeza*. Porque a população começou a falar para a gente.

D.P. – Mas acabaram em que sentido? Destruíram?

V.G. – Não. Eles iam nos lugares... Porque a população sabia onde que eles foram enterrados. Então tinha o caso do André. O André, junto com João Calatrone, junto com Divino de Souza e o Antonio de Souza, também, (acho que é Souza), que era o Camponês, o Antonio Camponês, que era marido da Oneide... Eu só descobri agora que ele era marido da Oneide, na denúncia do Ministério Público Federal. Porque a Diva falava muito nessa Oneide. Ela era mulher dele. Então, o que é que eles fizeram? Quando eles mataram... Mataram os três. Mataram o André, o João Calatrone e o Antonio. O Divino foi barbaramente ferido. Ele levou um tiro de AR15 e caiu... o ombro dele aqui, saiu todo o braço, ele ficou esvaindo em sangue, levaram ele para o quartel, para a Casa Azul, (que chamava Casa Azul), não cuidaram dele, não deram a mínima, ele morreu... ainda devem ter torturado, quem sabe, só pode ter sido... Bom. Basta isso, o cara morrer numa tortura, devem ter batido muito mais, para ele falar o que ele sabia. E ele morreu dessa maneira. Então, o que contavam... Agora, fiquei sabendo pelo Ministério Público Federal

² Bacaba – Base Militar de Bacaba. Localizava-se no município de São Domingos do Araguaia, Pará.

que o corpo dos três foi levado para o sítio da Oneide, que era o sítio do Antonio, que era o sítio dele; e a mulher dele ficou com os três – com os três mortos, a noite toda. De manhã, chegou uma unidade do Exército, que cavou... não tinha nem pá para cavar, disse que... (isso aí eu já sabia; foi numa das idas ao Araguaia; que eu não fui mais) ... que os soldados cavaram com a canequinha que eles bebiam água. Enterraram eles ali. E ficou muita parte de fora. E eles foram comidos pelos urubus. Isso foi falado logo no início que a gente chegou, nessa roda em que estavam o Lauro, que era o amigo do André, e outras pessoas. Eu acho que foi aí que a minha mãe teve um... Teve um... um lapso de memória, acabou esquecendo tudo. E o André foi... E, agora, eu fiquei sabendo o que é que eles fizeram depois. Aí teve a *Operação Limpeza*. Eles foram no sítio da Oneide, tiraram os três dali, e você não sabe para onde que levaram. Porque a população já estava nos dizendo onde é que eles estavam. Quando eles viram que a população falava... E aí nós fomos... Aí ficamos sabendo do João Carlos, que estava no cemitério de Xambioá. Acabou a excursão, nós...

D.P. – Isso é 80?

V.G. – 80. Outubro e novembro.

D.P. – E me diga uma coisa Victoria, e vocês tinham medo? Você estava com medo da repressão?

V.G. – Nenhum. Não tinha medo nenhum.

D.P. – Nenhum?

V.G. – Eu, particularmente, não tinha medo nenhum. Não. Nenhum medo. Eu estava super segura. Eu já não tinha... Os meus medos já tinham passado. Meu medo foi aquilo que eu falei para você, a primeira carteira de identidade que eu tirei, a ida para pegar o passaporte dentro do Deic de São Paulo; e quando fui tirar título de eleitor, que o cara disse que eu podia receber um processo, eu tive que rir. Grandes coisas, um processo eleitoral. Eu já estava amparada pela Lei da Anistia, não... Já não estava... Não tive medo de nada. Quando eles ficavam parados, a gente ficava meio apreensivo, porque eles ficavam ali. Mas a gente foi em frente. Dali nós fomos para Araguaína, que é próximo.

A.M. – Depois de Xambioá.

V.G. – Depois de Xambioá, fomos para Araguaína, que já é uma cidade grande, que já é, hoje, em Tocantins, na época era Goiás, demos entrevista na televisão...

D.P. – Vocês levaram o quê? Mochila?

V.G. – Não.

D.P. – Mala mesmo? Para essas viagens todas assim?

V.G. – Naquele tempo não usava muita mochila, não. Início de 80. A gente...

D.P. – Pois é. Nem tinha rodinha. [mala com rodas]

V.G. – Não. A gente levava... acho que era bolsa. Carregava umas bolsas assim. E lá... Para mim foi ótimo, assim nesse ponto. Eu emagreci cinco quilos em quinze dias. A comida... é uma coisa horrível. No primeiro dia, eu dividia com a minha mãe. Depois, a gente não conseguia de comer, sobrar, para... a gente dividia com a Júlia. Que a dona Cyrene era gulosinha, ela comia mais. Aí a comida de uma pessoa era... Que dava para dividir para duas, porque era muita comida. Aí começamos a dividir para a Júlia, porque a Júlia era igual minha mãe: minha mãe era magérrima, a Júlia, magérrima, três. Um dia a dona Cyrene falou assim: “Eu posso dividir com vocês?” Eu falei: Pode. Que eu não aguento mais”. Então dividimos para as quatro.

D.P. – Essa comida era comprada dos?...

V.G. – Comprada... Não. Comprada. A gente comia nos restaurantes que tinham por lá. A única vez que nós... As vezes que nós comemos bem...

D.P. – Quando eles fizeram.

V.G. - Foi quando eles fizeram. Que era uma comida assim: era uma batata cozida, era uma carne assada no... de churrasco, era um frango assado no churrasco. Então, nesse dia, eu comi, assim, como se estivesse num banquete francês. Porque aí a comida foi boa. Aí tinha suco, tinha fruta... Eles fizeram... Olha. Você não imagina o que foi aquilo. A coisa mais emocionante da minha vida. E a grande liderança desse lugar... onde você passava tinha um líder. Impressionante. E contavam as histórias do Osvaldão, Osvaldão foi o último a morrer, que o Osvaldão, o espírito do Osvaldão ainda estava na mata... Isso eles dizem até hoje. Porque

Osvaldão fazia assim: “Uuuuu”, gritava. Isso a Criméia contou. E aí os soldados tinham medo. Porque os soldados, mesmo os soldados vindos de Marabá... não, vindos de Belém, que vinham do Amazonas, de Goiânia, eles não conheciam a selva, e eles tinham medo. É difícil lá. Olha. É uma coisa. Nós nunca... De noite, a gente só andava de noite quando a gente parou lá em Perdidos, mas ali, na selva onde tinha população. A gente andou na selva fechada durante o dia. A gente procurava chegar... Porque é perigoso, é assustador, você... Só os bichos. Tem tudo. Tem cobra, tem onça e tal. E eles tinham medo. E aí Osvaldão botava medo neles, fazia assim: “uuuu”. Aí os soldados saíam correndo. Eles morriam de medo do Osvaldão, porque o Osvaldão assustava eles. E quando eles vinham aquele vulto... E lá não tem quase negro. Lá é uma população cabocla. Aquele negão de dois metros de altura, então era... era um negócio. Então Osvaldão, assim... Aí... Aí tem as histórias. Porque o Osvaldão – agora, o cara da Comissão da Verdade que veio, o tal advogado, que já... até mandaram ele embora, que ele pintou lá na Comissão da Verdade, disse que o Osvaldão teve dez filhos. Aí a Bete, que é do grupo, que também é familiar do Araguaia, o irmão dela era o Duda, ela fala assim: “Vixe! O Osvaldão veio aqui povoar o sul do Pará?” Para desqualificar. Começa a desqualificar. Que as mulheres eram puta, que o homem tinha um monte de filho. Isso é o Exército que espalha, isso é espalhado pelo Exército. Porque a população mesmo, não. E quando começou a guerrilha, a Criméia disse, aconteceu o seguinte: a gente já não se aproximava mais da população, porque muita gente começou a nos denunciar. A gente começou a ser denunciado, então ninguém se aproximava da população. E quanto mais, alguém tinha cabeça, fugindo do Exército, lutando, ia ter cabeça de transar? Não tinha mesmo. Então é assim. Sendo que a última guerrilheira foi a Valquíria. A Valquíria ficou perdida na mata, ela apareceu em 74, na casa da camponesa que ela... A Criméia entrevistou essa camponesa, quando a Criméia foi lá, depois da primeira e da segunda. A camponesa deu um banho... mandou ela tomar banho, botou uma roupa dela e fez uma sopa. Porque ela não comia fazia quase um ano. Ela só comia as coisas da... Quando ela botou a primeira garfada de uma comida quente na boca, o marido da camponesa saiu, foi chamar o Exército. Prenderam ela. Ela foi morta no... Totalmente desnutrida, totalmente depauperada, ela foi morta em Xambioá. Mataram ela. Foi assassinada dentro do quartel de Xambioá.

D.P. – Essa foi a última pessoa.

V.G. – Foi a pessoa. Valquíria, que é uma estudante da Federal de Minas Gerais. Eu não sei o que ela fazia, porque é muita gente, a gente vai esquecendo. Ela era da Federal de Minas Gerais. Foi a última. E o marido dela, o Idalísio, foi um dos primeiros a morrer. Ela foi a última. Que se tem notícia. [Que] se tem notícia. Bom. Aí a luta continua, pelo Araguaia. Em 91, baseado no...

A.M. – Deixa eu voltar um pouquinho. Você mencionou que a dona Cyrene era quem fazia a logística, pelo telefone, com o pessoal de Belém, para que vocês pudessem chegar lá e começar o trabalho de vocês. Mas vocês tinham um roteiro geográfico predefinido, vocês sabiam de onde ir, para onde ir? Ou iam definindo aos poucos?

V.G. – Não. Sabia. Foi feito pelo Paulo Fonteles. Paulo Fonteles é um advogado de Belém, que já estava trabalhando com os camponeses e já conhecia. E pelo pessoal do Pará também. Então, nós chegamos em Belém, de avião, fizemos todo esse tour... que a gente sempre faz hoje, pelo grupo – muda de ministro, vai falar com o ministro, toda essa... toda essa logística, essa metodologia, Câmara, bababá; dali nós pegamos o ônibus, ficamos na casa do padre... do bispo; dali, a gente alugava a C14, os carros, íamos para os locais próximos do destacamento A. Palestina... Todos os lugares ali por perto. E voltávamos e dormíamos na casa do bispo. Quando terminou isso, a última atividade em Marabá foi uma conversa no MDB, que quem falou fui eu e o *seu* Edgar. Foi escolhido pelos familiares, para a gente falar que era... Fizemos uma... O que é que era a guerrilha... Uma discussão nesse sentido. Dali nós fomos – aí sim, se alugou um caminhão, que era muita gente, que fomos pela transamazônica e que fomos para Perdidos. Tanto que Perdidos, o Paulo Fonteles já tinha preparado eles, eles já sabiam que nós íamos chegar, então teve todo esse banquete, toda essa história. Já tinha data e tudo. Dali nós fomos para um outro lugar chamado...eu acho que o nome... não é a Ceilândia, porque a Ceilândia está lá no sul do Maranhão. Mas era um nome assim, parecido. Um lugar que tinha... Nós dormimos no galpão que manufaturava o arroz, fazia a manufatura do arroz. Também fomos muito bem recebidos. Dali nós fomos para São Geraldo, que aí tinha o destacamento C. Já estamos na região do destacamento C. Conversamos com todo mundo. De manhã, as pessoas iam na frente do hotel... hotel? Um negócio de barraco lá, que podia se chamar de hotel – aí, tinha assim um descampado, (isso eu me lembro) nós sentamos e conversamos com a população. Aí a grande liderança era a Dina, que ela era de lá. A grande parteira era a Dina. Dali, nós atravessamos – dispensamos o caminhão, o caminhão só nos leva até ali –

atravessamos de voadeira, fomos para Xambioá. Em Xambioá, visitamos o prefeito e a Câmara e o... Ah. Fomos falar com o delegado. Sim, porque o João Carlos ficou na delegacia. Vimos a delegacia onde João Carlos ficou e tal. Visitamos o cemitério, que a grande conversa foi essa mulher. E dali nós fomos para Araguaína, que é a maior cidade ali da região. Hoje deve ser enorme, porque... Em Araguaína, fomos para a televisão e descrevemos o que fizemos, escrevemos um manifesto... Esse manifesto está no livro. Escrevemos o manifesto Paulo Fonteles, eu e a Diva, da Bahia. Nós três escrevemos esse manifesto. Dali nós fomos para Brasília. Iramaya já tinha voltado para o Rio, porque ela tinha compromisso do CBA, Iramaya voltou para o Rio, e nos encontrou em Brasília. Tanto... Olha só. Quando a gente foi pedir ajuda para a nossa viagem, o deputado do PCdoB, o tal do... [Aurélio] o sobrenome, Peres – esqueci o outro nome dele, ele deu para mim uma passagem de avião Rio-Brasília, Brasília-Rio. Iramaya viajou com a passagem no meu nome. Naquele tempo... em 80... Hoje não viajaria. Você vê que as coisas eram mais fáceis. Iramaya foi com meu nome. Encontramos com Iramaya lá. E aí fomos recebidos por Ulysses [Guimarães], por Teotônio Vilela... O MDB todo nos recebeu. Nós fomos recebidos por todos. Dali, nós já tínhamos comprado passagem em Belém, para voltar, mas a gente começou... a gente começou a ir mais para frente... Não. A gente ia voltar de Xambioá, mais à frente. De Araguaína, que tinha *coisa*. Mas aí nós resolvemos ir para Brasília e apresentar nosso manifesto à Nação. Aí perdemos um trecho da viagem. Paciência. Porque em Araguaína, o Paulo Fonteles... Eu acho que essa ida do Paulo Fonteles... Hoje, que eu raciocino, essa ida do Paulo Fonteles foi para organizar a nossa ida a Araguaína e também a nossa ida a Brasília, porque Iramaya... Não. A Iramaya que organizou, via Rio. Porque aí ela achou importante ir ao Congresso. A gente tinha que visitar os parlamentares e dizer da nossa volta. A gente não tinha que parar no Rio. Tinha que parar em Brasília. E fomos. Tanto que tem no livro assim, a faixa, a Iramaya segurando a faixa. Me dá uma saudade da Iramaya... Iramaya era porretésima. E aí... Bom. Aí tem esse... Aí vem 82. Não é isso? Funda-se o PT, se funda o PDT, e aí o CBA se esvai, acaba o CBA, a gente fica sem o CBA, porque os nossos companheiros se candidataram a cargos eletivos. Quem era do PT, ninguém ganhou a eleição. A Iramaya foi candidata a deputada federal, a Ninha Miller a deputada estadual, pelo PT. E aí a gente fica meio que solto, os familiares, não tem a coisa... Isso foi em 80, não é isso? Aí, em 85, é fundado o grupo. Aí as famílias...

A.M. – O grupo Tortura Nunca Mais.

V.G. – Tortura Nunca Mais. O grupo foi fundado como? Brizola era o governador do estado e ele elege para ser o secretário da Defesa Civil o coronel Jacarandá. Que foi até ouvido na Comissão da Verdade do Rio, em 2013. E aí um grupo começou... a Iedinha, que era da faculdade, as pessoas começaram a se movimentar para o Brizola demitir o cara, porque o cara foi um torturador. E tinham vários companheiros que foram torturados por ele. As pessoas deram depoimento e tal. E aí, como eles já estavam organizados...

D.P. – Tem o Riscala Corbage também, que eu fui dar o depoimento.

V.G. – O Riscala Corbage também. É. Você foi dar seu depoimento. Eu lembro que você deu. Lá na Câmara. Foi bravo aquilo.

D.P. – No Palácio.

V.G. – Palácio, é. Palácio. Que a Cecília fala muito desse Riscala Corbage, que ele que torturou vocês.

D.P. – Hum, hum.

V.G. – E aí ele é demitido, esse Jacarandá. E aí funda-se o grupo Tortura Nunca Mais. E os familiares começaram a se agregar em volta, para a fundação... Eu não fui chamada. Haja dito. Porque havia um certo preconceito... Porque quando eu fui para... Quando eu fui na excursão, eu não estava filiada ao PCdoB. Quer dizer, mais, sei lá se eu era filiada, se eu não era, o que é que eu era. Não era nada. Eu estava ali bem família. Quando eu voltei dessa caravana, o PCdoB se aproximou de mim e me chamou, e aí, novamente, me reintegrou ao PCdoB. E eu comecei a ser militante do PCdoB. Então, aí, houve um certo preconceito dentro do CBA. Porque tinha um preconceito enorme dos companheiros contra o PCdoB. Ah, vai trocar [a fita].

D.P. – Já?

V.G. – Já? Eu agora estou no finalmente. Agora é para acabar.

[FINAL DO ARQUIVO pho_2217_victoria_grabois_2015-03-13_02]

Ângela Moreira – Victoria, quando vocês vão com a caravana para Brasília encontrar os parlamentares e apresentar o manifesto de vocês, como vocês foram recebidos?

Victoria Grabois – Muito bem. Como familiar. Na questão do emotivo. Mas aquilo se transformar numa ação, de começar uma luta para localizar os corpos, para identificar, teve muita promessa, mas aquilo não saiu só do blábláblá; como todos... Assim, depois que a gente foi para o grupo [Tortura Nunca Mais], que foi fundado o grupo, quando mudava ministro da Justiça a cada governo civil que vinha, nós sempre íamos para Brasília conversar com os novos ministros da Justiça. O último foi o Marcio Thomaz Bastos. Já no governo Dilma, a gente resolveu não ir mais. Porque aí a grande esperança nossa era Lula. Então... E eu, na minha impressão pessoal, dos ministros civis que vieram depois da ditadura, o que nos recebeu pior, com maior frieza, foi o Marcio Thomaz Bastos. Eu fiquei muito chocada com a recepção dele. Eu e todo mundo. Ele deu uma audiência assim de dez minutos e falou: “Olha. Eu vou sair daqui porque eu tenho outras audiências, não posso ficar mais, não tenho mais tempo”. E quando o Renan Calheiros era ministro do Collor, o Renan... Acho que ele foi ministro do Collor...

A.M. – Foi do Fernando Henrique.

V.G. – Fernando Henrique, é. Foi o ministro que mais conversou com a gente. Aí nós estávamos... Fernando Henrique, nós estávamos na faixa dos quarenta, cinquenta anos, e só tinha uma mulher mais velha, que era a Zilda, a sogra do Gilnei, que perdeu os filhos, o Iuri e o Alex, e ele viu... a única mãe, só estava ali era irmã, companheira, esposa e tal, mãe era só ela, porque aí as mães já tinham morrido ou as mães estavam muito doentes, não podiam viajar, então ela, que era uma mãe mais jovem, ou mais ativa, sei lá, ela era a única mãe; e aí Renan nos recebeu muito... chegou a chorar, quando falou: “Eu estou vendo aqui uma mãe...”, ficou emocionado. Ele usava um óculos assim enorme, era horroroso, tirou os óculos, enxugou as lágrimas... Fez a... como dizem os outros, foi lágrima de crocodilo. Sei lá. Mas eu acho que se você é humano, você vê uma mãe que perdeu dois filhos, e você quer saber alguma coisa sobre seus filhos, é claro... sei lá, por pior que ele seja, ele tem uma humanidade. Deve ter.

Dulce Pandolfi – E o Tortura Nunca Mais? A formação do Tortura.

V.G. – Aí vamos voltar ao Tortura, a formação do Tortura. Eu...

D.P. – A sua entrada no PCdoB. Acho que era melhor falar das duas coisas.

V.G. – Ah. Sim, as duas coisas. Aí eu fui chamada... Quando eu volto da guerrilha, eu estou desempregada, morando com a minha tia, o Igor ficou na casa do meu Jaime... Isso, o processo está correndo, o processo lá, meu, para... Isso, eu ainda era Teresa. Quer dizer, Teresa não. Eu era Victoria, viajei como Victoria. Mas eu não era nada. Eu só tinha um segundo grau. Eu não podia trabalhar. Aí eu fui no Liceu Nilo Peçanha, onde eu fiz o meu segundo grau, peguei minha documentação; e o Igor, lá na escola, como Jorge. Aí veio o ano de 81. A minha prima era secretária do Eliezer Steinbarg, o colégio que fica do lado do colégio em que ele estudava. Era um colégio público. Aí ele é matriculado no colégio judaico, com o nome de Jorge, que a documentação dele era Jorge, na secretária, mas na chamada ele era Igor Grabois. Ninguém sabia que ele se chamava Jorge.

A.M. – Mas como é que foi acertar isso? Vocês conversaram com a direção da escola.

V.G. – É. A Regina Verbug era uma mulher que teve um papel importante na educação, na época da ditadura. A minha prima era secretária da escola. Ela era casada com meu primo, filho da minha tia da Bahia. Então foi acertado com a direção da escola. Ela que su[geriu]... Porque... Até eu achava que ele ia ser chamado Jorge Freitas. Mas ela, uma pedagoga, disse que isso ia causar um trauma nele, porque ele já vivia no Rio com o nome de Igor. Todo mundo sabia que ele era Igor. Na escola pública, foi levando aquilo, foi levando aquilo... E ela achou que... lá na documentação, ele era Jorge, porque não tinha jeito; e eu falei que eu estava com essa ação na Justiça e que, assim que resolvesse, levaria para ela toda a documentação dele, que Igor virou Jorge.

D.P. – Ao contrário.

V.G. – É. Jorge virou Igor. E aí ela aceitou. Então lá na... para a escola, oficialmente, quando chegava a fiscalização da Secretaria de Educação, ela tinha um aluno chamado Jorge Freitas, filho de Teresa da Rosa Freitas. Mas na chamada, ele era Igor Grabois. Nem os professores sabiam. Isso foi um acordo, eu acho que o pessoal da secretaria e ela. Não sei como é que ela fez, lá os trâmites, isso, eu não sei o que ela fez. E aí teve... Foi assim... Sabe, as pessoas ajudam. Tem essa coisa... E aí o Igor começou a ser gente. O Igor entra no PCdoB aos treze anos de idade. Levam ele para o PCdoB. Aí eu fiquei horrorizada. O Igor não chegava...

D.P. – Você leva ele?

V.G. – Eu levo, não. Levam ele. Aí a gente começa a frequentar... Sim. Aí veio a morte da dona Lida. Dona Lida morre em 80, antes da caravana. Eu me sinto... Quando eu fui para aquela passeata, eu botei tudo para fora. Porque eu via as passeatas na televisão. Eu extravasei. Eu fiz uma catarse. Tanto que, tinha um pessoal da OAB que dava as mãos, chegou um advogado para mim, falou assim: “Minha filha, fica mais calma. Nós precisamos de força. Nós ainda vamos chegar no cemitério”. Eu tinha força para tudo! Nós saímos da OAB, fomos a pé até o [cemitério] São João Batista. Até o São João Batista, fomos todos. E o advogado falou assim para mim... O cara pensou que eu ia morrer. Porque eu estava assim... Eu gritava abaixo a ditadura, o povo unido... Tudo que eu queria fazer em dezesseis anos eu fiz naquela coisa da dona Lida.

D.P. – Foi a primeira passeata que você foi.

V.G. – Primeira passeata que eu participei, após o golpe. Porque eu participei do... Hoje está fazendo cinquenta e um anos que eu estava indo para a Central, de faixa na mão. Hoje, está fazendo cinquenta e um.

D.P. – Depois do golpe, foi a primeira.

V.G. – Depois... É. E eu vendo aquilo, eu louca para participar... Imagina. Aí... Mas a... Foi em agosto, e a caravana só foi em outubro. Então foi assim a minha entrada. Eu comecei... Aí o PCB já... Aí a gente já começava... O PCB convidava para ir a algumas palestras e tal. Eu sei que quando chega no ano de 81, eu já não queria mais morar com a minha tia, porque minha tia era uma pessoa maravilhosa, mas eu não era dona do pedaço. Eu sentia aquilo. Para fazer alguma coisa, eu não tinha dinheiro. Eu estava com 37 anos. Então, se eu vou à feira, dez cruzeiros, (se ia à feira com dez cruzeiros, hein.) à feira – gastou quanto? – 8.75 – troco: 1.35 – cadê os trinta e cinco centavos do... Aquilo... Era assim. Então... Ela morava sozinha, a casa dela era toda arrumada, aí o Igor fazia de propósito, lavava a cabeça e falava assim: “Eu vou molhar o sofá da tia Maria”. Aí ele encostava. Eu dizia: “Sai daí e tal”. Sabe, coisa de menino de quatorze anos? Aí, nessas idas e vindas, o PCdoB pega o Igor para ingressar no partido. Aí eu liguei para o Amazonas, falei: “Olha só. O Igor está no partido, com treze anos”. Aí ele ligou para a direção do Rio e falou: “O Igor não pode ir para o partido”. Ah! Mas quem disse que o Igor queria sair? Ele também se sentiu gente. Ele viveu na clandestinidade a vida toda. Aí ele começou a...

D.P. – Porque as reações são duas: ou não quer nem saber ou faz isso.

V.G. – É. O outro faz isso. Treze anos, no partido, fundou dentro do Eliezer o grêmio estudantil. Ele que fundou. Tanto que a Beatriz Kushnir, [que] era da turma dele, ela disse: “O Igor... Relaxa. O Igor...” Assim ela falava: “Cadê o Igor?” Eles eram amicíssimos. Aí, ele tem um... que era muito amigo dele, o Cláudio. Eu falei: “Ah. Ele e o Cláudio...” Ela disse: “Ah. Mas Victoria, mas ele... O Igor...” Outro dia, eu fui ao lançamento de um livro de um menino do grupo e ela veio conversar comigo. Eles são da mesma idade. Ela disse: “O Igor fundou o grêmio. O Igor fundou o grêmio dentro do colégio”. Aí o Igor, a toda, o PCdoB me... sou cooptada, é a palavra, novamente para o PCdoB, e vou para uma base... Aí, eu não aguentava..

D.P. – Por que você está usando a palavra cooptada agora?

V.G. – Agora, eu ser cooptada... Não. É. Eu fui...

D.P. – Esse de novo. Tudo bem. Lá, eu entendo. Mas agora, você com trinta e sete anos...

V.G. – É. Eu fui porque eu quis.

D.P. – Não, não sei. Eu estou te perguntando.

V.G. – Eu fui porque eu quis, também. Aí eu volto... Vamos tirar a palavra cooptada. Aí eu vou para o PCdoB...

D.P. – Não. Pode deixar cooptada. Como você se sente.

V.G. – É. Pode deixar. Sente, é. Mas eu fui porque eu quis. Também, eu queria ir. Verdade seja dita, eu queria ir. E aí eu...

D.P. – Mas saiu da casa da sua tia?

V.G. – Não. Como é que eu ia sair da casa da minha tia? Não tinha dinheiro. Bom. Nessas andanças e andanças com a Liana, eu conheci um árabe que era dono da Anna Pegova, uma...

D.P. – Nossa.

V.G. – É. Um cara da Anna Pegova.

D.P. – Anna Pegova. Sabe quem é?

V.G. – De cosméticos. É o primeiro...

D.P. – Carésimo.

V.G. – Carésimo. Não. Só depois do Collor que abriu. Todas as mulheres do Rio de Janeiro queriam ter um produto Anna Pegova. Chiquerésimo. Ele me chama, para eu ser gerente da Anna Pegova. Eu não sabia nada. Falei: “Como?” Eu não tinha emprego. Sabe o que ele disse? “Eu vou te botar de gerente porque você é comunista. E se der um real e dois centavos, você vai depositar na minha conta um real e dois centavos. Você vai, porque que confio em você”.

D.P. – Ele era amigo daquela sua amiga de...

A.M. – Lá de São Paulo.

V.G. – A mãe dela trabalhava para eles lá na Pegova de São Paulo. Tanto que o último ano, 78 para 79, eu passei o réveillon na casa dele. Chiquérismo. Nos Jardins. Eram dois apartamentos um só. Você fazia *assim*, vinha o garçom. Aí a Liana falava assim: “Teresa, Teresa, tem garçom”. Eu falei: “Eu já vi, Liana, que tem garçom”. Olha só. Sabe? Assim. E ele me conhecia. Ele gostou... Ele pegou, me chamou. Ele sabia que eu não me chamava... Ele, até o fim, ele me chamava de Thérèse. Mas eu sabia que ele queria que eu dissesse que eu me chamava Victoria. E me levou num restaurante chiquérismo, o Caesar Park, ele só jantava nesses lugares, me leva, e eu tive que dizer para ele, contar minha vida. Ele falou: “Ah. Agora sim. Você está sendo honesta. Eu vou te contratar”. Falei: “Mas eu não sei nada”. Ele falou: “Você vai para São Paulo, você vai fazer um curso com a Claude”, que era a mulher dele. Aí fui para São Paulo fazer o curso. E nesse meio tempo Luiz Eduardo estava... Nada acontecia. E a Regina me ligava, de vez em quando, e dizia assim para mim: “Victoria, e o caso do Igor? Tem que resolver”.

D.P. – Regina do colégio.

V.G. – Do colégio. A Regina Verbug. “Tem que resolver isso”. Eu falei...

A.M. – O processo correndo.

V.G. – O processo correndo. Aí eu peguei, como eu estava em São Paulo, eu fui na procuradora. Fui na procuradora. Cheguei lá, falei: “Eu quero falar com a procuradora do caso”. Aí a secretária falou assim: “Ela não está”. Eu comecei a desfilar toda essa história. Mas rápido. Falei: “Olha só. Tem essa ação. Para mim, eu não quero nada. (Tinha que deixar para lá). Vou estudar, sei lá, eu vou fazer alguma coisa, e eu sigo em frente a minha vida. Mas o meu filho, meu filho não pode ficar nessa situação”. Aí fui... Aí fui para São Paulo. Lá em São Paulo, procurei outros advogados, para tirar o Luiz Eduardo da parada. E um chegou para mim e disse assim para mim: “Sabe o que você faz?” Tudo famoso. “Você espera o Igor ter dezoito anos. E, quando ele tiver, eu mesmo faço essa ação, ele faz uma ação, que ele quer virar Igor”. Aí eu olhei para a cara dele, ele era velho, falei assim comigo: “Será que o senhor vai estar vivo até lá?” Ele está vivo até hoje. Deve estar com uns quase cem anos, mas ele está vivo.

A.M. – Igor tinha treze anos.

V.G. – Treze anos. Já quatorze. Porque aí já está em 81. Já tem quatorze. Já estava com quatorze para quinze, porque já estava no Eliezer, no científico. Aí eu vou procurar o outro. O outro não resolveu nada. Aí eu fui procurar a procuradora. Aí eu falei com a secretária, e a mulher ficou emocionada com o meu caso, ela falou: “eu não sei...” e tal. Daqui a pouco... “A senhora está onde?” – “Estou no telefone xis”. Estava lá na Anna Pegova, fazendo curso, aprendendo. Eu não sabia nada. Eu nunca usei um creme na minha vida. Nada. Nada. Não sabiam nem que existia Clinique. Só sabia esses negócios que tem... Avon. Mas ela dizia: “*Avon*, nem para os pés”. *Nivea*, nem para os pés. Eu escutava só isso. Então... Eu sabia que tinha Dior, não sei que; mas sabia lá se Dior tinha creme? Não sabia nada. Imagina se eu ia me preocupar com beleza. Imagina eu gerente na Anna Pegova. Aí a mulher liga e fala assim: “A doutora fulana de tal mandou chamar a senhora aqui amanhã”. Eu mal cheguei, eu mal cheguei lá onde é a Anna Pegova, nos Jardins. Aí, de manhã, eu fui para lá, desfilei [toda essa tragédia] para a procuradora, e a procuradora manda chamar Luiz Eduardo. Quando ela manda chamar Luiz Eduardo, eu já estava no Rio. Luiz Eduardo me liga. “Você...” Porque ele é vaidosíssimo. “Você não quer que eu mais seja seu advogado? Você passa por cima de mim? Você pode contratar um...” – “Não é isso, Luiz Eduardo...” – “Venha para São Paulo amanhã!” Aí lá fui eu para São Paulo. Naquele dia, já era 81, que ele preparou a minha primeira inicial. Que ele não tinha feito ainda. Ou já tinha feito? Sei lá. Eu sei que ali mandou... Não. Já tinha feito. Já tinha feito. Já tinha feito. Ficou danado. Quinze, vinte dias depois, a juíza marca uma audiência.

Então, quem é arrolado como testemunha? A Liana, que conviveu comigo, a Elza Monnerat, que era do Partido, e o Genoíno, que conheceu o Gilberto na guerrilha. Foram os meus três... as minhas três testemunhas. Só que o Luiz Eduardo não preparou a Liana. Porque você não pode dizer que você é amiga da pessoa. A Elza, sim, era do Partido, foi aquele papo... Sei lá. Eu não assistia, porque eu não podia assistir. E aí... O Genoíno, que conheceu o Gilberto, todo mundo sabia quem era o Genoíno, guerrilheiro, bababá. Aí a Liana, assim: “Ela é muito minha amiga. Os meus filhos chamam ela de tia. Gostam mais dela do que das minhas irmãs”. O Luiz Eduardo disse que queria morrer. Eu falei: “Mas por que você não preparou ela antes de entrar? Ela achou que estava fazendo o bem”. Mas isso fez o bem. A procuradora tinha outra cabeça. Aí quando chega no fim do ano de 1981 sai essa *justificativa*. É uma ação de justificação. Agora veio o nome.

A.M. – Não é representação.

V.G. – Não, não é... Não. É porque a gente fala tanto em representar. De justificação. Aí eu, de posse daquela papelada, vou aqui na... Aí ligo para a Regina e falo para a Regina que eu já estou *com a papelada* e que vou lá na Secretaria de Educação. Aí eu vou na Secretaria de Educação, entrego a papelada toda. E a minha lá fala: “A senhora volta daqui a uma semana”. Daqui a uma semana, eu volto lá, ela falou assim: “Olha. Ninguém entendeu isso que a senhora entregou aqui. Ninguém entendeu. Hoje, o Conselho de Educação está reunido. A senhora quer falar com dr. Flexa Ribeiro?” Falei: “Mas é lógico!” Aí eu fui para o Flexa Ribeiro. Flexa Ribeiro é do interior. Quando ele leu aquilo, ele viu Elza Monnerat, que Elza de Lima Monnerat é do interior, do interior de... do Rio de Janeiro, e a família dele também é do interior. Ele conhecia a família Monnerat. É uma família famosa. Isso e “a sua mãe, dona Alzira, que é de Campos, de Macaé?” É... E tal. Não demorou... Véspera de eleição, em 82 tinha eleição, ele era ligado ao Chagas Freitas então... Em dezembro de... Não demorou uma semana. Ele liga... Não. Manda ligar e fala... Aí ele vem...” Tudo pronto. A senhora agora vai na escola, seu filho, agora, vai estar tudo legalizado, seu filho é Igor”. Aí vai na escola, transfere tudo aquilo. Aí a Regina respira... Então tem essa questão da legalização. E a minha era mais complicada. A minha sorte é que eu não fui para a USP e nem para a PUC. Foi a sorte. E eu fui para essa faculdade pequena, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas... e Letras, Ciências Humanas e Letras, de Moema. E eu, quando eu fui tirar o passaporte com aquele Amorim, que eu contei a história, naquele tempo, eles ficavam com a original da certidão, e eu não tinha a original,

então meu diploma tinha que ser registrado na USP, e eu nunca registrei meu diploma porque eu não tinha certidão de nascimento. E aí, a faculdade pedia, “cadê sua certidão” – “ah, eu vou entregar...”, eu sempre ficava enganando. Eu me formei, e eles esqueceram de mim, e ficou aquilo. Foi a minha sorte. E aí eu vou na faculdade com aquela papelada, as secretárias da escola assim: cada olhão... Mas me trataram muito bem; ficaram impressionadas e falavam, todas diziam assim... porque eu sou extrovertida, falo *pra* burro – ela disse: “Mas você sabia se segurar, hein, garota?” Nunca mais esqueço, a secretária lá falou. Falei: “É, minha filha, era a minha sobrevivência, eu tinha que ficar quieta”. Aí que meu diploma vai ser registrado...

D.P. – Como Victoria.

V.G. – Como Victoria, na USP. Isso, eu estou trabalhando na Anna Pegova, eu me mudo da casa da minha tia no Flamengo e vou morar na Tijuca, porque tinha uma amiga minha que era... que ela morava lá no apartamento, ela...

D.P. – Mas você disse que foi sorte. Porque senão você já teria um diploma. Você já tinha diploma, mas você estava toda registrada na faculdade como a tal da Teresa.

V.G. – Não, não. A sorte... A Teresa. Seria sorte, o seguinte. Porque se o meu diploma já estivesse registrado na USP, ele, automaticamente, ele era registrado no Ministério da Educação. E tudo que é do Ministério da Educação... Ia demorar muito mais. Então eu não tinha diploma registrado. Meu diploma registrado já foi a própria... a própria faculdade, pegou meu histórico escolar, tirou Teresa e colocou Victoria. Aquele histórico escolar de Victoria foi levado para a USP. Eles mesmos encaminhavam. Você nem precisava ir. A própria faculdade fazia esse processo. Quer dizer, ficou mais fácil. Porque aí eu tinha [*teria*] que entrar com processo na USP, tinha [*teria*] que entrar com processo no Ministério da Educação. Então se tornou mais fácil, por isso.

A.M. – Você tem toda essa documentação?

V.G. – Tenho. Tudo isso. Tenho tudo isso. E aí, nesse ínterim, eu sou gerente da Anna Pegova e militante do PCdoB.

D.P. – Anna Pegova daqui?

V.G. – Em Ipanema. Eu que aluguei. Primeiro foi Leblon. Quem arranhou a casa do Leblon? Quem foi a fiadora do... Quem era a fiadora da loja? Tia Maria. Tia Maria, fiadora da loja Anna Pegova. Aí meu primo ia lá ajudar a pregar espelho, aquelas coisas quando está montando, e dizia assim: “Isso aqui vai dar certo. O dono, árabe; a gerente é judia... Isso aqui vai...”

D.P. – E a coisa comunista.

V.G. – E a coisa comunista. Já viu. Ah. E a gerente comunista... Eu era gerente. Aí, quem vai trabalhar comigo? Aí a minha mãe... A Júlia era muito vaidosa, ela era uma senhora de sessenta anos, e para vender creme para mulher mais velha, você... Ela só vendia para as velhas. Era impressionante. A Julia toda bonitinha, bem vestida, vaidosa, eu chamo a Júlia para trabalhar comigo. E a Júlia vai trabalhar comigo. Olha só. Familiar de dois desaparecidos políticos lá. Depois... Isso aí é uma novela.

A.M. – E do PCdoB.

D.P. – Da guerrilha do Araguaia.

V.G. – Da guerrilha do Araguaia. Aí... Não. E o que eu fazia lá dentro? Isso era PCdoB, campanha eleitoral de 82. Fazia angu na Rocinha, comprava todos os negócios do angu, botava lá... Gente. Mas era assim... Você não imagina. Aí as comunistas todas começaram a se embelezar, ir para Anna Pegova, por minha causa. Fora disso tinha as artistas. Vera Fisher...

D.P. – E você conseguia abatimento para as militantes?

V.G. – Às vezes, fazia até de graça, nem cobrava. Aí as funcionárias começaram a reclamar comigo. Porque elas trabalhavam, queriam. Porque ganhava todo mundo comissão. Aí tinha uns negócios lá... Também, eu exagerava também. Aí a minha mãe dizia assim: “Esse Nicola é muito liberal”. Porque eu... Aí tinha uma... Nós fundamos, no PCdoB, a Associação Liberdade Mulher, que era uma entidade de mulheres do PCdoB. Aí tinha mulher, que ia lá muito, ela era do PMDB, e tinha... Lembra do Sarney, que Sarney dava leite para as pessoas das favelas? E ela chamou a Associação Liberdade Mulher, também, para a gente dar leite. Depois eu me... Isso eu nunca devia ter feito. Mas fiz. Então a gente chamava todas as mulheres daqui dessa zona, que a Associação Liberdade Mulher, a sede era no Largo do Machado, então... para dar o leite do Sarney, aquilo... E ela era cliente Anna Pegova. Ela que descobriu

quem eu era. Eu falei: “Ah. Mas eu preciso... Ficar aqui é ruim...” Ela disse: “Victoria. Você está reclamando de quê? Você tem um escritório, você tem um escritório em Ipanema. O que é que você quer mais?” Ali eu resolvia tudo. E tinha uma mulher, vaidosíssima, vaidosíssima, mulher de um médico, que ela chegava assim... ah! Eu não aguentava. Era sete... Você passava o dia inteiro lá. Dez para as sete da noite, a mulher chegava; e ela dizia assim: “Olha, eu engordei um centímetro aqui, eu emagreci... Olha só. Tem mais uma ruga aqui”. Aquela mulher assim. Eu louca para ir embora. Às vezes, eu tinha reunião, e chegava atrasada na reunião. Não dava. Aquilo lá era... Era um nervoso, uma coisa que você não imaginava. Quando vão...

D.P. – Você atendia a mulher? Atendia.

V.G. – Atendia. Fazia todo o meu coisa. Atendia... Aí tinha... Aí eu botei uma...

D.P. – Você dava um negócio para a mulher emagrecer?

V.G. – Todo. Eu sei... Não. Mulher emagrecer, tudo que você pode imaginar. Creme... Eu aprendi tudo. E no começo, quando ainda era no Leblon, a mulher falava assim: “Ah. Eu uso Clinique. Você gosta?”. “Ah. Maravilhoso, Clinique”. Eu nunca tinha ouvido falar em Clinique. Agora, atualmente, eu só uso Clinique. Aprendi com as mulheres. É igual a professor na escola. Você aprende com o aluno. Um aprende com outro. Um aprendizado...

D.P. – Não ficou usando Anna Pegova, não?

V.G. – Não. Hoje. Não. Hoje, eu não uso Anna Pegova. Clinique é melhor. É mais barata. Quando eu viajo, eu compro no free shop. Ana Pegova, agora, virou uma empresa nacional, então... Claro. Vendia. Aquelas coisas todas. E o meu escritório...

D.P. – E o pessoal do PCBdoB ligando para você lá e você atendia.

V.G. – Ah. Aí você não sabe. No final, eu já estou sozinha dentro da loja... aliás, atendendo uma pessoa, liga o PCdoB para mim. Isso era... 82, é. 1982. Diz assim: “Olha. Você vem aqui agora, que você é candidata a deputada federal”. Eu falei: “O quê?!” Eu não podia nem responder, porque eu estava ali, na Anna Pegova. Desliguei o telefone, me bandeiei para a sede do PCdoB. Falei: “Que negócio é esse?!” Era a seguinte coisa.

D.P. – A sede era onde?

V.G. – A sede era ali na... Era ali na... Como é o nome? Tem a praça XV... Primeiro de Março. Aí eu chego lá. O que é que era? Jandira [Feghali] era a candidata principal a deputada estadual. E aí não sabia se... Tinha o Moreira Franco e tinha o Nelson Carneiro. Aí não...

D.P. – Isso é que ano?

V.G. – 82. Para a eleição de 82. Vai escutando. Tinha o Nelson Carneiro e o Moreira Franco. Se fosse o Nelson Carneiro candidato a governador, o Nelson Carneiro ia fazer uma aliança com o Partido. Se fosse o Moreira Franco, não tinha certeza. E se o Partido tivesse que ser sozinho, ele tinha que ter dezesseis candidatos. É aquela história. Tinha que ter dezesseis candidatos a deputado federal e não sei quanto a estadual. A mim colocaram como federal. Cheguei lá, fiz uma... “Todo mundo quer ser candidato, não é isso? Eu fui a primeira pessoa que não quer”... Aí o Igor dizia: “Você tem que aceitar!” Devia ter aceitado... Bom. Sei lá se devia, ou não devia. Na época... Teve uma época que... Hoje, eu achei que eu fiz muito bem de não ter aceito. E aí vai... Eu fiz um escândalo. Falei: “Como é que você coloca uma pessoa e não discute?” E comecei também...

D.P. – Aí tiraram o seu nome?

V.G. – Tiraram. Porque aí foi o Moreira Franco, e o Moreira Franco fez aliança. Aí não iam lançar candidato a deputado federal. Aí o Amazonas chegou, mexeu os pauzinhos dele, e aí o Amazonas... Aí entrou o tal do Edmilson, que foi candidato a deputado; e ele entrou nas asas da Jandira, porque a Jandira, em 82, foi a deputada estadual mais bem votada de todo o estado do Rio de Janeiro. Porque tinha aquela lei... Ah. É para o teu trabalho. *[Não sei a quem se dirige.]* A lei... Como era o nome? Da questão da Sunab? Lei não sei quanto em cima dela. E todo mundo repetia. Eu sei que teve voto para a Jandira e teve voto para a direita. Quem era o candidato? Era o... Nilton Cruz. Votavam na Jandira e votavam no Nilton Cruz. Eu fiquei assim... Votos à beça. Nesse meio tempo... E eu me sustentando, a mim, ao André e tal. Eu fiquei um ano...

D.P. – Saiu da casa da sua tia, alugou apartamento...

V.G. – Tia, apartamento lá na Tijuca. E nesse...

A.M. – Você saía da Tijuca para Ipanema, todos os dias.

V.G. – Ah. Era uma mão de obra. Eu não aguentava mais. Todo dia, primeiro para o Leblon... Deu certo Anna Pegova, era uma lojinha desse tamanho quando abriu. Primeiro dia, eram assim trinta, quarenta mulheres. A gente não aguentava. Aí as mulheres começaram a pedir limpeza de pele. Aí, no fundo, fez uma... um negocinho assim, dois... para fazer limpeza de pele. Entravam duas mulheres ao mesmo tempo. E aquilo cresceu. Aí o Nicola resolveu... Eu que achava tudo, eu que ia procurar, porque, é claro, eu preferia ficar na rua do que ali dentro, porque aquilo era sacal. Aí eu que achava tudo para ele. Ele chegava aqui, só comprava, ele só assinava o cheque. Comprou duas lojas para Anna Pegova, em Ipanema, no edifício Ipanema 2000. Imagina. Ainda estava nos anos 80, Ipanema 2000 era o máximo. Aí compra dois. Aí cresce de uma maneira... E ganhava assim... Aí veio Sarney, aquilo... Gente, falei... Aí eu não aumentei nada. Ele me obrigava a aumentar. A Miriam Leitão era cliente Anna Pegova. Mas eu nem falei para ela lá no dia, porque eu não tive tempo de falar. A Miriam Leitão, aquela... como é?... A mãe do Gabriel, o Pensador... É uma jornalista famosa.

D.P. – Sei. Foi até, depois, assessora do Collor.

V.G. – É, assessora do Collor. Menina, mas era toda... As artistas todas, todas iam lá. Era assim. E eu lá. Mas conheci muita gente. Mas tinha muita gente de esquerda, também, que ia. As mulheres, eu acho que têm que se embelezar. Até eu obriguei a Jandira a ir. Eu falei: “Jandira, você tem que dar um trato. Você é deputada estadual. Não dá”. Porque aí eu fiquei com negócio de beleza na minha cabeça, de tanta coisa com essas mulheres. E aí veio o plano... Aí vem o Plano Collor. Não. Antes disso. É 1990...

D.P. – Belisa.

V.G. – Belisa Ribeiro. É jornalista. Belisa Ribeiro, mãe do Gabriel, o Pensador.

A.M. – Desculpe interromper. Quando os familiares do Araguaia entram com uma ação judicial na Justiça?

V.G. – Ah... Aí eu vou lá. Vamos voltar. Já estou botando... Porque a Dulce ficou tão coisa com Anna Pegova, que eu... [riso] Vamos voltar para lá. Aí nós estamos na eleição de 82. Eu entro no PCdoB em 81. Entro no PCdoB em 81, sai esse negócio de eu ser candidata... E aí eu

começo a participar do movimento de mulheres do Rio de Janeiro. É fundado o Cedim, o Centro...

D.P. – Defesa da mulher...

V.G. – Não. Nada disso. Conselho Estadual [dos Direitos] das Mulheres do Rio de Janeiro, com a Branca Moreira Alves como presidente, eu e a minha companheira Luiza Martins, que hoje é conselheira do Cedim, fomos indicadas pelo PCdoB para sermos as conselheiras. Isso é bom, que fica registrado. Quando a gente está assim eles tiram. Chega alguém do PCdoB e diz o seguinte: “Vai ficar só uma de vocês candidata... quer dizer, candidata não, conselheira, porque a Clarinha, que era presidente da UNE, vai ser a outra representante. Você escolhe entre você e a Luiza”. E nisso eu já estava em colisão com o PCdoB. Porque eu estava vendo as coisas que... Eu falei: esse não é o partido que eu conheci. Esse não é o partido que eu conheci, é um partido eleitoral. Porque assim que eu cheguei no Rio, a primeira coisa é assim: você não é candidata? Todo mundo perguntava se era candidato. Para mim, ser candidato, é um cargo eletivo, é a mesma coisa que você trabalhar na associação de moradores, era a mesma coisa que você trabalhar no sindicato, e não fazer disso o seu meio de vida; era uma função que se exercia ali, do partido. Então eu já comecei a ver as coisas... A briga pelo poder. O poder pelo poder. Eu já estava em colisão, até nas mulheres. E aí eu disse assim: “Eu não vou para um conselho brigar com a pessoa do meu partido, que isso é um vexame. Então, Luiza, você que é calma, você vai, e eu não vou”. Aí a Luiza vai. Aí entra a mulher do Carlos Lira, a Katy Lira, americana, porque o Carlos Lira era amicíssimo da Jandira Feghali. Era tudo assim. E a Katy Lira estava com fama. Aí tiram a Luiza e colocam a Katy Lira. Isso, no movimento de mulheres, foi um escândalo. Porque nós éramos assim, nós duas... todo mundo dizia assim: você... Porque a fama do PCdoB era péssima. Era péssima a fama do PCdoB, da coisa.

A.M. – Por quê?

V.G. – Porque era um partido que já tinha saído das suas origens, um partido que – como minha mãe dizia, minha mãe que dizia isso – virou um partido de igrejeiros... Porque aí eu não sabia de nada que tinha acontecido no PCdoB. Quando a Elza Monnerat voltou... Voltou. Foi nos procurar. Ela disse: “Quem estrutura um, estrutura dois”. Que diabo é isso de estrutura um, estrutura dois?” Era a AP. A AP tinha entrado no partido, a Ação Popular Marxista-Leninista, e o partido foi dividido entre os comunistas ditos autênticos e quem era de AP. E esse pessoal

de AP tomou conta do partido, e o Amazonas deixou. Aí a minha mãe dizia: “Esse partido, agora, é de igreja, só tem igreja aqui”. E aí eu comecei a ver coisas... esse negócio de ser candidato, ser candidato por ser candidato... Aí eu já comecei já a bater em colisão. Aí... Só para uma história contar. Nesse meio tempo eu voltei a morar no Flamengo, porque aí a minha tia Maria tinha um apartamento, o apartamento desalugou, ela deu para mim esse apartamento; aí eu saí, voltei a morar na Senador Vergueiro. Aí quando eu saí... Eu era da base da Tijuca, que só tinha mulheres – tinha essa minha amiga Luiza, tinha uma advogada e tinha a Lúcia, que era uma grande liderança da favela lá do Boréu, embaixo, e ela tinha treze filhos; essa mulher representou todas as mulheres do Rio de Janeiro nas Diretas Já de 84. Foi ela que falou em nome de todas as mulheres. Essa mulher era da minha base. Nós fizemos essa mulher. E, quando ela saiu dali, o marido dela foi espancando ela da Candelária até chegar na Central, para pegar um ônibus lá, para ir para coisa. Você vê. Era uma mulher que tinha treze filhos... Foi... Nós tínhamos uma base porretésima assim. A gente fazia coisas assim. E assim, sempre assim, abrindo mão, com o PMDB e tal. Vem a eleição, o PCdoB tem a Jandira... Não. Isso aí é 82. Minto. Eu não saí para candidata em 82. Foi em 86. Isso daí era o Caique, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, que trabalha aqui.

D.P. – É aqui da Fundação.

V.G. – É. Ele e o Arlindenor Pedro, para vereador. Tudo era MDB. E eu queria votar nas minhas amigas e não podia, porque o voto era vinculado: você votava para governador, que era o Miro Teixeira, imagina, é Miro Teixeira –, aí a gente já está na coisa das mulheres, fizemos uma reunião de mulheres no Clube Municipal, com a presença do Miro Teixeira. Quando o Miro Teixeira chega, quem apresenta o Miro Teixeira sou eu. E quando eu termino, vem o Luís Fernandes, (que foi da Finep, voltou para a Finep, voltou à Finep novamente, foi secretário dos Esportes) chega para mim, fala assim para mim: “Parabéns, Victoria, você falou muito bem”. Quando ele disse isso, eu desmoronei. Falei: bom, se eu falei bem é porque eu absorvi a candidatura do Chagas Freitas. Porque eu caía de frente, achava um absurdo ser o Chagas Freitas. E aí eu falei: eu absorvi essa candidatura. Que horror! Eu absorver a candidatura do... o Miro Teixeira! Agora ele mudou. Mas naquele ano...

D.P. – Eu também fiz a campanha do Miro.

V.G. – É. Aí ficamos em terceiro lugar. E eu fui coordenadora da 17ª Zona, que pegava Rocinha e Vidigal, Fernando foi coordenador da 3ª Zona. E aí teve uma avaliação de como ia ser a campanha... como foi a campanha. Naquele dia da campanha, fomos todos para o hotel do Márcio Moreira Alves, ali na Senador Dantas, aí vem o primeiro: 1ª Zona... “Somos eleitos. Miro Teixeira é o governador do estado”. 2ª Zona... A terceira, vem Fernando: “Foi maravilhoso, nossos candidatos estão eleitos”. Falei: gente... Até Fernando. Aquilo começou... Aí, quando chega a minha vez, 17ª Zona, eu falei: “O governador do estado do Rio de Janeiro é Leonel Brizola. Fomos derrotados, companheiros”. Porque assim... Eu fiquei na frente do hotel Intercontinental, aí tinha a Comba Marques Porto, que era PMDB, candidata e tal. A Comba toda assim: Modesto da Silveira, Marcelo Cerqueira... Esse pessoal não tinha mais panfleto, e o PCdoB tinha panfleto. E aí eles começaram a dar o panfleto do Caique e do Arlindenor, começou a dar... mas dizia assim: vote em mim. Aquela... Aí todo mundo dizia assim: “Mas eu sou Brizola, eu sou PDT”. Eu vi. Eu fui *vaiada*, vaiada nesse encontro. Quando veio, depois, Brizola eleito. Mas nunca ninguém teve a coragem de fazer autocritica em relação a mim. Porque eu tive uma visão, a qual eles não tiveram. E aquilo, você já começa... E todo mundo... Que eu era... A minha fama era péssima, dentro do PCdoB.

D.P. – Derrotista...

V.G. – Derrotista, tal. Fundamos a Associação Liberdade Mulher, colocamos várias mulheres. Glória Márcia Percinoto era nossa amiga, Glória Márcia Percinoto estava meio pelo PCdoB, meio pelo PCB; como o marido dela era PCB, ela vai para o PCB. Aí eles queriam que eu tirasse Glória Márcia... a gente tirasse Glória Márcia da direção. E Glória Márcia, também, era candidata a deputada federal pelo PCB. Só que ela não era PCB, ela era... Ah, não. Isso foi com a Jandira. É. Quando chegou nesse ponto. E eu falei: “Olha só. Glória Márcia, também, é da Associação Liberdade Mulher, da direção; a Jandira não é. É só militante. Se vai fazer campanha para a Jandira, tem que fazer campanha para Glória Márcia também. Que interessa que ela é PCB e a outra é PCdoB? Isso aqui não é uma entidade apartidária? Trouxemos todas as nossas amigas que eram do movimento feminista para dentro da Associação Liberdade Mulher...” Bom. Aí já começou a degrading. Até que nós saímos da Associação Liberdade Mulher. Isso era 86. Aí Fernando teve um... também, Fernando saiu do partido e tal. E eu ainda agüentei um pouco o partido. E, quando chegou em 87, eu pedi meu desligamento. Aí me chamaram para uma primeira reunião. Eu só com a direção do Rio. A única pessoa que foi

comigo, solidária, foi o operário, que era o Maurício, que era o metalúrgico, me deu um café ralo, horroroso, e eu tomei aquele café... Foi para a segunda reunião. Eu falei: eu não queria... tal. Eles me convencendo... Porque eu era filha de Maurício Grabois. – me convencendo que eu saísse... Aí queria uma terceira reunião, eu falei: “Não adianta. Vocês vão me chamar para... Eu não venho para a terceira reunião. Eu não quero”. Aí o Luis, que é um cara que tem mais visão, falou...

D.P. – Luis Fernandes.

V.G. – Luis Fernandes. “Não adianta, que ela não quer. Ela vai sair”. Eles não tiveram coragem de me expulsar. Porque nesse meio tempo, eles já tinham expulsado do PCdoB de São Paulo a Amelinha, a Teresinha, que a gente até brinca, e a Lurdinha. Não morreram, agora, três feministas, no carnaval, num desastre de carro, indo para a Bahia? Uma delas é a Lurdinha. Que era super menina na época. Era a mais jovem de todas. Elas três foram expulsas. Eles não tiveram coragem nem de expulsar a Criméia nem de me expulsar. Tinha graça. Eu digo que eu fui expulsa do PCdoB, uma expulsão branca. Não dava para ficar. Não tinha... Eu não tinha mais... E essa história que eu contei, de ser candidata, era 86, com a Jandira, que a Jandira foi eleita. Tanto que eu já estava assim, eu não fiz campanha para a Jandira. E o dia que eu fui lá na sede do Partido, aí eu falei: “Parabéns, que você ganhou a eleição” – Eu votei nela. Mas não fiz campanha. Aí ela disse assim: “Nós, não é, Victória?”. Eu falei: “Mas eu não fiz campanha para você. Não fiz campanha para você. Você, o mérito é teu”. Foi mérito dela mesma. Não era nem do PCdoB. O mérito foi dela. Ela teve aquele carisma, e numa época diferente, que... Que até, uma vez, eu me lembro, “vou votar nela e no Nilton Cruz”. Eu quase caí para trás.

D.P. – Quem falou isso?

V.G. – Uma mulher, que eu vi na rua. Como agora, disse que o Marcelo Freixo teve voto junto com Bolsonaro. Votaram no Marcelo Freixo, o filho do Bolsonaro candidato, não votaram no filho dele, votaram no Marcelo Freixo e votaram no... É uma loucura. O povo, é uma coisa que você não pode crer. Aí eu saí do PCdoB. E aí a gente ficou com a Associação Liberdade Mulher. Aguentamos até um tempo...

D.P. – Você já estava namorando Fernando? Já estava casada?

V.G. – Já estava casada. Eu casei com Fernando em 83. Fomos viver juntos em 83. No final de 83, eu fico grávida. Tanto que na Diretas Já, eu fui cedo, Fernando fez cada silhueta dos desaparecidos, assim, silhuetas enormes, com o nome deles, eu fui com a minha mãe, aí quando eu vi aquela massa do milhão de *candidatos*, eu falei: “Vamos sair daqui”. Aí a minha mãe gritava: “Vai sair uma mulher grávida!” Aí todo mundo gritava: “Vai sair uma mulher grávida”. Aí eu botava aquela silhueta na frente... Eu tive que sair no meio das Diretas Já, porque não dava para ficar ali; porque nós chegamos cedo, para ficar na frente, eu já... não dava. Aí nasceu o Maurício, em 10 de setembro de 1984. É. Isso aí... O Maurício até nasceu... Porque o Maurício ia nascer em outubro...

D.P. – O nome, foi tranquilo, você que escolheu?

V.G. – Foi combinado com o Fernando. E ele aceitou. Se fosse menina ia ser Andreia. Não ia ser André porque o filho do meu primo Vitor já era André. Ia ficar muito André. Então combinaram assim: se for menina é Andreia e se for homem é Maurício. Aí nasceu homem. Lá é tudo com homenagem, minha família, é tudo assim. O Igor é o único, que não tinha a quem homenagear, foi Igor. E o Igor... E o Maurício nasceu de oito meses porque eu me chateei. Porque a Luíza foi na minha casa me contar – aquelas histórias – (você sabe isso, quem é do Partido sabe isso) que fulano... Aquelas divergências que já estavam acontecendo. E ela vai embora. Aí eu já estava sentindo uma dor. Tanto que eu fui lá, vamos tomar um chá, e tal... Quando ela sai, eu deito na cama, Fernando chega, deita, e eu deito assim, quando eu vejo, a minha bolsa estourou. Mas eu nunca vi tanta água na minha vida. Fui correndo para a maternidade. E o Maurício nasceu a um minuto do dia 10. Tanto que o pediatra falou assim: “Quer que registre no dia nove ou no dia dez?” Eu falei: “Ué. Você não disse que é a um minuto? Então registra no dia 10”. Isso aí...

A.M. – Dez de?...

V.G. – Dez de setembro de 1984. Eu com quarenta... Eu fui mãe do Igor aos vinte e dois anos e fui mãe do Maurício aos quarenta. E... Bom. Participei... Aí é a minha vida política. Representando... Aí eu fui para a Associação de Moradores... Como PCdoB, na Tijuca, participei da Associação de Moradores da praça Afonso Pena. Porque tinha a da Afonso Pena e tinha a da [praça] Saens Peña, que era o Chico Alencar. E a Luíza morava lá, ela... E eu e a advogada ficamos na da Afonso Pena. Quando eu vim morar no Flamengo, eu fui para a

Associação de Moradores do Flamengo. E eu saí a representante da Associação... Clássico. Quinhentas mil conchavadas – [riso] eu saí a representante da Associação dos Moradores do Flamengo, representante no Comitê das Diretas Já do Rio de Janeiro. Então eu ia todas... e tal. Isso, 84. Eu grávida, fazendo esse trabalho mais o trabalho das mulheres. Porque a Associação Liberdade Mulher... Eu vou falar, porque ninguém fala da Associação Liberdade Mulher. Ela teve um trabalho, porque teve trabalho na ilha da Jibóia, na Barra da Tijuca; no Rio das Pedras; no Vidigal e na Rocinha; aqui na Tavares Bastos; e na... na Pereira da Silva. Nós tínhamos seis núcleos de mulheres. Claro que isso tudo começou com o famoso leite do Sarney.

A.M. – Qual era a agenda da Associação?

V.G. – A agenda da Associação era trabalhar com as mulheres na luta... Você empoderar as mulheres, fazer cursos com as mulheres – de capacitação, contra a violência, tal... Essa agenda das mulheres. Contra a violência sexual, contra a violência doméstica, que era a principal, para... A gente fazia. E fazia trabalhos nas comunidades. Ia lá... Isso, Amelinha tem a União de Mulheres, é a principal, a gente, baseado na União de Mulheres, que foi interessante... então tinham palestras... E aí tinha o bendito leite, mas o leite é que chamava. Você dava o leite, aquilo... chovia mulher ali dentro. Eu acho um negócio errado, mas na época, minha visão... Claro, você vai amadurecendo, vê que aquele troço não está certo. A mulher tinha que vir pelos próprios pés dela. Mas elas iam pelo leite e ficavam, e a gente mudava a cabeça dessas mulheres. Era assim. Mas aí, todo mundo trabalhando, perdemos a sede, a gente não tinha dinheiro para pagar a sede, porque a sede era do PCdoB, e aí a gente resolveu fechar a Associação Liberdade Mulher. Isso já... acho que... Quando eu saio do Partido, em 88 - 89, a gente fecha a Associação Liberdade Mulher. Chegamos aos anos 90. Tia Maria morre. Tia Maria morre em fevereiro de 90. E aí, nesse início de fevereiro de 90, depois de... Eu ia ficar na Anna Pegova um ano, eu fiquei nove. Fiquei nove anos, porque... Eu também fiquei pelo salário. Porque eu fazia toda a minha política, e aquilo ali era cômodo. Mas aquilo já estava me... Não era a minha vida aquilo. Aí eu saio dali, e para trabalhar. Aí eu vou trabalhar na Dermage. Porque aí eu já conhecia...

D.P. – Que chique.

V.G. – É. E aí, o seguinte, eu fazia um programa de mulheres, das mulheres do... que tem Madá, Madalena Guilhaon, a Rita Andréa... Como é o nome da entidade delas? Começa com C. Agora, eu esqueci o nome da entidade delas. Eu estou começando a esquecer as coisas.

D.P. – Cepia?

V.G. – Não, não é o Cepia, não. Cepia é da Leila Linhares e da Jacqueline. É... Cemina³. Vou para o Cemina. Elas tinham um programa na Rádio Guanabara, então... “dicas de beleza Victoria Grabois”. Eu ficava meio chateada com aquilo, porque as mulheres falavam da violência doméstica, trabalho igual, salário igual, a questão do poder, a discussão do poder, e eu na “dicas de beleza”. Aquilo me incomodava um pouco. Aí, um dia, eu fui com a dona da Dermage, dona Alicia Braun. Aí, eu vou com ela, e a mulher gostou de mim, aí me chama para ir para a Dermage. Eu estava desempregada. Aí vou eu para a Dermage. Nesse meio tempo assim, eu frequentava o grupo [Tortura Nunca Mais], mas eu frequentava o grupo pouco, porque eu acho que tinha discriminação. Cecília diz que não tem, que era o CBA que discriminava. Mas eu acho que o CBA e o grupo discriminavam o PCdoB. Aí eu começo a frequentar mais o grupo. Aí tem um ano lá que... Sempre, a direção era Flora e professor Moraes, Flora e professor Moraes. Um ano, os dois desistem, quando a Cecília termina o doutorado dela. A Cecília, que era sempre secretária, passa a ser presidente e me chama para a vice-presidência.

A.M. – Professor Moraes é Luiz Edmundo?

V.G. – Não! É o pai da Sônia. Não. Luiz Edmundo, ele também é Moraes. Mas o professor Moraes é um oficial do Exército, tenente-coronel, que é pai da Sônia de Moraes Angel Jones Stuart.

D.P. – Casado com a Cléa Moraes. E os dois foram super militantes.

V.G. – É, a Cléa Moraes. Os dois, militantes. E ele não gostava. Tinha que chamar ele de professor Moraes. Porque eles fundaram um colégio... Todo mundo estudou no colégio dele. O César Benjamin estudou, que eu vi... Todo mundo estudava. Até o decano da UFRJ, do

³ Comunicação, Educação e Informação em Gênero. Programa de rádio “Fala Mulher”, lançado em 08 de março de 1988.

CFCH, ele foi aluno do professor Moraes. Todos eles contavam história do... Todo mundo. Era o curso Goiás, que chamava. Eles tinham uma casa maravilhosa na Gávea, participaram da... Bom. Isso é outra história. Quando sair o livro lá da UFRJ, aí vocês leem essa história da Cléa. E aí, eu frequentava mais ou menos, mas aí eu não quis assumir a presidência porque... sei lá, não sei por quê. Aí veio a história da Lei 9.140.

D.P. – Aí Cecília era presidente e você era vice.

V.G. – Não. Eu não fui vice. Eu não quis.

D.P. – Ah. Você não quis?

V.G. – Aí passei para o Togo, Togo Meirelles, familiar do Tomás Meirelles, o pai. Estava eu, a Márcia... Eu, a Márcia e o Togo.

D.P. – Márcia, mulher do Eudes.

V.G. – Mulher do Eudes. Três familiares.

D.P. – Márcia Santa Cruz.

V.G. – Márcia Santa Cruz, o Togo e eu. Aí queriam me dar a vice-presidência. Eu falei: “Márcia, vai você”. Porque eu achava que a Márcia era melhor que eu. A Márcia não quis. Eu falei: “Togo, então vai você. Vamos fazer uma vice-presidência de familiar. A gente ajuda”. Porque o Togo era muito... É da idade do Igor. Togo era meio menino, não tinha muita experiência e tal. E tinha lá os problemas familiares, cheio de coisa. Aí o Togo foi para a vice-presidência. Bom. A Cecília acabou adotando o Togo. Foi morar na casa dela, virou filho. Os filhos da Cecília morriam de ciúme do Togo. Togo virou vice-presidente do grupo. E, nesse meio tempo, o grupo, que tinha reuniões no Sindicato dos Jornalistas, veio uma direção de direita, botou o grupo para fora, o grupo foi para o Sindicato dos Professores. Nesse meio tempo, a Flora, trabalhando na Secretaria de Planejamento, conseguiu aquela casa em que nós estamos, em comodato, por dez anos. Nós já estamos acho que há dezoito ou dezenove. Comodato de dez, já vai para vinte. E aí o grupo muda para onde ele é hoje. Você ia perguntar uma coisa.

A.M. – Você já ia mencionar a Lei 9.140, editada em 1995. Mas ao longo da década de 80, há alguns eventos importantes na conjuntura política nacional; mas, e os familiares do Araguaia, como é que eles se organizam?

V.G. – É, se organizam. É isso que eu tinha contado, naquela época, que eu falei que, quando o CBA acaba, a gente fica órfão, então os familiares ficam soltos. Com o grupo Tortura Nunca Mais, os familiares se juntam novamente. E aí o que é que acontece? O que é que já tinha acontecido. Em 82... É 82? É. Em 82, os familiares entram com uma ação na Justiça Federal. Já tinham tentado entrar com duas ações, em 79 e em 80. E aí disseram que não podia entrar com essa ação porque não existiu guerrilha do Araguaia. Em 82, o advogado é o Luiz Eduardo Greenhalgh, que entra com ação interna... entra com essa ação, em 82, na 1ª Vara da Justiça Federal de Brasília. Bom.

A.M. – Mas o que era isso de não existir a guerrilha? Era oferecida uma denúncia, e eles não aceitaram?...

V.G. – Não. É oferecida uma denúncia, dizendo o seguinte. Na petição do Luiz Eduardo dizia o seguinte: existem... Nem todos os familiares entraram. Foram vinte e dois autores, para saber a localização dos corpos e a identificação de vinte e cinco guerrilheiros. Por quê? Minha mãe representava dois, o André e meu pai, o Petit, a mãe dos Petit representava três, que ela perdeu três filhos na guerrilha do Araguaia, a Maria Lúcia, o Jaime e o Lúcio. Então tinha duas que... Eu, representando o Gilberto. Então era uma ação que queria saber o que, realmente, aconteceu com aqueles vinte e cinco guerrilheiros do Araguaia.

A.M. – Isso é o pós anistia.

V.G. – Isso é após a anistia. Mas... Lei da Anistia é 79, 80 e tal.

A.M. – A Lei da Anistia não tratava dessa questão.

V.G. – Não tratava dessa questão. Isso aí era jurídica. O que é que acontece? Eles diziam que não podiam [aceitar] essa ação porque não existia guerrilha. Como é que você queria procurar guerrilheiro, se não teve guerrilha? Era essa a resposta. Em 82... Tanto que a de 79, eu e minha mãe não tínhamos entrado. A gente só foi entrar na de 82. Eu acho que foi repetida em 80. Eu não acompanhei esse processo. Mas eu acompanhei o processo de 82. Então entra essa ação,

em 82, pedindo a localização dos corpos, na medida do possível, (ainda diz isso na ação) a identificação e atestado de óbito. Porque nem isso as famílias... Por exemplo, eu era casada, então eu não podia fazer nada. Eu registrei o Maurício, e na realidade, quando eu registrei o Maurício, em 84, pela lei brasileira, ele não era filho do Fernando, ele era filho do Gilberto. Porque a mulher casada, o marido, o homem não podia reconhecer o filho fora do casamento. A mulher casada, o filho era do marido. O Maurício, oficialmente, vamos dizer, só passou a ser filho do Fernando com a Constituição de 88, porque reconheceu os desaparecidos.

A.M. – E aparecia o nome do Gilberto na certidão?

V.G. – Não, não aparecia. Mas ninguém sabia. Mas se eles fossem mexer os pauzinhos, o Maurício era filho de um morto. Claro que eu estava amparada pela Lei da Anistia. Mas a coisa era muito complicada.

D.P. – Mas na certidão do Maurício...

V.G. – Não. É Fernando.

D.P. – O pai é Fernando.

V.G. – Não. É Fernando. Mas isso, pela lei brasileira...

D.P. – Entendi. Você não podia... Isso é complicadíssimo.

V.G. – Eu cometi um crime. Outro crime que eu estava cometendo. Mas eu, como...

D.P. – Adultério.

V.G. – Adultério. E o adultério... E a mulher casada...

D.P. – É. São muitos casos assim.

V.G. – É, vários casos. E com a Constituição de 88...

D.P. – Você não é viúva.

V.G. – É. Você não é viúva. Você não era nada. Eu era casada. Então Luiz Eduardo pedia atestado de óbito, para isso, para que você... casos como eu, caso do Rubens Paiva, para poder

abrir o inventário do Rubens Paiva, que não abria nunca. Tinha vários casos assim complicados. Bom.

D.P. – Barra pesada.

V.G. – Barra pesada.

A.M. – Aquele atestado de paradeiro ignorado ou de morte presumida, que era o previsto na Lei de Anistia, vocês acionaram?

V.G. – É. Era morte presumida. É. Não. Aí aconteceu o seguinte. Os familiares e o CBA, na época, achavam que a gente não tinha que pedir atestado de morte presumida, porque se nós pedíssemos a certidão de morte presumida, eles tinham [teriam] desaparecido, e eles não desapareceram. Eles não foram embora de casa. Eles tinham que dar um atestado de óbito. Então a luta da anistia dentro do grupo Tortura Nunca Mais em São Paulo, a luta continuava. Muita dificuldade... Bom. Aí, voltando. Em 91... para chegar lá. A gente já está no coisa... Em 91, a irmã do João Carlos Haas consegue, na Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, que a Comissão de Justiça e Paz organize uma caravana dos familiares ao Araguaia, para ir no cemitério de Xambioá, em cima do depoimento que eu dei, [de] que naquela cova estava o João Carlos. Aí nós vamos. A Comissão paga a nossa estadia lá. Mas a passagem de avião não. Nós é que tínhamos que pagar a passagem de avião. Aí nós pagamos a nossa passagem de avião e fomos para Xambioá. Em Xambioá, a Arquidiocese de São Paulo que arcou com todos os custos. E vai junto o Badan Palhares, que é legista, vai o representante do Luiz Eduardo Greenhalgh, que é o Aton Fon, ex-presos político, que é advogado, trabalhava com Luiz Eduardo, e vão os familiares. Aí a gente chega lá, tem que abrir o cemitério de Xambioá. E a gente pediu... primeiro, pedimos autorização ao juiz, o juiz autorizou. Aí tinha que pedir autorização àquela mulher que mostrou: “Olha aqui, aqui está João Carlos”.

A.M. – Porque os parentes dela, também, estavam ali.

V.G. – Estavam ali. Aí fomos, até fui eu, Fon e a Maria do Socorro, que era deputada do PCdoB pelo Pará, na casa dela. Chegamos lá, ela não morava mais lá. Ela já morava em Belém. Aí o filho, que tinha na época, era menino, treze anos, isso aí é 91, onze anos depois, acho que ele já estava com vinte e três anos, ele autorizou que se abrisse aquela cova. Tinha uma árvore

plantada em cima. Árvore linda. Derrubaram a árvore. Aí sai o primeiro esqueleto, vestido com uma camisa de tergal – daquele tempo, lembra? – vermelho e azul marinho, aí ele fala assim: (ele tinha doze ou treze anos) ele fala assim: “Esse era meu tio. Eu lembro que meu tio foi enterrado com essa camisa”. Porque o tergal não desfaz. Aí sai outro corpo, que era do avô. Aí saem duas ossadas: uma de um homem jovem e outra de homem velho. Isso eu também conheci, porque, quando eu falei da minha coisa de antropologia física com a Marina São Paulo Vasconcelos, eu aprendi a conhecer esqueleto. E é verdade. Você conhece. É impressionante. Você sabe... Claro que se você estudar mais, com DNA... Naquele tempo não tinha DNA. Você sabe se é homem, se é mulher, se é velho, se é novo. Agora saber se era negro ou branco, eu não tinha esse conhecimento. Mas...

D.P. – Quem estava lá olhando isso? Você...

V.G. – Ah. Tinha um monte. Eu, a Criméia, o pai do... dr. Girão, dona Cyrene já tinha morrido nos anos 90, isso era 91, fazia acho que meses que a dona Cyrene tinha morrido, dr. Girão falou: “eu vou assumir o que a Cyrene fazia”. Eu junto dele, segurando a barra desse velho. Eu, Criméia, dr. Girão, Suzana Lisboa, de...

D.P. – Rio Grande do Sul.

V.G. – A Diva, da Bahia, a irmã do João Carlos... Seis. O Fon, o Badan Palhares, o assessor... o cara lá...

D.P. – Badan estava lá com toda a sua...

V.G. – Não. Só tinha um cara. Depois nós descobrimos, ele dizia que era o assistente dele, o cara era segurança da Unicamp. Ele levou um segurança.

D.P. – Mas ele levava material?

V.G. – Ah. Uma esculhambação que ele fazia.

D.P. – Tinha fotografia?

V.G. – Nada. Não tinha nada. A forma como ele tirava, uma esculhambação total. Aí começaram a dizer que o João Carlos não era o João Carlos, aí enterra eles outra vez. Nós... Eu e a Criméia, ali, comemos mosca, porque a gente devia ter brigado, para não deixar fazer isso.

D.P. – Mas qual era a prova que não era João Carlos?

V.G. – Ah. Porque ele disse que não tinha prova, que não era... Sei lá. Ele inventava. Que não era, que aquilo não era coisa de guerrilheiro, que aquele velho podia ser não sei quem... Aí fica todo mundo em cima, deve ter um monte de... como é que chama? – de infiltrado, aí ele vai, enterra e...

D.P. – Enterra de novo, é?

V.G. – Enterra de novo, é. (Está quase... Vai para a quarta. Acho que acaba hoje.)

[FINAL DO ARQUIVO pho_2217_victoria_grabois_2015-03-13_03]

Dulce Pandolfi – Você está contando a história de Xambioá. Desenterrou os corpos...

Victoria Grabois – Desenterrou lá as ossadas. E aí, claro, virou feriado na cidade. E aí, cada cova que abria, a meninada toda olhando, eu nunca vi tanto menino cair dentro da cova.

D.P. – Vocês abriram várias então.

V.G. – Foram várias. Aí chega um cara e fala assim: “Vai naquela ali”. E a gente...

Angela Moreira – Uma pessoa que vocês desconheciam.

V.G. – Um homem. É. Vai naquela ali. Quando esse homem vai lá naquela ali, abre, sai um esqueleto enrolado num paraquedas. Esse esqueleto, de mulher, porque tinha uma calcinha, só tinha a renda da calcinha, tinha uma bota, que eu disse que era camurça, a Criméia disse “não, aquilo era couro de boi”, um furo *aqui*. Aí não teve dúvidas que era uma guerrilheira, porque... enrolada num paraquedas, toda amarrada no paraquedas, aí não teve dúvidas. Ela era baixinha. Aí a Criméia disse: “Duas baixinhas, a Maria Lucia Petit ou Áurea, é uma das duas”. Aí o Badan, de uma maneira... Em vez de trazer o esqueleto inteiro... Claro. Porque ela já estava... 91. Ela morreu, foi a primeira a morrer, em 72, então eram dezenove anos. O esqueleto já estava

desmi... Aí desmilinguiu todo, [com] o que ele fez. Ele fez um trabalho péssimo. Aí bota numa caixinha. Isso é levado para São Paulo. Porque ele disse assim...

D.P. – O material que estava do lado, isso foi perdido, o paraquedas?

V.G. – Não. Juntou... Não. Juntou o paraquedas, juntou tudo.

A.M. – Mas vocês registraram esse processo.

V.G. – Tudo registrado. Isso aí, tudo registrado. Vai vendo. Mas aí... Por isso. Mas aí, dos dois que haviam tirado, dos dois não tinha provas que eles eram... Aí ele também aproveitou isso: “olha aqui, essa daqui está enrolada no paraquedas –, ele mesmo disse –, não tem dúvida. Só precisa agora identificar qual delas, quem é”. Alguém do destacamento A... Alguém do destacamento C, porque ali era destacamento C. Então, a Maria Lucia era destacamento C e a Áurea era destacamento C. E o outro, não tinha prova, aí enterra novamente. O Badan junta aquilo tudo e fala para a Criméia e para o...

D.P. – Então só levou... quantos cadáveres?

V.G. – Só levou a Maria Lucia. O resto enterrou todo, outra vez, lá dentro. Vai vendo. Aí ele diz para a Criméia e para o... e para todo mundo, que ele vai descer em Brasília. Porque para você ir para Xambioá, você tem que ir até Brasília, pegar outra... Até hoje é assim, você faz escala em Brasília. Que ele vai ficar em Brasília e que... ele vai falar com o Tuma. O Tuma era o chefe da Polícia Federal. Ia passar o relatório.

A.M. – Romeu Tuma.

V.G. – Romeu Tuma. E deu a chave do carro... Olha só. Eu falei: “Criméia, vocês são doidas”. Deu a chave do porta-mala do carro dele, que era da Secretaria de Segurança Pública, para abrir a mala do carro, colocar aquela caixinha, jogar a chave dentro e fechar; que depois ele abria com outra chave. Bom. Aí está descoberto Maria Lucia. Em 96, *O Globo* faz uma reportagem sobre o Araguaia. Faz uma reportagem sobre o Araguaia e aí aparece a Maria Lucia morta, e descreve; então se chega à conclusão que aquela ossada é da Maria Lucia; aí há uma pressão para o Badan Palhares reconhecer. Em 96 não tinha exame de DNA. Então, ela era de Bauru, a família era de Bauru, e ela ia ao dentista, o dentista ainda tinha a arcada dentária dela; e pela

arcada dentária, pela prova d'*O Globo*, que *O Globo* comprou sei lá de quem, de um militar [que] vendeu, saíram várias reportagens sobre o Araguaia. Então a prova que aquela era Maria Lucia, que a Maria Lucia tinha morrido, tinha aquela ossada, pela arcada dentária, se descobriu. E Maria Lucia é a única... é a primeira – só ela e depois o Bergson –, identificados[a] como guerrilheira do Araguaia.

A.M. – E entre 1991 e 1996?

V.G. – Nada. Nada. Só... Aí tem a Lei 9.140. Mas deixa eu só terminar o Araguaia, para entrar na Lei 9.140. E aí...

D.P. – E me diga uma coisa. Essa reportagem d'*O Globo*, você acha que teve pauzinho de alguém? Por que *O Globo* fez essa reportagem sobre o Araguaia? Você tem alguma explicação?

V.G. – Não. Pode ser sensacionalismo d'*O Globo*, querer mostrar, e...

D.P. – Porque sempre foi um assunto meio tabu.

V.G. – Tabu. E aí a menina, a Barsotti foi... Aí tem umas histórias. Chegou um homem vestido com uma capa bege, com chapéu não sei que, chegou para a jornalista, mostrou aquilo, aí *O Globo* foi lá não sei aonde e comprou.

D.P. – A reportagem foi mais ou menos decente?

V.G. – Foi. Uma reportagem... Foi bem decente. Foi uma reportagem interessante.

D.P. – Quem foi o repórter?

V.G. – Adriana Barsotti. Que ganharam a medalha Chico Mendes⁴ até. Aquele tinha o nome de árabe... Foram quatro repórteres. Só lembro da Adriana Barsotti, que mais conversava comigo.

A.M. – E vocês foram consultados em algum momento?

⁴ Na verdade, ganharam o Prêmio Esso de Reportagem de 1996. E mais dois outros prêmios. Reportagem de Adriana Barsotti, Aziz Filho, Amaury Ribeiro Jr., Cid Benjamin e Consuelo Dieguez.

V.G. – Fomos. Ah. *O Globo* consultava sempre.

D.P. – Vocês aparecem na reportagem?

V.G. – Talvez apareça, sim.

D.P. – Rápido.

V.G. – Rápido. Fulana falou isso, Victoria falou aquilo... Essas coisas assim. Mas nesse ano de 96 também... acho que foi nesse ano, ou 93 – aí tem que perguntar para a Criméia, porque a minha memória já está falhando, ou olhar o último livro que a Criméia fez – a Criméia vai, novamente, ter uma nova expedição ao Araguaia. E aí ele vai com a equipe de antropologia forense da Argentina; e abre novamente essa vala onde a gente tinha achado os dois e colocaram os dois lá dentro outra vez, e essas ossadas são levadas para Brasília; e vai para a Secretaria de Direitos Humanos, fica lá. Aliás, agora está na UNB. Foi tirada. A gente até brigava, que ficava nos caixotes lá essa ossada. Bom. Isso é em relação à identificação dos corpos. Para a gente não se perder.

D.P. – Mas essa ossada foi para Brasília, ficou lá até quando?

V.G. – Bom. Aí ficou o seguinte. Essa ossada, a Maria Lucia, se descobre, em 96, que... se identifica que Maria Lucia é Maria Lucia...

D.P. – A do paraquedas.

V.G. – Paraquedas. A família consegue, através da reportagem d’*O Globo* e mais as evidências da arcada dentária e as condições em que ela foi achada: enrolada no paraquedas, com um tiro... Aí as pessoas ali, naquela hora, diziam: “Ela é guerrilheira. Ela é guerrilheira”. Aí tinha: “Não. Ela é uma prostituta”. Isso eram os dedos-duros que estavam lá, os informantes. “Essa moça aí era uma namorada de um fazendeiro, que ele não queria que ele namorasse a prostituta e ele mandou matar a prostituta”. Mentira. Se ele ia botar a prostituta enrolada no paraquedas? Essas coisas assim. Mas aí foi identificado, através da reportagem d’*O Globo*, mais a arcada dentária, aí é Maria Lucia Petit que é enterrada. Aí, não sei, é 96 mais ou menos, eles voltam lá, com a equipe de antropologia forense [argentina] e tiram as duas ossadas de dentro e leva para Brasília, que fica... Aí a família do João Carlos começa a se mexer. E aí já está... 96, já está o

José Gregori, já tem Secretaria de Direitos Humanos, a coisa [começa a] melhorar, e começa uma grande... a identificação. Aí já aparece exame de DNA. Bom. Moral da história. A ossada, uma é do velho, uma foi identificada, que a ossada era de um homem velho. Só tinham dois homens velhos no final da guerrilha, o meu pai e o Manuel Chaves. Meu pai não era, porque só foi enterrado no cemitério de Xambioá quem era do destacamento C e quem morreu até 72; porque a partir de 73, eles não enterravam mais. A ordem dos militares de Brasília era matar, cortar as cabeças e as mãos, manda para Brasília, para reconhecimento, e o corpo, o resto do corpo, diziam que enterraram na Base Aérea de Xambioá, que fizeram uma base aérea, outros dizem que foi para o Rio... Dizem coisas, que você não sabe o que aconteceu realmente. Então só tinha o outro velho, que era o Manuel Chaves, que jamais – se não se abrir os arquivos da ditadura – jamais você vai saber, porque só a família pode fazer esse exame de DNA. O Manuel Chaves nasceu em 1907. Então eles dizem que não tem arquivos da ditadura. Um dia lá, no grupo, aparece a Nadine com o dossiê...

A.M. – A Nadine Borges.

V.G. – Nadine Borges, que é da Comissão da Verdade do Rio, (nessa época, ela ainda não era daqui, ela ainda era assessora da nacional) eles conseguiram... (ou era daqui, já não lembro mais) ela chega com o dossiê do Manuel Chaves. Em 1900... Porque o Manuel Chaves, ele participou da Intentona de 35, e aí ele foi expulso da Marinha. Em 62, ele entra com um processo, pedindo anistia. Então foi através desse processo. Esse processo a Comissão da Verdade conseguiu. E lá tem o endereço, que é em Santa Cruz. Agora eu não sei se eles foram lá. Nunca mais a Nadine me deu uma posição sobre isso. É tanta coisa assim, que... a gente nem se conversa mais assim, é muito rápido. Porque eles tinham que ir atrás disso, sei lá, fazer uma investigação, perguntar para o vizinho... Bom. Mas tudo isso podia ser resolvido se o Estado brasileiro tivesse a coragem de abrir os arquivos da ditadura militar. Então você não precisava fazer nada disso. Era tudo muito simples. Então... Aí, essa ossada, já estamos já no final dos anos 90, entramos no século XXI, já tem DNA, e fizeram mais não sei quantos exames de DNA, mas muitos exames de DNA, e se chega à conclusão que aquela ossada não é do João Carlos, é do Bergson Farias, que era um estudante do Ceará. E na minha cabeça eu sempre soube. Ele tinha um tiro na perna. E eu sempre soube que o João Carlos antes de morrer, todo mundo pensava que ele tinha morrido, ele levou um tiro na perna, ele mesmo que tirou a bala dele, ele sobreviveu, ele custou a voltar, porque ele ficou convalescendo na Mata, para voltar

no ponto lá, no lugar que ele tinha que voltar, o João Carlos era um cara alto, e aí eu comecei a achar... eu falei assim: bom, eu acho que... na minha cabeça, falei, aquele é o João Carlos, porque a voz do povo é a voz de Deus. Mas me disseram o seguinte. Que o Bergson, também, era alto, que o Bergson era um cara alto e que o Bergson, também, levou um tiro na perna. Mas eu... E a mãe do Bergson ainda pôde enterrar o filho e tudo. Disse que é o Bergson. Eu não falo isso abertamente para a família porque isso, para a família, é chocante. Mas na minha cabeça, na minha intuição, porque eu tenho essa intuição quando eu... as coisas... Quer dizer, claro que você não pode ver na intuição, aí tem que ser... tem que ter o lado científico, também, da questão. Tem que ter o lado científico. Mas eu acho que é o João Carlos, porque a mulher disse que era o doutor, para mim é o doutor. Eu acredito no povo. Aí eu vou para o ditado popular. Mas é o Bergson, tudo bem, é o Bergson. Vamos lá. E o Bergson é enterrado em 2009, em pleno governo Vannuchi. Não sei se Vannuchi falou isso aqui.

D.P. – Quantos corpos foram identificados?

V.G. – Só os dois. A Maria Lucia e o Bergson. Só os dois. Em outras idas, Luiz Eduardo, também, faz expedições da cabeça dele e traz uma cabeça *desse* tamanho, aí chegaram à conclusão que era o Osvaldão, porque a cabeça era grande... Umas coisa assim absurdas, que não tem nada de científico. Achar uma ossada com uma ceroula vermelha, aí acharam que era do Bergson... do Bergson [não], do italiano, do Libero Giancarlo Castiglia, porque como ele era italiano, ele usava ceroula. Mas o garoto veio para cá criança, de italiano ele não tinha nada. Ele era brasileiro. Umas coisas assim, absurdas e tal. Coisas absurdas acontecem. Isso aí é referente à guerrilha, antes da gente chegar, agora, na questão da sentença. Porque aí, a sentença, tem muitas coisas novas. Então a gente vai para...

A.M. – Só um parêntese. No processo de elaboração da Lei 9.140, vocês participaram?

V.G. – Partici... Não. Da elaboração da lei?

A.M. – É. Sugerindo, apresentando demanda, sugerindo conteúdo, aspectos relativos ao conteúdo da lei, alguma coisa assim?

V.G. – Não, não. O Nilmário era muito ligado a nós. Nós éramos ligadas ao Nilmário. E o Nilmário... Quem fez o anteprojeto foi dr. Hélio Bicudo. O Nilmário viajou para o Chile, e foi

baseado muito na lei do Chile. Nilmário viajou bastante... A gente... Não tivemos, assim, muita... Nós tivemos mais atuação... que a lei fosse aprovada, pela aprovação da lei. E a lei, finalmente, é aprovada. E... Que eles fazem duas coisas, *só para os desaparecidos*. Que na nossa listagem, eram 132 desaparecidos; e, com o decorrer, apareceram mais quatro. Claro. Apareceram 136. Aí a luta do grupo Tortura Nunca Mais do Rio, junto com a Comissão de Familiares de São Paulo, inicia uma luta: que não podia ser relativo só aos desaparecidos, também tinha que ser aos mortos. Porque aí entra o governo para dividir os familiares. O que é que o governo faz? Essa lei tem dois pressupostos, que são os mais importantes. O mais importante é a localização e a identificação dos restos mortais de todos... dos desaparecidos, e aí estende para os mortos. Porque você sabe que morto não quer dizer que tem corpo. Morto é aquele que durante a ditadura recebeu o atestado de óbito, indecente, mas recebeu, que tem um T – terrorista. Que agora, com a Comissão da Verdade, mandou que se modificasse. Quer dizer, a única coisa boa da Co[missão]... Porque... Claro que tudo na vida tem seu lado positivo e negativo. Agora, da Comissão da Verdade, modificar esses atestados de óbito que tem um T da pessoa. Quem foi enterrado? Os mais conhecidos. Marighella, Lamarca, alguns que não tinham... o Lincoln Oest, alguns, conseguiram enterrar; mas muitos, muitos não foram enterrados, mas são considerados mortos porque receberam atestado de óbito. Quem era considerado desaparecido é quem nunca recebeu atestado nenhum. Aí o grupo entra numa campanha...

D.P. – Deixa eu perguntar um negócio. Na sua concepção, morto tem atestado de óbito, ou tem alguma identificação do Estado brasileiro, tipo assim: veio a notícia que fulano morreu num tiroteio; saiu no jornal, morreu no tiroteio; o corpo não foi entregue, não tem um atestado de óbito, mas tem essa declaração de que ele morreu num tiroteio. Isso é um morto.

V.G. – É um morto. Isso é um morto.

D.P. – Mas não se limita a atestado de óbito, porque muitos não têm atestado de óbito.

V.G. – Não. Muitos não têm atestado de óbito. Muitos não tinham.

D.P. – É. Mas tem o reconhecimento do Estado. Mesmo sabendo que aquilo foi uma farsa.

V.G. – É, do Estado. É, claro. Mas quando eles falavam que o cara morreu, eles entregavam. Tanto que lá de Ricardo de Albuquerque, tem os quatorze, têm uns que são mortos, outros são desaparecidos. O caso da Ranússia. Ela foi totalmente desfigurada, mas ela recebeu um atestado de óbito. Uns têm, outros não têm. Aí o grupo... em São Paulo, nós entramos numa campanha: que tinha que ser para todo mundo. Porque aí o governo do Fernando Henrique, ao invés de iniciar com a identificação e a questão da reparação –, que a gente não chama indenização, porque a ONU considera que é uma reparação, uma reparação econômica –, o Brasil, para dar um cala-boca para os familiares, começa pela reparação. Uma média de cinquenta mil dólares para cada um. Que todo mundo fala na rua que é cem mil. Cem mil reais, na época que o dólar era dois reais. Então, cinquenta mil dólares. Aí começa... Claro que têm famílias que foram para lá, que foi só pegar o dinheiro, nunca mais apareceu. Quando a gente estava em plena campanha para que o Estado assumisse tantos os mortos quanto os desaparecidos, o grupo Tortura Nunca Mais que tem uma salinha *desse* tamanho, que tem um hall, as pessoas ficavam no hall, não entravam, de tanta gente. Hoje, mais da metade nunca mais apareceu. A gente foi para Brasília, fizemos vigília. Foi uma luta árdua para conhecer os mortos também. Finalmente Fernando Henrique reconhece os mortos, faz um adendo na lei. E a primeira coisa que eles fazem é a reparação. E aí o grupo tem um papel importante de preparar a... Não. Aí é criada uma comissão. Aí é criada a Comissão...

D.P. – De Familiares de Mortos e Desaparecidos.

V.G. – de Mortos e Desaparecidos, Familiares, que só os desaparecidos [é] que não precisavam provar. Os desaparecidos... O Fernando Henrique, quando a lei é sancionada... Quando a lei é sancionada já vem a relação dos 132. E, no decorrer dos trabalhos, eles descobriram mais seis. Então esses não precisavam provar nada. Mas aqueles que eram mortos, [eles] precisavam provar. Então, sempre, o ônus da prova [era] para nós. Então têm casos: de dois que morreram no mesmo lugar, no mesmo Doi-Codi, vamos dizer do Rio, um, todo mundo viu ele sair, ser morto e não voltar mais; o outro, ninguém viu. Teve um caso desse, que eu já não lembro quem são, mas têm esses casos. Uma família é indenizada, e a outra não. Aí cria aquela animosidade. Aí vem a história do dinheiro. E aí começa... Aí a gente teve um trabalho intenso, porque era recolher provas, provas e mais provas, eram muitas provas, principalmente... Aí tem o caso, assim emblemático, do Marighella e do Lamarca, no mesmo dia, fomos para Brasília, fizemos... para reconhecer, porque seria uma... Marighella foi enterrado. Mas... Eu acho que o Nilmário

foi o relator do Marighella, e o do Lamarca, acho que foi a Suzana, uma coisa assim. Ou a Suzana... Os dois lá. E isso demorou uns dois anos, o trabalho. Criméia era funcionária da prefeitura de São Paulo, era tempo do Maluf, liberou ela para ir para lá, o Gilney era deputado federal, a casa... e a Suzana...

A.M. – Gilney Viana.

V.G. – Gilney Viana. A Suzana era a representante dos familiares na Comissão, a Iara... a Criméia e a Iara eram assessoras da Suzana. Porque uma pessoa sozinha não trabalha naquilo. Uma coisa impressionante. E a Criméia ficou morando um ano em São Paulo, na casa do Gilney e da Iara.

A.M. – Em Brasília.

V.G. – Em Brasília. A sorte, aquele ano, o Gilney foi deputado federal, para poder segurar essa barra, que era...

A.M. – Só para deixar registrado. Quando você fala que vocês começaram um movimento para encontrar essas provas, uma vez que o ônus da prova havia ficado sob encargo da família, é pesquisa em arquivo, recolhimento de depoimento, de testemunho?...

V.G. – Recolhimento de testemunho. Aqui no Rio, os testemunhos eram feitos na OAB. A OAB que fazia esses depoimentos. E idas ao arquivo do estado, Arquivo Público, nós ajudávamos as famílias, porque as famílias não tinham... Muitas famílias de gente... Não tinham como fazer esse tipo... E não é só. Por exemplo, a Iara era uma... Aí Jessie Jane, (primeiro teve o [] Jessie Jane), abriu, o grupo ia lá e... estava aberto, porque tinha família... tinha gente que morreu no Rio mas morava lá em...

D.P. – Por que Jessie Jane?

V.G. – Jessie Jane foi a diretora do Arquivo Nacional.

D.P. – Ah. Quando ela estava diretora do Arquivo.

V.G. – É. Depois o Paulo Knauss...

D.P. – Do Arquivo Estadual.

V.G. – Estadual, é. Quando... O Paulo Knauss também, agora, se eu quiser chegar lá e falar... eles já sabem... se grupo Tortura Nunca Mais... Porque só pode entrar família. Mas sendo o grupo Tortura Nunca Mais, a gente liga para ele, ele avisa para os funcionários, abre para a gente. E assim... A Iara teve um papel, também, muito importante. Muita gente de Brasília, de São Paulo. Havia trocas. Aí o pessoal lá, trabalhando em São Paulo, a gente aqui no Rio, elas lá em Brasília... Porque tinha que fazer pesquisa.

D.P. – Você fez curso ligado a essa coisa de legista? Porque a Cecília... Mais ou menos. Vocês fizeram?

V.G. – Não. A gente fez no olhômetro mesmo.

D.P. – Você chegou a ir para a Argentina? Não.

V.G. – A Argentina veio aqui, disse... A gente aprendeu na marra. E a gente usou a mesma metodologia que, agora, a Comissão da Verdade está usando. A mesma metodologia dos cruzamentos, de olhar, ver as fichas datiloscópicas, assim, fazer a comparação... E a gente começou a redigir... O grupo ferveu. E até num certo ponto era bonito. O grupo teve vida nessa época. E redigir, porque tinha gente que não sabia nem redigir uma petição... Tinha gente que contratava advogado. E quando tinha um caso emblemático... Porque tinha os reacionários. O tal do Grandino, que foi reitor da USP. O cara era assustador. Eu entrei, assim aquele homem, com aquele *oclinhos* assim, eu, só olhar para aquele homem, eu fiquei assustada, eu fiquei com medo. Eu falei: acho que esse cara é da Gestapo, ou da SS. Eu me assustei com aquele homem. O coronel, general lá, que tinha. Era uma...

D.P. – Da Comissão.

V.G. – Da Comissão. Era assim. Só tinha Suzana e Nilmário. Mais ninguém. Até o pro...

D.P. – Você chegou a frequentar a Comissão? Não. Só podia quem era oficialmente membro.

V.G. – Não. Só quem era membro. A Criméia...

D.P. – Mas você foi a alguma reunião, substituindo alguém? Não podia também.

V.G. – Não, não. Só ia lá na hora da agitação. Foi o seguinte. A Suzana cansou, aí no final do governo Fernando Henrique, aí eu fui eleita a representante mas nunca me chamaram. Aí vem a eleição do Lula. Aí a Suzana volta. Suzana cansou. E aí a Suzana foi. Mas eu nunca participei. Só olhar para a cara daquele homem me assustava. Então foi uma luta intensa. E a questão da localização, e a questão da localização e da identificação, essa Comissão até hoje... Ela organizou algumas caravanas, e fazia de uma maneira que assustava a população. Como agora o Grupo de Trabalho Araguaia está fazendo. Chegando com helicópteros, com funcionário da Secretaria de Direitos Humanos armado, Polícia Federal, Exército. A população se assustou. E aí qual foi o fato importante que aconteceu? Em... Isso eu acho que era... Minha mãe morreu em 99. Minha mãe ainda estava viva. Em 98, estava tudo um marasmo. A ação do Araguaia não andava. Foi dada entrada em 82, nós já estávamos...

A.M. – Ação judicial.

V.G. – Ação judicial interna. Não andava. Essa ação não andava. Uma vez lá, essa ação foi arquivada, aí veio a procuradora, desarquivou a ação. E aí eu até falei: “Gente. A gente tinha que fazer alguma coisa no grupo. Vamos fazer alguma coisa para agitar isso aqui”. Aí resolvemos chamar os amigos nossos que são da área judiciária. Chamamos Glória Márcia Percinoto, que era promotora de Justiça, chamamos Sérgio Verani, que era juiz... Agora já se aposentou. Dia 3 de fevereiro, ele se aposentou. Ele era desembargador. Modesto... Bom. Fizemos o dossiê. E esse dossiê foi enviado para a Procuradoria de São Paulo, por causa do caso Perus. Nós colocamos no dossiê os casos emblemáticos: Ricardo de Albuquerque, Perus e o Araguaia. Foram os três casos que nós colocamos. O caso... E entregamos para o Daniel Sarmiento, que era procurador; mas ele não era procurador da área criminal, era da área cível; reclamamos da Comissão, que não fazia nada, que o presidente era o Miguel Reali – ele ficou muito danado da vida –; e aí caiu nas mãos lá de São Paulo, Perus, na mão do procurador, do Marlon Weichert, que junto com a Eugênia, hoje Gonzaga, (não é mais Favel, que ela se divorciou, agora ela é Gonzaga), e aí eles resolveram dar andamento a Perus; e foram para o Araguaia. Criaram o grupo de trabalho com o Marlon, com dois procuradores do Pará e um procurador de Brasília. Então todo o trabalho que nós tínhamos feito em 80, de entrevistar os moradores da região, o Ministério Público fez novamente isso. Por quê? Porque quando nós levávamos as nossas gravações, eles diziam que nós éramos familiares e que não tinha nenhum valor [ter] sido tomado por nós, porque tinha emoção. Nós éramos família, aqueles

depoimentos não valiam nada. Em 2001 os depoimentos foram tomados pela Procuradoria da República, do Ministério Público Federal. Então passaram... O que é que aconteceu? Eles tomaram depoimentos dessas pessoas e mais outras, e muitas já tinham morrido. Então passou a ter valor, porque foi o Ministério Público Federal que tomou essas medidas. Isso já era 2001.

A.M. – Vocês entregaram esse dossiê em 2001?

V.G. – Não. Nós entregamos o dossiê em 1998 ou 99. Que já não estou lembrando. Nem o Daniel... Outro dia, eu estive com o Daniel Sarmiento, e ele também não lembra. Precisava olhar. Mas eu sei que minha mãe morreu em 99, minha mãe foi. Para minha ter ido, acho que foi em 98. Porque a minha mãe já estava meio ruinzinha em 99. Eu acho que foi 98. E esse dossiê trouxe um novo... alento assim e tal. Porque tudo muito parado. Bom. Até que em 2003 entra uma nova juíza, que é a Solange Salgado. Porque quem era o juiz da 1ª Vara? Era o tal de Vicente, que era... Ele era o... Ele é ainda o padrasto de um dos meninos que matou o índio pataxó. Família finíssima. Daquelas histórias do índio pataxó. E aí entra uma nova juíza, que é Solange Salgado, que dá uma sentença favorável a nós. Aí lá vamos nós para Brasília, para a GU. [Procuradoria-Geral da União] O cara da GU lá, o... como é que é? – o advogado geral –, tinha sido... Ele era advogado, segundo ele, ele ajudou o Luiz Eduardo a fazer os vários recursos. Foram dezesseis recursos; com aquele, foi o décimo sétimo. A ação do Araguaia teve dezessete recursos. E nós pedimos que o governo de Lula aceitasse... e não entrasse... Aí fomos falar com José Dirceu, com todo mundo...

D.P. – Que o governo de Lula aceitasse?...

V.G. – Aceitasse a sentença ali. Que não entrasse com novo recurso. Porque ia ser o décimo sétimo recurso. Pedimos a José Dirceu, pedimos ao secretário-geral da PGU, ao Márcio [Thomaz Bastos]. Não bastou. O governo recorreu. O governo de Lula. E aí foi para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o relator foi o Teori Zavaski, que manteve a sentença da juíza. Bom. Para encerrar o processo interno. 1992, a gente entra com a ação. Estamos em 2015. Trinta e três anos depois, essa sentença ainda não foi executada. A juíza, eu acho que ela se arrependeu até de dar essa sentença. Porque o juiz quer executar. Como estava nesse marasmo, a gente fez esse dossiê, em 95, também estava um marasmo, e aí a gente conhece o James Cavallaro, que era da Human Rights [Watch], que fala o seguinte: “Vocês podem entrar na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Porque só vai para a Comissão... No Brasil, o único caso

que pode ir para a Comissão é o caso do Araguaia, porque tem processo; e é um processo que não foi julgado ainda”. Não tinha nem sido julgado. Então, pode reclamar. Aí é enviado. Aí a gente manda esse processo, como co-peticionários do processo, o grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro, da Comissão de Familiares e o Cejil, que é... Porque aí, até então... A gente começou com a Human Rights [Watch]; a Human Rights [Watch] se desfaz; e fica a Justiça Global atuando na área da militância e o Cejil, na área jurídica. E aí o Cejil –, que o Centro pela Justiça e o Direito Internacional –, é o peticionário principal, encaminha para a Corte [Comissão?] Interamericana de Direitos Humanos. Isso era 1995. Em geral, ficamos sabendo, quando o processo vai para Corte... para a Comissão, ele fica, no máximo, três anos. O nosso ficou nove. Fernando Henrique... Por quê? Porque quem sustenta a Corte e a Comissão é o Brasil, porque os Estados Unidos não pertencem – nem os Estados Unidos nem o Canadá pertencem à Comissão de Direitos Humanos da OEA, então só fica o Brasil, e o Brasil é que mais dá... Eu já fui para duas assembleias ordinárias da ONU, já fui para Lima e fui para El Salvador, e na hora do relatório, o país que mais deu dinheiro para a OEA é o Brasil. Se é isso... Se é isso, eu não sei. Até que no Brasil... Aí teve uma audiência num... Teve uma audiência em Washington... Já não lembro. O Gil tinha sete anos. O Gil nasceu em 1994. Em 2004, ela teve uma audiência, a responsável pelo Cejil aqui, a diretora, era uma argentina, e o Brasil, esse país enorme, o Cejil resolve abrir... dividir o escritório, porque atendia ao Brasil e a todo o Cone Sul – Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai, e aí a argentina vai para Buenos Aires, e vem uma brasileira trabalhar aqui, e a diretora-executiva do Cejil de Washington, também, vem para o Brasil, porque o marido dela vem fazer o mestrado na UFF. Com a vinda delas teve uma nova... novo gás para a sentença, que estava parada. Elas resolvem fazer uma audiência lá, em cima da Lei da Anistia, porque essa história que os crimes conexos e tal, levam o Marlon como testemunha, que era uma pessoa importantíssima, e aí a Comissão encaminha para a Corte; e na Corte, foi rapidíssimo, durou um ano e pouco. Aí fazem uma audiência em 2010. Nós vamos para San José da Costa Rica nessa audiência*. E sai a sentença... *em 2010, em maio, e a sentença sai em novembro de 2014; sendo que tem quatro anos... Têm coisas lá que têm que ser resolvidas em dois anos, em um ano – e tem quatro anos para o Brasil cumprir a sentença. Nós já estamos em 2015, já faz cinco anos, e muito pouco dessa sentença foi cumprida. E aí o governo, já esperando que uma das demandas da Corte seria uma comissão nacional da verdade, quando nós estamos lá na Costa Rica, o Lula envia para o Congresso o anteprojeto da Comissão Nacional da Verdade. Tanto que, na sentença, os juízes da Corte exortam o Brasil

de ter criado uma comissão nacional da verdade, um pouco tarde, mas eles exortam isso daqui. E se cria... Aí eles já sabiam que tinha que ser criado um grupo de trabalho. O ministro da Defesa, antes da gente ir para a Corte, era o Jobim, manda nos chamar, dizendo que criaram um grupo de trabalho – chamaram Grupo de Trabalho Tocantins, [que ia o Exército]. Aí ele nos chamou. O Jobim é um homem assim de um metro e noventa, aquele grandalhão, bota aquele *data show* no quadro, parecia que... eu pensei que eu estava na Segunda Guerra Mundial, porque a coisa... parecia que você ia sair para a guerra – logística. Aqui é o batalhão da logística, aqui é o batalhão da engenharia, aqui é o batalhão de não sei de quê, não sei quantos carros, não sei quantos... Era um verdadeiro aparato de guerra, para ir para o Araguaia. E nos chamou. Aí todo falou não. Naquelas condições, nós não iríamos para o Araguaia. Aí eles criam o grupo de trabalho Tocantins. Aí a Criméia foi a que mais brigou para que fosse grupo de trabalho Araguaia. Aí eles resolvem mudar o nome. E vai ser grupo de trabalho Araguaia, com sessenta por cento, oitenta por cento do Exército, Secretaria de Direitos Humanos e Ministério da Justiça; mas quem manda é o Exército. Aí a gente começa a fazer...

D.P. – Vocês com participação?

V.G. – Dos familiares. Sempre, eles querem o apoio dos familiares. Aí eu... Eu aí já te falo que daí para frente, eu me recusei a ir - Porque eu não faço parte desse show. Porque é um verdadeiro show - [mais] uma vez lá. Porque eu não tenho mais idade, eu já trabalhei muito, eu estou muito velha. Agora, cabe ao Estado... É claro que a família tem que ir, para ficar olhando, fiscalizando, é claro. Mas aí, minha filha, aí aconteceram coisas incríveis. Uma vez, meu filho foi. E é assim: eles começam a abrir as valas, o Exército, tiram vários corpos, chegam a tirar corpos de gente que foi enterrada recentemente, aí pegam – pelo menos, diz que eles têm uma certa generosidade, sei lá o quê – pegam aquele corpo e coloca num saco preto e enterra novamente. Então foram tiradas vinte e oito ossadas, desde 2010, quando começou... 2009 –, até o ano passado. Porque essa última, de 2014, não... com a Edely Salvatti como secretária de Direitos Humanos, não nos deram nenhuma... nenhum informe do que aconteceu lá. Nós não sabemos. Teve uma só, em 2014. Porque antes tinham duas, três por ano. O Exército vai lá e tira, pega muito mal perante a população, porque você... aquilo é um campo santo, você abre aquelas valas, se tira a pessoa, tira até criança, sem nenhuma... sem nenhum dado científico. Nós pedimos que a equipe de antropologia forense da Argentina viesse para os trabalhos, o governo brasileiro não aceita, porque todo mundo é muito capaz, tem os peritos... É uma coisa

monstruosa. Assusta a população. Porque vem aquele exército, tem... Agora o pior de tudo isso: de 2009 até 2013, o governo brasileiro gastou dez milhões de reais nessas excursões, vamos assim dizer, missões ao Araguaia. Para quê? Para *nada*! Houve, no tempo do Vannuchi, a coleta de exame para fazer um banco de DNA; nós aqui no Rio, [foi] o grupo que organizou, foi em 2005, o Vannuchi... eu estava na UFRJ nessa época, a UFRJ ofereceu, aqui na Praia Vermelha, foi feito aqui na Praia Vermelha, com a presença do Vannuchi, com a presença do Genoma, que é o laboratório, e isso – ó – ficamos sabendo, desapareceram; entra ministro, sai ministro, muda a equipe, cada hora é uma equipe nova, com um pessoal super jovem... Eu adoro jovens. Mas não pode ser assim. Tem gente que conhece a história. Você não pode passar a equipe sem você passar... Essa história é muito complexa, para uma pessoa aprender aquilo em minutos. Chegou a um ponto que agora, com a Edely Salvatti, tinha uma menina, (que é até orientanda da Cecília), ela estava lá, e eu estou no supermercado Zona Sul, comprando, ela vira-se para mim, fala assim: “Victoria, a sua mãe ainda está em condições de falar?” Falei: “O quê?!” Aí eu gritei. “Minha mãe morreu há quinze anos”. O supermercado inteiro olhou para minha cara. E aí eu falei: “Você me liga” e tal. Ela liga... Aí, eu fui para Brasília, eu fiz essa queixa. Criméia falou: “Não vai falar”. Falei: “Eu vou falar”. – “Olha o seguinte. Vocês falaram isso para uma militante política; mas se você fala isso para uma família, simplesmente, família, você pode até matar a pessoa, porque é uma coisa muito dura, a pessoa está morta, “a sua mãe ainda tem condições de falar?” E quem é religioso? Vocês não sabem nada. Tinha que ver”. Por que eles chamaram a minha mãe? Porque a minha mãe não fez exame de DNA. Minha mãe não podia fazer exame de DNA quando teve, minha mãe morreu em 99, o exame de DNA foi feito em 2005. Como que a minha mãe ia fazer exame? Minha sogra fez, que a minha sogra está viva até hoje, tem 91 anos. Mas a minha mãe não viveu tudo isso. Então, assim, muda... Saiu a Maria do Rosário, entra... chega esse, eles não sabem nada, começa tudo do zero. E aí já tem divisão das famílias, porque a coisa demora tanto... Aí começam a sair esses livros, todo mundo ganha dinheiro às nossas custas. Tem esse Nossa, esse Leonardo [*Leonêncio*] Nossa, que fez um livro em cima dos arquivos do Curió, que o Curió vendeu para o *Estado de São Paulo*, quem deu mais foi o *Estadão*, o cara faz um negócio nojento, começa a fazer histórias aí, porque... Não sei por que... Por exemplo, eu não dei entrevista para esse cara. Eu me recuso a dar entrevista. Ele chega à conclusão... Ele entrevistou a Beth, Beth deu a entrevista para ele, concedeu...

D.P. – Que Beth?

V.G. – Beth Silveira, [Elizabeth Silveira e Silva] que é familiar. Ela já foi presidente do grupo, agora ela é tesoureira. E aí diz que a família dela participou da Guerra do Paraguai, que é por isso que o irmão dela teve esse espírito revolucionário. Eu falei: “Beth...” “Não. Porque eu disse que meu pai era da Marinha Mercante... e não sei quem... ele fez pesquisa, ele descobriu...” O nome mais comum. A Beth chama Elizabeth Silveira e Silva, o nome do irmão dela é Luiz René Silveira e Silva. Deve ter quinhentos mil com esse nome no Brasil. Então ele chega à conclusão, que teve um Silveira e Silva na Guerra do Paraguai, e aí ele é. Do Ari Valadão, ele chega à conclusão que tem gente que foi da guerra do Contestado. Umas coisas assim, que não são científicas, que é da cabeça do cara. Isso causa um mal-estar nas pessoas. Como agora, na Comissão Nacional da Verdade, ao apagar das luzes, eles disseram que tinham mais dois desaparecidos, que são considerados desaparecidos, no cemitério... um no cemitério aqui de Ricardo de Albuquerque, outro no da Cacua. Que até foi a Juliana. Ela já me ligou e tudo. A Juliana. E isso, em vez de chamar as famílias para dizer, não, isso é anunciado no jornal Nacional. E o irmão do Joel é um doente mental, e ele ouviu no jornal Nacional, e ele mora sozinho, ele ficou sentado numa cadeira, que ele não levantou... ficou quarenta e oito horas sem levantar de uma cadeira; tem duas tias super velhas, de oitenta e tantos anos, que começaram a passar mal, e já querem fazer o enterro do Joel. Não tem enterro do Joel, porque aqui, no cemitério de Ricardo de Albuquerque, eles eram misturados aos indigentes. A vala era numa cova rasa, que enchia. Agora, quando a gente fez esse memorial, por causa desse dossiê que o grupo enviou, a procuradora... quer dizer, esse dossiê foi enviado em 98, só em 2010, 2009 – dez anos depois –, veio uma procuradora, que se interessou, mandou chamar o grupo, e aí a gente começou a fazer o memorial; primeiro... tem dois militantes do grupo que são familiares de desaparecidos, um é engenheiro civil, outro é engenheiro de minas, que fizeram lá um monumento muito feio, e nós procuramos o Carlos Alberto Muniz, que era o vice-prefeito, e aí ele entregou para os arquitetos da Prefeitura, então tem um memorial em Ricardo de Albuquerque. E com isso a prefeitura melhorou a rua, melhorou em torno do cemitério, porque a rua enchia, e se enchesse, ia ficar lá no mesmo lugar. Essas ossadas, quando foram descobertas pelo grupo, lá em 1992, depois foram levadas para o Hospital Geral de Bonsucesso, eu tenho... meu primo foi diretor-geral do Hospital Geral de Bonsucesso, um dia me liga, se a gente não quer levar isso para o grupo. Falei: “Ô Vitor, você é doido? Levar duas mil e duzentas ossadas dentro do?... A gente não tem nem espaço. Isso tem que ficar aí”. E aí a gente fez o traslado dessas... para lá. Temos o memorial, que é ponto *turístico* do bairro Ricardo de

Albuquerque. E aí as formas como... Eles não respeitam as famílias. Aí depois nós fomos para a Comissão aqui do Rio para poder reclamar, porque - vamos reclamar com a Nacional? A gente não tinha como reclamar. E aqui, quem nos respondeu? A Nadine e tal, falou: “Olha, nem nós sabíamos. Nós ficamos sabendo como vocês, ficamos sabendo pela... pelo jornal Nacional, como vocês receberam. Da forma como a coisa é feita. Então é um desrespeito aos familiares. É um desrespeito muito grande. Você vê que na época da Lei 9.140, o ônus coube aos familiares. Se não tivesse uma organização como o grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro ou a Comissão de São Paulo... Porque tem o grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo que foi dividido três vezes, e agora é... eles resolveram criar a Comissão. Minha mãe, inclusive, é fundadora do grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo. Mas agora, o que o grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo fez de interessante é o trabalho com os indígenas; que é bom, que trabalha em outras áreas, eu acho até interessante isso; mas eles não têm como objeto os mortos e desaparecidos. E todos os outros grupos Tortura Nunca Mais, que nasceram inspirados no Rio de Janeiro, que é Bahia, que é Paraná, todos eles são ligados ao Estado brasileiro, ao governo, recebem financiamento da Secretaria de Direitos Humanos. Então eu acho que isso... Nós, aqui do grupo, achamos isso algo assim... Não temos... Os companheiros fazem o que querem. Mas é muito complicado, você receber dinheiro e entrar em colisão com o governo. Porque a gente tem que entrar em colisão com governo. Então esse governo até, Lula e Dilma, que Lula foi a esperança dos familiares – até eu, que sou macaca velha – eu sei que Lula não é comunista, Lula nunca foi comunista, Lula veio do movimento sindical, tal – mas eu achei que, pelos menos os nossos companheiros que fizeram o Lula, que... que levaram... – claro que ele tem suas condições, ele é um cara inteligente, ele é carismático, ele é isso, tal e coisa – mas ele teve uma ajuda –, a gente pensava que eles iam fazer alguma coisa em relação a isso. A veio a outra esperança, que era a Dilma, uma ex-presa política, uma mulher que foi torturada barbaramente, também... Outro dia, me perguntaram... me perguntou isso no programa do Mario Sérgio Conti. Eu falei: “Só pode fazer acordo com os militares. Eles têm medo dos militares”. Tanto que a Comissão da Verdade, quando apareceu a primeira vez, tinha o José Carlos Dias, que também me causou espanto, de querer julgar os dois lados, nós e os militares. A gente que teve que brigar para ter... Quando a gente foi à primeira reunião de familiares em Brasília, que foi na Presidência da República, na sede da Presidência da República em Brasília, fui eu, a Beth e o Igor, quando nós chegamos lá na entrada, tinha que dar o nome, tal – tudo bem –, demos o nome, e um rapazinho nos acompanhou; eu achei que era um funcionário do

Banco do Brasil. Não. Ele era polícia federal. Então nós, familiares de mortos e desaparecidos... Aí nos entregou... Aí tem a tática: primeiro vem o bonzinho, quando você era presa, “você é moça, é tão bonitinha, por que você está aqui?” – aí vinha o outro e te torturava. Então nós, familiares de mortos e desaparecidos políticos, precisamos chegar na Presidência da República escoltados pela Polícia Militar? Isso é um acinte! Uma reunião fechada. Essa reunião... A Comissão da Verdade só passou a ser aberta porque o filho do Herzog... Não foi Victoria Grabois, que tem má fama aí, todo mundo fala, que é do grupo Tortura Nunca Mais, que reclamou. Não fui eu, não, foi o filho do Herzog. “Isso é um absurdo! Isso aqui tinha que ter jornalista”. Foi aí que eles abriram a Comissão, às audiências serem públicas. Tem umas que não são. Todas essas coisas. E que não cumpre, minimamente, a sentença do Araguaia, nem o que Fernando Henrique fez. Fernando Henrique deu um cala-boca, pagou cem mil dólares... cem mil reais para cada família. E esse daí manda pagar, e tem pessoas que até hoje... No caso da minha mãe, há três anos está rodando, que eu não corro muito atrás. Porque o dinheiro... Tanto que minha mãe, minha mãe e outras mães não receberam esse dinheiro da Lei 9.140. Minha mãe se recusou. Eu recebi pelo meu pai. Quem recebeu fui eu. Porque esse dinheiro da Lei 9140, esses cem mil reais que eles nos... deram, sei lá – que nós tínhamos direito, é um direito, mas que para a população parece uma coisa – foi para a gente ter mais autonomia para viajar; porque todo mundo é classe média, tudo acontece em Brasília... Como é que eu fui para a Corte Interamericana de Direitos Humanos? Com esse dinheiro que era do meu pai. Como é que eu ia viajar para a Costa Rica e ficar lá tantos dias? O Cejil pagou as nossas diárias, mas a diária... Mas a passagem? Eu já fui duas vezes para... Agora, em 2014, eu voltei lá, porque teve uma audiência de seguimento da sentença. E ele critica o governo brasileiro. Só que não podemos [incompreensível] porque o governo ainda não respondeu. Tem até final de março para responder. Ele critica até o Ministério Público Federal. Que o Ministério Público Federal é muito tímido com a abertura das denúncias. Por isso que agora o Ministério entrou com mais três denúncias. É tudo assim. Quer dizer, eles têm medo, porque... Isso só vai resolver se o Estado brasileiro como um todo abrir os arquivos da ditadura. Porque aí você vai saber quem fez o que, como é que fez. Claro que tem. Não tem arquivo queimado. Não tem arquivo queimado, porque a Nadine não chegou lá com o dossiê do Manuel Chaves, no grupo? Se tem isso, tem outras coisas. Eles só soltam para a Comissão da Verdade tudo aos poucos. O Joel, agora, que disseram que o Joel estava lá em Ricardo de Albuquerque, foi fazer pesquisa: Cecília, eu e a Tatiana Roque, filha do Lincoln Bicalho Roque, quando o arquivo do Dops era

lá em Niterói. Nós puxamos a gaveta, achamos de dois, do pai dela –, a Tatiana via as fotos, o pai dela morto, torturado, todo inchado –, e do Joel. Por que é que aquilo ficou lá? Alguém esqueceu ali. A mesma coisa, foi achado o arquivo do Virgílio Gomes da Silva. Quem é que achou? Foi o Mário Magalhães, quando estava fazendo a biografia do Marighella. Ele achou o dossiê do Virgílio, que alguém esqueceu lá dentro. Mas se não... Sabe? É tudo a conta-gotas. Agora tem uma Comissão da Verdade. Nós do grupo identificamos, nos arquivos do IML, do Instituto Carlos Éboli, quatorze militantes que morreram no Rio de Janeiro. Agora, tem o Joel, e já falaram que tem mais quatro. Que tem um cara da Polícia Militar... da Polícia Militar... – um delegado, que está aposentado, que ele era pago pela Comissão Nacional da Verdade e que agora a Comissão Especial é que vai pagar a esse perito, que está fazendo o cruzamento. Da mesma forma que se fez lá. Quem mais trabalhou lá? Foi a Cecília, com Romildo. Aí a Cecília fica desesperada porque a mãe do Joel foi fundadora do grupo e ela morreu sem saber. Eu falei: “Cecília. Mas se você não descobriu é porque você não viu. Eles não mostraram para você. Não foi omissão da sua parte. Você não tem que se sentir culpada por isso”. E o Romildo falou a mesma coisa. “Victoria, nós fizemos pesquisa... (que ano que foi do Joel? 71) Todo mundo de 71, de 72, nós vasculhamos aquilo tudo”. O Romildo tem uma memória incrível para isso. Eles guardaram, e agora resolveram trazer à tona. Então levou uma Comissão da Verdade dois anos e meio para descobrir quatro no Rio de Janeiro? E, segundo Sérgio Suiama, vem mais. Vamos esperar. Então é isso.

D.P. – Apesar de tudo, as recomendações da Comissão da Verdade no final de toda essa confusão, você acha o quê?

V.G. – Pífias. Pífias. Muita gente, muito assessor, muita gente ganhando muito dinheiro; inclusive, nós indicamos gente competentíssima, com doutorado na UFF, professor da UFF, que foi funcionário do grupo Tortura Nunca Mais, é militante, nem... Tudo bem, ele podia não passar. Podia ter gente mais competente que ele. Mas ele conhece a história. Ele tem essa história. Nem para chamar para a entrevista chamaram. Claro, porque é grupo Tortura Nunca Mais, eles não vão chamar, porque eles nos detestam. A última reunião que teve em Brasília, que a Edely Salvatti mandou chamar quem não estava, o Fernando, meu... estava na época da eleição, a coisa estava meio esquisita, meu marido falou “pega leve”. Quando eu chego lá, um menino que é aqui do Rio, que é assessor de imprensa, foi da Maria do Rosário e agora é da Edely, também chegou para mim, falou: “Victoria, pega leve”. Olha a minha fama. Você e a

Criméia... A fama nossa lá é “você e a Criméia peguem leve”. Então eu peguei leve, em nome do povo brasileiro. Eu não peguei leve porque meu marido pediu nem porque o menino que eu conheço pediu. Claro que eles me alertaram. Eu estava vendo a coisa muito esquisita, e eu ainda sou a favor do povo, acima de mim e da minha família, do meu sofrimento, da minha dor, ter uma nação; e a gente não pode retroceder, a gente tem que avançar. Em nome desse avanço, eu peguei leve. E agora, claro, com essa situação... Por isso que a Kogut me dá nota dez, porque faz crítica, e esse pessoal não sabe separar o joio do trigo, é tudo a mesma coisa. Quer dizer, quando a Kogut me dá dez, eu me sinto muito feliz, mas eu me sinto muito mal. Por que é que ela me deu dez? Porque eu fiz críticas ao governo, tanto o... a todos os governos civis que sucederam aos governos militares. Eu fiz essa crítica, que continuo fazendo. Tem que ter a coragem política de abrir os arquivos. Você não pode ficar no meio do caminho, fazendo essas alianças espúrias que esse Estado faz, esse monte de aliança. Acho que tem que abrir. Ou você abre ou fica nisso que está aí agora. Por isso que está nessa situação. A gente... todo mundo aqui com medo, todo mundo apavorado, todo mundo... Na situação que está o nosso país. Que nem conosco... Quer dizer, uma coisa... Acontece a história... A Argentina não botou... O grupo é filiado à Fedefam. Quando eu chego lá, eu fico com vergonha. O Brasil não tem nada a mostrar em relação... Lá é não sei quantos mil mortos. Não quero isso. É claro que a ditadura militar aqui foi diferente. Ela foi seletiva. Ela só matou aqueles que eram... que eles achavam que deviam de matar, que eram os formadores de opinião. É claro que, nesse meio, morreram outras pessoas. Eles não matavam indiscriminadamente, como na Argentina. Na Argentina, chegava lá, matava todo mundo na rua. Não, eu não queria que o povo morresse dessa maneira. Mas o Brasil não tem quatrocentos e oitenta e quatro mortos e desaparecidos. Tem muito mais. E os indígenas? Que eles disseram que iam fazer e acontecer com os indígenas? E os quilombolas? E os que morreram em passeata, que não eram de nenhuma organização, que a gente não sabe? No dia do Caco, que eu estava lá, você acha que só morreram quatro ali no Caco? Morreu muito mais gente. Então essa história precisa ser contada, gente. A gente não pode ficar nesse conta-gotas: descobre dois no Araguaia, tem outro que está jogado, tira vinte e quatro ossadas, gasta dez milhões de reais! – vinte e quatro ossadas jogadas na UNB. Eu acho que os funcionários brasileiros, eles não são incompetentes. Mas eles não... Mas eles não fazem porque não querem. Não há vontade política de fazer. É acordo com os militares. Só pode ser. Agora o que é que adianta fazer, militar, se agora você está nessa situação? Então eu acho que... Essa é minha opinião. Quer dizer, é minha opinião e a do grupo

Tortura Nunca Mais, porque... Eu ainda votei na Dilma, nos dois turnos; mas a maioria do grupo não votou na Dilma. Ninguém. Eu votei porque... Eu acho que eu vejo tanto a Globo News que a Globo News me levou a votar na Dilma. Porque na primeira vez que eu votei, primeira eleição da Dilma, eu votei no Plínio de Arruda Sampaio. Falei “vou votar num cara que a gente conhece, foi contra a ditadura, que não vai ser eleito, então...” Eu só voto em quem não é eleito. Perder meu voto. Só voto em quem não vai ser eleito. E aí... É triste eu dizer uma coisa dessas. Eu me sinto triste por isso. No segundo turno, eu anulei meu voto. Mas dessa vez eu votei na Dilma, no primeiro e no segundo turnos. E a maioria da diretoria do grupo Tortura Nunca Mais... E declara pu... Eu estou falando isso porque se declaram publicamente. Todo mundo anulou o voto. Porque a situação... Que a gente que convive com os familiares... E agora, dessa vez, com a Altair, foi... é uma barra pesadíssima que está passando essa família. Então, esse relatório... Ah. Tem mais do relatório. A introdução do relatório é copiada do nosso dossiê. Nós não nos importamos que eles copiem. Podem copiar. Nós fazemos [com] que as pessoas copiem, que estudem e que se apropriem. Mas deem a fonte. Diz que dá a fonte lá atrás. Não sei se... Eu fiquei muito danada da vida, porque acho que a fonte, se você faz um trabalho científico, vocês que são pesquisadoras, você tem que botar *aqui* em baixo, não é isso? Tal, tirado do livro tal... E lá atrás, na bibliografia, você coloca: dossiê de mortos e... Ainda errou a data. Diz que é de 95. Não é de 95. É 93. Eu acho que ali... Porque acho que ninguém vai lá atrás olhar aquilo. Então eu também fiquei muito chateada porque eles não nos citam. Parece que nós não existimos. E se hoje existe isso, é o trabalho do grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro e da Comissão de Familiares de São Paulo, porque em dois anos e meio era impossível fazer todo esse levantamento. E eles estão levando as honras, que não dão para nós; e nem nos chamam! Nem nos chamam para ajudar. Nós vamos ajudar, e não queremos ganhar dinheiro, não. Nós vamos ajudar pela militância, pelo trabalho que tem que ser, porque nós temos essa... nós temos esse acervo. E acho... É muito duro, eu chegar num ponto desse e falar... Eu sofro com isso. Para mim é muito difícil. Então...

A.M. – Victoria, só mais uma pergunta hoje.

V.G. – Ainda tem mais?

A.M. – É. Tanto a Lei 9.140 como a lei que cria a... Tem que...

— Acabou.

V.G. – O que é que você ia perguntar? Só de curiosidade.

A.M. – Eu quero que você registre a sua opinião sobre os princípios que regeram a...

V.G. – A Lei 9.140.

A.M. – É. Mas se você estiver muito cansada...

V.G. – Hoje? Não. Vai para outro dia. Olha que horas são. Seis e meia.

[FINAL DO ARQUIVO pho_2217_victoria_grabois_2015-03-13_04]

3ª Entrevista: 06/05/2015

Ângela Moreira – Victoria, mais uma vez, muito obrigada pela sua gentileza de vir conversar conosco. Eu queria que nós iniciássemos a entrevista de hoje falando sobre o relatório acerca da guerrilha do Araguaia que foi produzido pelas Forças Armadas, em 1993, a pedido do ministro da Justiça Maurício Corrêa.

Victória Grabois – Com apoio do secretário de Direitos Humanos da época, Nilmário Miranda. Porque se não fosse o Nilmário, que forçou um pouco... Assim. Porque o Nilmário tinha ido para o Chile para estudar as diversas comissões da verdade, e lá... ele veio e chamou o dr. Hélio Bicudo, nessa época, conversou com dr. Hélio Bicudo, e dr. Hélio Bicudo começou a preparar um anteprojeto de uma comissão da verdade, que não saiu. Então, naquele momento, aquele relatório é importante, porque foi a primeira vez que o Estado reconheceu que havia desaparecidos políticos da guerrilha do Araguaia. Então o nome é um pouco incipiente porque não tem um dossiê. Tem os nomes e tem as datas dos desaparecimentos. A gente, até hoje, não pode falar a palavra morte, porque senão a Corte... a Corte não aceita. É morte quando entrega os restos mortais. Então, até agora, é desaparecido.

A.M. – A Corte Interamericana de Direitos Humanos.

V.G. – A Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA. Foi o primeiro documento oficial que saiu no Brasil. Então isso é muito importante, porque isso era 1993...

Dulce Pandolfi – Mas qual era o papel do Nilmário?

V.G. – Nilmário era secretário de Direitos Humanos.

A.M. – Ele era deputado federal.

V.G. – Ah, não. Ele era deputado federal. Eu já estou... É. Foi depois. Desculpe. Ele foi coisa [secretário] no governo do Lula. É muito tempo, passa, a gente vai confundindo. Ele era deputado federal. E ele procurou o dr. Hélio Bicudo, para dr. Hélio Bicudo redigir, de uma forma jurídica, um anteprojeto para se iniciar no Brasil uma comissão da verdade. Porque era 1993, a ditadura acabou em 1985, quer dizer, quase vinte anos... Vinte anos? Não. Nove anos depois. E a partir dali o ministro da Justiça, o Maurício Corrêa, que era um democrata até, conseguiu, não sei como, dentro do Ministério da Marinha, (na época ainda era Ministério da Marinha o comando) um documento em que vinha a relação de todos os guerrilheiros do Araguaia, com nome e ano da morte, o ano do desaparecimento. Ele não dizia o...

D.P. – O local nem as circunstâncias.

A.M. – Nem as circunstâncias da morte.

V.G. – O local nem as circunstâncias da morte, nem o dia e nem o mês. Era somente 1973.

D.P. – E a palavra era desaparecido?

V.G. – Não. A palavra era *desaparecido em 1973*. Isso eu tenho até hoje. Tenho do meu pai, tenho de todo mundo. Mas não era só da guerrilha, não. Tinha muita gente. Porque eu me lembro que teve uma reunião do grupo que o Togo Meirelles era o vice-presidente, teve uma reunião [em] que, inclusive, saiu o pai do Togo Meirelles. Esse relatório da Marinha... Porque cada unidade do Exército [das Forças Armadas] Marinha, Aeronáutica e Exército, era responsável por uma organização. E a Marinha era responsável pelo PCdoB, mas não só pelo PCdoB, o Senimar também era responsável por outras organizações. A FAB era responsável pelo MR-8. Tanto que o Stuart foi preso no 3º Comar. E aí, aquelas organizações que o Senimar era o responsável, havia o nome, também, dos companheiros ali dentro. Não era só do Araguaia. Tem outros companheiros. Que eu me lembro muito bem do Togo, que ele ficou chocado, que viu o nome do pai dele. O pai dele era PCB. Não. Mas depois ele saiu do PCB. Eu não me lembro mais a organização do Tomás Meirelles. Porque foram tantas organizações depois... A gente tem que ver no dossiê qual era a organização do Tomás Meirelles. Eu me lembro deles

assim. Então não era só do Araguaia. Eu tenho esse documento porque eu recebi por letra, então tinha lá o meu pai, tinha o André, tinha o Gilberto. E quando, finalmente...

D.P. – Você diz que recebeu por letra... por ordem alfabética.

V.G. – Era por ordem alfabética. Eles entregaram o documento: André... depois vinham os bês, depois vinham os cês... Eu tenho só pedaços. Eu não tenho todo.

D.P. – Ah. Eles só entregavam partes, é?

V.G. – Não. Para mim foi, eu recebi. Mas devem ter entregue para o Nilmário e tudo. O grupo tem isso arquivado. Mas eu, na minha casa, guardado, eu só tenho o nome deles. Mas o grupo tem todo esse material que o Nilmário deu. E o Nilmário era deputado federal. Eu já estava antecipando aqui, já nomeando ele secretário.

A.M. – E vocês detectavam a ausência de algum nome nesse relatório? De algum nome de desaparecido na guerrilha?

V.G. – Não. Os nomes que a gente sempre estranhou que não apareciam era o nome dos camponeses. Os camponeses, aparecia... Por exemplo, agora, que o Ministério Público Federal entrou com uma ação contra o Lício e contra o Curió, para saber as circunstâncias da morte do André, do João Calatrone e do Antonio de Souza. O Antonio de Souza, ele era camponês. E segundo o relatório... o relatório não, a ação do Ministério Público Federal... Todo mundo falava muito na Oneide. O pessoal que vai muito ao Araguaia, a Diva, principalmente, que é muito... disse: “Sabe, Victoria, que a Oneide... que enterraram o André, o Calatrone e o Antonio foram enterrados no sítio da Oneide”. Então, em cima da ação do Ministério Público Federal agora foi que eu descobri que a Oneide era a mulher do Antonio. Eles mataram os três e levaram os cadáveres para a casa dela, a fazendola lá, o sítio que ela tinha. Ela ficou com eles a noite inteira, mortos; um era o marido dela, o outro era o André e o outro era o Calatrone.

D.P. – André seu irmão.

V.G. - O André meu irmão. E no dia seguinte, eles foram lá e enterraram. E depois...

D.P. – E o que foi feito dela?

V.G. – Ela morreu. Ela morreu de morte natural.

D.P. – Logo depois, ou muitos anos depois?

V.G. – Não. Muitos anos depois. Ela morreu muitos anos depois. Mas eu nunca liguei... Sei lá...

D.P. – Mas ela guardou esse sigilo, ou ela falou para?...

V.G. – Não. Tanto ela não guardou que o Ministério Público sabe. Ela deu depoimento. Quando o Ministério Público esteve no Araguaia em 2001, ela deu esse depoimento, esse depoimento para o Ministério Público Federal. Então, baseado nesse depoimento, eles podiam... Depois, eles apareceram lá, aí é que entra a ação contra o Curió. Porque o Lício que matou os quatro. Porque o Divino ainda saiu com vida, e o Divino só morreu lá na casa Azul, na chamada casa Azul, que eles tinham um quartel lá. E baseado nesse depoimento... E depois, eles foram lá, fizeram a operação limpeza: desenterraram os ossos. E aí você não sabe aonde foi. E aí é contra o Curió porque quem comandava essa unidade da operação limpeza era o Curió.

A.M. – Dois anos depois a gente tem a edição da Lei 9.140, pela qual o Estado brasileiro reconhece a morte de pessoas que tiveram alguma participação em atividades políticas. Qual a sua avaliação sobre a Lei 9.140?

V.G. – Primeiro dizer que a Lei 9.140, ela só foi promulgada – porque o Nilmário andava pedindo, querendo votar, aquilo entrava em votação, não entrava, ficava guardado. Fernando Henrique tinha ido para Washington e falou para os jornalistas na Casa Branca. Quando ele chegou lá, tinha uma jornalista, que fez uma pergunta e falou assim: “Presidente. E a história dos desaparecidos? O que o senhor tem a dizer sobre os desaparecidos no Brasil?” Ele respondeu: “Quando nós chegarmos no Brasil, nós conversamos”. Ela disse: “Não. Mas eu não sou mais cidadã brasileira. Eu já sou cidadã americana. Sou jornalista...” Ela era jornalista da área de ecologia, do meio ambiente. Ela disse: “Eu sou irmã do Pedro Alexandrino, desaparecido na guerrilha do Araguaia”. Isso aí saiu em todos os jornais americanos: no *Washington Post*, no *New York Times*. Assim que o Fernando Henrique chegou aqui, Fernando Henrique chamou Nilmário, falou: “Vamos botar em votação essa lei”. Então foi votada pelo colégio de líderes, não foi nem para o plenário. Os líderes é que votaram, que Fernando

Henrique... tal. Na lista do grupo Tortura Nunca Mais do Rio e a Comissão de Familiares de São Paulo, a gente tinha cento e trinta e dois desaparecidos. E com o decorrer da Lei 9.140, foram mais quatro. Então são cento e trinta e seis desaparecidos. Quatro que nós não conhecíamos, que apareceram depois. Então veio a lei. Mas ela só contemplava – não sei se a palavra é essa – contemplava os desaparecidos. Aí o grupo Tortura Nunca Mais do Rio e a Comissão de São Paulo começamos a fazer uma campanha: que não podia ser só os desaparecidos, os mortos, também, teriam que ser, vamos dizer, contemplados. Porque isso ia causar... Porque dentro da Lei tem... Bom. A Lei tem vários artigos. Mas os dois que eu acho mais importantes, o primeiro é a criação de uma comissão especial de mortos e desaparecidos políticos, para começar a fazer pesquisas, estudos, para identificar todos esses desaparecidos e as circunstâncias da sua morte; e o segundo era reparar as famílias com uma quantia de cinquenta mil dólares, na época, cinquenta mil dólares eram cem mil reais. Todo mundo fala que é muito mais, mas não era. Eram cinquenta mil. Era cem mil. Sendo que os muito jovens, o máximo que eu sei que chegou foi a cento e trinta mil reais. E aí nós sabíamos que isso aí ia causar um conflito entre os familiares. Aí nós iniciamos uma campanha, que essa lei não só abrangesse os desaparecidos, mas também os chamados mortos. E mortos não quer dizer que a pessoa tenha enterrado o seu ente querido. Morto é aquele que a família recebeu um atestado de óbito, que tinha aquele maldito T em cima, que dizia: Terrorista. Alguns foram enterrados, como o Marighella, como o Lamarca, alguns foram. Mas a maior parte não foi enterrada. Só era considerado morto porque tinha um atestado de óbito, que nada mais era do que uma certidão presumida de morte. E aí, seguinte a Lei 9.140, com isso, os desaparecidos puderam ir na jurisdição da sua residência...

D.P. – Os familiares dos desaparecidos.

V.G. – Os familiares dos desaparecidos puderam ir na jurisdição da sua residência tirar um atestado de óbito. Então eu, moradora do Flamengo, fui, com Igor, meu filho, tirar a certidão de óbito do pai dele. Também ele morava no Flamengo. Nós dois morávamos. Ele que foi lá. Eu fui junto. Até saiu na TV Globo. E aí a certidão era o seguinte: Causa da morte, Lei 9.140/94. Dia: desconhecido. Porque se baseava no relatório da Marinha. Só tinha o ano. – Dia da morte: desconhecido; mês da morte: desconhecido; hora da morte... Tudo era desconhecido. Aqui no Rio, por exemplo, eu, dentro do cartório, consegui colocar a profissão dos dois, como... Os dois

eram jornalistas. Então eu consegui colocar jornalista. Mas muita gente não conseguiu colocar a profissão.

A.M. – Conseguiu como?

V.G. – Conseguiu assim. Porque no atestado de óbito vem assim: fulano de tal, filho de fulano... profissão. Eu falei: “Jornalista”. Aí o cara do cartório aceitou.

A.M. – Então dependia também da boa-vontade do funcionário do cartório.

V.G. – Dependia da boa-vontade do funcionário. Então a coisa é a seguinte. Primeira vez. Aí a gente veio... Era uma lei, uma lei federal, então você...

D.P. – Só para entender uma coisa. A causa *mortis* era a Lei? Era isso que tinha escrito?

V.G. – Era não. Continua a ser. Até hoje é. Era a Lei 9.140/94. Causa *mortis*. Local da morte: ignorado. Tudo ignorado. A única coisa que entra é o nome da pessoa, o nome do pai, o nome da mãe... sei lá se entra, não sei atestado... Eu sei que entra... E eu consegui botar a profissão. Agora foi muito difícil. Bom. Vou contar o caso do Rio. Aqui no Rio, algumas pessoas começaram a ir no cartório. A primeira coisa que a pessoa queria era ir no cartório, para receber [a certidão], para solucionar sua vida.

D.P. – O atestado não estava lá, ou estava lá no cartório? Ou era produzido na hora, para você?

V.G. – Não. O atestado era produzido na hora. Tanto que eu aprendi, uma coisa que eu não sabia. Tem um livrão... O escrivão me mostrou. Tem um livro enorme; aqui, do lado direito, tem uma página, que ele preenche os dados e tal, e aqui, do lado esquerdo, tem uma página em branco, que você, com o tempo, você pode corrigir aquela certidão de óbito. Ele foi assim... Também, com a TV Globo filmando... TV Globo do lado. Agora foi difícil. Então algumas pessoas, assim que a lei saiu, pegou o jornal e foi correndo. Aí eles não aceitavam.

A.M. – No cartório.

V.G. – No cartório. Mesmo com a lei, com o Diário Oficial na mão. Não aceitavam. Os caras são todos tapados. Aí o que é que nós fizemos? Procuramos a nossa amiga Glória Márcia Percinoto, que era promotora de Justiça, e aí a Glória falou assim: “Procura o juiz...” Já esqueci

até o nome do juiz. Ele era super jovem. Eu sei por que ele disse para mim. Nasceu em 1964. Na época, ele tinha trinta e dois anos. Super jovem. Ele que se interessou. Fomos eu, Togo e a mulher do major Cervera, a Lurdes Cervera. Fomos ao cartório, para poder... Foi a ideia da Glória Márcia. A Glória Márcia falou o seguinte: “Vocês têm que procurar o corregedor do Tribunal de Justiça do Rio, para que esse corregedor faça ofícios para todos os cartórios, [para] assim que as pessoas chegaram lá, que se reconheça”. E ela conhecia o juiz auxiliar, que era auxiliar desse juiz. Fomos diretamente para ele. Ele foi superinteressante. Ele aceitou. Aí teve uma solenidade. Aí estava presente o jornal, e foi falado no jornal até, no dia, e aí ele assinou lá aquele ofício, que foi mandado para todos os cartórios do Rio de Janeiro, para que qualquer cartório, quando chegasse uma pessoa com aquele Diário Oficial, que aceitasse a Lei 9.140. Foi difícil. Não foi assim de imediato, não.

A.M. – A efetivação da Lei 9.140, então, foi – pelo que você está dizendo – uma ação conjunta entre o Poder Executivo, o Legislativo e o Judiciário também. Para poder, de fato, fazer valer a Lei, na prática.

V.G. – Na prática. Porque...

A.M. – Por conta dessa questão burocrática, de uma tradição burocrática brasileira, a gente pode dizer assim. Não foi simples. Não foi uma efetivação imediata.

V.G. – Não. Os caras tinham medo. Os escrivães tinham medo de assumir uma coisa dessa. Mesmo que a lei estivesse escrita, eles não tinham a coragem, vamos dizer, jurídica – aí é coragem jurídica – de emitir um atestado de óbito. Precisou de um ofício do corregedor. No caso do Rio de Janeiro. Nos outros estados, eu não sei direito. Era até interessante, quando outro viesse aqui, vocês perguntarem como é que foi. Porque não foi fácil. Nós fomos o exemplo aqui. Porque como o grupo é muito ativo, então aqui... quer dizer, dentro do possível, as coisas se tornaram. Tanto que a família da Sônia Souza, que ganhou a Medalha Chico Mendes aquele dia lá, a família nem sabia. Lendo no jornal, eles viram que podia tirar o atestado de óbito e aí a família procurou, lá no tribunal de justiça, o juiz, esse substituto, juiz jovem, e ele que deu meu telefone para ela; e ela me ligou, para ver como é que ela ia proceder. Ele mandou primeiro me procurar, para depois ir lá. Aí valeu, porque os jornalistas estavam presentes. Claro que o corregedor fez um carnaval. Como se ele estivesse fazendo uma benesse, uma coisa... Não. Era uma lei federal.

A.M. – Mas em sua avaliação, os funcionários do cartório tinham medo, receio por conta do assunto, do tema, da circunstância da morte, ou porque era uma questão burocrática difícil de ser solucionada?

V.G. – Eu acho que eram as duas coisas. Eu acho que eles tinham medo pelo que era, que veio da época da ditadura militar, e porque eles são burocratas. Se eles não fossem tão burocratas, mesmo com medo, eles tinham aceitado. Tem uma lei federal. O cara nem cumpre uma lei federal, dentro do estado do Rio de Janeiro. Essa foi minha avaliação. Foi difícil. E aí se conseguiu esse atestado de óbito. No meu caso, principalmente, para mim foi... Porque eu era casada com comunhão total de bens. Antigamente era ao contrário. A gente não tinha dinheiro, casava com comunhão total de bens. Hoje é ao contrário. E eu não podia fazer nada. A minha situação era muito complicada.

D.P. – E qualquer coisa para assinar, tinha que ter a assinatura...

V.G. – Para assinar, tinha que ter a assinatura do marido. Tinha que ter a assinatura do marido para qualquer coisa. Então, assim juridicamente, para mim foi interessante, vamos dizer assim. Por outro lado, também, depois... Naquela hora a gente ficou até assim... achando... O caso do Rubens Paiva, que tinha um inventário aberto, que o inventário não podia fechar, porque o Rubens Paiva era desaparecido. Então a família do Rubens Paiva pôde fechar o inventário dele, em cima desse atestado de óbito. Até, no grupo, nós não consideramos isso nem atestado de óbito, é uma certidão de morte presumida. Não deixa de ter. Porque você só tem o ano, baseado nesse relatório do Ministério da Marinha. Se não fosse isso, claro, nem se sairia. Por exemplo, Criméia, minha cunhada, tem muitas críticas, porque eles já consideram eles mortos. Eles são considerados mortos. Mas pela jurisdição internacional, pela ONU e pela OEA, eles não são mortos, eles são desaparecidos, então isso cria uma dubiedade. E aí foi criada uma comissão em Brasília, dentro da Secretaria... Aí, 1994, é criada uma comissão especial de mortos e desaparecidos, ainda no governo Fernando Henrique. E aí nessa lei dizia que tinha que ter um representante dos familiares, um representante do Itamaraty, um representante do Ministério Público, um representante do Exército, um representante do Parlamento e dois da escolha do presidente da República. E Fernando Henrique escolheu a mulher do Rubens Paiva. Que foi um escândalo. Que as famílias todas mexeram. Porque ela era toda PSDB e tal. Mas foi um escândalo dentro da coisa. E nós escolhemos a Suzana Lisbôa, em votação, o Brasil todo...

D.P. – Mas vocês fizeram um processo de votação, foi?

V.G. – Foi processo de votação. Foi escolhido...

D.P. – Os grupos Tortura?

V.G. – Não. Os familiares. Agora sempre quem organiza... Os grupos Tortura é que organizam. Mas os familiares, a gente foi para Brasília, uma reunião enorme, com mais de...

D.P. – Interessante. Eu não sabia disso, não. Votação com papelzinho?

V.G. – Não. Presença aberta. Quem era contra... Mas a escolha foi uma escolha assim de...

D.P. – Sei. Legitimada na assembleia.

V.G. – É, legitimada, aplaudida, por unanimidade. Mas foi. Quem era contra podia se manifestar. Mas ninguém foi contra. Porque afinal de contas, também, a Suzana... o que já tinha feito, quem mais tinha procurado a identificação, tinha trabalhado muito em Perus e tal. E aí, o que é que essa comissão fez? Essa comissão é de 94.

D.P. – Mas eu achava que a Eunice tinha entrado na cota dos familiares. Eram dois familiares?

V.G. – Não. Não. Ela foi cota... Não. Era um familiar só. E dois pelo presidente da República.

D.P. – Ela entrou na cota do Fernando Henrique.

V.G. – Quem ele escolheu? Quem era o presidente da comissão? Quem foi? Agora eu esqueci. Quem era o presidente da primeira? Foi o Gregori?

A.M. – Não. É o... Tem que checar.

V.G. – Porque o Miguel Reali foi depois.

A.M. – Eu ia falar Miguel Reali. Então tem que checar.

V.G. – Não. Mas não é o Miguel Reali não. Antes do Miguel Reali, teve um outro. Vamos checar, porque eu também esqueci. Ela foi da cota do presidente da República. Porque aí entrou o outro, o Francisco lá. Não. Aí entrou Miguel Reali. Não. Miguel Reali foi depois. Bom...

D.P. – Dos familiares entrou Suzana.

V.G. – Só Suzana. Entrou, do Parlamento, o Nilmário, entrou lá o coronel das quantas, entrou o tal do Grandino, que é do Ministério Público, que até outro dia foi o reitor da USP.

A.M. – [Grandino] Rodas.

V.G. – É. E o cara do Itamaraty, eu esqueci o nome dele. Era assim assustador. Porque quando foram votar o caso do Lamarca e do Marighella, que a gente entrava, para fazer pressão, dentro da sala, eu me assustava. O cara parecia um fascista, um nazista. Parecia aqueles caras da Gestapo. Ele tinha um oclinhos assim... Eu dizia assim: “Suzana, como é que você aguenta ficar junto desse cara?” Porque era difícil. Eu ali, eu ia quebrar o pau. Mas foi uma época intere... assim, nesse sentido. Agora o grande questionamento nosso é que o ônus da prova sobrou para os familiares dos mortos. Desaparecidos, não teve problema, porque a Marinha tinha reconhecido. Mas os mortos... Por exemplo, tem casos de dois presos, que foram presos no mesmo dia, na mesma hora, um teve testemunha, que viu ele sair, viu ele passar, viu ele chegar morto; o outro saiu para a tortura e não voltou mais. Ninguém viu. Então não tem testemunha. Então aquele, a família foi contemplada; e o outro, a família não foi. Então isso falou no bolso. Porque ele achou que era um cala-boca. Fernando Henrique deu o dinheiro, falou: bom, agora, essa gente toda vai ficar quieta, porque vai receber cem mil reais. E cem mil reais em 1995 era, hoje, uns trezentos, quatrocentos mil. Sei lá quanto é a inflação. Não sei calcular. Era muito dinheiro. Tanto que no grupo, nós temos duas salinhas... Você já foi no grupo? São duas salinhas mínimas. Era tanta gente, que ficava no hall, não tinha como entrar. Claro. Depois que todo mundo recebeu, pouquíssimos permaneceram. Dois ou três. A maioria foi embora. Pegou o dinheiro para... Sei lá. Direito. Também não estou questionando. Cada um sabe... Não são, naturalmente, politizadas e tal. Então o nosso grande questionamento era...

D.P. – Você sabe se todo mundo pegou atestado, todo mundo pegou...

V.G. – Não. Por exemplo, a minha mãe, algumas mãe, como a mãe, também, do Pedro Alexandrino... A minha mãe e a mãe do Pedro Alexandrino... Do Araguaia, que eu sei. A mãe do Edinho, que é o Hélio Navarro, que o pai era almirante da Marinha e o tio foi ministro da Marinha, elas se recusaram a receber esse dinheiro. Minha mãe deu até uma entrevista no dia, dizendo o seguinte: “Eu não como desse arroz amargo”. Porque eles também usaram... eles

usaram um estratagema, igual como é o INSS. Quem recebia era a esposa, não era o filho. Então a minha mãe receberia pelo meu pai, eu, pelo Gilberto, e a Criméia, pelo André. No caso da nossa família. Aí minha mãe disse que não queria esse dinheiro. Eu falei: não, imagina, esse dinheiro vai dar para a gente, assim mais visibilidade, para a gente poder... Porque tudo é Brasília, as passagens são caríssimas. A gente precisa se mexer. Foi uma forma. Continuou a luta. Para mim, eu vejo continuando a luta. Então a minha mãe substabeleceu para mim, eu recebi pelo meu pai, eu estabeleci para o Igor, porque ele recebeu pelo pai, pelo Gilberto, e a Criméia substabeleceu para o Joca, o Joca recebeu pelo André. E esse dinheiro deu para a gente uma mobilidade de você ter um dinheiro extra, que não sai do salário, para a gente poder acabar, julgar o caso do Marighella. Vai todo mundo para Brasília, você gasta dinheiro, essas coisas. E foi difícil. Marighella foi uma grande vitória ter descoberto. Mas ficaram nisso. A comissão...

D.P. – Mas a minha pergunta é no sentido de famílias que nunca se mobilizaram...

V.G. – Essas duas famílias. Essas duas famílias que eu conheço.

D.P. – Não é mobilização política, não. Nem...

V.G. – Não, não quiseram. Porque achavam que não tinha... O argumento dessas famílias era esse: que não tinha dinheiro que pagasse a vida dos filhos delas. Então elas se recusaram a receber.

D.P. – Mas todas as outras eram localizadas. Não tem casos de pessoas que vocês não tenham nenhum acesso. Ou tem? Está entendendo o que eu estou falando?

V.G. – Não. Que eu saiba... Isso aí tem que fazer uma pesquisa lá...

D.P. – Mas de modo geral são todos localizados.

V.G. – Eu acho que vocês têm que fazer uma pesquisa lá na comissão. Se é que eles ainda têm documentos, porque perderam muitos dos documentos dessa época, que não acham, não sabem onde é que está. Sendo a Maria do Rosário, estava lá embaixo, no térreo, onde funciona a Secretaria. Eu não sei como é que está. Isso aí... Porque do meu conhecimento das pessoas do Rio de Janeiro, que foram três que não receberam, se recusaram a receber.

D.P. – Mas alegando razão política.

V.G. – É. A minha mãe alegou... Não. A minha mãe alegou razão política, e as outras duas alegaram que não tem dinheiro que pague... É. Não deixa de ser política. É político. Não tem dinheiro que pague a vida dos filhos delas. Com toda razão, não aceitaram. Claro. Eram famílias de classe média. Porque quem era, por exemplo... E aí o no grupo, eu até levei essa sugestão que cada um desse cinco por cento para o grupo. Muita gente deu. Teve gente que deu até mais. A mãe da... A dona Risoleta Collier, mãe do Collier, deu dez por cento. Cada um deu aquilo... E aí nós temos uma companheira, que ela é companheira de um operário que era do PCB, ele é desaparecido, quando ele morreu, ela tinha quatro filhas; ela comprava um ovo, dividia o ovo em quatro, cada uma comia um quarto do ovo, e ela não comia nada. Tanto que hoje ela é *assim*, só tem pele e osso. Quer dizer, foi ficando... Já era uma pessoa magra, e, sem alimentar, foi ficando desnutrida. E um dia estive um operário lá, um rapaz que era operário, que eram muitos irmãos, então ele dizia... e como ele era politizado, ele pertencia ao Sindicato dos Eletricitários, ele pegou, por idade, sei lá, ele fez lá uma conta, que ele deu tanto para o que cada irmão precisava. Um precisava botar uma caixa d'água na casa. Então, quanto é a caixa d'água? Ele foi lá... E vai tirar cinco por cento para o grupo Tortura Nunca Mais. Aí ele chegou lá, ficou todo mundo emocionado. Porque eles eram um monte de irmãos, cada um recebeu assim doze mil, treze mil, coisas assim, pequenas. Cada um recebeu de acordo com a sua necessidade. Ele usou o próprio comunismo. Ele era um sindicalista. Aí essa senhora foi na minha casa em prantos, se sentindo culpada porque ela não deu nada. Eu falei: "Mas você..." Ela não tinha nem onde morar. Ela não tinha onde morar. Ela saiu de onde ela morava, no subúrbio, e foi morar na Zona Sul. Ainda conseguiu comprar um apartamento na Zona Sul. Eu falei: "Mas você não tem que dar nada!". Quer dizer, eu estabele... a gente falou assim: quem quisesse e pudesse, que achasse viável, daria para o grupo cinco por cento. Tinha muita gente que podia. Teve gente que deu até mais. Isso foi uma ideia para o grupo poder sobreviver. Porque a gente vive de donativos dos companheiros. Foi uma forma. Agora ficou nisso. Que essa comissão, até hoje, as buscas foram muito incipientes. O que a comissão fez não foi nada. A comissão trabalhou muito pouco. Mudou a comissão, veio Miguel Reali. E, quando estive o Miguel Reali, foi a vez que nada se fazia. Que até eu... Sabe aquelas épocas de descenso, que ninguém fala que tem ditadura, nada? Eu cheguei... Foi até uma proposta minha. Eu falei: "Gente, vamos fazer alguma coisa. Vamos chamar os advogados nossos amigos e ver o que a gente pode fazer". Aí fizemos uma reunião, chamamos Glória Márcia, chamamos Sérgio Verani, Modesto... Foram vários advogados. Lá, o Sérgio Verani deu a seguinte ideia...

Desembargador, hoje aposentado. Ele se aposentou no dia 03 de fevereiro. Ele deu a ideia de a gente fazer um dossiê e enviar esse dossiê para o Ministério Público Federal e também para o estadual. O estadual, era só para fazer um pouco de pressão. Porque o Ministério Federal, não tinha muito [o que] fazer. E aí fizemos um dossiê com os casos emblemáticos: guerrilha do Araguaia, cemitério de Perus, cemitério de Ricardo de Albuquerque e a comissão, que nada fazia. Quem recebeu esse dossiê... Esse dossiê foi recebido pelo... na época, o procurador aqui do Rio, Daniel Sarmento. Que agora, não é mais procurador, voltou a ser advogado...

A.M. – É professor da Uerj também.

V.G. – É professor da Uerj. Que tem o Laboratório de Estudos Difusos, da Uerj. Laboratório de Direitos Difusos, da Uerj. E ele enviou para o Miguel... Aí ele enviou para o Miguel Reali, enviou para o Ministério Público Federal de São Paulo o caso de Perus e, [para] o daqui, o caso de Ricardo de Albuquerque. Aí Miguel Reali ficou muito danado da vida, entrou em atrito com ele, perguntando o que é que a comissão tinha feito.

A.M. – Quando foi isso?

V.G. – Isso foi... ainda governo Fernando Henrique. Gente, estou começando a esquecer datas. Olha. Minha mãe estava viva. Minha mãe estava viva, porque... Foi 1998. Porque minha mãe foi junto entregar esse dossiê. Minha mãe foi entregar esse dossiê. E, a partir daí, esse dossiê...

D.P. – Esse dossiê assinava o grupo Tortura Nunca Mais?

V.G. – Era o grupo.

D.P. – Do Rio de Janeiro. Foi iniciativa de vocês.

V.G. – Do Rio de Janeiro. É. Quem redigiu foi a filha da Beth; a filha da Beth, estudante de direito. Hoje ela é juíza estadual. Ela trabalhava no Cejil, como estagiária. O Cejil tinha toda a documentação do Araguaia, que era mais fácil, também tinha a de Perus, tinha toda a documentação de Perus e do Rio, e eu fui para lá. A diretora do Cejil tinha viajado, o telefone tinha quebrado, e ela ficava preocupada... Eu falei: que ótimo que o telefone quebrou. Ninguém liga. Nós, eu e ela, montamos um dossiê, que teve uma inicial feita pela Glória Márcia Percinoto e pelo Modesto. Os dois fizeram a inicial. Glória Márcia colocou todos os pactos, São José da

Costa Rica, fez o início, e o Modesto fez um desfecho muito interessante. Foi bonito o que o Modesto fez. Agora o grosso fomos nós que fizemos. E foi entregue lá. E, por nossa sorte, quem recebeu em São Paulo... quem era o coordenador dos direitos difusos do Ministério Público Federal era o Marlon Weichert. Era o Marlon. E aí o Marlon, sobre Perus, mandou chamar a Criméia e a Amelinha. Daí partiu Perus, que Amelinha deve ter falado para vocês aqui, que está andando, que só agora é que começou a andar. E se interessou pelo Araguaia. Aí organizaram uma missão e foram ao Araguaia. Isso já era... Quer dizer, se a gente fez em 98... três anos depois é que foi ao Araguaia, em 2001. E lá foi o Marlon, o Cheib, que era de Brasília, e dois procuradores do Pará, sendo que um hoje, ele é o procurador-geral do estado do Pará. O nome dele... Ele tem um nome... Agora já esqueci o nome dos dois. E aí o Ministério Público, novamente, arguiu, chamou para audiência todas aquelas pessoas que nós tínhamos ouvido, quando nós fomos lá, em 1980, os que estavam vivos, que já tinha morrido muita gente. Dona Maria [Dametá] já tinha morrido, já tinha morrido muita gente. Ele ouviu, ainda ouviu mais ainda. Então, também, baseado no depoimento colhido pelo Ministério Público, também, a gente pôde embasar a ação que foi para a Corte Interamericana de Direitos Humanos. E tem esse caso, agora, da Oneide, que eu contei para vocês, também foi ouvido por eles.

D.P. – Algum familiar acompanhou eles? Não. Eles foram sós nessa missão.

V.G. – Não. Foi acompanhado por...

D.P. – Os familiares foram?

V.G. – Foi. Foram os familiares e a Suzana, como... era familiar, mas ela foi representando a comissão. Aí, como sempre, os outros não vão. Sempre mandava a representante dos familiares. E a Suzana foi representando a comissão. Então tinha... A comissão estava presente oficialmente. A Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos estava presente. A Suzana foi.

A.M. – E você foi?

V.G. – Eu não. Nesse, eu não fui. Eu trabalhava. Tinha que trabalhar. Também, ir a todas é... Eu só fui a duas no Araguaia: a de 1980 e a de 1992.

A.M. – 2001 é o ano no qual é editada a medida provisória pela qual é publicado o regime do anistiado político e que cria a Comissão de Anistia.

V.G. – É. Mas já havia... É. 2001.

A.M. – É. A Medida Provisória 2.151.

D.P. – Victória, mas antes disso. Tanto a Suzana como a Cecília falaram bastante, aqui, dessa missão, dessa coisa incrível que elas fizeram, que foi identificar corpos e... Você participou desse processo também?

V.G. – A única vez que eu fui foi em 1992, que a gente foi... Quando a gente esteve [lá] em 80, a gente... teve um relatório da OAB. E no relatório da OAB, saiu no dia 02 de novembro de 1980, nós estávamos no cemitério de Xambioá. Aí uma mulher chegou e disse assim: “Aqui foi enterrado o dr. Juca”. Que era o João Carlos Haas Sobrinho. Baseado nesse relatório, a irmã dele, Sonia Haas, começou a mexer mundos e fundos para fazer uma missão no Araguaia. E ela conseguiu. A Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, de dom Evaristo [Arns], e a Margarida Genevois, que sempre foi uma grande aliada dos familiares, grande aliada, organizou essa missão, vamos dizer, ao Araguaia, especialmente no cemitério de Xambioá. Cada um custeou as suas passagens, mas a Comissão de Justiça e Paz bancou toda a estadia em Xambioá: hotel, alimentação, tudo bancado por eles. Traslado do aeroporto, que a gente tinha que pegar o avião em Araguaína, que não tinha ainda avião naquela época. E aí fomos. Luiz Eduardo era nosso advogado, não foi, mandou o Aton Fon, e fomos lá. Também estava presente a deputada federal pelo Pará, que era do PCdoB, a Maria do Socorro. E aí começamos a cavar no lugar que aquela mulher havia indicado. Mas para poder cavar aquele lugar... até fui eu, o Aton Fon e a Maria do Socorro até a casa dela, para pedir permissão. Quando nós chegamos lá, ela já não morava mais em Xambioá, ela já tinha se mudado para Belém. Mas o filho dela, que era adolescente em 1980 e já era um rapaz aí de... dez... ele tinha treze anos – aí ele já tinha vinte e três anos, ele autorizou. Então nós abrimos. Tinha até uma árvore plantada no meio, foi derrubada a árvore, e aí saiu um esqueleto com uma camisa de tergal vermelha e azul marinho, de xadrezinho. Aí ele falou assim: “É meu tio. Eu tinha treze anos nessa época e eu me lembro que meu tio foi enterrado com essa camisa”. Você vê que o negócio não... É. É impressionante. Depois saiu um outro, velho; depois saiu um cadáver de jovem; e depois saiu um cadáver de velho. Saíram dois. Então o primeiro era o tio, o segundo era o avô, um jovem e um velho. Todo mundo achando que era o João Carlos Haas Sobrinho, naquele momento. Aí chega um cara e fala assim: “Vai ali e abre”. Aí eles foram lá e abriram onde o cara indicou. Quando

abriu saiu um esqueleto enrolado num paraquedas. Aí ninguém teve dúvida. Quando desenrolaram o paraquedas, era um esqueleto de uma mulher com o tiro aqui na testa. Ainda tinha a botinha. Eu achei que era de camurça, mas a Criméia me disse que não, que aquilo era de porco. A calcinha, a renda, e uma cartucheira. Uma mulher da minha altura, 1.54, 1.55. Aí a Criméia disse: “Ou é a Maria Lúcia Petit ou é a Áurea”. A Áurea Valadão, mulher do Amilcar Valadão. Que as duas eram baixas. E as duas... Podia ser uma das duas. Aí o Badan Palhares começou... Aí nós bobeamos. Quer dizer, a falha minha e da Criméia, porque nós éramos as pessoas mais politizadas que estávamos ali naquela hora, naquela missão. O Badan Palhares vai e enterra novamente os dois. E nós não tivemos força para dizer não enterra, leva esse também. Não levou. Enterrou novamente. Aí começaram a dizer que aquela mulher não era nenhuma guerrilheira, que aquilo era uma prostituta, que o filho do fazendeiro havia namorado ela, e o pai não queria que ele namorasse a prostituta, ele mandou mandar. Não iam enterrar uma prostituta enrolada num paraquedas.

A.M. – Quem começou a dizer isso?

V.G. – O próprio cara que apontou lá. Que eu não sei quem é. O cara devia ser provocador. “Não. Isso aí não é guerrilheira, não”. Mas ele apontou. Depois ele diz isso? Aí, claro, tirado de forma não científica, não tinha... Claro. Esqueleto. Isso era 91. Vinte anos depois, o esqueleto todo... saiu do lugar, não ficou mais aquela coisa inteira. Tanto que deu numa caixinha *desse* tamanho. Então sai o braço, sai a... Uma coisa horrível. Você não pode imaginar. E aí o Badan Palhares vai e tal, faz aquilo, bota no avião, a gente viajando com aquilo, vai no bagageiro do avião, e ele fala... Porque até hoje você não vai direto para aquela região. Você tem que sempre parar em Brasília e pegar outro voo para lá. Ele falou: “Olha, eu vou parar aqui, porque eu preciso fazer meu relatório para o Tuma”. O Tuma era o chefe da Polícia Federal.

A.M. – O Romeu Tuma.

V.G. – Romeu Tuma. Ele foi lá, ele com o assistente dele, que, depois nós descobrimos, de assistente... não era nada, era o segurança da Unicamp; era um homem de dois metros de altura, que pesava cem quilos. Ele é que cavava. Você precisava de ver. Foi feriado na cidade. Cavando túmulo, as crianças... tinha criança que caía dentro da cova... Olha. Mas uma coisa assim, que não tinha nenhuma organização, nenhum planejamento, tudo feito

atabalhoadamente. Em 1996, alguém vende para *O Globo* umas fotos. Que acontece lá. Venderam para *O Globo*. Tem a Sandra Barsotti, uma das jornalistas, tem um outro que tinha um nome de árabe... Eram quatro jornalistas, que até ganharam medalha Chico Mendes. E é publicado n' *O Globo* a foto da Maria Lucia Petit morta. Aí o Badan... que a família... (naquele tempo, ainda não tinha DNA), quer dizer, cinco anos depois, resolve... a família era de Bauru, procura o dentista dela e fazem uma checagem da arcada dentária dela, com as radiografias que o dentista tinha e com a arcada dentária. Então aí é provado, através da arcada dentária, que era Maria Lucia Petit. Então foi a primeira identificada.

D.P. – Ela é a tal do paraquedas?

V.G. – Do paraquedas. É a primeira identificada.

D.P. – Que eles falaram que era uma prostituta...

V.G. – É. Que era prostituta. Era ela mesma, foi identificada pela Badan Palhares. Foi a primeira identificada da guerrilha do Araguaia. Em 1996, depois disso, quer dizer, teve uma certa pressão, teve uma outra missão ao Araguaia. Essa, sim, já coordenada pela Secretaria de Direitos Humanos. Que a Criméia foi, a Suzana também foi. E lá eles conseguiram desenterrar aquelas duas ossadas que o Badan Palhares tinha jogado lá dentro, fechado aquela cova outra vez. Aí abre novamente... Isso é um trauma na cidade. Começa que são verdadeiros traumas, porque você está violando o campo santo. Isso, para o pessoal do interior, muito religioso, isso é um... Aí tira aquilo. Bom. O velho, só tinham dois velhos na guerrilha: meu pai e o velho Chaves – era um marinheiro que participou da Revolta da Chibata. Dizem que ele foi da Revolta da Chibata. Mas depois eu descobri, ele nasceu em 1907, ele não podia ter participado da Revolta da Chibata, porque a Revolta da Chibata foi em 1910, ele tinha três anos. Mas ele era... As pessoas inventam. Aí, um dia lá, eu abrindo... Assim. A Nadine leva um dossiê dele, depois de muito tempo. Até... toda vez... eu tenho que perguntar isso para a Nadine, acabo esquecendo, cadê aquele dossiê. Porque em 1962, Manoel Chaves, ele era marinheiro, ele pediu anistia à Marinha. Porque ele tinha sido expulso da Marinha em 1935, durante o levante de 35. E ele pede a reintegração. Então isso aí a Comissão da Verdade... Não foi nem a Comissão da Verdade. A própria comissão... Que a Nadine, nessa época, era secretária-executiva da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos. Ela levou. E lá comprova que ele nasceu em 1907. Então ele não participou da Revolta da Chibata. Mas ele era... E o outro era meu pai. Só

que meu pai é desaparecido em 1973. E, em 73, eles já não enterravam mais. Eles só enterraram aqueles que morreram na primeira campanha, em 1972. Os que morreram em 73 não eram mais enterrados. Cortavam as cabeças e as mãos, mandavam para Brasília, e o corpo, jogava no rio, ou enterrava, sei lá o que faziam. E aí... só pode ser ele. E aí aquela ossada do João Carlos Haas passou por mais de dezesseis ou dezoito exames de DNA, no Brasil e no exterior. Em 2009, a sentença do Araguaia já correndo a ação, tramitando lá na Corte Interamericana de Direitos Humanos, é reconhecido que aquela ossada não é do João Carlos Haas Sobrinho, mas sim do Bergson Farias, que era um estudante do Ceará. Porque os dois eram muito altos, os dois tinham eu acho que um metro e noventa de altura, e os dois tinham levado um tiro na perna direita. Muita coincidência. Então... Uma coisa que eu vou dizer. Para mim, a voz do povo é a voz de Deus. Reconheceram como o Bergson. Mas se aquela mulher disse que era o João Carlos, cientificamente, eu acho que a mulher sabe mais do que os laboratórios de DNA do Brasil e do exterior. Ninguém me tira da cabeça. Mas a gente tem que aceitar, cientificamente, o que foi comprovado. E aí o Bergson é enterrado, em 2009, em Fortaleza. É o segundo identificado. Então isso, trabalho dos familiares, trabalho das *famílias*. É bom dizer que agora, a Comissão Nacional da Verdade e o Grupo de Trabalho Araguaia –, primeiro, Grupo de Trabalho Tocantins, mais tarde Araguaia – até hoje, não identificou ninguém.

D.P. – Então só tem duas pessoas.

V.G. – Só tem duas pessoas. Mais tarde, também, teve uma missão...

D.P. – Do Araguaia inteiro só tem duas pessoas identificadas?

V.G. – Só tem duas pessoas identificadas. O Bergson e Maria Lúcia Petit. De 1972.

V.G. – Agora me diga uma coisa, Victória. Como é que vocês ficaram sabendo que, depois de uma certa época lá, eles cortavam a cabeça, cortavam as mãos, mandava para Brasília e jogavam os corpos no rio? Como é que essa informação circulou e qual é a evidência que vocês têm disso?

V.G. – A evidência é que aqueles que foram presos, como a Criméia e o Genoíno, viram em slides que eles mostravam para eles. A Criméia viu a cabeça do... Aí. Que morreu junto... Que era da Arquitetura. Como é o nome dele? Eu sei. Tem o Cleber e tem o... Gente. Menino da

Arquitetura que foi preso junto com Guilherme Lund. Estou começando a esquecer os nomes. Eu sabia todos do Araguaia. Um menino que era da Arquitetura.

A.M. – Depois a gente checa.

V.G. – Aquele que eu contei a história que a mãe botava a mesa... Aliás, eu já falei o nome dele aqui. Agora, estou me esquecendo. [Ciro Flávio] A Criméia viu a cabeça dele lá. E o Genoíno também.

D.P. – Por que mandava para Brasília?

V.G. – Para fazer o reconhecimento. Com as mãos, através da impressão digital, que eles descobriam nos institutos de identificação do Brasil a impressão da pessoa, e a cabeça... não sei para quê. A cabeça era por maldade. Devia de ser.

A.M. – Para Brasília para onde?

V.G. – Ah. Devia ser para Instituto Médico Legal ou para o Doi-Codi. Isso a gente não sabe. A Criméia e o Genoíno, que foram as pessoas com quem eu conversei, e o que morreu, o Cleber... o outro, que era do Paraná... Do Paraná. Do Rio Grande do Norte. Que morreu, depois, num desastre de carro. Ele era candidato a senador pelo PCdoB, fazendo campanha. Aquela morte dele foi estranhíssima. Ele também morreu no meio do caminho. Ele morreu, lá no dia, fazendo campanha. Achei aquilo estranho. Eles viram essas cabeças e essas mãos. Mostraram muita gente que eles conheciam; inclusive, esse do Rio Grande do Norte viu a do meu pai. Então essa é a evidência. Eles mostravam, para aterrorizar. “Se você não falar, olha só como é que você vai ficar. Nós vamos cortar tua cabeça e vamos cortar tua mão”. Era nesse nível. Então essa evidência é essa.

D.P. – Que os corpos seriam jogados...

V.G. – É. Que os corpos seriam jogados ou enterrados em algum lugar. Quando o André morreu, que foi logo a primeira leva, em outubro, eles ainda não fizeram isso, porque o André foi enterrado inteiro, segundo a Oneide; no relatório da Oneide, os três foram enterrados inteiros. Agora depois... não sei. Quando eles fizeram a operação limpeza, aí você não sabe mais. E fizeram a operação limpeza por quê? Porque a população... Depois que a gente foi

nessa missão lá de 1992... 91. Que dois. 91. – de 1991, é aí que começou a operação limpeza, porque os camponeses estavam dizendo para gente onde estavam. Tanto que a gente chegou no cemitério de Xambioá, já sabia. Agora, eles não falam mais. E não adianta eles falarem também. Não está mais no mesmo lugar.

A.M. – Quando o Ministério Público Federal foi em 2001, eles conseguiram recolher mais informações, que vocês ainda não tinham conseguido?

V.G. – Não. A maioria das informações que o Ministério Público recolheu foram as mesmas que nós tivemos em 1980. Só que eles não consideravam as nossas informações. Porque nós éramos familiares, tinha o lado emotivo, não se podia dar fé. Tinha que ser um depoimento científico, ou não científico, com a presença de uma autoridade do Estado brasileiro. Então o Ministério Público...

A.M. – Considerado oficial.

V.G. – Considerado oficial, é. Então o Ministério Público dá fé. Tanto que o Marlon descobriu uma casa que era, ainda, um centro de espionagem. Eles davam cesta básica, ainda, para os bate-paus. Recebiam. E o Marlon pegou uma arma do cara que tomava conta da casa, uma arma das forças armadas, que estava raspada. E aí o Estado brasileiro criticou o Marlon no dia da audiência, durante a audiência da Corte em 2010, aí o Marlon respondeu o seguinte: “Mas eu podia...” E Marlon deu ordem de prisão para o cara. E ele falou: “Mas eu podia dar ordem de prisão. É meu dever de ofício. Eu sou um procurador da República, eu posso prender”. Eles descobriram essa casa, com rádio transmissor, com tudo montado, no Araguaia. Eles descobriram essa casa. Que depois foi desativada. Isso a Criméia e a Suzana estavam presentes.

D.P. – E o representante do Estado brasileiro na Corte, então, criticou essa iniciativa específica do Marlon, ou essa descoberta que ele fez dessa casa?

V.G. – Não. Específica. Que ele mandou prender um agente público. O cara era agente público. O cara era do Exército, lá, camuflado.

A.M. – Você até dá uma entrevista em 2003, falando sobre isso. Que era...

V.G. – É? [risos] Ah, é?

A.M. – A gente pesquisou, encontrou no jornal *Nova Democracia* uma entrevista que você se refere a esse episódio, mencionando que a Abin, a Agência Brasileira de Inteligência, continuava com trabalho sendo realizado nessa...

V.G. – Realizado lá. Montado lá. É.

A.M. – E como houve essa conexão com a Abin?

V.G. – Não. Acho que alguém, algum camponês lá denunciou. Tudo que você sabe é através da denúncia do camponês. Aí o Marlon chegou lá na casa e pegou um aparato montado; e cesta básica, um monte de cesta básica para ser distribuída, e o cara com uma arma. Ele recebeu Marlon armado. Marlon mandou que ele... Marlon, também, estava armado. Não sei. Não sei se ele estava. Isso eu não sei. Eu não estava lá. Mas o Marlon apreendeu a arma dele. Foi apreendida. E o Estado brasileiro criticou, que ele... “Mas é meu dever de ofício”. Ele falou isso na Corte. Está nos autos da Corte.

A.M. – E em 2000 é criada a Comissão da Anistia. Você acompanhou esse processo todo?

V.G. – Eu sou anistiada.

A.M. – Como é que o processo correu?

V.G. – Não. Primeiro eu... Não. A anistia já começou no processo... Eu sou anistiada de 1994. Que outro dia eu descobri, anistia... Eu sou pela anistia especial.

A.M. – Aquela do Ministério do Trabalho.

V.G. – Não. Não é Ministério do Trabalho, não. Tinha uma comissão... Não. Não era do Ministério do Trabalho, não. Eu era do PNA. Eu era funcionária pública federal. Eu participei do Programa Nacional de Alfabetização do método Paulo Freire. Então assim, a Flora Abreu e o Alcir, companheiros nossos do grupo, eles também eram do Programa Nacional de Alfabetização, eles entraram pedindo anistia a partir da Constituição de 88, do artigo quinto das disposições transitórias. E aí nós, várias pessoas que eram do PNA, do Programa Nacional de Alfabetização, nós entramos pedindo a nossa anistia baseados na Constituição. E fomos anistiados. Eu fui anistiada pelo governo Itamar Franco. Foi no governo Itamar. Mas eles anistiavam os funcionários públicos, alguns militares, e do Ministério do Trabalho, algumas

peessoas... só de trabalho; perseguição política não tinha. Você podia ser perseguido político, você não era anistiado. Que tinha até... O presidente da comissão era o Lavenère. Marcello Lavenère. Que anistiava as pessoas pelo teto, pelo teto máximo. Por exemplo, como o Cony, que ganha hoje vinte e cinco mil reais porque ele podia ser diretor de um jornal, e ele era só jornalista. Então ele fazia... Essa anistia é considerada uma anistia especial. Várias pessoas foram anistiadas. E a gente era... Em 2001, começou um processo...

D.P. – Quer dizer, isso é pré Comissão da Anistia. Não tem nada a ver.

V.G. – Não é bem... É. Não é... Não. Comissão...

D.P. – É outro caminho.

V.G. – Era outro caminho... Não. Sempre chamou comissão de anistia. E dentro dessa comissão tinham três turmas. Eu me lembro que eu fui a Brasília. Tinha três turmas. Tinha uma turma responsável pelos funcionários federais; tinha outra turma, pelos funcionários de empresa privada; e tinha outra turma para os militares. Então eram três turmas que trabalhavam, mas, baseados na Constituição, só para pessoas que perderam seu emprego por motivos políticos.

D.P. – Mas tinha um nome?

V.G. – Era Comissão de Anistia. Chamava. O presidente da Comissão de Anistia era o Marcello Lavenère. Era essa aí. No final, até no PNA, vários companheiros, no final, ao apagar das luzes do... começaram a... Porque o PNA teve mais de duzentos anistiados. Tinha no Brasil inteiro. PNA tinha no Brasil inteiro. E aí, no final de 1994, aqui do Rio pelo menos, umas cinquenta, sessenta pessoas iam ser anistiadas, porque... É o seguinte. O certo dessa comissão é o seguinte. Você era anistiado e... No mesmo processo, você era anistiado e reintegrado. Você era anistiado e você era reintegrado ao seu cargo, ao ministério do qual você fazia parte. Depois você ia lá, você era lotado e você ia trabalhar. Só que no PNA, eles faziam o seguinte. Primeiro você era anistiado; demorava três meses, você era... reintegrado, e na terceira você era lotado nos quadros do ministério. Passava por três processos. Isso demorava meses. E aí os companheiros já tinham sido anistiados e reintegrados, e não foram lotados. E só foram ser anistiados no dia que teve uma medalha Chico Mendes –, que eu nunca mais esqueço que no dia seguinte foi julgado novamente o processo do PNA –, no dia da Medalha Chico Mendes, no dia seguinte,

em Brasília, que esses companheiros conseguiram entrar. Cinco, seis anos depois. Muita coisa. E aí começou, já no governo Lula, uma campanha para que não só aqueles que perderam o emprego fossem anistiados na Comissão de Anistia. Aqueles, também, que sofreram perseguição política poderiam ser anistiados. Aí que foi criada a Lei da Anistia. Não tinha uma lei da anistia. Essa Lei da Anistia 10.599/2002 foi criada no governo Lula. Mas antes era baseado na Constituição. Constitucionalmente, foi passado isso: que aqueles que perderam seus empregos, tanto no setor privado como no público, civis e militares poderiam retornar aos seus empregos; eram reintegrados ao serviço público. E esse pessoal que foi anistiado na época de Itamar Franco... Porque no Fernando Henrique foi muito pouca...

D.P. – E aí recebiam o retroativo.

V.G. – Era a mesma coisa. Era tudo igual. Retroativo de cinco anos.

D.P. – Você largou em 1964, então você receberia esses vinte anos.

V.G. – Não. Não, não. Da Constituição. Não. Aí o Brasil tinha falido. Não dá.

D.P. – Então como é que era?

V.G. – Era o seguinte. Era a partir da Constituição. Outubro de 88 até... Eram cinco anos para trás. Por exemplo, eu fui anistiada em 1994. Então contou o ano de 94, 93, 92, 91 e 90. E a Constituição foi em outubro. Quer dizer, eu perdi dois meses.

A.M. – 1989 também.

V.G. – Em 89. Então 89 não entrou. Não. Não entrou. Não era dois anos. Era dois meses só. Porque a Constituição foi em outubro de 88. Então eu recebi relativo a 1990, 91, 92, 93 e 94. Passei a receber, por mês, a partir de 1994... Acabou?

A.M. – A gente tem que trocar.

[FINAL DO ARQUIVO pho_2217_Victoria Graboys_2015-05-06_01]

Ângela Moreira. – Victória, nós estávamos falando do seu pedido de anistia em 1994. E você estava explicando para gente como era esse processo de pedido de anistia, reintegração e

lotação no órgão do qual a pessoa havia saído. Burocraticamente, como é que funcionava esse pedido de anistia? Você tinha que levar que tipo de documentos? Você tinha que comprovar alguma coisa?

Victoria Grabois – Você tinha que comprovar. A minha sorte é que, como a Flora entrou primeiro, a Flora descobriu toda a documentação. Ela fez uma pesquisa e já tinha a documentação. E naquela época, quando a gente... se fazia prova para entrar. Só que o resultado não saía no Diário Oficial, saía no *Correio da Manhã*. E aí se descobriu lá, não sei como, o meu nome constava. Tanto que, quando eu entrei, eu achava que... Fui lá... Um dia, a Flora marcou um encontro comigo lá no Ministério. A Flora não tinha chegado, aí tinha um companheiro lá –, que me conhecia, mas eu não lembrava mais de ninguém –, ele falou assim: “Deixa eu ver se você foi mesmo do PNA”. Falei: Ih... Olha como os caras eram. Grande companheiro. Aí ele... Naquele... As coisas estavam boas. Tinha assim um armário, ele puxa o armário, tem lá toda a documentação; e estava lá o meu nome. Supervisora. Eu era supervisora. E aí eu tinha essa comprovação. Então eu tive que saber, falar da questão política também... Mas isso não importava. Por exemplo, aí tinham duas pessoas que já tinham sido anistiadas, tinham que comprovar que me conheciam. No caso foi Cecília e Flora. Quando eu fiz a minha primeira petição, eu ainda disse que conheci as duas na Faculdade Nacional de Filosofia. “Não. Isso não adianta nada. Tira fora isso. Conheceu no PNA”. Tanto, uma amiga minha, que ela cismou que ela tinha feito a prova, eu falei: “Você não fez. Eu me lembro da outra, mas não lembro de você”. Tanto que ela entrou e não conseguiu, porque você tinha que provar que você foi funcionária. Aí tinha lá a documentação que eu tinha tido IPM, eu fui chamada para IPM. Mas eu não participei.

Dulce Pandolfi – Mas e depois? Você foi lotada em algum lugar?

V.G. – Fui lotada lá no Ministério. Aqui, no Demec do Rio de Janeiro. E eu fiquei tão feliz... Aí eu entrei logo em 95, quando [era] Fernando Henrique, falei: bom, então vou fazer projetos. Porque aí a chefe do setor... Nós entramos em 94. Ela falou o seguinte...

D.P. – Entrou você, Flora... Entraram juntas?

V.G. – Não. Flora foi a primeira. Flora entrou em 1991. Cecília entrou em 92, eu entrei em 94.

A.M. – Foram lotadas no mesmo lugar as três?

V.G. – Todas três, é. Só tinha uma Demec. Mas como a gente se aposenta [com] trinta anos de trabalho, e nós nunca tiramos licença prêmio, e tinha direito a três licenças prêmios pela vida sua, então conta em dobro, então nós não precisávamos trabalhar. A maioria não quis trabalhar. Aí eu cheguei, toda coisa assim, disse: não, eu vou trabalhar. Fernando Henrique. Tudo bem. Fernando Henrique é um sociólogo. Eu não votei nele, votei no Lula, mas eu acho que ele vai dar uma incrementação no Ministério. Quer dizer, com cinquenta anos, eu ainda era meio burrinha, assim, acreditava. Então eu vou para os projetos. Achei que eu fazer projetos assim mirabolantes pelo Brasil, pela educação. Falei não, o povo brasileiro está me pagando, eu tenho que trabalhar para essa população. Aí eu vou... Aí, logo de entrada, a chefe não queria ver ninguém do PNA lá. Subversivo... Negativo. Não queria ver os subversivos. Aí ela fala assim: “Vocês, agora em novembro, (a gente foi lotada em outubro) tiram férias relativas a 93, em dezembro, a 94, em janeiro, a 95”. Três meses de férias. Tiramos as férias. Ela mandou, a gente fez. Fevereiro de 95, vou trabalhar, toda... E aí tinha uma colega minha que tinha sido anistiada também, também era da faculdade, mas que não tem assim... só professora, mas ela não tem uma atividade política, ela estava na comissão de aposentadoria dos funcionários do MEC, porque era Ministério da Educação e Cultura. E tinha muita gente da cultura lá. Aí ela passou para mim. Aí eu fui, no boletim interno. É. Boletim interno. Fez a minha nomeação, eu fiquei no lugar. Aí uma da comissão (eram cinco) virou-se para mim e falou assim: “Você também faz aposentadoria de quem não é anistiado?” Falei: “Mas claro. Eu não sou funcionária pública? Eu sou uma servidora...” Eu não gosto de falar essa palavra servidora, porque servidora vem de servidão. – “Sou funcionária pública. E, claro, eu faço”. E aí eu desengavetei muito... A palavra é a seguinte. Como é o nome... Tem duas alturas. Qual é o nome daquele negócio? Você coloca processo ali. Se você puxava aquilo, tinham milhares...

A.M. – Aqueles arquivos?

V.G. – Aqueles arquivos assim. E eu aposentei muita gente. O que eu descobri, gente, dentro dessa Demec... Quem era nomeado, quem tinha nível superior era filha, todas, de oficiais do Exército. Do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. E aqueles cargos subalternos, eram filhas de sargentos, de cabo... Só dava isso no MEC. O reacionarismo assim... nos detestavam. E aí eu comecei a fazer... Ai. Era um trabalho tão burocrático, tão chato! Mas eu fazia. Eu fiquei lá

três meses, fazendo aquilo, aposentando. Teve, do Ministério da Cultura, de chegar uma funcionária... Só subia o elevador, porque o Ministério da Cultura funcionava no mesmo prédio. Eles acabaram com a Demec do Rio. Não tem mais. E aí ela chegou para mim, falou assim... Me levou até presente. Eu fiquei constrangida, falei: “Mas eu não posso receber. Eu não posso receber esse presente. É minha obrigação. Eu tenho que fazer. Eu sou funcionária para fazer”. Aí a mulher lá falou: “Mas você, anistiada, e você foi nomeada aqui, numa nomeação interna? Saiu no boletim. Como que passou isso?” Eu falei: “Ué, me chamaram”. E eu ajudei, e eu aposentei muita gente. Porque tinham pessoas, por exemplo, tinham duas que moravam em Niterói, que elas eram assistentes sociais, elas não podiam estar na ativa. E se não aposentasse logo, elas iam responder a processo. Só quem pode ter duas funções é professor e médico. As outras profissões, você não pode estar na ativa do cargo público. Apesar que tinha gente que tinha três cargos. Era uma loucura. Aí quando chegou uma hora lá, eu não aguentei mais, falei: aqui não vai ter processo, não vai ter projeto, aqui não vai ter nada! Eu vou pedir a minha aposentadoria. Aí... Eu que fazia. Aí a outra, a chefe... Não. Claro. É antiético fazer a minha. E essa tal que achou um absurdo tratou logo de me aposentar. Eu fui aposentada rápido. Ela queria mais se ver livre de mim. Eu também não aguentava mais aquilo. No começo, eu fui assim... de peito aberto: eu vou ajudar os companheiros... Que estavam em situação... Por exemplo, chegou um ponto que uma companheira, ela era professora, professora de nível médio, ela chegou lá, falou assim: “Victoria, cadê?” Eu falei: “Uai. Não tenho o Diário Oficial aqui, não cheguei... Você ainda não está”. Ela disse: “Mas eu estou irregular na minha escola”. Eu falei... Tal e tal. Aí eu falei: “Eu vou ver isso para você”. Aí eu cheguei no décimo sexto andar. Quando eu cheguei lá, a mulher me deu o Diário Oficial. Ela já estava aposentada. Ela tinha ido de manhã. Isso era de tarde. Olha, eu dei um show. Eu reclamei... Ah. Eles queriam me ver pelas costas. Falei: “Isso é um absurdo!” – “Ah. O Diário Oficial fica na minha sala”. Falei: “Mas quem trabalha com isso não sou eu? Não tem que mandar para mim o Diário Oficial, na sala em que eu estou?” Aí eu fiz um carnaval. E liguei para ela, tal. Para ajudar os companheiros que tinham sido anistiados. Minha mãe também foi anistiada pelo Ministério da Agricultura. Minha mãe era do Jardim Botânico. Minha mãe era funcionária do Ministério da Agricultura. E minha mãe era advogada. E nada de anistiar minha mãe. Aí o relator da minha mãe... A sorte que o relator da minha mãe, em Brasília, foi um funcionário, um advogado no... o assessor jurídico do Ministério, que o pai dele foi médico do Prestes, então o da minha mãe andou muito rápido. Tanto que a minha mãe, o ministro da época... e nada – ele disse assim

para mim: “A senhora tem que fazer alguma coisa. Quem a senhora conhece?” Eu falei: “A única pessoa que eu conheço aqui, para fazer alguma coisa para mim, é o Genoíno”. Aí eu corri para Brasília, falei: “Genoíno, você tem que ligar para o ministro, para minha mãe ser anistiada logo”. Aí Genoíno ligou para o ministro. Aí foi rápido. E aí a minha mãe, ao apagar das luzes do ano de 1994, chegando 95, Fernando Henrique ia entrar, o ministro ligou para minha mãe, falou: “Olha. Estou aqui assinando a sua anistia e a sua reintegração”. Quer dizer, a minha mãe foi anistiada e reintegrada no mesmo ato. E, em março, ela passou a receber aqueles atrasados e tal e coisa. Ela só aproveitou a anistia dela durante quatro anos. Muito pouco. Porque ela tinha 78 anos, e ela morreu com 82. Mas pelo menos ela teve uma morte digna. Eu me lembro que ela ficou no São Lucas. Mal a Cecília chegou, ela disse assim para Cecília: (nunca mais vou esquecer isso) “Graças a vocês. Eu estou aqui graças a vocês”. Quer dizer, a luta do grupo. A gente nunca trabalhou na questão da anistia, assim diretamente, porque envolve dinheiro. Mas claro que a gente tem uma parte importante aí. E aí... Foi assim.

A.M. – E a gente pode dizer, por exemplo, que essa anistia do pós Constituição, antes do regime do anistiado político em 2002, ela tinha um sentido político também? Ou era só pecuniário? Qual é sua avaliação disso?

V.G. – Não. Eu acho que pecuniário em primeiro lugar, mas também tinha político. Porque você... Foi anistiado quem? Foram anistiados pessoas que tiveram atividade política nos seus locais de trabalho. Então as pessoas foram... perderam seus empregos por questões políticas. Então, claro que tinha uma questão política. Só que a lei de 2002, ela foi mais abrangente. Ela abrangeu também... Tanto que meu... Por exemplo, o Gilberto, meu marido, também foi anistiado. Mas ele também tinha uma profissão. Ele era jornalista. Mas era um desaparecido político. Meu pai... Mesmo assim, meu pai... minha mãe não... Como não tinha mais a minha mãe, porque era diretamente a mulher que recebia, ele foi anistiado sem nenhuma reparação pecuniária. Meu pai é anistiado, eu fiz questão que ele fosse anistiado, para ficar nos autos, porque isso vai para o Arquivo Público Nacional. Quando um pesquisador, um estudante de história quiser fazer uma pesquisa, o nome dele está lá. Então eu achei isso importante. E eu botei assim, bem grande, quando eu fiz a minha ação: sem reparação pecuniária. Para ficar claro que eu não queria nada. Então... Assim muitas pessoas... Por exemplo, meu filho, o Igor, foi anistiado, porque ele nasceu dentro da clandestinidade. Ele foi um perseguido político.

A.M. – Como foi esse processo burocrático? Que tipo de comprovação você tinha que apresentar, ou que o Igor tinha que apresentar?

V.G. – Do Igor?

A.M. – É.

V.G. – Ah. Do Igor, tinham todas as comprovações. A Lei 9.140, já tinha o atestado de óbito da Lei 9.140, que o pai era desaparecido político. Aí não teve muita...

A.M. – Problema.

V.G. – Não. Não teve muito problema. Só que quem fez a ação fui eu, e como ele era estudante, eu botei que causou para ele grandes transtornos emocionais. Ele nunca leu. Ele só assinou. Aí, na hora, eles leem a ação inicial, ele ficou furioso comigo, porque eu falei que ele tinha tido transtornos emocionais. Eu falei: “Mas claro que teve. Tem até hoje”.

D.P. – Mas isso é depois da lei.

V.G. – Isso é da lei de 2002. O Igor foi anistiado.

D.P. – Antes ele não poderia.

V.G. – Não. O Joca também foi anistiado. O Joca nasceu na prisão. Nasceu no Doi-Codi... no Hospital Base de Brasília. A Criméia ficou lá. Então eles foram anistiados. São anistiados políticos. Isso é interessante sob esse aspecto.

A.M. – Victoria, essa ação que vocês começaram a mover, ainda na década de 80, o Cejil, o Tortura Nunca Mais, os familiares...

V.G. – Não. O Cejil não entrou em 80, não.

A.M. – Cejil é da década de 90.

V.G. – É. Em 80, só quem... Não tinha nem o grupo Tortura Nunca Mais. Eram só os familiares.

A.M. – Isso. Ela é uma ação longa, de algumas décadas de iniciativas dos familiares para tentar um reconhecimento judicial do Estado brasileiro com relação à morte e desaparecimento dos

integrantes da guerrilha do Araguaia. Em 2003, vocês elaboram uma carta ao presidente Lula, uma carta dos familiares e companheiros de mortos e desaparecidos, de certa forma contrários à decisão do governo de recorrer da sentença judicial expedida pela juíza Solange Salgado. Como foi esse processo de organização de vocês para a elaboração desse documento?

V.G. – Aí já tinha o grupo. Aí já tem o dedo do grupo. O grupo já entrou. Porque o primeiro juiz foi o tal Vicente, que eu esqueci o nome dele, que era até padrasto de um dos meninos que matou o índio pataxó. Ele era o juiz da sentença, o tal do Vicente. Esqueci o nome dele. Tem que pesquisar, ver o nome dele, que agora eu esqueci. Essa sentença teve dezesseis recursos.

A.M. – Dezesseis?

V.G. – Dezesseis. Idas e vindas. Sendo que uma vez foi arquivada por esse juiz. E aí a procuradora da República foi lá e desarquivou. Isso foi... acho que em 96. E finalmente, quando entra a Solange Salgado, ela dá uma sentença favorável às famílias, em 2003. Cabia recurso. Como sempre, cabia recurso. E aí nós fomos a Brasília, uma audiência com José Dirceu, que era o chefe da Casa Civil, e pedimos que o governo não recorresse. Fomos ao AGU, o advogado geral da União, que era até um amigo do Luiz Eduardo na época, ele disse que ele ajudava até o Luiz Eduardo a...

A.M. – Luiz Eduardo Greenhalgh.

V.G. – É. Luiz Eduardo Greenhalgh, que é nosso advogado. Ajudava até o Luiz Eduardo Greenhalgh a elaborar esses recursos, fomos ao Márcio Thomaz Bastos, do qual eu tive uma impressão péssima dele, nem demagogia fez... “Já acabou? Tenho uma audiência daqui a cinco minutos”. Está bom. Estamos ouvindo.

D.P. – Ele estava como ministro.

V.G. – Ministro. Ele era ministro da Justiça. E aí nós... Não adiantou nada. E o Estado brasileiro recorreu. Em 2007, o relator desse processo era o Teori Zavascki, e ele deu uma sentença favorável a continuar, quer dizer, permaneceu a sentença da juíza favorável aos familiares. Então... 2007 e tal. Só que nós já estamos em 2015, oito anos depois, doze anos da sentença da juíza, e até agora ela não foi executada.

A.M. – A sentença é para identificação da sepultura, atestado de óbito...

V.G. – Atestado de óbito já era, porque a gente acabou recebendo. Que era assim. Não tinha nenhuma reparação pecuniária, porque a maioria era pelos pais, e os pais não aceitavam reparação pecuniária; então isso está fora. Isso. A identificação e a circunstância das mortes. Que até hoje está lá. Até ia ter uma audiência agora em abril, a juíza mandou suspender a audiência. Agora, dia cinco, ontem, ia ter uma reunião em Brasília, novamente, com a comissão, porque a comissão agora mudou a sua estrutura, a procuradora Eugênia Gonzaga, agora, é a presidente da comissão...

A.M. – Da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos.

V.G. – Especial de Mortos e Desaparecidos, da Lei 9140. Antes era o Marco Antonio, ele saiu. Ficou muitos anos. E...

D.P. – E tem representante dos familiares na comissão?

V.G. – Tem a Diva. A Diva é representante.

A.M. – A Diva Santana.

V.G. – É, Santana. E tem também a Amparo. Mas já me disseram que a Amparo não é oficialmente. Porque a Amparo é familiar. Ela perdeu o companheiro e o irmão. Ela tem dois. Mas ela não pode, porque ela foi da Secretaria de Direitos Humanos de Pernambuco e ela tem processo; e quem tem processo não pode participar da comissão. Então ela é pro forma. Agora eles iam...

D.P. – A comissão continua ativa, na sua avaliação?

V.G. – Não. Não. A comissão não faz nada. Não faz nada.

D.P. – Nada.

V.G. – Nada. N-a-d-a. Nada. Então ia ter uma reunião agora, ontem. Na hora que eu estou voltando do velório da Inês Etienne, liga uma... Primeiro quem me ligou foi uma secretária da comissão, uma menina que eu conhecia, marcando, se ia, tal. E que, na sequência, ela ia ligar...

Eu falei: “A Criméia já aceitou?” Ela falou: “Na sequência, eu vou ligar para a Criméia”. Depois, eu fiquei sabendo que a Criméia, o pessoal de São Paulo não aceitou ir na reunião. E aí ela disse para mim que a reunião tinha sido terminada e que estava me convidando para uma nova missão, que era [em] junho. Aí eu fui bem malcriada. Falei: “Olha só. Nós já fomos a Brasília em inúmeras reuniões. A gente... Não é assim, ser convidada pelo telefone. A gente tem que sentar, conversar e planejar. Você vai chegar lá, fazer o quê? Tem que ter um planejamento. Eles não fazem um planejamento. Vai lá e abre a cova de qualquer jeito, porque fulano vai... Não. Você tem que ter um planejamento. Mesmo que o camponês tenha dito que ali tem alguém, você tem que planejar o dia, a hora, o que é que nós vamos fazer, o que cada um... Não é assim. Não é uma comissão... Vai lá... Quem quer vai. Não é assim, quem quer vai. Eu acho que... Claro que qualquer familiar pode ir. Mas esse familiar, ele tem que sentar e conversar com a coordenação. Não é assim”. Então desmarcaram a reunião. A juíza desmarcou em abril, e agora em maio, a comissão desmarcou. A Eugênia vinha cheia de gás, porque a Eugênia entrou com uma representação contra o Marco Antonio –, que era o presidente, ficou muitos anos, quase todo o governo Lula ele foi o presidente da comissão –, entrou com uma representação contra ele, que a comissão nada fazia. E agora, ela está lá, do mesmo jeito, nada fazendo. Então não sei. Não tenho a mínima ideia como vai ser. É muito desalentador.

D.P. – Victória, você tem alguma esperança que esses corpos do Araguaia sejam encontrados? Como é que você vê essa questão, passados tantos anos?

V.G. – Tantos anos. Eu não tenho esperança nenhuma. Mas a luta continua até o dia que eu morrer. A gente tem que ficar cobrando. Cobrar, tem que cobrar. Mas eu... Até estava falando para Ângela que no dia do velório da Inês Etienne, eu cobre da presidente da República a abertura dos arquivos. Que eu acho que a maior homenagem que ela faria a Inês Etienne Romeu seria abrir os arquivos, principalmente os arquivos da Casa da Morte de Petrópolis. Tinha que abrir esses arquivos. E a ministra me respondeu, fez uma fala, respondendo para mim, olhando para mim diretamente o tempo todo, fez um discurso grande, dizendo que não é porque o governo tem duas guerrilheiras que ele tem condições de agir. Aí eu não ia bater boca com a ministra ali, em respeito à nossa companheira que estava morta ali, naquele momento, eu estava ali prestando uma homenagem. Eu achei que a abertura dos arquivos da ditadura era a maior homenagem que faria para ela, e principalmente da Casa da Morte, que ia comprovar tudo o que ela disse. Já que eles dizem que o que gente fala não é... [que] nós temos a emoção acima

de tudo. Então eu acho que estão perdendo uma grande oportunidade, porque nós não vamos ter mais duas guerrilheiras no governo do Brasil.

D.P. – Era a ministra Eleonora que estava lá.

V.G. – A ministra Eleonora Menicucci, da Secretaria Especial das Mulheres. Que era amiga pessoal da Inês.

D.P. – Ex-presa política.

V.G. – Ex-presa política também, que esteve junto com ela. E foi representando a presidente da República. Aí eu cobre publicamente a abertura dos arquivos. Porque tem que ter a vontade política de abrir esses arquivos. Senão a gente vai ficar nisso. Vai ficar nesse... abre aqui, vai lá no... O Grupo de Trabalho Araguaia – acho que já falei isso no início, já nem me lembro mais, mas já devo ter falado – abre aquelas coisas, tiram cadáveres que são de moradores da região, às vezes são cadáveres recém sepultos, ainda está em estado de putrefação, aí bota aquilo tudo dentro dos sacos, enterra novamente... E aí aquela população vai ficar contra a gente. É um gasto. Até agora... O ano passado, com a ministra Ideli Salvatti, só teve uma missão. Eu não sei quanto foi. Mas até 2013, o governo gastou dez milhões de reais. Tem vinte ossadas lá na UNB, na Universidade de Brasília. E ninguém faz essa identificação. Fizemos exame de DNA, aqui no Rio, foi em 2005. Muitas pessoas já morreram nesse meio do caminho. Por exemplo, a minha sogra foi uma... Outro dia, achei que minha sogra ia morrer; mas, felizmente, ela sobreviveu. E já me disseram que o exame da minha sogra não vale muito, porque era do tempo de tirar sangue. Agora é com a saliva. Não dá para entender. Não há vontade política do governo brasileiro de resolver essa questão. Então vai ficar nisso. Eu não tenho muita esperança. Mas a luta continua. Vou para o chavão. E a gente tem que cobrar. A nossa parte é a cobrança. Nós temos que continuar cobrando.

A.M. – Uma dessas tantas iniciativas que você mencionou foi a criação de um grupo de trabalho em 2009. Foi criado por meio de uma portaria, para realizar atividades para localização, recolhimento e identificação dos corpos dos guerrilheiros. Vocês acompanharam esse processo?

V.G. – Sempre.

A.M. – Porque ele foi um grupo organizado e composto por integrantes da estrutura política administrativa do Estado. Como é que foi esse processo todo? Foi uma demanda de vocês? De quem foi a iniciativa nesse momento?

V.G. – Isso é 2009. A sentença já estava em curso...

A.M. – Da CIDH

V.G. – É. Da Corte Interamericana de Direitos Humanos, ela já estava em curso, já se sabia que, ou final de 2009 ou início de 2010, teria audiência pública, e aí foi o Ministério da Defesa que tomou a iniciativa. E era o ministro Jobim. Mandou nos chamar lá. E botou um aparato, que eu achei que eu ia para a guerra. Nunca participei de uma... Eu achei que eu estava numa reunião de guerra. Porque o ministro Jobim é um homem de quase dois metros de altura, grandão, gaúcho, autoritário – assim, os familiares sentados aqui de um lado, do outro lado sentaram os militares – fardados. Eu achei aquilo um acinte aos familiares, dentro do Ministério da Defesa. Ele com um data show lá. “Então temos vários grupos. Grupo da logística, o grupo da identificação...” Parecia que nós íamos sair para a guerra. “Não sei quantos carros blindados...”. Fizeram assim... Era um verdadeiro aparato de guerra, para ir para a região do Araguaia. “Grupos que vão identificar, grupos de não sei quê, grupo de comunicação, grupo de saúde. Vão não sei quantos soldados. Depois de quinze dias, vão ser reforçados, mais não sei quantos, não sei quantos”. E aí os familiares se recusaram a ir daquela forma. Então, na primeira que teve organizada pelo Ministério da Defesa, os familiares não foram. Depois, 2010...

D.P. – Falaram isso publicamente lá na reunião.

V.G. – Publicamente, ali. Nós não vamos dessa maneira.

A.M. – Foi uma decisão ali, imediata.

V.G. – Ali. Imediata. Nossa. Todo mundo que estava ali. Saiu todo mundo... Criméia saiu arrasada, porque Criméia, presa, foi tirada do Doi-Codi, foi levada para lá. Então aquilo, também, para ela foi um impacto. Porque ela presa, grávida, lá naquele ministério. Ela lembrou. E ela disse isso para o ministro. Ele ficou calado. E foi assim uma coisa horrorosa. Eu pensei que... Parecia que estava vendo um filme americano de preparação da guerra, que eu era... sei

lá o quê. Uma jornalista, que estava ouvindo do ministro da Defesa o aparato de guerra que ia sair. Eu falei: “Na região, isso assusta os moradores. Os moradores... a guerra está voltando?”

D.P. – Mas vocês contestaram ali?

V.G. – Contestamos naquele momento, com o ministro. Nessas condições, nós não vamos.

D.P. – E ele respondeu?

V.G. – Não. Ele mandou que a gente pensasse, depois desse uma resposta. Que ele tinha apresentado aquilo, que podia man... Aí, depois... Mas assim. O jeito autoritário dele era uma coisa assim. Com a sentença da Corte, uma das demandas da sentença da Corte é que criasse, e ele criou. Aquele grupo chamou Tocantins. E aí Criméia foi uma das que mais brigou [para] que não fosse Tocantins, que fosse Araguaia. Aí foi criado. E aí era assim: Ministério da Defesa com o Ministério da Justiça e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Mas sempre o Exército... a Defesa predominando. Mais militares do que civis. Aí os familiares passaram a ir. Foram muitos... Foram quatro. Só podiam [ir] acho que quatro ou seis familiares. Começaram...

A.M. – E foram muitas incursões?

V.G. – Foram várias. Tem que pegar a coisa da Corte, que a gente sabe. Foram muitas. Então todos os anos tiveram. Começou [em] 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014. Foram cinco anos seguidos. Sendo que em 2014 só teve uma. E, nesses anos todos, tiveram duas, duas ou três. O Igor, meu filho, foi em uma. A de 2013. Foi a penúltima. E isso causava espanto na região.

D.P. – E essa que Igor foi, por exemplo, em que resultou?

V.G. – Nada. Não tem nada. Fica todo mundo escavando, com sol escaldante de 50 graus, abre o coisa... Foi o Igor que me contou essa história que eu falei. Que tirou o cadáver de uma velha que estava ainda em decomposição. Aí diz que coloca... Ele que me contou. E bota ali dentro e joga novamente. É assim. E teve um familiar da Bahia, que não tem uma atividade política, que contestou o general que era o chefe da missão. Disse que foi a coisa mais importante, ele ter contestado. Porque isso não leva a nada. Por exemplo. Criméia reclamou do cara da Selva [Batalhão de Infantaria de Selva] que botava o facão, e a Criméia queria que o cara tirasse o

facão. Mas o cara não pode tirar o facão porque faz parte do uniforme dele. Ainda tem essas coisas todas. E a água, tem a água, tem o sargento responsável pela água, tem o soldado que dá água, tem o carro que coloca a gasolina, tem familiar... Aí começou... Aí, nessa história dessas idas, começou a divisão dos familiares. Coisa que, até então, não tinha, entre as famílias do Araguaia. Começou a divergência. Por exemplo, Quando o Igor foi – domingo, nada abre lá em Xambioá, é tudo fechado, nem no hotel tem comida. Aí os militares fizeram um churrasco e chamaram as famílias, os representantes... os familiares. Família não, que eram familiares. O Igor e a Elenalda, irmã da Elenira, se recusaram a ir. Eles disseram que eles não se sentavam com os militares, [não] iam comer com os militares. E ficaram sem comida. Aí tem um cara de uma birosca que viu os dois sem comida, o cara abriu a birosca e fez comida para os dois. Eles comeram na birosquinha lá da beira da estrada. Senão eles não iam comer nada. Nem um biscoito. Porque não tinha. Iam passar com fome. E a Elenalda, na época – acho que o Igor foi... 2013, a Elenalda tinha 70 anos. Que a Elenalda passou mal, naquele sol de 50 graus, veio o médico do Exército e tal, ela ficou sentada... Ela... Uma mulher de setenta anos passa muito mal... E o Igor disse que é uma desorganização, uma vai para um lado, outro vai para o outro. Então tem uns familiares lá que resolveram dividir. E numa dessas que eles foram, antes dessa que eu estou falando agora, eles encontraram um bate-pau, o cara que era bate-pau na época. Aí ele faz um filme com o bate-pau. Numa reunião com a Secretaria, que a Secretaria foi prestar... dar o informe de como tinha sido a missão passada, e ele passa um filme com esse bate-pau. E no fim vem a notícia que quinze dias depois que esse familiar foi lá fazer... ouvir o bate-pau, os capangas do Curió chegaram lá e mataram o cara *a paulada*. O cara foi morto a paulada. Aí nós questionamos. A Corte Interamericana de Direitos Humanos passou essa tarefa que nós sempre exercemos, vamos assim dizer, para o Estado brasileiro. Então não cabe mais a familiar ficar lá fazendo perguntinha para quem quer que seja. Cabe ao familiar acompanhar os trabalhos. E ficar na sua. Familiar não tem que sair *batendo perna no bate-pau*. Se um camponês daquele chamar, quiser conversar, é diferente. Mas não cabe a ele. Ele vai ouvir, ficar na dele, e transmitir para a coordenação da missão o que está se passando. Então tem uns familiares assim, que vão de carro, alugam carro, pegam a gasolina do exército brasileiro e ficam rodando na região. E eles inventaram os tais ouvidores. Um desses ouvidores é o [Hugo] Studart, que nós temos sérias restrições a ele, porque ele fez uma dissertação de mestrado, dentro da UNB, [em] que ele ouviu quinze militares, e ele não dá os nomes dos militares. Eu nunca vi. O que é que um aluno que entra numa universidade pública, a UNB é uma

universidade pública, o que é que um aluno aprende no primeiro dia de aula? Que ele tem que revelar suas fontes. Quem não revela as fontes, não é um trabalho acadêmico, é um jornalista. E ele faz, conta barbaridades...

A.M. – Sobre o que era a dissertação?

V.G. – A dissertação era sobre a guerrilha do Araguaia.

A.M. – Sobre a guerrilha mesmo.

V.G. – Sobre a guerrilha do Araguaia. Então ele conta uma série de coisas, que a gente não pode levar em conta o que é verídico e o que não é. Então eu não posso admitir que um cara que faz uma dissertação de mestrado numa das universidades mais importantes do nosso país, que tem um orientador funcionário dessa universidade, aceite que o aluno dele faça uma dissertação de mestrado e depois publique um livro e não cita as fontes. Ele não pode citar as quinze fontes do Exército. O pai dele é do Exército. Então tem várias coisas, inclusive, ele fala que tinham cinco guerrilheiros que estavam vivos. Ele ainda escreveu uma reportagem dessas no *Estado de São Paulo*, e isso causa um mal-estar nas famílias muito grande.

D.P. – Mas esse menino, ele tinha algum motivo para estudar isso? Ele é ligado a militar?

V.G. – É. Ele é filho de militar. Ele é filho. O motivo, eu nunca conversei com ele. E nós questionamos, que esse tipo de ouvidor nós não aceitávamos. Tem alguns familiares que aceitam.

D.P. – Mas esse rapaz que fez a tese, ele tem um papel depois? Ele vai ser o quê?

V.G. – Ele vai ser um ouvidor na missão.

A.M. – Qual é o papel do ouvidor?

V.G. – O ouvidor é o cara... O papel do ouvidor é isso que você está fazendo aqui. Só que o ouvidor... Você está aqui como pesquisadora. É um trabalho de pesquisa. Lá não é um trabalho de pesquisa, é um trabalho de investigação. Então o cara que ouve é o ouvidor.

A.M. – Registra e tal.

V.G. – Registra. “Estive na casa...”

D.P. – Foi escolhido pela comissão do Ministério da Defesa.

V.G. – É escolhido pela... É. Ele foi escolhido pelo Ministério. E o Jobim disse isso. “Amanhã, nós vamos ouvir o Studart”. Falou isso para a gente. Nós ainda ouvimos isso. E aí nós dissemos: “Com esse cara, nós não vamos. E ele vai nas ouvidorias. E tem uns familiares que aceitam ele e tem familiares que acompanharam ele. De tanto a gente fazer pressão, a Secretaria de Direitos Humanos tirou ele. Ele não é mais ouvidor. Aí ele foi ser ouvidor da Comissão da Verdade. Aí nós fomos para a Comissão da Verdade, também questionamos o papel dele na Comissão da Verdade. Ele também foi destituído da Comissão da Verdade. Então é uma pessoa... É a mesma coisa que esse Cláudio Guerra, que disse que Mário Alves, não sei que, as pessoas foram presas, que vieram da Casa da Morte, depois, passaram lá em Campos e foram... passaram na máquina de moer cana. Isso não é oficial. Isso causa um mal-estar nas famílias. Isso causa um mal-estar muito grande nas famílias. Por isso que a gente sempre diz: tem que abrir os arquivos da ditadura. Claro, por vários motivos. O principal, para a gente conhecer a história, saber a verdade. A verdade precisa ser dita. E para os familiares então, como não se abrem os arquivos, essas pessoas que são inescrupulosas se aproveitam da nossa dor para vender livro. Que é um absurdo. Pode ser que tenha algumas coisas lá que seja até verdade. Por exemplo, ele tem todo o diário do meu pai. Eu acho que aquele diário é do meu pai.

D.P. – Quem tem o diário?

V.G. – O Hugo Studart.

D.P. – Ele tem o diário do seu pai?

V.G. – Ele tem o diário do meu pai. Diário que...

A.M. – E como é que ele conseguiu?

V.G. – Aí... Ele... É. Como é que ele conseguiu.

D.P. – Mas ele tem o diário do seu pai?

V.G. – Meu pai fazia um diário.

D.P. – Está na posse dele esse diário?

V.G. – Está na posse dele. Esse diário tinha que ser entregue a quem? Ao Estado brasileiro. Está na posse dele.

D.P. – Ou à família.

V.G. – Ou à família.

D.P. – E vocês não pediram a ele esse diário?

V.G. – Claro. Ele deu.

D.P. – Ele deu?

V.G. – Ele deu. Pela internet, ele deu o diário. Mas...

D.P. – Está aonde agora? Está com vocês?

V.G. – Eu tenho esse diário.

D.P. – Mas o original está com quem?

V.G. – Não. O original ele não mandou. Ele mandou o... O seguinte. Porque meu pai fazia à mão, escrito à mão. E aí eles mandaram que os soldadinhos transcrevessem na máquina, datilografado. Eu tenho ele. Agora, já é digitalizado. Mas pelo que meu pai fala no diário, eu acho que é o diário do meu pai, porque eles não podiam saber. Por exemplo. Meu aniversário é primeiro de novembro. O André já tinha morrido. Ele fala que o André morre. O André morreu 14 de outubro, mas o Ministério Público diz que é 13. Mas isso é detalhe. Treze ou quatorze, não interessa. Ele disse... quando ele recebeu, ele fala quem é André. Ele falou assim: o comandante Zé Carlos é André Grabois. Perdemos uma grande liderança... Então ele fala do André como pai. Eles não podiam inventar aquilo. No dia primeiro de novembro, eu acho que eles já percebiam que iam morrer, que estavam praticamente cercados, ele escreve assim: “Hoje, V. faz trinta anos”. Era o dia do meu aniversário. Aí ele escreve uma série de coisas. Embaixo, ele diz assim: “Espero que ela sobreviva e que ela possa realizar os seus sonhos. Coisa que ele não pôde fazer, nem seu irmão”. Quer dizer, só meu pai escreveria aquilo. Outra

pessoa não ia escrever aquilo. Eu acho que aquilo foi... Eu tenho quase certeza que é meu pai. E depois ele começa assim: “Eu tenho...”

D.P. – Victória, [você não pede] esses originais para...

V.G. – Ah. A gente pede. Mas e aí? Isso é a abertura dos arquivos. Isso deve estar nos arquivos do Exército. Ele diz o seguinte: “Hoje eu completo...”

D.P. – Mas é assustador. Como é que o cara tem esse documento? O que ele alega? Ele pegou isso aonde?

V.G. – Ele entrevistou quinze... Ele entrevistou os quinze.

D.P. – Sim. Mas onde é que ele pegou fisicamente?

V.G. – Ah. Ele diz que ele conseguiu com esse...

D.P. – Um militar deu para ele?

V.G. – Deu para ele. Um desses quinze.

D.P. – E ele devolveu para o militar?

V.G. – Ah, não. Isso eu não sei. Isso eu não sei. Eu nunca conversei com ele.

A.M. – Mas ele tem uma cópia do original, ou ele só tem essa cópia datilografada, digitada etc.?

V.G. – Ah. Ele diz que ele só tem essa cópia. Mas ele deve ter. Se ele não tem, alguém tem. E depois, também, tem essa Thais... das quantas, com esse tal de Almano, também escreveu... Também filho de militar. Só filhos de militar escreveram livro sobre o Araguaia.

A.M. – E aquele livro do Leonencio Nossa, *Mata!* ?

V.G. – Ah. Esse cara é... Esse cara inventou. Você viu lá o que ele diz? A Beth. A Beth é companheira do grupo. Esse Hugo Studart fala do irmão dela, que é um dos sobreviventes. Aí ele pediu para dar entrevista. Eu não dei entrevista para esse Leôncio..

A.M. – Leonencio Nossa.

V.G. – Leonencio Nossa. Que tem o livro *Mata!*. E aí a Beth deu entrevista para ele. E lá ele faz uma... ele inventa uma história, que a família da Beth, que participaram da Guerra do Paraguai. Por isso que o irmão dela... Se você voltar a ler o livro, você vê isso. Por isso que o irmão dela teve essa veia revolucionária de ir lutar, ser um revolucionário, ir para a luta armada. Eu falei: “Beth, alguém da sua família, que você saiba, participou da...”

D.P. – Da Guerra do Paraguai?

V.G. – Da Guerra do Paraguai? Não. Não é nem do Paraguai. É de Canudos. Canudos. Porque tem muitas histórias. De Canudos. A Beth falou: “Eu nunca soube”. Ele inventou isso no livro! Da família do Arildo Valadão, ele fala de Farrapos, do Rio Grande do Sul. Cada um, ele inventa uma história, para dizer que o cara era guerrilheiro porque teve um antepassado que era um revolucionário. E ele é um pilantra, que eu já conversei com ele várias vezes. Ele é um pilantra, esse cara. Ele quis me dar o livro dele, eu falei muito obrigada, eu já comprei. A editora ligou para mim, eu falei: “Não precisa. Eu já comprei”. Eu não ia aceitar o livro dele. Imagina. Eu ia morrer por causa de trinta reais? Mandeí vir da editora. Uma coisa horrível. Ele conta todos os detalhes do Curió. Porque o Curió vendeu os arquivos dele para o *Estadão*. Ele era jornalista do *Estadão*. Ele ofereceu para *O Globo*, para a *Folha* e para o *Estadão*. Quem comprou foi o *Estadão*.

D.P. – Voltando ao arquivo do...

V.G. – É. Desse cara.

D.P. – Não, não. Na coisa do seu pai.

A.M. – O diário.

D.P. – Esse diário, a parte que você conhece, ela vai até quando? Como se fosse até perto da morte dele?

V.G. – Até perto da morte dele.

D.P. – É uma coisa que ele escreve quase todos os dias?

V.G. – Quase todos os dias ele escrevia.

A.M. – Sobre temas diversos. A família, a guerrilha...

V.G. – Tudo que acontecia na guerrilha. É. Ele escrevia que já não tinha comida... E eu conhecia meu pai. Meu pai era muito crítico. Então ele ficava... Por exemplo, teve... E aí teve esse Car... Apareceu para minha mãe... Quando eu fui fazer meu livro, eu comecei a descobrir as coisas da minha mãe. Tinha um documento, que era do Comitê Central, que meu pai fazia sérias críticas ao Comitê Central do PCdoB. Isso era muito dele. E pela linguagem. Eu conhecia meu pai. Porque teve *Cartas a um deputado*. Quem escreveu foi o Comitê Central. Denunciando que tinha a guerrilha do Araguaia e tal. E meu pai faz críticas: que aquilo era muito pouco, que a cidade tinha que ajudar melhor a guerrilha, mandar mais dinheiro, mais material, mais não sei quê, e que eles estavam muito... sossegados, vamos dizer assim. Ele não usa essa palavra. Eu que estou usando agora. Mas aquela linguagem é do meu pai. Quando ele diz: “Hoje, V. completa trinta anos”. Meu Deus. Os caras não podiam saber também que eu nasci no dia primeiro de novembro. Era demais. Não sei. Mas é claro que foi meu pai. A linguagem é do meu pai. A linguagem...

A.M. – Quando você recebeu esse documento?

V.G. – Eu recebi quando ele fez esse livro. Aliás, ele mandou para a Criméia, a Criméia mandou para mim. Foi para a Criméia que ele mandou. E meu pai fala assim: “Hoje completo sessenta anos. Maior parte da minha vida, quarenta e não sei quantos anos, dei minha vida ao P.” Essa questão de P., essas... assim, era ele.

D.P. – Deu ao Partido.

V.G. – Dei ao Partido.

D.P. – Você pegou o *habeas data* do seu pai?

V.G. – Peguei. É o samba do crioulo doido. Desculpe a expressão. Não é politicamente correto, hoje não se pode falar. É assim. Segundo o *habeas data* do meu pai, meu pai foi visto, em 1976, no Cremerj de São Paulo. Eles dizem isso. Lá não é Cremerj. Cremesp. Cremerj é aqui no Rio.

D.P. – Cremesp. Conselho Regional de Medicina.

V.G. – Conselho Regional de Medicina de São Paulo. Ele foi numa reunião em 1976. Depois, que meu pai começa nos anos trinta, depois dos trinta vai para os cinquenta, do cinquenta vai para não sei para onde. Agora a coisa mais importante – isso eu digo onde eu vou – dentro do *habeas data* do meu pai diz o seguinte: “Foi o maior teórico marxista-leninista da América do Sul”. Falei: Pô. Precisou a Abin dizer isso. E eu sabia. Não é porque é meu pai. Meu pai era um grande teórico. Meu pai era o esteio desse PCdoB. A morte do meu pai... Meu pai, teoricamente... Não é porque é meu pai. Quando tinha os quatro do PC... quando tinha um partido só, que tinha o secretariado, a questão política... Isso o Amazonas também dizia para mim em *off*, que ele aprendeu a escrever com meu pai. E quando a gente morava na clandestinidade, de 64 até 67 mais ou menos, naquela casa do Ipiranga que eu falei que eu morava, que o Igor era pequeno, eu vi escrever os artigos do Partido. Meu pai que ditava tudo. O Amazonas era só o datilógrafo. Falava uma coisinha ou outra. Eu participava. Eu não ouvia tudo porque não queria. Quanto menos você soubesse melhor. Mas dava para entender. Ninguém é idiota. Meu pai era um grande teórico. E meu pai, acho que ele tem a honra... que meu pai morreu juntos com os jovens. Ninguém pode falar nada. Porque todo mundo critica, que os velhos botavam os jovens na luta, e ele morreu junto deles. Ele foi junto. Então... Ele morreu junto. Ele acreditava naquilo. Ele morreu acreditando naquilo. Ele não abandonou. Se ele quisesse, ele poderia ter abandonado. Ele não abandonou a luta, ele foi até o fim, ele morreu. Ele deu sua vida. Então acho que da Abin... É isso que eu digo. Precisou a Abin dizer isso do meu pai. Porque nem o partido, do qual ele é... reorganizou considera. Acho que nem os militantes desse novo PCdoB sabe que ele existiu. Sabem porque tem um instituto lá com o nome dele. Eu acho que eles nem sabem quem ele foi. Acho que nem soube que teve guerrilha do Araguaia. Apesar que saiu no Ancelmo outro dia, na coluna do Anselmo, que a UJS, a União da Juventude do PCdoB está distribuindo agora, para todo mundo, terra do Araguaia, vidrinhos com terra do Araguaia.

D.P. – Eu vi. Saiu ontem.

V.G. – É. Saiu outro dia isso aí.

A.M. – Eu não vi isso.

D.P. – Foi agora.

V.G. – A semana passada, é. Dando terrinha do Araguaia. Eu tenho mais bonito. Eu tenho uma planta que me pai trouxe.

D.P. – Você sabe se é verdade mesmo aquela notícia? Estranha.

V.G. – Tem que perguntar para o Ancelmo.

A.M. – Você tem uma planta?

V.G. – Eu tenho uma planta. É. Que meu pai... Meu pai trouxe uma planta do Araguaia. Ficava na nossa casa. E quando a gente mudou para o Rio, [ela] foi para a casa da minha sogra. E a minha sogra cultivou aquilo... Porque a minha sogra mora em casa, então aquilo é cultivado... Aí ela fez várias mudinhas. Então tem na minha casa, tem no grupo... Todo mundo tem. Vai levando aquilo. E ninguém sabia que raio de planta era aquela. Aí a Criméia, no dia que chegou na minha casa, [re]conheceu. Uma pimenteira. De fato, que dá... A minha sogra fala: “dá um negocinho assim vermelho, pequenininho”. É uma pimenteira. Porque no Araguaia, não tem tempero lá, o pessoal não tem dinheiro para comprar alho nem... Quando eu morei lá em Guiratinga, eu cozinhava com alho e cebola que a minha mãe mandava. Lá não tinha. Então eu era... Eu nunca tinha cozinhado na minha vida, e eu comecei a cozinhar, chamavam o vizinho, diz que eu era uma grande cozinheira. Claro. Eu botava alho e cebola na comida. E eles usavam aquela pimenta como tempero. Porque não tem tempero.

D.P. – Ele trouxe para vocês numa dessas vindas.

V.G. – Ele trouxe para a gente, é. Tem isso, tem uma pele de macaco, porque eles comiam macaco às vezes. Aquilo é horrível. Pele de macaco. Tem alguma... Ah. Arco e flecha. Eu tenho umas recordações dessas. E, dele mesmo, eu tenho um chapéu e um relógio Movado, que, quando ele foi no 20º. Congresso do PCUS, ele ganhou do Kru... lá do... Na União Soviética, ele ganhou aquele relógio de ouro, que eu tenho guardado; era até uma pulseira de couro, mas aquela pulseira já deve ter sido mudada, já está velha. Do meu pai só tenho isso. Porque uma vez, uma menina perguntou para mim, uma estudante de economia: (hoje ela é economista, até famosa) – “qual foi a herança que teu pai te deixou?” Achando que meu pai tinha deixado dinheiro para mim, alguma coisa. Eu falei: “Olha. Meu pai me deixou um chapéu e um relógio; e, junto com a minha mãe, me ensinou a ser digna. Essa é a grande herança que meu pai deixou

para mim: a dignidade”. Que eu tenho certeza que eu passei para os meus filhos. Que outro dia até, meu filho menor que é advogado, tem um advogado nosso que não faz as coisas, eu falei: “Ah. Maurício, assume isso”. Ele disse: “Eu não posso fazer isso, porque eu fui estagiário dessa pessoa e eu não posso passar por cima”. Aí eu vi que meu filho... como meu filho é digno. Então eu fico assim feliz. Isso eu aprendi com meu pai e com a minha mãe. Com os dois. Porque a minha mãe tem grande... E a vida que meu pai teve. Os dois. A vida que eles tiveram. Então eu aprendi essa dignidade com eles. Então isso é a herança do meu pai. Com a minha mãe assim... Meu era uma coisa, mas meu pai era teórico. Agora essa... falar muito, ficar... tal, isso é com a minha mãe. Minha mãe era terrível. Minha mãe era...

A.M. – Muito extrovertida?

V.G. – Bastante. De bater boca com Marighella. Imagina a coragem, chegar para o Marighella... Isso eu contei da outra vez. Imagina. Afrontar Marighella? Você acha que qualquer um faria isso? Só minha mãe. Ela afrontava mesmo. Ela ia para os lugares, ela batia boca. Isso eu aprendi com ela, com a convivência. Mas eu sou... eu sou menos pior do que ela. [riso]

A.M. – Victoria, a gente já conversou sobre muitos assuntos. E esses assuntos mais pertinentes ao tema do nosso projeto, o tema da pesquisa, a gente já falou sobre a edição da Lei da Anistia, todas essas iniciativas dos familiares, especificamente, no caso de vocês, do Araguaia, de outros familiares também, o seu trabalho no grupo Tortura Nunca Mais, a edição da Lei 9.140, a criação de uma comissão especial, toda essa ação judicial que vocês moveram – algumas, não foi só uma –, a criação de uma comissão de anistia, criação de uma comissão nacional da verdade, sobre a qual a gente falou na entrevista passada, e você continua mencionando alguns obstáculos, algumas dificuldades para que vocês tenham suas demandas plenas atendidas. São algumas décadas de iniciativas que vocês têm tocado. Em sua avaliação, por que em 2015 o Estado brasileiro e a sociedade brasileira ainda não conseguem resolver essa questão?

V.G. – Bom. Primeiro não são alguns embates. Acho que são muitos.

A.M. – Muitos.

V.G. – Muitos. Eu acho que, primeiro, a sociedade brasileira é uma sociedade extremamente conservadora. Elitista e conservadora. E os governos civis que sucederam aos governos militares, eles têm uma dívida conosco. Todos. Desde Sarney, Collor, Itamar, Fernando Henrique, Lula e, agora, Dilma. Eu imagino, por esse conservadorismo; pela política brasileira do toma lá, dá cá; de fazer muitas alianças para poder se perpetuar no poder. Porque todos fizeram isso. Isso não é uma estratégia, agora, do PT. Acho que todos tiveram que fazer alianças. Eu acho que o Collor não teve essas alianças tão mais profundas, por isso que ele... sofreu o *impeachment*. E os militares, as pessoas falam, são conservadores. As pessoas dizem: agora, os militares são diferentes. Porque os militares do passado já se foram. A maioria já morreu ou está de pijama. Mas esses que estão de pijama acho que ainda têm grande influência. Porque há coisa de dois ou três anos, dentro da AMAN, a turma que se formou se chama Garrastazu Médici. Então os militares, com algumas exceções, que devem ser pouquíssimas, são pessoas *menos* conservadoras. Eles, parece que nós ainda estamos na guerra fria, que nós ainda vivemos na guerra fria, que nós estamos em outro momento do nosso país e do mundo. A guerra fria acabou. O Brasil é o país mais atrasado da América Latina em relação à questão dos direitos humanos à época das ditaduras militares. Você vê que na Argentina, a gente teve o Videla preso, nós conseguimos... eles conseguiram, na Argentina, que um ditador morresse na cadeia. Isso é algo inédito. E eles, nós somos filiados da Fedefam, e todos os companheiros que são filiados da Fedefam nesses países, da Argentina, do Chile, do Uruguai, eles acham que é muito pouco o que os governos dos seus países fizeram; e nós fizemos muito menos ainda. A Comissão da Verdade para mim, eu não esperava grande coisa, mas pelo menos eu esperava que esse número, que a gente sabe, de quinhentos fosse aumentado. Nem isso essa comissão conseguiu fazer. Ao apagar das luzes da entrega do relatório final, eles falam de quatro desaparecidos que estavam no cemitério aqui de... três no Ricardo de Albuquerque e outro na Cacua. E nós fizemos isso nos anos de 1991 e 92. E lá descobrimos quatorze, o grupo Tortura Nunca Mais, fazendo... cotizando lá... como é? - Cruzando, fazendo cruzamento de dados. É o que eles, também, estão fazendo agora, gente.

A.M. – Quatorze em Ricardo de Albuquerque.

V.G. – Quatorze em Ricardo de Albuquerque. Os outros, a gente não conseguiu nem entrar. E, agora, tem mais três em Ricardo de Albuquerque e um na Cacua. Isso foi anunciado em rede nacional. Então eu acho que não tem uma vontade política do governo, do Estado brasileiro e

dos governos. É uma dívida. E a impunidade. Hoje, a violência, o que essa Polícia Militar mata; hoje, mata os pobres, os negros, os favelados. Antes éramos nós, os opositores do regime militar, que éramos presos. Nós tínhamos pelo menos uma ideologia. E essas pessoas nem isso têm. Então é uma barbaridade isso. O Exército dentro das favelas. Nós temos um governo dito popular que permite que o estado do Rio de Janeiro coloque o Exército brasileiro, como colocou no morro da Providência e, agora, na Maré, (agora que está retirando) e no Alemão. Isso são resquícios da ditadura militar. Isso precisa acabar. As pessoas têm que ter a coragem... Eles ficam falando. Nós temos a coragem política, nós contamos a nossa história. Nós temos companheiros que dizem “eu fui da luta armada, eu peguei em armas”. Agora está na hora deles contarem o que eles fizeram. Então eu acho que... Se nós não conseguirmos com os governos mais democráticos... Eu acho que daqui para frente... Eu acho que o mundo caminha para o fascismo. Grandes conquistas da nossa sociedade, como a das feministas na questão da descriminalização do aborto para dois casos, o Brasil é atrasadíssimo. Países do mundo inteiro... Portugal, que teve uma ditadura ferrenha como a ditadura de Salazar, reconhece o aborto. E, no Brasil, eles querem tirar as duas que nós conseguimos, por estupro e por risco de vida da mãe, e agora, quando o feto... por má... questões congênicas. Nós vamos perder isso? A questão da homofobia, do racismo. Nós temos um presidente da Câmara supramente conservador. Então a gente está caminhando, em vez de a gente avançar, nós estamos retrocedendo. Eu não sei. Eu ando muito triste, que eu não imaginava ver isso. A mesma coisa, quando eu tinha dezoito anos, que veio o golpe, eu não imaginava que o Brasil ia ter um golpe militar, que a gente ia viver vinte e um anos sob uma ditadura civil-militar no Brasil. E agora —, eu pensei que nós tivéssemos já nos libertado —, apesar de toda essa luta, e a gente continua, em vez de andar para frente, estamos retrocedendo, andando para trás?! Usamos a mesma política de sempre. Eu nunca fui PT, eu nunca fui filiada ao PT, mas a na minha vida inteira, eu nunca votei para presidente da República, a ditadura não me deixava votar, eu só votei no Lula a minha vida inteira. Quer dizer, eu coloquei minhas forças nesse governo. Não é a pessoa, não estou pessoalizando, o Lula e a Dilma, é todo um conjunto de um governo. Precisa fazer esses acordos para poder governar? Então isso é... Se a gente não fez... Com Fernando Henrique, ainda tinha uma esperança, porque Fernando Henrique, também, foi um perseguido pela ditadura militar, era um democrata, tal, um social democrata, todos eles foram perseguidos, eu tinha esperança com Fernando Henrique; mas depois do Fernando Henrique, depois eu tive esperança com Lula, falei: agora chegou a Dilma. Chegou uma das nossas. Uma

guerrilheira. Uma pessoa que pegou em armas, que foi barbaramente torturada, que sofreu, que sabe o que é tortura... Eu não sei. De mãos... E aí escuto da ministra, (ontem faz uma semana), dizer isso para mim, que não é porque tem duas guerrilheiras no governo que elas podem fazer algo. Olha... Aquele dia foi um dia de muito sofrimento. Apesar de ver minha companheira lá, nossa companheira Inês Etienne ali, ouvir de uma ministra que é da... uma ministra da Secretaria Especial das Mulheres, Especial de Direitos... de Políticas para as Mulheres, dizer uma coisa dessa, para mim, é... é muito chocante, é pouco alentador. Eu fico muito triste. Eu ando muito triste.

D.P. – Mas por exemplo. Todo esse movimento que está tendo agora, na sociedade brasileira também, de repúdio a esse governo, não te dá, por outro lado, certa força para você tentar combater esse avanço, também? Quer dizer, porque é uma situação... A gente está vivendo um momento de embate muito grande, em vários setores. E você até começou sua conversa hoje contando o que tinha acontecido ontem à noite, como você ficou mobilizada também. Então eu...

V.G. – É. Ao mesmo tempo que eu tenho críticas, eu também, na hora que eu vejo aquele painel na minha frente, minha vontade, também, era ir lá e gritar. Porque afinal de contas, nós elegemos uma presidente. A gente luta pela democracia. Nós elegemos a presidente da República. Eu votei nela. Eu votei na Dilma. Eu não quero que a Dilma caia. Eu não quero. Se precisar ir para rua para manter a Dilma, por tudo, eu vou para a rua. Porque eu acho que a luta do povo brasileiro está acima da minha luta. Quer dizer, que a minha luta não é pessoal, a minha luta é pessoal e política. Porque eu acho que se a gente tivesse uma política de direitos humanos mais eficaz não teria esse embate. Eu ouço isso não só em relação aos mortos e desaparecidos. O grupo tem vários parceiros. Eu sou convidada, às vezes, para ir para Brasília para inúmeras reuniões, em que as pessoas discutem a questão da criança e adolescente, dos negros, a questão da homofobia, eu escuto, em todos esses segmentos que têm –, o movimento LGBT, o movimento feminista, o movimento de criança e adolescente –, eu escuto, em todos os lugares, críticas à política de direitos humanos. O resto eu não sei, porque a gente não convive nessa área. Então isso me choca, me choca muito. Por exemplo, eu tive assim uma certa... A ministra Maria do Rosário, para mim, foi a melhor ministra que esses governos tiveram. Era uma ministra que até apoiava a nossa luta, nos chamava, nos recebia como igual. Uma vez, eu fui para lá, para um encontro em Brasília, que era latino-americano, tinha gente

de toda a América Latina, não tinha nem agenda com ela, quando ela nos viu, ela chamou, na hora do almoço, fomos para o gabinete dela. A Ideli Salvatti, três ou quatro reuniões, nunca apareceu, nunca conversou com a gente! Nunca deu a mínima atenção. Então eu fico... É muito triste. Porque são pessoas do nosso campo, do campo democrático. Então isso me entristece, o que está [acontecendo].

A.M. – E o atual ministro, vocês já tiveram contato com ele?

V.G. – Não. A reunião era ontem. Foi desmarcada. Teria uma reunião ontem, para fazer um balanço da última missão e eles iam apresentar o planejamento das novas missões ao Araguaia, eles suspenderam a reunião, porque na certa... Eu imagino, pelo corte, deve ser... Mas podia... Se fosse pelo corte... Acho que tem que ter... “Olha, não dá. Nós não temos dinheiro para pagar a passagem”. Eu até iria, porque eu posso pagar; eu tenho não sei quantas mil milhas, que a gente viaja tanto, eu iria. Eles deviam dizer “quem pode vir que venha”. Se for questão... Agora se for uma questão política, que não queria nos ouvir... Não sei. Eu acho que também, outra falta de respeito é que uma funcionária mais graduada chama para a reunião, e uma funcionária de baixa graduação desmarca a reunião e convida para participar da missão. Isso é um desrespeito. E também me chocou a nova presidente da comissão, que era uma aliada nossa, Medalha Chico Mendes, (que já demos para ela a Medalha Chico Mendes), teve uma postura de fazer uma crítica, de entrar com uma representação contra o antecessor dela, que era o dr. Marco Antonio, e... (Dr. Marco Antonio Barbosa. Agora, lembrei o nome dele.) – dr. Marco Antonio Barbosa –, e ela já está lá desde a ministra Ideli Salvatti, e até agora ela não disse a que veio. Então é difícil. O poder... Gente, o que é isso?! O poder... sei lá, não sei... Eu acho que deviam conversar às claras com a gente. Não tinha que ter subterfúgio com as famílias. Tinham que mostrar o que está acontecendo. Para que esse subterfúgio? Por exemplo, a presidente da República já foi à Argentina, já teve encontro com as Mães da Praça de Maio. E com a gente? Nunca nos chamou. Nós nunca conversamos com ela. Chama assim, individualmente, quem foi preso com ela. As donzelas... Como é que é? Ah... [Interrupção para troca de fita] Eu acho que já está bom hoje. Você vai querer mais ainda?

A.M. – Só para fazer o fechamento.

[FINAL DO ARQUIVO pho_2217_Victoria Graboys_2015-05-06_02]

Ângela Moreira – Victoria, um dos objetivos do nosso projeto é discutir também esses princípios que aparecem nessa legislação e nessas políticas, algumas políticas públicas, algumas políticas estatais, para lidar com violações aos direitos humanos que aconteceram durante da ditadura. Violações ou os direitos, para deixar de uma maneira mais abrangente. Um deles, que aparece de forma mais recorrente, é a ideia de reconciliação nacional. Sempre fazendo remissão à Lei de Anistia. Então a gente lê no texto da Lei 9.140 e no texto que criou a Comissão Nacional da Verdade também, aparecendo como uma das atribuições da Comissão Nacional da Verdade, exatamente a ideia de promoção da reconciliação nacional. Além disso, aparece também a ideia de pacificação. E eu gostaria de conhecer a sua avaliação, impressão, opinião sobre esses princípios.

Victoria Grabois – Eu não aceito nenhum desses princípios, nem reconciliação nem pacificação. Tanto que a Comissão da Verdade ia se chamar Comissão da Verdade e Reconciliação, pelo ministro Jobim, a única hora que nós concordamos com Paulo Vannuchi é que ele queria Comissão da Verdade e da Justiça, e aí, para ficar só no meio termo, ficou só Comissão da Verdade. Eu não aceito. Eu não vou me conciliar com assassino, com torturador. Não me concilio com esse tipo de gente. Não quero conciliação. E o povo brasileiro já está bastante maduro... Porque a política do Exército é essa: porque se a gente abrir, se esses subversivos vão falar, o Brasil não vai ser um país... Claro que vai ser. Isso aqui é paz? A gente vive num país de paz? Um país que mata criança? Como... Mata criança. Que o policial militar tem treinamento de exército para cuidar da população? Precisa de política militar armada até os dentes, como eles são? Que eles têm aquela arma poderosíssima e põem para funcionar, se acham deuses, portando uma arma daquela? Eu sou totalmente contra. Eu acho que história tem que ser contada, o que eles fizeram. Isso não vai modificar o Brasil. Isso só vai contar a história, para que as novas gerações, recentes, conheçam essa história e [para] que isso não se repita mais no nosso país; que a gente não tenha esse período de terror que foi a época da ditadura militar. Porque a ditadura militar não só torturou, matou, ocultou cadáver, sequestrou, ela causou sequelas seríssimas na sociedade brasileira. Essas sequelas todas, essa militarização da justiça, militarização com as favelas, essa violência que nós temos, isso tudo é consequência, são resquícios dessa ditadura. Isso se deu não só nesse nível, mas se deu no nível político. O baixo grau de politização dos nossos candidatos a cargos eletivos. Porque política nós fazemos. Mas a política com p. maiúsculo. Não é essa política partidária que tem aí, desses partidecos,

que a gente nunca ouviu falar nome, de pessoas que se aproveitam da população. Não tem políticas públicas. A gente tem que melhorar. Se fala tanto nessa política... Como é? Pátria educadora. Tem que começar uma reforma... Teve o golpe por isso, porque Jango, lá em 1963, 62, já falava nas reformas de base. Cadê a reforma agrária? Agora, já está até ultrapassada a reforma agrária, o mundo já tomou outra... economicamente, outro rumo da reforma agrária. A reforma da educação, a reforma da saúde, a mobilidade urbana. A gente vê a baía de Guanabara. Desde o governo Brizola eu escuto que tem milhões e milhões para limpar a baía de Guanabara. Não há. Professores mal formados, professores super mal formados. A educação, a culpa não é também dos professores. São péssimas as faculdades do Brasil, de educação principalmente, até nas universidades públicas, que não formam professores à altura para trabalhar com a juventude, com a criança. Um país que não tem creche. São Paulo ainda é melhor, São Paulo tem creche. Até outro dia... A minha neta até foi de creche pública, agora é que saiu, foi para uma creche particular. Está começando. A minha secretária do lar, que tem as netas, fica encantada, quando a minha neta chega, que vai na creche, que até boneca ela recebe no dia da criança, no natal. Mas claro que, ela tem três anos de idade, ela diz que é a professora que deu para ela. Mas é claro. Mas São Paulo ainda tem uma política de creche. O Rio de Janeiro não tem. A educação infantil. Esse monte de criança na rua. É tão fácil, é tão barato fazer isso. Esse monte de ONG que aparece, substituindo o poder público. Pode existir ONG. Mas a ONG não vai substituir o poder público. Então é... São coisas assim, que não são caras de fazer, são fáceis de fazer. Não é difícil. Na cultura então... Eu digo assim. O Brasil, em 64, logo após o golpe, teve uma expoente da música popular brasileira, porque não surgiu durante o golpe, se ele explodiu, aqueles grandes festivais da canção, a partir de 64 é porque já tinham a história anterior, já tinha a bossa nova. Por que, também, teve o golpe? Porque apareceu a bossa nova, apareceu o cinema novo, tivemos um Glauber Rocha, um Cacá Diegues, um Jabor, com todas as críticas que a gente tem hoje, mas é um grande cineasta, Nelson Pereira dos Santos... Gente, quanta gente! Escritores. Cadê?... Pergunta se a juventude... Quem é o escritor hoje? Paulo Coelho. Todo mundo só conhece Paulo Coelho. É o grande escritor brasileiro. Nós não temos mais um Graciliano Ramos, um Jorge Amado, poetas, uma Clarice Lispector, cadê? Todo mundo ficou sufocado aí dentro. Foi um sufoco. As universidades, que no meu tempo, a universidade era um modelito francês, era por ano, tinha uma turma que você começava no primeiro ano e terminava no quarto ano. Agora não. Eu vejo lá na UFRJ. Fulana foi minha colega no segundo período, sicrano eu conheci no quarto período, a outra eu conheci não sei

em que período. Quer dizer, separaram as universidades. Pegaram as universidades, levaram lá para o fundo. Tudo sucateado. Agora, o pior que está acontecendo, os professores, tem mais de nove estado no Brasil em greve. Essa Assembleia nojenta do Rio de Janeiro, essa Alerj. Eu não tenho... Eu acho que estagiário deve ganhar bem. Eu acho que tem que se ganhar muito bem. Dois mil e oitocentos reais para uma pessoa que tem nível superior ainda é pouco. Mas é uma vergonha um professor de nível superior ganhar mil e setecentos reais e o estagiário da Alerj, que é colocado lá pelos deputados, ganhar dois e oitocentos. Porque se eles fizessem concurso, eu até aplaudia. Mas eles não fazem concurso, eles são indicação de deputados. Devem trabalhar nos gabinetes. E o professor que faz um concurso, que leva anos fazendo uma universidade, vai ganhar mil e setecentos reais? Não dá. Então não tem conciliação, não tem pacificação. Não tem que pacificar nada. Pacificar favela? A questão do tráfico. Tem que ter uma política de segurança pública! Aí eu vou falar até como diz a direita, é impressionante, tem que pegar essas fronteiras do Brasil e terminar com essa história de tráfico aqui dentro. Quem morre é o pobre coitado da favela. Porque o bonitão lá que traz, ele mora na Vieira Souto. Então não dá. Eu trabalhei lá na Maré, vendo menino de treze anos, subnutrido, descalço, com uma bermuda rasgada, com uma AR-15 que era do tamanho dele, andando. Eu cansei de ver isso. Cansei de ver menina de onze anos grávida, entrando, porque... Por quê? Porque, como prova de amor, ela tinha que transar com o gerente da boca, que era prova de amor, e ficar grávida com onze anos. Nem corpo formado tinha. As escolas sucateadas, os professores pedindo ajuda a nós, um órgão da UFRJ, para ajudar. Aí você na UFRJ enterra, porque os professores queriam capacitação; mas a maioria dos professores da Maré trabalhava onde? Trabalham não. Trabalham lá. Moram aonde? Pelo subúrbio. Mora em Ramos, Olaria. Pediram que as aulas fossem no Fundão. Mas como o projeto não era do Fundão, era a Praia Vermelha, questão de política, não podia ser no Fundão, tinha que ser na Praia Vermelha. O professor não queria ir na Praia Vermelha. Então não teve curso de capacitação para os professores. Professores pedindo a ajuda da rede pública do município para mim. De me abraçar e pedir: eu quero crescer, não quero continuar no estado que eu estou. É tão simples! E tem gente boa, tem gente que... Tem gente boa, tem professor que está lá só... sei lá por quê. Mas a maioria não quer... A maioria quer ensinar, quer se dedicar a sua profissão, e tem amor. Principalmente a professora do antigo curso primário. São pessoas dedicadíssimas. Então... É tão fácil. É tão fácil. Não é difícil. Tão fácil acho que não é, não. Mas também não é difícil. Se você ajuda, se você dá os elementos, essas pessoas vão para frente. Mas o Brasil é um país

extremamente conservador, uma política do toma lá e dá cá... Eu fico... Que *gerações* que eu vou deixar para os meus filhos? Para os meus filhos, até já deixei, porque está aí, agora, todo mundo adulto. Mas para os meus netos. Eu quero que eles vivam num outro mundo, num mundo melhor do que esse. Para isso que lutei. Melhorou? Eu acho que o Brasil melhorou. Melhorou, porque hoje, quando você viaja de avião, você vê pobre viajando de avião. A passagem... Antigamente, nem isso. Pelo menos isso melhorou. Você vê gente grã-fina olhando assim, porque tem gente que lá da... que veio do subúrbio, que não sabe nem achar o seu assento dentro do avião, não sabe nem colocar o cinto. É. Agora tem que ter escola pública. Acabar com essa política de universidade. Um monte de faculdade. Quando eu era criança, eu só me lembro de universidade particular a PUC e a Gama Filho. Acho que a Cândido Mendes. Depois do golpe, o que tem de faculdade. Faculdades que enganam. Que eu fui noutra dia... Quando meu filho recebeu a carteira da Ordem, já tem uma política dentro da Ordem de acabar com esse exame de Ordem, para advogado não fazer mais esse exame de Ordem. Mas eu acho que tem que fazer. Porque o que tem de universidade fajuta... Tem que acabar com essas universidades que enganam os alunos, que cobram mensalidades baratas, mas que para o aluno pobre é muito caro. Fica enganando ele. Pode ter faculdade particular, mas de qualidade. Então é isso. Escola de qualidade. Eu sempre fui de escola pública. Minha escola era de qualidade. Eu estudava com filho de gente da Academia Brasileira de Letras, com pessoas que depois se tornaram grandes juristas, como Carlos Eduardo Bosisio, meu colega, como o reitor da URFJ, Aluísio Teixeira é meu colega de turma. Olha quanta gente saiu da escola pública. E hoje, o que é que você vê? É... Eu fico muito triste. E hoje, mais ainda. Hoje eu estou num dia triste. Eu vou pegar meu neto na creche, que é a única pessoa que me traz alegria, que ele vem com as saídas dele, que ele é muito engraçado e muito inteligente, para ver se eu me alegro com as tiradas – as tiradas, como diz na gíria, que meu neto faz para mim, para poder ver se eu me alegro. Porque é muito triste o que eu vi ontem. Apesar de eu ter sérias divergências com o governo da Dilma, ontem eu fiquei entristecida de ver, de chegar nesse ponto. Ainda mais que ela é uma mulher. Porque eu joguei tudo. Ela é mulher. Eu como feminista, ela é uma mulher. A gente colocar – não é pouca coisa colocar uma mulher no poder. Enquanto Estados Unidos está avançando com Obama... É impressionante eu dizer uma coisa dessa. Enquanto Estados Unidos está avançando com Obama, nós estamos retrocedendo, com esse Congresso que aí está.

D.P. – Victoria, mudando só um pouquinho o disco, já quase encerrando. O que você acha dos escrachos, aqueles movimentos que foram feitos aqui?

V.G. – Achei muito bom. Fizemos tarde. Sinto que começamos tarde. Uma vez, fizemos com os próprios *hijos* que vieram ao Rio, quando o grupo Tortura Nunca Mais deu medalha para os *hijos*, [medalha] Chico Mendes, fizemos um escracho no antigo Dops. E aí essa juventude fez aquela... Teve agora, em 2012, o...

A.M. – O Levante Popular da Juventude.

V.G. – O Levante Popular da Juventude. Eu fui. A gente fez um escracho na frente da casa do Lício, esse que matou o André, meu irmão. E aí, é no bairro do Leblon, na rua do canal, rua Visconde de Albuquerque. Imagina um oficial do Exército, que era só major, poder comprar um apartamento ali. E mesmo... Hoje não compraria, é claro. Mas mesmo naquela época, que não era tão caro, mas mesmo assim... Ele ganhava menos do que ele ganha agora. Como é que ele comprou aquele apartamento? E os vizinhos de classe média alta falam assim: “Mas tem torturador no meu prédio?” Eu falei: “Tem”. “Eu vou prestar atenção nele agora”, ela disse. Uma mulher: “Que vergonha. Um torturador que mora no meu prédio!” Eu falei: “Pois é. No seu prédio mora um torturador”. Isso é muito bom. E ele ficava atrás da janela. Disse que ele não morava mais lá. Mas ele apareceu. Nós vimos ele atrás das cortinas. Muito bom. Tinha que fazer toda hora. Mas só que o Levante da Juventude também... agora, não está fazendo mais.

D.P. – E a revisão da Lei de Anistia? Você vê necessidade de rever a Lei de Anistia, para a gente conseguir punir, digamos assim, torturadores? Passa por aí essa discussão? Ou é apenas uma questão de leitura da Lei de Anistia, ou levar a questão para o Supremo? Como é que você vê isso?

V.G. – Eu vejo isso como... Não. Eu acho que não precisa fazer revisão da Lei de Anistia. Tem que saber interpretar a Lei da Anistia. A Lei da Anistia, no seu artigo primeiro, parágrafo primeiro, fala dos crimes conexos da anistia. Na cabeça dos militares e dos conservadores é que veio essa história que o crime... que o crime abrangia eles, que eles cometeram crimes conexos da anistia. Não. Crime conexo da anistia cometi eu, que tive nome falso, trabalhei com nome falso, vivi com nome falso. Crime conexo da anistia, o nosso companheiro...

D.P. – Crime conexo é crime político.

V.G. – Político. O Nin, o...

D.P. – Raul Amaro.

V.G. – O Raul Amaro Nin, que ele não era do MR-8, mas ele era amigo do pessoal do MR-8 e ele emprestava a casa, o carro. Isso é crime conexo. E outra coisa. Mas, além de não precisar rever por isso, tem a coisa mais importante, que é a sentença do Araguaia. A sentença do Araguaia no seu parágrafo 256 diz o seguinte: “a lei da anistia brasileira não impede que aqueles que cometeram crimes de tortura, de sequestro, de ocultação de cadáver sejam processados”. Eles precisam ser processados. Então... O Brasil assinou o Pacto de San José da Costa Rica, Fernando Henrique Cardoso assinou esse pacto em 1998. Tem que ser cumprido. O Brasil se Brasil pertence à OEA, ele tem que seguir o Pacto de San José da Costa Rica e tem que acatar a decisão da Corte. Que o importante dessa decisão da Corte Interamericana não se refere só ao Araguaia, mas a cerca de quinhentos brasileiros que são mortos e desaparecidos políticos. E também aqueles que foram torturados têm direito, novamente, de indiciar os seus algozes.

A.M. – Victoria, você gostaria de fazer mais alguma colocação, algum comentário?

V.G. – Não.

A.M. – Não? Então... Diga.

V.G. – Não. Eu que agradeço. Porque como a gente... os meios de comunicação não nos ouvem sempre, só quando têm interesse, e, quando a gente vai nos meios de comunicação, é muito rápido, a gente fala, as pessoas acabam esquecendo, é uma oportunidade de deixar gravado o meu depoimento, numa instituição como a de vocês, o CPDOC, que é respeitadíssima no Brasil e no exterior; que tem grande respeito, por isso, porque vocês são pessoas que trabalham com honestidade, que trabalham cientificamente, também politicamente, corretamente, com princípios. Então isso é importante, porque vai ficar para a posteridade e para as novas gerações. Então é importante que a gente deixe esse depoimento. Se a gente não conseguir, pelo menos as novas gerações vão conhecer um pouco da história do Brasil pelo nosso ponto

de vista. Então eu tenho mais é que agradecer a vocês, também, pela oportunidade de ter falado acho que... umas vinte horas. [risos]

D.P. – Obrigada, Victoria. Foi muito boa.

A.M. – Nós é que agradecemos mesmo. Muito obrigada.

[FINAL DO DEPOIMENTO]